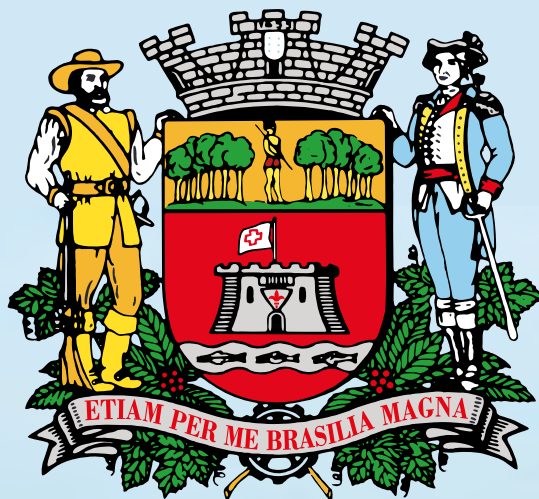


# IMPRENSA OFICIAL

PODER EXECUTIVO



## Prefeitura de Jundiaí

# **SUMÁRIO**

## **PODER EXECUTIVO**

|   |         |
|---|---------|
| Administração.....                        | 03 a 08 |
| Decretos.....                             | 09 a 40 |
| Portarias.....                            | 40 e 41 |
| Negócios Jurídicos e Cidadania.....       | 41      |
| Gestão de Pessoas.....                    | 41 a 45 |
| Casa Civil.....                           | 45      |
| Dae.....                                  | 46      |
| Planejamento Urbano e Meio Ambiente.....  | 46 a 54 |
| Infraestrutura e Serviços Públicos.....   | 54      |
| Mobilidade e Transporte.....              | 54 e 55 |
| Educação.....                             | 55 e 56 |
| Assistência e Desenvolvimento Social..... | 56 a 58 |
| Fumas.....                                | 58 e 59 |

## **INEDITORIAL**

|                  |    |
|------------------|----|
| Ineditorial..... | 59 |
|------------------|----|

## **PODER LEGISLATIVO**

|                        |         |
|------------------------|---------|
| Poder Legislativo..... | 60 a 68 |
|------------------------|---------|



**Prefeitura  
de Jundiaí**





## ADMINISTRAÇÃO

de 28 de outubro de 2020

OUTROS DETALHES ACERCA DOS PROCEDIMENTOS DE COMPRAS, CUJO RESUMO DO ATO ESTÁ SENDO PUBLICADO NESTA EDIÇÃO NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, ESTÃO NO SITE [www.jundiai.sp.gov.br](http://www.jundiai.sp.gov.br) – LINK “COMPRA ABERTA” (NO CASO DE COMPRAS ELETRÔNICAS) OU NOS RESPECTIVOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS.

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 324/2020

OBJETO: Aquisição de 06 (seis) câmara hematoimuno para conservação de vacinas e 36 (trinta e seis) câmaras para conservação de vacinas, destinados à Unidade de Gestão de Promoção da Saúde.

ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL: pelo site [www.jundiai.sp.gov.br](http://www.jundiai.sp.gov.br) - link “Licitações/Compra Aberta – Acesso ao Sistema – Pregão Eletrônico – Consultar Pregão Eletrônico”, até às 09:00 horas do dia 17 de novembro de 2020.

Pregoeiro (a) responsável: SUELEN APARECIDA LOPES SIMONETTO.

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 335/2020

OBJETO: Aquisição de borrifador/pulverizador com capacidade para 500ml, suporte de parede para copo de café e dispenser para copo de água, destinados à Unidade de Gestão de Promoção da Saúde.

ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL: pelo site [www.jundiai.sp.gov.br](http://www.jundiai.sp.gov.br) - link “Licitações/Compra Aberta – Acesso ao Sistema – Pregão Eletrônico – Consultar Pregão Eletrônico”, até às 09:00 horas do dia 11 de novembro de 2020.

Pregoeiro (a) responsável: LEONARDO FERNANDES RELA.

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 336/2020

OBJETO: Aquisição de totem de álcool gel, com pedal, capacidade de 05 litros, destinados à Unidade de Gestão de Promoção da Saúde e Unidade de Gestão de Educação.

ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL: pelo site [www.jundiai.sp.gov.br](http://www.jundiai.sp.gov.br) - link “Licitações/Compra Aberta – Acesso ao Sistema – Pregão Eletrônico – Consultar Pregão Eletrônico”, até às 09:00 horas do dia 10 de novembro de 2020.

Pregoeiro (a) responsável: ELIZÂNGELA APARECIDA EFIGÊNIO.

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 338/2020

OBJETO: Fornecimento de medicamentos (Vigabatrina, Clobazam, Entecavir e outros), para atendimento a Mandados Judiciais, sob o Sistema de Registro de Preços.

ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL: pelo site [www.jundiai.sp.gov.br](http://www.jundiai.sp.gov.br) - link “Licitações/Compra Aberta – Acesso ao Sistema – Pregão Eletrônico – Consultar Pregão Eletrônico”, até às 09:30 horas do dia 18 de novembro de 2020.

Pregoeiro (a) responsável: MÁRCIA DE OLIVEIRA BAPTISTELLA

**DISPONIBILIDADE DO EDITAL NA ÍNTEGRA:** [www.jundiai.sp.gov.br](http://www.jundiai.sp.gov.br) (entrar no link “Licitações/Compra Aberta” – Consulta de Licitações – Pregão Eletrônico – Consultar Pregão Eletrônico - Editais/Anexos) - grátis, ou no Paço Municipal “Nova Jundiá”, Departamento de Compras Governamentais – 4º andar, de 2ª a 6ª feira, das 09:00 às 18:00 horas, mediante o pagamento de R\$ 10,00 (dez reais) ABERTURA DA PROPOSTA COMERCIAL: logo após o término do seu encaminhamento SESSÃO DE LANCES: o início da sessão de lances dar-se-á a partir de até 10 (dez) minutos após a abertura e classificação ou não das propostas.

ALEXANDRE CASTRO NUNES

Diretor do Departamento de Compras Governamentais

### DESPACHO DE DECISÃO DE PENALIDADE DA DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS, DATADO DE 22.10.2020

Pregão Eletrônico nº 314/2019 - Empenhos nº 35684, 35685 e 35686 de 05/12/2019 – Objeto: Aquisição de forno micro-ondas, destinado a Unidade de Gestão de Promoção da Saúde.

Considerando os transtornos causados pela empresa D&F COMERCIO DE MATERIAIS EQUIPAMENTOS EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob nº 28.275.797/0001-59, estabelecida no município de Joinville/SC, devidamente relatados no processo supra;

Considerando que a empresa não apresentou razões de defesa prévia, em resposta ao Ofício UGAGP/DC nº 064/2020, recebido em 07/10/2020; Considerando as manifestações contidas nos autos sobre a matéria, as quais acolho, na íntegra, por seus próprios fundamentos;

DECIDO pela aplicação da pena de “Multa” no valor de R\$ 2.794,43 (Dois mil e setecentos e noventa e quatro reais e quarenta e três centavos) a ser atualizada na data do efetivo recolhimento, com fundamento previsto no Item 14.2.B do Edital e inciso II, Art. 87 da Lei Federal 8.666/93.

Daniela Regina Tafarelo Zito

Diretora do Departamento de Planejamento, Gestão e Finanças  
Unidade de Gestão de Promoção da Saúde

### ATO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 191/2020 – Fornecimento de papel higiênico folha simples, sob Sistema de Registro de Preços.

Processo Administrativo nº 10.140-8/2020

Face ao que consta dos autos, após análise da documentação de habilitação, da análise da Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas/DLS acerca dos catálogos dos produtos ofertados, do recurso e intenção de recurso interpostos pelas empresas COMERCIAL SANDALO LTDA e JUNDIA IND. E COM. DE PAPEIS E EMB. LTDA, respectivamente, os quais foram analisados pelas Unidades de Gestão de Negócios Jurídicos e Cidadania e de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas constante dos autos em epígrafe, às fls. 95/101 e 102/106, RESOLVEMOS:

I – DESCLASSIFICAR as propostas das empresas COMERCIAL SANDALO LTDA-ME e JUNDIA IND. E COM. DE PAPEIS E EMB. LTDA, por cotarem produtos que desatendem as especificações do material exigida em Edital, no tocante a metragem e largura, respectivamente;

II – INDEFERIR o recurso apresentado pela empresa COMERCIAL SANDALO LTDA ME e a intenção de recurso apresentada pela empresa JUNDIA IND. E COM. DE PAPEIS E EMB. LTDA, ficando mantida as desclassificações de suas propostas, visto que os pedidos formulados não comportam ser acolhidos;

III – ADJUDICAR o objeto da presente licitação à empresa AOYAGI COM. MAT. LIMP. DESCART. PISCINA EIRELI-ME, por atender às exigências do edital, inclusive quanto aos requisitos de habilitação e técnico.

ALEXANDRE CASTRO NUNES

Diretor do Departamento de Compras Governamentais

### ATO DE ADJUDICAÇÃO de 28 de outubro de 2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 243/2020 – Fornecimento e instalação de brinquedos (gangorra dupla de eucalipto, escorregador de madeira, balanço duplo em X e outros), sob o Sistema de Registro de Preços.

Processo Administrativo nº 12.081-2/2020.

Face ao que consta dos autos, da Ata de Sessão Pública, da análise da documentação de habilitação, da análise da Unidade de Gestão de Infraestrutura e Serviços Públicos acerca dos documentos técnicos e, considerando que não houve intenção de recurso no prazo concedido, RESOLVEMOS:

I – REVOGAR o item 01, após análise da aceitabilidade dos preços, devido o mesmo estar substancialmente superior ao último fornecimento.

II – ADJUDICAR o objeto da presente licitação às empresas abaixo mencionadas, por apresentarem os menores preços e atenderem às exigências do edital, inclusive quanto aos requisitos de habilitação:

- JULIO CÉSAR GASPARINI JUNIOR ME: Item 02

- PAVAN & PAVAN COM. E PREST. DE SERVIÇOS LTDA ME: Itens 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14

NATHANY DE OLIVEIRA MARTINS

Pregoeira

### ATO DE ADJUDICAÇÃO de 28 de outubro de 2020.

Pregão Eletrônico nº 285/20 – Aquisição de pneus de caminhão/ônibus, camioneta radial, van/utilitário radial e outros, várias medidas, destinados às Unidade de Gestão de Mobilidade e Transporte, Unidade de Gestão da Casa Civil e Unidade de Gestão de Segurança Municipal

Processo Administrativo nº 13.312-0.

Face ao que consta dos autos, da Ata de Sessão Pública, da negociação de preços, da pesquisa de preços, da análise dos documentos de habilitação, da análise técnica dos catálogos pelo Departamento de Logística e Suprimentos, e considerando que não houve intenção de recurso no prazo concedido RESOLVEMOS:

I – DESCLASSIFICAR as propostas das empresas Auto Mecânica Bransales Ltda-Epp, no tocante aos itens 03, 04, 05, 07, 08, 10, 11 e 12; Constantino Pneus Eireli, no tocante aos itens 04, 08 e 10 e; Lukauto Comércio de Pneumáticos e Peças Ltda, no tocante ao item 05, Alberto Caiotamborino-Epp, no tocante ao item 04, por deixarem de apresentar catálogo exigido no item 5.1 do Anexo I ao Edital

As propostas das empresas Zeus Comercial Eireli, no tocante aos itens 01, 03, 04, 05, 07, 10, 11 e 12; Constantino Pneus Eireli, no tocante aos itens 01, 05, 07 e 10; Na Ativa Comercial Eireli-Epp, no tocante aos itens 05, 08; VWM Comércio de Pneus Ltda-Epp, no tocante ao item 08, por ofertarem produtos com especificações divergentes ao solicitado em Edital

As propostas das empresas Auto Mecânica Bransales Ltda-Epp, no tocante ao item 01; Di Blasio e Cia Ltda-Me, no tocante aos itens 01, 04, 05, 07, 08, 11 e 12; VWM Comércio de Pneus Ltda-Epp, no tocante



## ADMINISTRAÇÃO

ao item 12, devido ofertarem valores substancialmente acima do valor de referência

II – Declarar FRACASSADO os itens 01, 04, 05, 07, 08, 11 e 12, devido não haver licitantes participantes classificados

III – ADJUDICAR o objeto desta licitação, às empresas abaixo, por ofertarem o menor preço e atenderem as exigências do Edital, inclusive quanto aos requisitos para habilitação e técnica.

- ALBERTO CAIOTAMBORRINO-EPP: item 03

- AUTO MECÂNICA BRANSALES LTDA-EPP: item 02

- NAATIVA COMERCIAL EIRELI-EPP: item 10

- ZEUS COMERCIAL EIRELI: item 06 e 09

Elizângela Ap. Efigênio  
Pregoeira

### ATO DE ADJUDICAÇÃO de 30 de outubro de 2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 299/20 – Aquisição de fita adesiva para demarcação e sinalização de solo, destinada à Unidade de Gestão de Educação e Unidade de Gestão de Promoção da Saúde, conforme Processo Administrativo nº 13.972-1/2020.

Face ao que consta dos autos, da Ata de Sessão Pública, da negociação de preços, da análise dos documentos de habilitação e da análise das Amostras pela Unidade de Gestão da Educação, e considerando que não houve intenção de recurso no prazo concedido RESOLVEMOS:

I – DESCLASSIFICAR a empresa A M P COMERCIAL EIRELI, por não atender as especificações exigidas no edital no tocante a cor do produto, desatendendo, assim, ao item 2.2 do Anexo I do Edital.

II – ADJUDICAR o objeto da presente licitação à empresa abaixo por atender às exigências do edital, inclusive quanto aos requisitos de habilitação.

- ALBATROZ MATERIAIS TÉCNICOS LTDA: Item 01.

LEONARDO FERNANDES RELA  
Pregoeiro

### RESUMO DO DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 102/2020 – Fornecimento de feijão cariquinho, óleo de girassol, arroz parbolizado e outros, sob o Sistema de Registro de Preços, HOMOLOGADO à empresa abaixo, conforme processo administrativo nº 7.350-8/2020:

- EMPÓRIO FAHL LTDA. EPP: item 04 (R\$ 13,00 p/ kg) (cotas principais e reservadas).

VASTI FERRARI MARQUES  
Gestora da Unidade de Educação

### RESUMO DO DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 287/20 – Fornecimento de sabonete líquido antisséptico, embalagem sachê com 800 ml, sob o Sistema de Registro de Preços, HOMOLOGADO às empresas abaixo, conforme Processo Administrativo nº 13.501-8/2020:

-SHT INDUSTRIA E COMERCIO COSMETICOS LTDA, item 01 cotas principal e reservada (R\$ 4,95/SCH).

VASTI FERREIRA MARQUES  
Gestora da Unidade de Gestão da Educação.

### EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. INTERESSADO: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ. DETENTOR DA ATA: MARIO ARRUDA BARCELOS EPP. PROCESSO Nº 9821-6/2020. ASSINATURA: 28/10/2020. OBJETO: Fornecimento futuro de FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COBERTURA TIPO QUIOSQUE - RP -. VALOR(ES): Item(ns): 1 - FORNECIMENTO E INSTALACAO DE COBERTURA TIPO QUIOSQUE.- - R\$ 16000.0000 POR PEÇA - COTA PRINCIPAL. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 172/2020. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 12 (doze) meses. PROPONENTES: 3.

### EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. INTERESSADO: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ. DETENTOR DA ATA: COMERCIAL SANDALO LTDA ME. PROCESSO Nº 13318-7/2020. ASSINATURA: 27/10/2020. OBJETO: Fornecimento futuro de COPO DESCARTAVEL PARA CAFE E COPO DESCARTAVEL PARA AGUA - RP. VALOR(ES): Item(ns): 1 - COPO DESCARTAVEL PARA CAFE 50 ML-MATERIAL: POLIPROPILENO (PP) BRANCO-CAPACIDADE: 50 ML-PACOTE:100 UNIDADES-PESO MÍNIMO: 75G-CONFORME NBR14865/12 ABNT \*-CONSTAR NA EMBALAGEM DADOS DO FABRICANTE (NOME, TELEFONE,-"SELO"

E "CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO INMETRO" CONFORME-PORTARIA 153/12- MARCA: ALTACOPO - R\$ 1.5400 POR PACOTE - COTA PRINCIPAL.1 - COPO DESCARTAVEL PARA CAFÉ 50 ML-MATERIAL: POLIPROPILENO (PP) BRANCO-CAPACIDADE: 50 ML-PACOTE:100 UNIDADES-PESO MÍNIMO: 75G-CONFORME NBR14865/12 ABNT \*-CONSTAR NA EMBALAGEM DADOS DO FABRICANTE (NOME, TELEFONE,-"SELO" E "CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO INMETRO" CONFORME-PORTARIA 153/12- MARCA: ALTACOPO - R\$ 1.5400 POR PACOTE - COTA RESERVADA.2 - COPO DESCARTAVEL PARA ÁGUA:-MATERIAL: POLIPROPILENO (PP) BRANCO-CAPACIDADE: 200 ML-PACOTE COM 100 UNIDADES-PESO MÍNIMO 180G-CONFORME NBR14865/12 ABNT \*-CONSTAR NA EMBALAGEM DADOS DO FABRICANTE (NOME, TELEFONE,-"SELO" E "CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO INMETRO" CONFORME-PORTARIA 153/12- MARCA: ULTRA PP - R\$ 3.3300 POR PACOTE - COTA PRINCIPAL.2 - COPO DESCARTAVEL PARA ÁGUA:-MATERIAL: POLIPROPILENO (PP) BRANCO-CAPACIDADE: 200 ML-PACOTE COM 100 UNIDADES-PESO MÍNIMO 180G-CONFORME NBR14865/12 ABNT \*-CONSTAR NA EMBALAGEM DADOS DO FABRICANTE (NOME, TELEFONE,-"SELO" E "CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO INMETRO" CONFORME-PORTARIA 153/12- MARCA: ULTRA PP - R\$ 3.3300 POR PACOTE - COTA RESERVADA. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 284/2020. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 12 (doze) meses. PROPONENTES: 8.

### EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS

CONTRATO Nº 197/2020. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ. CONTRATADA: VEC ENGENHARIA & GESTÃO LTDA. PROCESSO: nº 06.575-1/20. ASSINATURA: 28/10/2020. VALOR GLOBAL: R\$ 307.760,00. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA O COMPLEXO ARGOS NO FORMATO MASTERPLAN. MODALIDADE: CONVITE-OBRS nº 9/2020. PRAZO DE VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte) dias. PROPONENTES: 3.

### EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS

CONTRATO Nº 198/20. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ. CONTRATADA: CENTRAO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME. PROCESSO: nº 11.305-6/20. ASSINATURA: 27/10/20. VALOR TOTAL:R\$ 23.880,00. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E TRATAMENTO PERIÓDICO DA ÁGUA DOS ESPELHOS DAGUAS (FONTE LUMINOSA) INTERNAS E EXTERNAS NAS DEPENDÊNCIAS DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL E MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA DAS MOTO-BOMBAS COMPREENDENDO MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE PEÇAS, DESTINADOS À UGE. MODALIDADE: CONVITE nº 52/20. PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. Proponentes: 05.

### EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS

TERMO DE PRORROGAÇÃO VIII, que se faz ao Contrato Nº 041/2011. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ. CONTRATADA: RUBENS ALCINO DUTRA ALVES e MARIA IMACULADA DE ANDRADE ALVES. PROCESSO: 08.380-3/11. ASSINATURA: 15/10/2020. VALOR MENSAL: R\$ 6.000,00. OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA ABRAÃO FARRÃO 08 - BAIRRO DE SÃO FRANCISCO - JUNDIAÍ-SP, PARA FUNCIONAMENTO DA COORDENADORIA DE SAÚDE E BEM ESTAR ANIMAL, INTEGRANTE DA UGPUMA.FUND. LEGAL DA CONTRATAÇÃO ART. 24, X, C/C ART. 26, DA LEI FEDERAL 8.666/93. ASSUNTO: Prorrogado por 12 (doze) meses.

### EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS

TERMO DE PRORROGAÇÃO III, que se faz ao Contrato Nº 115/2019, celebrado com fundamento no art. 57, § 1º, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ. CONTRATADA: RW ENGENHARIA EIRELI-EPP. PROCESSO: 26.817-5/19. ASSINATURA: 23/10/2020. OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DA UBS E PA RETIRO, SITUADA NA RUA MARIA LUCIA DE ALMEIDA N. 100 - RECANTO IV CENTENÁRIO, NESTA CIDADE, DESTINADA A UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO nº 20/2019. ASSUNTO: Prorrogado por 30 (trinta) dias.

### EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS

TERMO DE PRORROGAÇÃO II, que se faz ao Contrato Nº 193/2019, celebrado com fundamento no art. 57, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ. CONTRATADA: HESE EMPREENDIMENTOS E GERENCIAMENTO LTDA. PROCESSO: 25.798-8/19. ASSINATURA: 21/10/2020. OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA EMEB APARECIDA MERINO ELIAS - BAIRRO MEDEIROS, NESTA CIDADE. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO nº 12/2019. ASSUNTO: Prorrogado por 30 (trinta) dias.





## ADMINISTRAÇÃO

dias.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28505/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: EDIR SUSSEL E CIA LTDA VALOR TOTAL R\$ 33240,00 OBJETO: PLACA DE ACRILICO 4MM (BARREIRA FISICA) - UGPS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/ACOES P/ENFRENTAMENTO COVID 19-EDUCACAO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 302/2020.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 29617/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: ALLIAGE S/A INDÚSTRIAS MÉDICO ODONTOLÓGICA VALOR TOTAL R\$ 3999,00 OBJETO: BOMBA A VACUO PARA USO ODONTOLÓGICO - UGPS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE -PAB BANCO DO BRASIL C/C 58.040-6 COMPRA DIRETA Nº 2051/2020.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 29621/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: WR DE CARVALHO JUNIOR COMERCIO E SERVIÇO VALOR TOTAL R\$ 1125,00 OBJETO: MESA DE PLASTICO ADULTO - UGPS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE LEI 4320/64 (ART.2 INC. 1)RES. INAMPS 273/91 L.M.4230/93 BANCO DO BRASIL C/C 58.041-4 COMPRA DIRETA Nº 2054/2020.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 29623/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: MATIAS COMERCIAL PRODUTOS E SERVICOS EIRELI ME VALOR TOTAL R\$ 8800,00 OBJETO: SOQUETE PARA LAMPADA FLUORESCENTE E LAMPADA LED TUBULAR - UG DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO, CONVENIO: QSE-QUOTA SALARIO EDUCACAO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 281/2020.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 29625/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: FORTLUX DISTRIB.DE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI EPP VALOR TOTAL R\$ 51510,00 OBJETO: SOQUETE PARA LAMPADA FLUORESCENTE E LAMPADA LED TUBULAR - UG DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO, CONVENIO: QSE-QUOTA SALARIO EDUCACAO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 281/2020.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 29626/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: BEBEDOUROS CÂNOVAS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP VALOR TOTAL R\$ 4156,00 OBJETO: BEBEDOURO INDUSTRIAL EM INOX - UGPS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: TAXA EXPEDIENTE SAUDE COMPRA DIRETA Nº 2055/2020.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 29627/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: MARCIO EDUARDO TANJONI CIA. LTDA. - ME VALOR TOTAL R\$ 6252,00 OBJETO: RODAPE DE POLIESTIRENO BRANCO E OUTROS - UGPS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: TETO FINANCEIRO DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS.BANCO DO BRASIL C/C 9886-8 BANCO 154 COMPRA DIRETA Nº 2056/2020.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28828/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: MGVA CONSTRUÇÃO EIRELI - ME VALOR TOTAL R\$ 16000,00 OBJETO: FORNEC. DE DIVISORIAS - UGADS DESTINADO UNID. GESTÃO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLV. SOCIAL, CONVENIO: AFM-APOIO FINANCEIRO A MUNICIPIOS L.C.173/2020, ART. 5, I COMPRA DIRETA Nº 2057/2020.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 29644/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: BETANIAMED COMERCIAL EIRELI EPP VALOR TOTAL R\$ 101600,00 OBJETO: KIT ODONT. COMPOSTO DE CANETA, MICRO MOTOR E CONTRA ANGULO, DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/ ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 296/2020.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 29645/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

(PMJ). CONTRATADA: BETANIAMED COMERCIAL EIRELI EPP VALOR TOTAL R\$ 33100,00 OBJETO: KIT ODONT. COMPOSTO DE CANETA, MICRO MOTOR E CONTRA ANGULO, DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/ ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 296/2020.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28081/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA. VALOR TOTAL R\$ 3850,00 OBJETO: BOTA DE UNNA DE PRONTO USO, NORFLOXACINA, SAIS PARA REIDRATA DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/EMERG.EM SAUDE/MEDICAMENTOS SAUDE MENTAL/COVID PREGÃO ELETRÔNICO Nº 281/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28083/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA. VALOR TOTAL R\$ 9600,00 OBJETO: HALOPERIDOL, LEVOMEPRIMAZINA, MEDROXIPROGESTERONA ACETATO E DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/EMERG.EM SAUDE/MEDICAMENTOS SAUDE MENTAL/COVID PREGÃO ELETRÔNICO Nº 268/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28082/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA. VALOR TOTAL R\$ 3650,00 OBJETO: HALOPERIDOL, LEVOMEPRIMAZINA, MEDROXIPROGESTERONA ACETATO E DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/EMERG.EM SAUDE/MEDICAMENTOS SAUDE MENTAL/COVID PREGÃO ELETRÔNICO Nº 268/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28086/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL SA VALOR TOTAL R\$ 8100,00 OBJETO: DEXAMETASONA, CLORPROMAZINA E OUTROS - RP - UGPS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/EMERG. EM SAUDE/MEDICAMENTOS SAUDE MENTAL/COVID PREGÃO ELETRÔNICO Nº 181/2020.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28085/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL SA VALOR TOTAL R\$ 5400,00 OBJETO: DEXAMETASONA, CLORPROMAZINA E OUTROS - RP - UGPS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/EMERG. EM SAUDE/MEDICAMENTOS SAUDE MENTAL/COVID PREGÃO ELETRÔNICO Nº 181/2020.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28084/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA VALOR TOTAL R\$ 15225,00 OBJETO: HIDROCORTISONA, SUCCINATO 500MG + DILUENTE, DICLOFENACO SÓDI DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/EMERG.EM SAUDE/MEDICAMENTOS SAUDE MENTAL/COVID PREGÃO ELETRÔNICO Nº 195/2020.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28077/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA. VALOR TOTAL R\$ 7400,00 OBJETO: FOLICO ACIDO, ESPIRAMICINA, CETOPROFENO E OUTROS - RP - UGPS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/EMERG.EM SAUDE/MEDICAMENTOS SAUDE MENTAL/COVID PREGÃO ELETRÔNICO Nº 380/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28080/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: LUMAR COM. PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA VALOR TOTAL R\$ 38720,00 OBJETO: ACETILSALICILICO ACIDO, CINARIZINA, BETAMETASONA E OUTROS - DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/EMERG.EM SAUDE/MEDICAMENTOS SAUDE MENTAL/COVID PREGÃO ELETRÔNICO Nº 365/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28079/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE



## ADMINISTRAÇÃO

LTDA VALOR TOTAL R\$ 8900,00 OBJETO: BENZILPENICILINA PROCAINA, BENZIL PENICILINA BENZATINA E OUT DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/EMERG.EM SAUDE/MEDICAMENTOS SAUDE MENTAL/COVID PREGÃO ELETRÔNICO Nº 379/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28078/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA VALOR TOTAL R\$ 5692,50 OBJETO: BENZILPENICILINA PROCAINA, BENZIL PENICILINA BENZATINA E OUT DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/EMERG.EM SAUDE/MEDICAMENTOS SAUDE MENTAL/COVID PREGÃO ELETRÔNICO Nº 379/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28091/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: DUPATRI HOSPITALAR COM. IMP. E EXP. LTDA VALOR TOTAL R\$ 13338,00 OBJETO: MEDICAMENTOS (ISOSSORBIDA DINITRATO, BIPERIDENO, N-BUTIL E O DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/EMERG.EM SAUDE/MEDICAMENTOS SAUDE MENTAL/COVID PREGÃO ELETRÔNICO Nº 131/2020.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28090/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA VALOR TOTAL R\$ 21700,00 OBJETO: MEDICAMENTOS (ISOSSORBIDA DINITRATO, BIPERIDENO, N-BUTIL E O DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/EMERG.EM SAUDE/MEDICAMENTOS SAUDE MENTAL/COVID PREGÃO ELETRÔNICO Nº 131/2020.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28088/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: AZULPHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP VALOR TOTAL R\$ 17963,28 OBJETO: CEFALOXINA, DAPIRONA, TIAMINA - RP - UGPS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/EMERG.EM SAUDE/MEDICAMENTOS SAUDE MENTAL/COVID PREGÃO ELETRÔNICO Nº 140/2020.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28087/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA. VALOR TOTAL R\$ 4810,50 OBJETO: CEFALOXINA, DAPIRONA, TIAMINA - RP - UGPS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/EMERG.EM SAUDE/MEDICAMENTOS SAUDE MENTAL/COVID PREGÃO ELETRÔNICO Nº 140/2020.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28094/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: DUPATRI HOSPITALAR COM. IMP. E EXP. LTDA VALOR TOTAL R\$ 371322,14 OBJETO: DIAZEPAM, FUROSEMIDA E OUTROS - RP - UGPS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/EMERG.EM SAUDE/MEDICAMENTOS SAUDE MENTAL/COVID PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2020.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28093/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: DUPATRI HOSPITALAR COM. IMP. E EXP. LTDA VALOR TOTAL R\$ 2034,66 OBJETO: DIAZEPAM, FUROSEMIDA E OUTROS - RP - UGPS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/EMERG.EM SAUDE/MEDICAMENTOS SAUDE MENTAL/COVID PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2020.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28092/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: LIGIA MARIA CARNEIRO ME VALOR TOTAL R\$ 15000,00 OBJETO: DIAZEPAM, FUROSEMIDA E OUTROS - RP - UGPS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/EMERG.EM SAUDE/MEDICAMENTOS SAUDE MENTAL/COVID PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2020.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28098/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: PARTNER FARMA DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA VALOR TOTAL R\$ 4906,80 OBJETO: SULBATAMOL MICRONIZADO, CLOMIPRAMINA E OUTROS - RP

- UGPS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/EMERG.EM SAUDE/MEDICAMENTOS SAUDE MENTAL/COVID PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2020.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28097/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: PARTNER FARMA DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA VALOR TOTAL R\$ 51643,20 OBJETO: SULBATAMOL MICRONIZADO, CLOMIPRAMINA E OUTROS - RP - UGPS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/EMERG.EM SAUDE/MEDICAMENTOS SAUDE MENTAL/COVID PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2020.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28096/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA. VALOR TOTAL R\$ 3152,40 OBJETO: SULBATAMOL MICRONIZADO, CLOMIPRAMINA E OUTROS - RP - UGPS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/EMERG.EM SAUDE/MEDICAMENTOS SAUDE MENTAL/COVID PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2020.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28095/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA. VALOR TOTAL R\$ 4247,60 OBJETO: SULBATAMOL MICRONIZADO, CLOMIPRAMINA E OUTROS - RP - UGPS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/EMERG.EM SAUDE/MEDICAMENTOS SAUDE MENTAL/COVID PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2020.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 27950/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: AZULPHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP VALOR TOTAL R\$ 16071,00 OBJETO: NEOMICINA + BACITRACINA, NITRAZEPAM, VALPROCIO ACIDO E OUTRO DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA. PORTARIA N. 1462 DE 19.06.2007. BANCO DO BRASIL C/C 34.906-2 - BANCO 233 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 234/2020.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 27986/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: LIGIA MARIA CARNEIRO ME VALOR TOTAL R\$ 45880,00 OBJETO: FORN MEDICAMENTOS (NORFLOXACINA, OMEPRAZOL, PARACETAMOL E OU DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA. PORTARIA N. 1462 DE 19.06.2007. BANCO DO BRASIL C/C 34.906-2 - BANCO 233 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 207/2020.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 27985/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA. VALOR TOTAL R\$ 34000,00 OBJETO: FORN MEDICAMENTOS (NORFLOXACINA, OMEPRAZOL, PARACETAMOL E OU DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA. PORTARIA N. 1462 DE 19.06.2007. BANCO DO BRASIL C/C 34.906-2 - BANCO 233 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 207/2020.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 27955/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: AZULPHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP VALOR TOTAL R\$ 20064,00 OBJETO: COMPRESSA DE CARVÃO ATIVADO COM PRATA, ESTRÓGENOS CONJUGADOS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA. PORTARIA N. 1462 DE 19.06.2007. BANCO DO BRASIL C/C 34.906-2 - BANCO 233 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 300/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 27977/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: INDMED HOSPITALAR EIRELI - EPP VALOR TOTAL R\$ 23760,00 OBJETO: COMPRESSA DE CARVÃO ATIVADO COM PRATA, ESTRÓGENOS CONJUGADOS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA. PORTARIA N. 1462 DE 19.06.2007. BANCO DO BRASIL C/C 34.906-2 - BANCO 233 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 300/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO



## ADMINISTRAÇÃO

EMPENHO Nº 27975/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA VALOR TOTAL R\$ 4500,00 OBJETO: COMPRESSA DE CARVÃO ATIVADO COM PRATA, ESTRÓGENOS CONJUGADOS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA. PORTARIA N. 1462 DE 19.06.2007. BANCO DO BRASIL C/C 34.906-2 - BANCO 233 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 300/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 27976/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: CIMED INDUSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA VALOR TOTAL R\$ 2800,00 OBJETO: COMPRESSA DE CARVÃO ATIVADO COM PRATA, ESTRÓGENOS CONJUGADOS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA. PORTARIA N. 1462 DE 19.06.2007. BANCO DO BRASIL C/C 34.906-2 - BANCO 233 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 300/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 27974/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: LUMAR COM. PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA VALOR TOTAL R\$ 2905,13 OBJETO: COMPRESSA DE CARVÃO ATIVADO COM PRATA, ESTRÓGENOS CONJUGADOS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA. PORTARIA N. 1462 DE 19.06.2007. BANCO DO BRASIL C/C 34.906-2 - BANCO 233 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 300/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 27973/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: INTERLAB FARMACEUTICA LTDA VALOR TOTAL R\$ 153360,00 OBJETO: COMPRESSA DE CARVÃO ATIVADO COM PRATA, ESTRÓGENOS CONJUGADOS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA. PORTARIA N. 1462 DE 19.06.2007. BANCO DO BRASIL C/C 34.906-2 - BANCO 233 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 300/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 27979/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: DUPATRI HOSPITALAR COMERCIO, IMPORT. EXPORT. LTDA. VALOR TOTAL R\$ 106260,00 OBJETO: AMOXICILINA, AZITROMICINA E OUTROS - RP - UGPS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA. PORTARIA N. 1462 DE 19.06.2007. BANCO DO BRASIL C/C 34.906-2 - BANCO 233 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 289/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 27978/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: INTERLAB FARMACEUTICA LTDA VALOR TOTAL R\$ 84000,00 OBJETO: AMOXICILINA, AZITROMICINA E OUTROS - RP - UGPS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA. PORTARIA N. 1462 DE 19.06.2007. BANCO DO BRASIL C/C 34.906-2 - BANCO 233 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 289/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 27983/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: LUMAR COM. PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA VALOR TOTAL R\$ 9765,00 OBJETO: METILDOPA, PROPRANOLOL CLORIDRATO, METFORMINA E OUTROS - RP DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA. PORTARIA N. 1462 DE 19.06.2007. BANCO DO BRASIL C/C 34.906-2 - BANCO 233 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 265/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 27982/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: LUMAR COM. PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA VALOR TOTAL R\$ 5566,00 OBJETO: METILDOPA, PROPRANOLOL CLORIDRATO, METFORMINA E OUTROS - RP DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA. PORTARIA N. 1462 DE 19.06.2007. BANCO DO BRASIL C/C 34.906-2 - BANCO 233 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 265/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 27959/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: ANBIOTON IMPORTADORA LTDA VALOR

TOTAL R\$ 6755,00 OBJETO: BOTA DE UNNA DE PRONTO USO, IMIPRAMINA, PERICIAZINA E OUTROS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA. PORTARIA N. 1462 DE 19.06.2007. BANCO DO BRASIL C/C 34.906-2 - BANCO 233 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 398/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 27958/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA VALOR TOTAL R\$ 7438,00 OBJETO: BOTA DE UNNA DE PRONTO USO, IMIPRAMINA, PERICIAZINA E OUTROS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA. PORTARIA N. 1462 DE 19.06.2007. BANCO DO BRASIL C/C 34.906-2 - BANCO 233 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 398/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 27969/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA VALOR TOTAL R\$ 3960,00 OBJETO: BENZILPENICILINA PROCAINA, BENZIL PENICILINA BENZATINA E OUT DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA. PORTARIA N. 1462 DE 19.06.2007. BANCO DO BRASIL C/C 34.906-2 - BANCO 233 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 379/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 27957/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA VALOR TOTAL R\$ 42005,00 OBJETO: FORNECIMENTO DE FOLINATO DE CALCIO, TOBRAMICINA SULFATO, FLU DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA. PORTARIA N. 1462 DE 19.06.2007. BANCO DO BRASIL C/C 34.906-2 - BANCO 233 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 370/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 27971/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: CIMED INDUSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA VALOR TOTAL R\$ 105000,00 OBJETO: ACETILSALICILICO ACIDO, CINARIZINA, BETAMETASONA E OUTROS - DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: MS/ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA. PORTARIA N. 1462 DE 19.06.2007. BANCO DO BRASIL C/C 34.906-2 - BANCO 233 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 365/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28427/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: MEGA FER COMERCIO DE FERRO E AÇO LTDA EPP VALOR TOTAL R\$ 2250,00 OBJETO: FERRO P/ CONSTRUÇÃO, ARAME DE FERRO, ARAME FARPADO E OUTROS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE INFRAEST. E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONVENIO: CEF/FINISA-FINANCIAMENTO A INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2020.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28354/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: HIPERTELAS EIRELI ME VALOR TOTAL R\$ 7916,40 OBJETO: ARAME DE FERRO GALVANIZADO E TELA DE ARAME GALVANIZADO - RP DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE INFRAEST. E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONVENIO: CEF/FINISA-FINANCIAMENTO A INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 271/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28425/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: HIPERTELAS EIRELI ME VALOR TOTAL R\$ 425,00 OBJETO: ARAME DE FERRO GALVANIZADO E TELA DE ARAME GALVANIZADO - RP DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE INFRAEST. E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONVENIO: CEF/FINISA-FINANCIAMENTO A INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 271/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28347/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: BR VALE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS EIRELI EPP VALOR TOTAL R\$ 3750,00 OBJETO: ALCOOL GEL - RP - UGAP DESTINADO UNID. GESTÃO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLV. SOCIAL, CONVENIO: FNAS/COVID EPI PREGÃO ELETRÔNICO Nº 190/2020.





## ADMINISTRAÇÃO

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28353/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: COMERCIAL GORDES EIRELI - EPP VALOR TOTAL R\$ 148267,20 OBJETO: PÃO DE FORMA INTEGRAL, PÃO TIPO HOT DOG, MINI BOLO SABOR CHO DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO, CONVENIO: FNDE/PNAE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 353/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28352/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: BELAMESA COM.DE PROD.ALIMENT.EM GERAL EIRELI EPP VALOR TOTAL R\$ 204828,00 OBJETO: FORNEC ALMONDEGA BOVINA, BIFE A ROLE DE CARNE, BIFE A ROLE D DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO, CONVENIO: FNDE/PNAE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2020.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28349/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: J.F.B. GOUVEIA & CIA LTDA EPP VALOR TOTAL R\$ 200000,00 OBJETO: MEDICAMENTOS MANDADO JUDICIAL GENÉRICOS - MJ - RP - UGPS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, CONVENIO: AFM-APOIO FINANCEIRO A MUNICIPIOS L.C.173/2020, ART. 5, I PREGÃO ELETRÔNICO Nº 371/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28593/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: P.S COMPANY COMERCIO DE ELETRÔNICOS LTDA EPP VALOR TOTAL R\$ 6570,00 OBJETO: VENTILADOR DE PAREDE - RP - UGE DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO, CONVENIO: QSE-QUOTA SALARIO EDUCACAO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 340/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28595/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: LOJA DA ESCOLA LTDA EPP VALOR TOTAL R\$ 3850,00 OBJETO: GAVETEIRO, CADEIRA GIRATÓRIA, CONJUNTO PRÉ ESCOLAR INFANTIL DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO, CONVENIO: QSE-QUOTA SALARIO EDUCACAO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 212/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28594/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: PECINI & PECINI COMERCIO DE MOVEIS EIRELI VALOR TOTAL R\$ 1298,00 OBJETO: GAVETEIRO, CADEIRA GIRATÓRIA, CONJUNTO PRÉ ESCOLAR INFANTIL DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO, CONVENIO: QSE-QUOTA SALARIO EDUCACAO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 212/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28596/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: ANDRE PANINI ALBISSU EPP VALOR TOTAL R\$ 30397,00 OBJETO: MESA DE REUNIAO REDONDA, MESA DE REUNIAO RETANGULAR E OUTROS DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO, CONVENIO: QSE-QUOTA SALARIO EDUCACAO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 377/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28598/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: DSE INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS DE AÇO LTDA EPP VALOR TOTAL R\$ 10210,00 OBJETO: EXPOSITOR ARAMADO, ESTANTE DE AÇO E OUTROS - RP - UGE DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO, CONVENIO: QSE-QUOTA SALARIO EDUCACAO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 342/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28597/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: A.P.ARTIOLE EIRELI ME VALOR TOTAL R\$ 810,50 OBJETO: EXPOSITOR ARAMADO, ESTANTE DE AÇO E OUTROS - RP - UGE DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO, CONVENIO: QSE-QUOTA SALARIO EDUCACAO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 342/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28600/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: TUPIRATINS MATERIAIS ESCOLARES EIRELI ME VALOR TOTAL R\$ 1750,00 OBJETO: QUADRO BRANCO EM PVC RESINADO, QUADRO DE AVISOS E OUTROS - R DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO, CONVENIO: QSE-QUOTA SALARIO EDUCACAO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 341/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28601/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: P.S COMPANY COMERCIO DE ELETRÔNICOS LTDA EPP VALOR TOTAL R\$ 17374,00 OBJETO: VENTILADOR DE PAREDE - RP - UGE DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO, CONVENIO: QSE-QUOTA SALARIO EDUCACAO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 340/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28599/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: RODRIGO TONELOTTO VALOR TOTAL R\$ 482,00 OBJETO: QUADRO BRANCO EM PVC RESINADO, QUADRO DE AVISOS E OUTROS - R DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO, CONVENIO: QSE-QUOTA SALARIO EDUCACAO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 341/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28603/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: LOJA DA ESCOLA LTDA EPP VALOR TOTAL R\$ 2200,00 OBJETO: GAVETEIRO, CADEIRA GIRATÓRIA, CONJUNTO PRÉ ESCOLAR INFANTIL DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO, CONVENIO: QSE-QUOTA SALARIO EDUCACAO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 212/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28602/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: PECINI & PECINI COMERCIO DE MOVEIS EIRELI VALOR TOTAL R\$ 1298,00 OBJETO: GAVETEIRO, CADEIRA GIRATÓRIA, CONJUNTO PRÉ ESCOLAR INFANTIL DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO, CONVENIO: QSE-QUOTA SALARIO EDUCACAO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 212/2019.

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO Nº 28604/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (PMJ). CONTRATADA: P.S COMPANY COMERCIO DE ELETRÔNICOS LTDA EPP VALOR TOTAL R\$ 6570,00 OBJETO: VENTILADOR DE PAREDE - RP - UGE DESTINADO UNIDADE DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO, CONVENIO: QSE-QUOTA SALARIO EDUCACAO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 340/2019.

### EXTRATO DA JUSTIFICATIVA

Processo nº 14.294-9/2020

Inexigibilidade de Licitação nº 22/2020

I - Objeto: aquisição de filtro e adesivo Provox, em atendimento a Mandado Judicial, cujo órgão gestor é a Unidade de Gestão de Promoção da Saúde.

II - Contratada: Atos Medical Brasil – Comércio e Distribuição de Produtos Médico-Hospitalares Ltda.

III - Fundamento Legal: artigo 25, inciso I, c/c 26, da Lei Federal nº 8.666/93.

IV - Valor Global: R\$ 20.754,00 (vinte mil, setecentos e cinquenta e quatro reais).

V - Prazo de Entrega: 15 (quinze) dias.

VI - Justificativa:

A aquisição de filtro e adesivo Provox, é necessária em face de determinação judicial, consubstanciada no processo judicial nº 1012117-88.2019.8.26.0309, da Vara da Fazenda Pública desta Comarca de Jundiaí.

A escolha da empresa Atos Medical Brasil – Comércio e Distribuição de Produtos Médico-Hospitalares Ltda., se deu em razão de atender às exigências desta Municipalidade e única qualificada para venda e distribuição exclusiva dos insumos em todo território Nacional, o que torna inviável estabelecer competição, conforme documentos constantes do Processo Administrativo em epígrafe.

Quanto ao preço, tratando-se de produto de comercialização exclusiva, e que não conta com comparativo diante da ausência de produto similar cabe registrar que se apresenta condizente com as práticas de venda da empresa proponente, conforme elementos constante dos autos.

Marco Antonio Viscaino  
Diretor do Depto. Financeiro

UGPS, em 29 de outubro de 2020.

Ratifico a justificativa apresentada pelo Sr. Diretor do Depto. Financeiro, constante dos autos.

Publique-se o respectivo Extrato.

Tiago Texera  
Gestor da Unidade de Promoção da Saúde





## DECRETOS

### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

DECRETO Nº 29.429, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020.

LUIZ FERNANDO ARANTES MACHADO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, ESTADO DE SÃO PAULO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS ESPECIALMENTE AS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº 9363, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, ART. 4º, § 1º.

CONSIDERANDO NECESSIDADE DE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO PARA ATENDER DESPESAS COM INFRAESTRUTURA DE REDE DE DADOS NO 8º ANDAR, ALA NORTE DEVIDO A ALTERAÇÕES NO LAYOUT. REF. SOLICITAÇÃO 1.092 - UNIDADE DE GESTÃO DA CASA CIVIL

#### DECRETA:

ART. 1º - FICA ABERTO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 20.700,97 (VINTE MIL SETECENTOS REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS) NA(S) DOTAÇÃO(ÕES):

03.01.04.122.0190.2003 GERENCIAMENTO OPERACIONAL DA UNIDADE DE GESTÃO

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

0000 PRÓPRIA

R\$ 20.700,97

TOTAL....R\$ 20.700,97

ART. 2º - A COBERTURA DO CRÉDITO DE QUE TRATA O ART. 1º FAR-SE-Á COM O(S) SEGUINTE(S) RECURSO(S):

#### 1 - ANULAÇÃO PARCIAL DA(S) SEGUINTE(S) DOTAÇÃO(ÕES) DO ORÇAMENTO VIGENTE:

03.01.04.122.0190.2003 GERENCIAMENTO OPERACIONAL DA UNIDADE DE GESTÃO

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

0000 PRÓPRIA

R\$ 20.700,97

TOTAL....R\$ 20.700,97

ART. 2º - ESTE DECRETO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

LUIZ FERNANDO ARANTES MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ ANTONIO PARIMOSCHI

GESTOR DA UNIDADE DE GOVERNO E FINANÇAS

PUBLICADO E REGISTRADO NA UNIDADE DE GESTÃO DA CASA CIVIL DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, AO(S) VINTE E NOVE DIA(S) DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

GUSTAVO L. C. MARYSSAEL DE CAMPOS

GESTOR DA UNIDADE DA CASA CIVIL

### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

DECRETO Nº 29.430, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020.

LUIZ FERNANDO ARANTES MACHADO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, ESTADO DE SÃO PAULO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS ESPECIALMENTE AS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº 9363, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, ART. 4º, § 1º.

CONSIDERANDO NECESSIDADE DE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, PARA COBERTURA DE DESPESA COM AQUISIÇÃO DE VÍDEO PORTEIRO PARA O CONSELHO TUTELAR I. REF. SOLICITAÇÃO 1.091 - UNID. GESTÃO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLV. SOCIAL

#### DECRETA:

ART. 1º - FICA ABERTO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 929,00 (NOVECENTOS E VINTE E NOVE REAIS) NA(S) DOTAÇÃO(ÕES):

15.01.08.243.0199.2155 GESTÃO OPERACIONAL DOS CONSELHOS TUTELARES

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

0000 PRÓPRIA

R\$ 929,00

TOTAL....R\$ 929,00

ART. 2º - A COBERTURA DO CRÉDITO DE QUE TRATA O ART. 1º FAR-SE-Á COM O(S) SEGUINTE(S) RECURSO(S):

#### 1 - ANULAÇÃO PARCIAL DA(S) SEGUINTE(S) DOTAÇÃO(ÕES) DO ORÇAMENTO VIGENTE:

15.01.08.243.0199.2155 GESTÃO OPERACIONAL DOS CONSELHOS TUTELARES

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

0000 PRÓPRIA

R\$ 929,00

TOTAL....R\$ 929,00

ART. 2º - ESTE DECRETO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

LUIZ FERNANDO ARANTES MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ ANTONIO PARIMOSCHI

GESTOR DA UNIDADE DE GOVERNO E FINANÇAS

PUBLICADO E REGISTRADO NA UNIDADE DE GESTÃO DA CASA CIVIL DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, AO(S) VINTE E NOVE DIA(S) DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

GUSTAVO L. C. MARYSSAEL DE CAMPOS

GESTOR DA UNIDADE DA CASA CIVIL



## DECRETOS

### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

DECRETO Nº 29.431, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020.

LUIZ FERNANDO ARANTES MACHADO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, ESTADO DE SÃO PAULO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS ESPECIALMENTE AS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº 9363, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, ART. 4º, § 2º.

CONSIDERANDO NECESSIDADE DE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR COM RECURSOS PROVENIENTES DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, PARA ATENDER DESPESAS COM O CONVÊNIO Nº 09/2019 - HOSPITAL DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULO, REFERENTE A REPACTUAÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ALA E DOS LEITOS DE UTI PARA O ENFRENTAMENTO A COVID-19, ATRAVÉS DA PORTARIA MS/GM Nº 1.666/2020. PROCESSO: 7.380-7/2019. REF. SOLICITAÇÃO 1.093 - UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE

#### DECRETA:

ART. 1º - FICA ABERTO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 2.208.000,00 (DOIS MILHÕES DUZENTOS E OITO MIL REAIS) NA(S) DOTAÇÃO(ÕES):

14.01.10.122.0191.2010 AÇÕES DE COMBATE À PANDEMIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS - COVID 19

3.3.50.39.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

5086 FNS/MS/ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DE SAÚDE

R\$ 2.208.000,00

TOTAL....R\$ 2.208.000,00

ART. 2º - A COBERTURA DO CRÉDITO DE QUE TRATA O ART. 1º FAR-SE-Á COM O(S) SEGUINTE(S) RECURSO(S):

1 - RECURSO INDICADO NO ART. 43, § 1º, INCISO II DA LEI FEDERAL N. 4.320/64..

ART. 2º - ESTE DECRETO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

LUIZ FERNANDO ARANTES MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ ANTONIO PARIMOSCHI

GESTOR DA UNIDADE DE GOVERNO E FINANÇAS

### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

DECRETO Nº 29.432, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020.

LUIZ FERNANDO ARANTES MACHADO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, ESTADO DE SÃO PAULO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS ESPECIALMENTE AS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº 9363, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, ART. 4º, § 2º.

CONSIDERANDO NECESSIDADE DE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA COBERTURA DE DESPESA COM CONVÊNIO 895438/2019 MINISTÉRIO DA CIDADANIA, PLATAFORMA + BRASIL, DESTINADA AO CRAS NOVO HORIZONTE, AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES. CONVÊNIO 558 - PROCESSO: 25.758-2/2019. PARTE DA RI 760199. REF. SOLICITAÇÃO 1.086 - UNID. GESTÃO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLV. SOCIAL

#### DECRETA:

ART. 1º - FICA ABERTO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 1.600,00 (UM MIL SEISCENTOS REAIS) NA(S) DOTAÇÃO(ÕES):

15.01.08.244.0199.2080 GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO SUAS

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

6444 MC/SUAS/ESTRUT. REDE DE SERVIÇOS/CONV. 041330/19

R\$ 1.600,00

TOTAL....R\$ 1.600,00

ART. 2º - A COBERTURA DO CRÉDITO DE QUE TRATA O ART. 1º FAR-SE-Á COM O(S) SEGUINTE(S) RECURSO(S):

1 - RECURSO INDICADO NO ART. 43, § 1º, INCISO II DA LEI FEDERAL N. 4.320/64..

ART. 2º - ESTE DECRETO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

LUIZ FERNANDO ARANTES MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ ANTONIO PARIMOSCHI

GESTOR DA UNIDADE DE GOVERNO E FINANÇAS

PUBLICADO E REGISTRADO NA UNIDADE DE GESTÃO DA CASA CIVIL DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, AO(S) VINTE E NOVE DIA(S) DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

GUSTAVO L. C. MARYSSAEL DE CAMPOS

GESTOR DA UNIDADE DA CASA CIVIL

PUBLICADO E REGISTRADO NA UNIDADE DE GESTÃO DA CASA CIVIL DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, AO(S) VINTE E NOVE DIA(S) DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

GUSTAVO L. C. MARYSSAEL DE CAMPOS

GESTOR DA UNIDADE DA CASA CIVIL





## DECRETOS

### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

DECRETO Nº 29.433, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020.

LUIZ FERNANDO ARANTES MACHADO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, ESTADO DE SÃO PAULO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS ESPECIALMENTE AS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº 9363, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, ART. 4º, § 2º.

CONSIDERANDO NECESSIDADE DE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, PARA COBERTURA DE DESPESA COM AQUISIÇÃO DE FONES DE OUVIDO PARA USO NOS EQUIPAMENTOS DA UGADS, RECURSO FNAS/ COVID ACOLHIMENTO - FEDERAL CONVENIO 565. REF. SOLICITAÇÃO 1.084 - UNID. GESTÃO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLV. SOCIAL

CONSIDERANDO NECESSIDADE DE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, PARA COBERTURA DE DESPESA COM AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS PARA USO NOS EQUIPAMENTOS DA UGADS, RECURSO FNAS/ COVID ACOLHIMENTO - FEDERAL CONVENIO 565, PARTE DA RI 760284. REF. SOLICITAÇÃO 1.082 - UNID. GESTÃO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLV. SOCIAL

CONSIDERANDO NECESSIDADE DE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, PARA COBERTURA DE DESPESA COM AQUISIÇÃO DE WEBCAM PARA USO NOS EQUIPAMENTOS DA UGADS, RECURSO FNAS/ COVID ACOLHIMENTO - FEDERAL CONVENIO 565. REF. SOLICITAÇÃO 1.085 - UNID. GESTÃO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLV. SOCIAL

#### DECRETA:

ART. 1º - FICA ABERTO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 26.468,83 (VINTE E SEIS MIL QUATROCENTOS E SESSENTA E OITO REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS) NA(S) DOTAÇÃO(ÕES):

15.01.08.122.0191.2010 AÇÕES DE COMBATE À PANDEMIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS - COVID 19

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

5171 MC/SNAS/ACÕES ASSISTENCIAIS COMBATE COVID/COVIDACO

R\$ 16.253,83

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

5171 MC/SNAS/ACÕES ASSISTENCIAIS COMBATE COVID/COVIDACO

R\$ 10.215,00

TOTAL.....R\$ 26.468,83

ART. 2º - A COBERTURA DO CRÉDITO DE QUE TRATA O ART. 1º FAR-SE-Á COM O(S) SEGUINTE(S) RECURSO(S):

1 - RECURSO INDICADO NO ART. 43, § 1º, INCISO II DA LEI FEDERAL N. 4.320/64...

ART. 2º - ESTE DECRETO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

LUIZ FERNANDO ARANTES MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ ANTONIO PARIMOSCHI

GESTOR DA UNIDADE DE GOVERNO E FINANÇAS

PUBLICADO E REGISTRADO NA UNIDADE DE GESTÃO DA CASA CIVIL DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, AO(S) VINTE E NOVE DIA(S) DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

GUSTAVO L. C. MARYSSAEL DE CAMPOS

GESTOR DA UNIDADE DA CASA CIVIL

### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

DECRETO Nº 29.434, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020.

LUIZ FERNANDO ARANTES MACHADO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, ESTADO DE SÃO PAULO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS ESPECIALMENTE AS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº 9363, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, ART. 4º, § 3º.

CONSIDERANDO NECESSIDADE DE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR SUPERÁVIT, PARA COBERTURA DE DESPESA COM AQUISIÇÃO DE EXTENSÃO DE ÁUDIO PARA A CASA SOL QUE ABRIGA MULHERES VÍTIMA DE VIOLÊNCIA. BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, CONV. 516 REF. SOLICITAÇÃO 1.090 - UNID. GESTÃO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLV. SOCIAL

CONSIDERANDO NECESSIDADE DE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR SUPERÁVIT, PARA COBERTURA DE DESPESA COM AQUISIÇÃO DE INTERFONE PARA O LOCAL DESTINADO A CASA SOL. BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, CONV. 516 REF. SOLICITAÇÃO 1.089 - UNID. GESTÃO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLV. SOCIAL

CONSIDERANDO NECESSIDADE DE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR SUPERÁVIT, PARA COBERTURA DE DESPESA COM AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS PARA UTILIZAÇÃO NO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ. PRIMEIRA INFÂNCIA, FEDERAL CONV. 488. PARTE DA RI 760171. REF. SOLICITAÇÃO 1.083 - UNID. GESTÃO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLV. SOCIAL

CONSIDERANDO NECESSIDADE DE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR SUPERÁVIT, PARA COBERTURA DE DESPESA COM AQUISIÇÃO DE VÍDEO PORTEIRO PARA O LOCAL DESTINADO AO PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA. BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, CONV. 516. REF. SOLICITAÇÃO 1.087 - UNID. GESTÃO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLV. SOCIAL

CONSIDERANDO NECESSIDADE DE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR SUPERÁVIT, PARA COBERTURA DE DESPESA COM SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE FECHADURA MAGNÉTICA PARA O LOCAL DESTINADO AO PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA. BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, CONV. 516 REF. SOLICITAÇÃO 1.088 - UNID. GESTÃO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLV. SOCIAL

#### DECRETA:

ART. 1º - FICA ABERTO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 14.107,38 (CATORZE MIL CENTO E SETE REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS) NA(S) DOTAÇÃO(ÕES):

15.01.08.243.0199.2201 PROTEÇÃO ESPECIAL DE ALTA: GESTÃO DO SERVIÇO EM FAMÍLIA ACOL

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

5164 FNAS/MDS/BLOCO DE PROTEÇÃO ESP. MEDIA E ALTA COMPL

R\$ 350,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

5164 FNAS/MDS/BLOCO DE PROTEÇÃO ESP. MEDIA E ALTA COMPL

R\$ 552,00

15.01.08.244.0199.2096 GESTÃO DOS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

5161 MDS/SUAS/PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA/criança FELIZ

R\$ 12.676,58

15.01.08.244.0199.2200 PROTEÇÃO ESPECIAL DE ALTA: GESTÃO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

5164 FNAS/MDS/BLOCO DE PROTEÇÃO ESP. MEDIA E ALTA COMPL

R\$ 528,80

TOTAL.....R\$ 14.107,38

ART. 2º - A COBERTURA DO CRÉDITO DE QUE TRATA O ART. 1º FAR-SE-Á COM O(S) SEGUINTE(S) RECURSO(S):

1 - RECURSO INDICADO NO ART. 43, § 1º, INCISO I DA LEI FEDERAL N. 4.320/64...

ART. 2º - ESTE DECRETO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.



## DECRETOS

### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

Decreto N. 29.434/2020

LUIZ FERNANDO ARANTES MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ ANTONIO PARIMOSCHI

GESTOR DA UNIDADE DE GOVERNO E FINANÇAS

PUBLICADO E REGISTRADO NA UNIDADE DE GESTÃO DA CASA CIVIL DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, AO(S) VINTE E NOVE DIA(S) DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

GUSTAVO L. C. MARYSSAEL DE CAMPOS

GESTOR DA UNIDADE DA CASA CIVIL

### **DECRETO Nº 29.396, DE 20 DE OUTUBRO DE 2020**

LUIZ FERNANDO MACHADO, Prefeito do Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em especial as disposições dos artigos 107 e 113, "caput" e § 3º da Lei Orgânica do Município de Jundiaí, e face ao que consta do Processo Administrativo nº 23.013-0/2016, -----

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica renovada a permissão de uso, a título precário e gratuito, da área pública constituída de parte da viela nº 04, lindeira ao lote 12, quadra 8, Loteamento Jardim Sarapiranga, neste Município, a RODRIGO HISADOMI DE OLIVEIRA, para o fim de conservação e manutenção, pelo prazo de 2 (dois) anos, contado da data da assinatura do Termo de Renovação de Uso, que passa a fazer parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO MACHADO  
Prefeito Municipal

Registrado na Unidade de Gestão da Casa Civil do Município de Jundiaí, aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, e publicado na Imprensa Oficial do Município.

GUSTAVO L. C. MARYSSAEL DE CAMPOS  
Gestor da Unidade da Casa Civil

### **DECRETO Nº 29.416, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020**

*Regulamenta a Lei Municipal nº 9.233, de 03 de julho de 2019; dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal no âmbito do Serviço de Inspeção Municipal de Jundiaí - SIM Jundiaí.*

LUIZ FERNANDO MACHADO, Prefeito do Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e face ao que consta do Processo Administrativo nº 6.333-7/2000, -----

#### **DECRETA:**

#### **TÍTULO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS E ÂMBITO DE ATUAÇÃO**

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o regulamento que disciplina a inspeção e fiscalização industrial e sanitária de produtos de origem animal aplicada a estabelecimentos de pequeno porte, instituídos pela Lei Municipal nº 5.506, de 28 de agosto de 2000, alterada pela Lei Municipal nº 6.115, de 02 de setembro de 2013, e revisados pela Lei Municipal nº 9.233, de 03 de julho de 2019.

§ 1º As atividades de que trata o *caput* são de competência do Município, que serão executadas pelo Serviço de Inspeção Municipal de Jundiaí - SIM Jundiaí.

§ 2º As atividades de que trata o *caput* devem ser desempenhadas com o objetivo de garantir o direito do consumidor em adquirir alimentos de origem animal seguros, acompanhados das informações necessárias determinadas pela legislação e produzidos respeitando o meio ambiente e o bem-estar animal.

Art. 2º Estão sujeitos ao registro, inspeções e fiscalizações pelo SIM Jundiaí os animais destinados ao abate, a carne e seus derivados, o pescado e seus derivados, os ovos e seus derivados, o leite e seus derivados e os produtos de abelhas e seus derivados, com adição ou não de produtos vegetais.

§ 1º A inspeção e a fiscalização a que se refere este artigo abrangem, sob ponto de vista industrial e sanitário, a inspeção *ante mortem* e *post mortem* dos animais, a recepção, a manipulação, o beneficiamento, a industrialização, o fracionamento, a conservação, o acondicionamento, a embalagem, a rotulagem, o armazenamento, a expedição e o trânsito de matérias-primas e produtos de origem animal.

§ 2º A produção rural para preparação, manipulação ou armazenagem doméstica de produtos de origem animal para consumo familiar ficará dispensada de registro, inspeção e fiscalização.

§ 3º O abate sem prévia insensibilização, mesmo que para atendimento de preceitos religiosos, não poderá ser registrado junto ao SIM Jundiaí.

Art. 3º Os estabelecimentos passíveis de registro no SIM Jundiaí são classificados segundo as atividades desenvolvidas, podendo ser classificados como:

I - estabelecimentos de produtos de abelhas e derivados;

II - estabelecimentos de ovos e derivados;

III - estabelecimentos de leite e derivados;

IV - estabelecimentos de carnes e derivados;

V - estabelecimentos de pescados e derivados.

#### **DA ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PROJETOS, REGISTROS DE ESTABELECIMENTOS, RENOVAÇÃO E CANCELAMENTO DE REGISTROS**

Art. 4º Com o objetivo de facilitar a instalação e legalização de empreendimentos de pequeno porte para a produção de produtos de origem animal no Município, o SIM Jundiaí deve fornecer orientação sobre aspectos higiênico-sanitários construtivos e de funcionamento dos estabelecimentos diretamente aos interessados, as suas associações ou aos seus representantes.

Parágrafo único. As reuniões técnicas devem ser registradas contendo a data, assunto tratado e participantes.

Art. 5º Os documentos para registro do estabelecimento no SIM Jundiaí podem ser protocolados em sistema eletrônico (Balcão do Empreendedor) ou recebidos em papel na Divisão de Protocolo, Documentação e Arquivo da Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas.

Parágrafo único. Para efeito do controle de entrada, distribuição e saída de documentos oficiais, os processos de registro no SIM Jundiaí, protocolados de forma eletrônica ou em papel, devem receber numeração codificada que os identificará e permitirá a rastreabilidade permanente.

Art. 6º Para solicitação de registro do estabelecimento junto ao SIM Jundiaí devem ser apresentados:

I - requerimento de solicitação;

II - planta ou croqui com equipamentos;

III - memorial sanitário da atividade pretendida;

IV - conta de água DAE recente (até um mês) ou laudo de análise de potabilidade da água, se o local não possui água da rede pública;

V - contrato do estabelecimento com o responsável técnico;

VI - carteira de registro no conselho de classe do responsável técnico;





## DECRETOS

VII - comprovante de recolhimento da “Guia de Inscrição no Programa SIM”;

VIII - licença de funcionamento gerada pela Unidade de Gestão de Governo e Finanças do município de Jundiá para o Código Nacional da Atividade Econômica (CNAE) correspondente à atividade pretendida.

§ 1º No caso de registro de abatedouros, o memorial sanitário deve indicar as estratégias de destinação de resíduos e das carcaças ou parte destas condenadas pelo SIM Jundiá durante a inspeção sanitária.

§ 2º A solicitação de registro junto ao SIM Jundiá pode ocorrer concomitantemente ao processo para a obtenção da licença de funcionamento municipal, tanto para novas edificações como para pré-existentes, porém o Termo de Registro no SIM será expedido somente após a liberação do licenciamento gerado pela Unidade de Gestão de Governo e Finanças.

§ 3º O SIM Jundiá deve disponibilizar os modelos de documentos para o registro em normas complementares.

Art. 7º O registro simplificado para a venda ou fornecimento a retalho ou a granel de pequenas quantidades de ovos, mel e leite, provenientes da produção primária, direto ao consumidor final, pelo agricultor familiar ou pequeno produtor rural que os produz, pode ser solicitado por produtores que isolada ou cumulativamente desenvolvam suas atividades com até:

I - 1.000 (mil) aves de postura, sem qualquer atividade de transformação dos ovos;

II - 500 kg de mel por ano;

III - 50 litros de leite por dia.

§ 1º A produção de que trata o *caput* não elimina a necessidade de observância às normas de defesa sanitária animal e ao presente Decreto, no que diz respeito às condições de funcionamento e de controle de processo.

§ 2º Os documentos para o registro simplificado das atividades com volumes de produção especificados nos incisos I a III do *caput* são:

I - requerimento de solicitação;

II - certidão de uso do solo com aprovação para as atividades pretendidas;

III - planta ou croqui com equipamentos;

IV - memorial sanitário da atividade pretendida;

V - conta de água DAE recente (até um mês) ou laudo de análise de potabilidade da água, se o local não possui água da rede pública.

VI - relatório de inspeção do SIM Jundiá, atestando os volumes de produção declarados pelo solicitante, aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR).

Art. 8º Finalizadas as construções do projeto industrial aprovado, apresentados os documentos exigidos no presente Decreto, o SIM Jundiá deve instruir o processo com o relatório de avaliação higiênico-sanitário e tecnológico do estabelecimento, sempre que possível acompanhado de registros fotográficos.

§ 1º Se a empresa não atingir a pontuação mínima de 70% de conformidade para aprovação, poderá ser realizada nova inspeção no local, quando então será expedido o parecer conclusivo concedendo ou não o registro junto ao SIM Jundiá.

§ 2º Os itens não conformes devem ser listados em plano de ação com prazos, a ser apresentado pela empresa ao SIM Jundiá, independentemente da concessão do registro.

Art. 9º O Termo de Registro no SIM Jundiá é o documento emitido pelo responsável pelo SIM Jundiá ao estabelecimento, depois de cumpridas as exigências previstas no presente Decreto.

§ 1º Para efeito de rastreabilidade dos documentos, no Termo de Registro no SIM Jundiá consta, além do número sequencial de registro da empresa no SIM Jundiá, o número de protocolo inicial do processo, tenha sido realizado por meio eletrônico ou em papel.

§ 2º O Termo de Registro junto ao SIM Jundiá tem validade de 2 (dois) anos e sua renovação deve ser solicitada antes do vencimento.

§ 3º A renovação pode ser protocolada por via eletrônica (Balcão do Empreendedor), no caso de imóveis urbanos, ou em papel na Divisão de Protocolo, Documentação e Arquivo, da Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, no caso de imóveis rurais.

Art. 10. Qualquer estabelecimento que interrompa seu funcionamento por período superior a 6 (seis) meses, só poderá reiniciar os trabalhos mediante inspeção prévia de todas as dependências, instalações e equipamentos, respeitada a sazonalidade das atividades industriais.

Parágrafo único. Será cancelado o registro do estabelecimento que interromper seu funcionamento pelo prazo de 2 (dois) anos.

Art. 11. Cancelado o registro, os materiais pertencentes ao Governo Municipal, inclusive de natureza científica, os documentos, certificados, lacres e carimbos oficiais devem ser recolhidos pelo SIM Jundiá.

Art. 12. No caso de cancelamento de registro de estabelecimento, este fica obrigado a inutilizar a rotulagem existente em estoque, sob supervisão do SIM Jundiá.

Art. 13. O estabelecimento deve apresentar toda documentação solicitada pelo SIM Jundiá, seja ela de natureza contábil, analítica ou registros de controle de recebimento, estoque, produção, comercialização ou quaisquer outros necessários às atividades de fiscalização.

### DO REGISTRO DE PRODUTOS E RÓTULOS

Art. 14. Todos os produtos de origem animal devem ter a formulação, o processo de fabricação e rótulos registrados junto ao SIM Jundiá.

Art. 15. Após a obtenção do Termo de Registro junto ao SIM Jundiá, o estabelecimento deve solicitar o registro de produtos e rótulos.

Art. 16. Para solicitação do registro dos produtos e rótulos junto ao SIM Jundiá, o estabelecimento deve apresentar a seguinte documentação na Divisão Veterinária do Departamento de Agronegócio da Unidade de Gestão de Agronegócio, Abastecimento e Turismo (UGAAT):

I - requerimento de solicitação assinado pelo responsável legal;

II - Formulário para Registro de Produtos e Rótulos preenchido e assinado pelo responsável legal e pelo responsável técnico da empresa;

III - *layout* do rótulo com as mesmas dimensões, dizeres e cores que serão empregados na impressão final;

IV - comprovante de recolhimento da “Guia de Registro de Produtos e Rótulos” correspondente a cada formulário de produto.

Parágrafo único. Durante o processo de análise, o SIM Jundiá pode solicitar esclarecimentos e laudos de análises laboratoriais que se fizerem necessários para a garantia da inocuidade e qualidade dos produtos.

Art. 17. No processo de registro de cada produto, a empresa deve informar:

I - matérias-primas e ingredientes com discriminação das quantidades e dos percentuais utilizados;

II - descrição das etapas de recepção, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, embalagem, armazenamento e de transporte do produto;

III - descrição dos métodos de controle realizados pelo estabelecimento para assegurar a identidade, a qualidade e a inocuidade do produto;

IV - relação dos programas de autocontrole implantados pelo estabelecimento.

Art. 18. As informações contidas no registro do produto devem corresponder exatamente aos procedimentos realizados pelo estabelecimento.

Art. 19. Todos os ingredientes, os aditivos e os coadjuvantes de tecnologia apresentados de forma combinada devem dispor de informação clara sobre sua composição e seus percentuais.



## DECRETOS

Art. 20. Os rótulos devem conter as informações conforme a legislação vigente, de forma correta, clara, precisa, ostensiva e em língua portuguesa.

Art. 21. Nenhuma modificação na formulação, no processo de fabricação ou no rótulo pode ser realizada sem prévia atualização do registro junto ao SIM Jundiá.

Art. 22. Após a análise e aprovação, cada rótulo recebe a codificação composta pelo número de registro da empresa, o número sequencial de apresentação do rótulo pela empresa e o ano de solicitação do registro no serviço de inspeção. Esses números são separados por ponto para facilitar sua identificação e devem constar da rotulagem juntamente com os dizeres "Registrado no SIM Jundiá sob número:" ou "Registrado no SIM Jundiá sob n.:" ou "Produto registrado no SIM Jundiá sob número" ou "Produto registrado no SIM Jundiá sob n." ou "Registro no SIM Jundiá".

Art. 23. Os produtos de origem animal, quando comercializados a granel diretamente ao consumidor, devem ser expostos acompanhados de folhetos ou cartazes contendo as informações previstas para o rótulo de acordo com a legislação vigente.

Art. 24. As carcaças, etiquetas, rótulos e embalagens secundárias devem conter a marca oficial do SIM Jundiá com o respectivo número de registro do estabelecimento indicado no Termo de Registro.

Art. 25. Para solicitar o cancelamento de registro ou qualquer mudança nos rótulos, a empresa deve encaminhar à Divisão Veterinária do Departamento de Agronegócio da UGAAT requerimento assinado pelo responsável legal e aguardar o deferimento do pedido pelo SIM Jundiá.

Art. 26. O SIM Jundiá é responsável por garantir a rastreabilidade das informações de cada estabelecimento, produto e rótulo registrados no SIM Jundiá.

§ 1º Para efeito de rastreabilidade de documentos, todos os pedidos de registro, de alteração e de cancelamento de produtos e rótulos do mesmo estabelecimento, a qualquer tempo, devem constar em processo único.

§ 2º Para atender à evolução dos processos informatizados, fica facultada a exigência de processo em papel para o registro, alteração e cancelamento de produtos e rótulos, desde que seja garantida a permanência das informações e a rastreabilidade dos documentos pelo SIM Jundiá.

### DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Art. 27. Os estabelecimentos devem possuir responsável técnico na condução dos trabalhos de natureza higiênico-sanitária e tecnológica, cuja formação deve atender ao disposto em legislação específica.

Art. 28. O SIM Jundiá deve ser comunicado em até 24 h (vinte e quatro horas) sobre eventuais substituições dos profissionais responsáveis técnicos.

Art. 29. No estabelecimento agroindustrial de pequeno porte, situado em área rural, em estabelecimento sem abate de animais, que processe unicamente produção própria, o profissional responsável técnico poderá ser suprimido.

§ 1º A supressão de que trata o *caput* deve ser requerida pelo proprietário da agroindústria de pequeno porte à Divisão Veterinária do Departamento de Agronegócio da UGAAT ao iniciar o processo de registro do estabelecimento ou em sua renovação bial.

§ 2º O responsável pelo SIM Jundiá analisará a solicitação e produzirá relatório técnico dirigido ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) que poderá deferir ou indeferir o requerimento.

§ 3º Sendo aprovada a supressão da responsabilidade técnica, o proprietário do estabelecimento agroindustrial de pequeno porte se torna único responsável pela origem e qualidade dos alimentos que produz, respondendo pelas infrações ou danos causados à saúde pública ou aos interesses do consumidor.

### DAS OBRIGAÇÕES DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 30. Ficam os proprietários de estabelecimentos registrados no SIM

Jundiá obrigados a:

I - cumprir todas as exigências contidas no presente Decreto que forem pertinentes à atividade desenvolvida;

II - fornecer os dados estatísticos de interesse ao SIM Jundiá, na forma por ele requerido, no máximo até o décimo dia útil de cada mês subsequente ao vencido e sempre que for solicitado;

III - dar aviso antecipado de 48 h (quarenta e oito horas), no mínimo, sobre a realização de quaisquer trabalhos sob inspeção permanente, mencionando sua natureza, hora de início e de provável conclusão, além dos documentos obrigatórios para a inspeção *ante mortem*;

IV - dar aviso antecipado de 24 h (vinte e quatro horas) no mínimo, nos estabelecimentos sob inspeção periódica, sobre a paralisação ou reinício parcial ou total das atividades industriais, troca ou instalação de equipamentos e expedição de produtos que requeiram certificação sanitária;

V - manter locais apropriados para recebimento e guarda de matérias-primas e produtos que necessitem inspeção ou reinspeção, bem como para sequestro de carcaças ou partes de carcaça, matérias-primas e produtos suspeitos;

VI - fornecer substâncias apropriadas para desnaturação de produtos condenados, quando não haja instalações para sua transformação imediata;

VII - manter em dia as informações do recebimento de animais, matérias-primas e insumos, especificando procedência e qualidade, produtos fabricados, saída e destino, deixando-as disponíveis para consulta do SIM Jundiá, a qualquer momento;

VIII - manter equipe regularmente treinada e habilitada para execução das atividades do estabelecimento;

IX - manter atualizado o registro de produtos, inclusive mudanças de receitas, alterações na rotulagem e cancelamento de registros;

X - garantir o livre acesso a todas as instalações do estabelecimento para a realização dos trabalhos de inspeção, fiscalização, supervisão, auditoria, colheita de amostras, verificação de documentos ou outros procedimentos de inspeção previstos no presente Decreto;

XI - realizar imediatamente o recolhimento dos produtos elaborados e eventualmente expostos à venda quando for constatado desvio no controle de processo que possa incorrer em risco à saúde ou aos interesses do consumidor;

XII - não alterar o projeto industrial aprovado e, em caso de reforma, submeter previamente o projeto para análise e aprovação junto ao SIM Jundiá e órgãos municipais e estaduais que se fizerem necessários;

XIII - implementar os programas de autocontrole em seus estabelecimentos.

### TÍTULO II

#### DA INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DOS ESTABELECIMENTOS

#### CAPÍTULO I

##### DAS RECOMENDAÇÕES GERAIS DE INSTALAÇÃO, EQUIPAMENTOS E FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 31. O local de instalação do estabelecimento deve estar longe de focos de contaminação que possam prejudicar os alimentos, e se estiver instalado junto de residência, necessita acesso independente.

Art. 32. A área de circulação de veículos dentro da propriedade destinada à entrada e saída de mercadorias deve ser pavimentada ou coberta com brita para controlar a poeira e evitar poças.

Parágrafo único. Nas áreas de circulação de pessoas, onde se realiza a recepção ou a expedição, as vias devem ter o piso lavável.

Art. 33. A área do estabelecimento deve ser cercada para restringir a entrada de pessoas e animais.





## DECRETOS

Art. 34. As entradas de pessoas na área de produção devem ser providas de barreiras sanitárias para higienização de mãos e botas em área coberta.

Parágrafo único. A barreira sanitária necessita de pia com torneira com fechamento sem contato manual, sabonete líquido inodoro neutro e álcool 70% ou sabonete antisséptico para higienização das mãos, toalhas descartáveis de papel não reciclado ou dispositivo automático de secagem de mãos, cestos coletores de papel com tampa acionada sem contato manual e, sempre que necessário, lavador de botas.

Art. 35. O pé-direito da construção deve ter altura suficiente para a instalação e operação adequada dos equipamentos, garantir o distanciamento adequado dos alimentos do teto e piso, além de permitir boa ventilação e iluminação.

§ 1º Quando a ventilação natural não for suficiente para evitar condensações, que favorecem a contaminação, ou manter o conforto térmico, devem ser instalados exaustores ou sistema para climatização do ambiente.

§ 2º É proibido usar ventiladores nas áreas de processamento.

§ 3º Dependentemente da atividade, pode ser necessário resfriar a sala de trabalho, a critério do SIM Jundiaí.

Art. 36. A iluminação deve ser protegida contra rompimentos, ser suficiente para permitir a realização adequada dos processos, sem sombras, sem alterações de coloração ou outros efeitos que dificultem as atividades de produção ou limpeza nas áreas de manipulação, de armazenamento de produtos, de embalagens, de rótulos e de ingredientes.

Art. 37. A estrutura física deve ser constituída por materiais que facilitem a limpeza e a inspeção dos produtos.

§ 1º Os pisos, forros, portas, janelas e as paredes da área de processamento devem ser de material impermeável, com cores claras, e, sempre que necessário, devem ser revestidos até a altura adequada para a realização das operações.

§ 2º Nas áreas que não possuam forro, o teto deve ser de fácil limpeza e não permitir que poeiras e outros contaminantes entrem no ambiente de produção.

Art. 38. Todas as aberturas para a área externa devem possuir telas milimétricas à prova de insetos e as aberturas sob as portas precisam ser fechadas com rodinhos ou outro sistema.

Art. 39. São proibidos materiais do tipo elemento vazado ou cobogós na construção total ou parcial de paredes, exceto na sala de máquinas e depósito de produtos químicos.

Art. 40. No caso da existência de caldeira, sua instalação não pode comprometer a higiene e segurança das áreas produtivas.

Art. 41. No caso da existência de defumadores ou fumeiros, estes devem ser construídos inteiramente de alvenaria, não sendo permitido pisos e portas de madeira e as aberturas para acesso da lenha e para a limpeza devem ser externas.

§ 1º O defumador ou fumeiro deve estar próximo da área de processamento e o caminho até ele precisa ter o piso pavimentado.

§ 2º A carga e descarga do defumador deve ser protegida de intempéries.

§ 3º Os produtos devem ser transportados em recipiente fechado até o defumador.

Art. 42. No caso da existência de equipamento para produção de gelo, os silos utilizados para seu armazenamento devem favorecer a higienização e serem protegidos contra contaminação.

Parágrafo único. O gelo utilizado na conservação do pescado e vísceras deve ser produzido a partir de água potável.

Art. 43. No caso da existência de laboratório, este não pode oferecer risco de contaminação ao processo e ao meio ambiente, devendo localizar-se em posição estratégica para o controle da matéria-prima e do produto acabado, devendo, obrigatoriamente, estar equipado para a realização, no mínimo, das análises de rotina.

Parágrafo único. As análises para avaliação da conformidade aos padrões físico-químicos e microbiológicos devem obedecer aos parâmetros e metodologias laboratoriais estabelecidos em normas complementares.

Art. 44. A existência de varejo na mesma área da indústria implicará no registro da atividade de varejo junto à Vigilância Sanitária, independente do registro da agroindústria, podendo a critério do SIM Jundiaí existir apenas óculo de comunicação entre as áreas.

Art. 45. A rede de esgoto não pode oferecer risco de contaminação ao estabelecimento e ao meio ambiente.

§ 1º As redes de esgoto dos sanitários e da área de processamento devem ser independentes e exclusivas para o estabelecimento.

§ 2º As águas residuais (sujas) não podem desaguar diretamente na superfície do terreno.

Art. 46. Todas as dependências do estabelecimento devem possuir canaletas ou ralos para captação de águas residuais, exceto nas câmaras frias.

§ 1º Devem ser instalados dispositivos para evitar o refluxo de odores e entrada de roedores e outras pragas no estabelecimento através dos ralos.

§ 2º As aberturas dos ralos precisam ser do tipo abre e fecha ou serem protegidas com tela metálica que impeça a entrada de pragas.

Art. 47. Os materiais dos equipamentos e os utensílios devem ser resistentes e impermeáveis, como o aço inoxidável, o alumínio, e o plástico, de fácil limpeza, atóxicos e capazes de resistir à desinfecção que será empregada.

Art. 48. Os equipamentos devem ser fáceis de limpar, sem cantos inacessíveis e permitir a desmontagem para limpeza.

Art. 49. Os equipamentos devem ser instalados para favorecer um fluxograma racionalizado de trabalho, evitar a contaminação cruzada e facilitar os trabalhos de manutenção e higienização.

Art. 50. Sempre que possível, os equipamentos devem ficar afastados entre si e das paredes.

Art. 51. A quantidade de equipamentos deve estar adaptada ao volume e tipo de produção que será desenvolvida no local, devendo sempre respeitar suas características e capacidade de operação indicada pelo fabricante.

Art. 52. O uso multifuncional de equipamentos para produzir diferentes produtos ou trabalhar com espécies diferentes de animais será permitido, desde que os equipamentos e utensílios sejam apropriados para cada produto, garantindo a separação de processos e as boas condições sanitárias.

Parágrafo único. O uso multifuncional de equipamentos deve ser precedido de higienização eficiente, visando reduzir o risco de contaminação cruzada.

Art. 53. Os instrumentos de controle, como balanças e termômetros, devem estar em condições adequadas de funcionamento, com a aferição ou calibração dentro da validade, devendo fazer parte do programa de autocontrole do estabelecimento.

Art. 54. Para os produtos que necessitam de refrigeração, são necessárias câmaras frias ou geladeiras.

§ 1º Os equipamentos de frio devem possuir termômetro de leitura externa e as geladeiras devem ser preferencialmente do tipo industrial.

§ 2º Os produtos devem ser armazenados no interior dos equipamentos com afastamento uns dos outros para permitir a circulação de frio, sempre evitando a superlotação.

§ 3º Diferentes produtos podem ser armazenados em um mesmo equipamento, desde que não haja interferência de qualquer natureza que possa prejudicar as características e segurança dos alimentos.

§ 4º O equipamento deve estar regulado para a temperatura adequada ao produto que exigir a menor temperatura de conservação.



## DECRETOS

Art. 55. Os ingredientes e as embalagens, assim como os rótulos e outros insumos, devem ser armazenados em local que não permita contaminações de nenhuma natureza, separados uns dos outros de forma a não permitir contaminação cruzada.

Parágrafo único. O armazenamento de que trata o *caput* pode ser em armários, desde que seja de material não absorvente e de fácil limpeza.

Art. 56. É permitido o armazenamento de pequenas quantidades de ingredientes e embalagens nas áreas de produção desde que permaneçam isolados uns dos outros e bem identificados.

Art. 57. O armazenamento de materiais de limpeza e de produtos químicos deve ser realizado em local específico e isolado das demais áreas.

Art. 58. Os pontos de água devem estar previstos de forma a atender todas as dependências em que for necessária, em quantidade adequada à atividade de processamento dos alimentos e para a higienização.

Art. 59. A fonte de água, canalização e reservatório devem estar protegidos de qualquer tipo de contaminação, sendo que o reservatório de água deve ser higienizado sempre que necessário ou com periodicidade máxima de 6 (seis) meses.

Art. 60. No caso de uso de cloro para obtenção de água potável, deve ser empregado o dosador.

Parágrafo único. O controle do teor de cloro na água deve ocorrer sempre que o estabelecimento estiver em atividade.

Art. 61. Os sanitários e vestiários não podem se comunicar diretamente com as áreas de armazenamento, manipulação e distribuição do estabelecimento, sendo necessária no mínimo uma separação do tipo antecâmara.

§ 1º Sanitários e vestiários já existentes na propriedade podem ser utilizados, desde que fiquem a uma distância de até 40 m (quarenta metros), que o acesso seja pavimentado e livre de áreas que ofereçam risco de contaminação de qualquer natureza.

§ 2º Os sanitários e vestiários podem ser compartilhados com outras atividades existentes na propriedade ou localizar-se na residência, desde que não ofereça risco de contaminação, a critério do SIM Jundiaí.

§ 3º Os vasos sanitários precisam ter tampa e o tipo "turco" é proibido.

§ 4º Os vestiários devem ter armários individuais para guarda de pertences pessoais e que possam manter separadas as roupas comuns dos uniformes de trabalho.

§ 5º O sanitário deve ser provido de papel higiênico, pias, toalhas descartáveis de papel não reciclado ou dispositivo automático de secagem de mãos, sabonete líquido inodoro neutro e álcool 70% ou sabonete antisséptico para higienização das mãos, cestos de lixo com tampa acionada sem contato manual.

Art. 62. O SIM Jundiaí pode determinar, sempre que necessário, melhorias e reformas nas instalações e equipamentos, de forma a mantê-los em bom estado de conservação e minimizar riscos de contaminação.

Art. 63. Todos que trabalham no local necessitam de roupas apropriadas de uso exclusivo para a atividade.

Art. 64. Devem compor o uniforme: calças, camisas sem botão ou camisetas, proteção para os cabelos (touca ou outra), botas laváveis e aventais, tudo de cor branca ou de cor clara.

Art. 65. Deve haver local apropriado para as refeições e descanso fora das áreas de produção e armazenamento.

Art. 66. As pessoas que trabalham no estabelecimento devem submeter-se a exame médico anual pelo qual se verifique que não sofrem de doenças que incompatibilizem com os trabalhos de fabricação de gêneros alimentícios.

Parágrafo único. No caso de constatação ou suspeita de que o manipulador apresente alguma enfermidade ou problema de saúde que possa comprometer a inocuidade dos produtos, ele deverá ser afastado de suas atividades.

Art. 67. Todo estabelecimento deve assegurar a rastreabilidade nas fases de recepção, fabricação e expedição. Deve possuir identificação de cada produto com código que o associe à origem da matéria-prima, ingredientes e insumos utilizados, ao horário, à data de preparo ou outro evento importante.

Art. 68. O trânsito de matérias-primas e de produtos de origem animal deve ser realizado por meios de transporte apropriados, garantindo a sua integridade.

Parágrafo único. O transporte de matérias-primas e produtos resfriados do estabelecimento agroindustrial de pequeno porte é permitido por até 2 h (duas horas) em contentor isotérmico, em veículos sem unidade frigorífica instalada, desde que mantida e controlada a temperatura adequada em todo o percurso, até o local de entrega.

Art. 69. Os estabelecimentos registrados no SIM Jundiaí devem manter a relação atualizada de fornecedores de matérias-primas, com os respectivos endereços, responsáveis, contato e codificações usadas para a rastreabilidade.

Art. 70. Os estabelecimentos registrados no SIM Jundiaí são dispensados de fornecer condução, alimentação e deslocamento aos funcionários do SIM Jundiaí.

Art. 71. Não é necessário disponibilizar instalações permanentes para os funcionários do SIM Jundiaí, porém equipamentos, mesa e outros materiais necessários para o trabalho de inspeção e fiscalização, colheita e envio de amostras oficiais aos laboratórios podem ser requisitados ao estabelecimento.

## CAPÍTULO II

### DAS CONDIÇÕES DE HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 72. Os responsáveis pelos estabelecimentos devem assegurar que todas as etapas de fabricação dos produtos de origem animal sejam realizadas de forma higiênica, a fim de se obter produtos que atendam aos padrões de qualidade, que não apresentem risco à saúde, à segurança e ao interesse do consumidor.

Art. 73. As instalações, os equipamentos e os utensílios dos estabelecimentos devem ser mantidos em condições de higiene antes, durante e após a realização das atividades industriais.

Parágrafo único. Os procedimentos de higienização devem ser realizados regularmente e sempre que necessário, respeitando-se as particularidades de cada setor industrial, de forma a evitar a contaminação dos produtos de origem animal.

Art. 74. Os estabelecimentos devem possuir programa eficaz e contínuo de controle integrado de pragas e vetores.

§ 1º Não é permitido o emprego de substâncias não aprovadas pelo órgão regulador da saúde para o controle de pragas nas dependências destinadas à manipulação e nos depósitos de matérias-primas, produtos e insumos.

§ 2º Quando utilizado, o controle químico deve ser executado por empresa especializada e por pessoal capacitado, conforme legislação específica, e com produtos aprovados pelo órgão regulador da saúde.

§ 3º O controle de pragas exercido pelo próprio estabelecimento, sem contrato com a empresa especializada, pode ser aceito se dentro o quadro da agroindústria houver pessoal habilitado para a atividade, a critério do SIM Jundiaí.

Art. 75. É proibida a presença de qualquer animal alheio ao processo industrial nos estabelecimentos elaboradores de produtos de origem animal.

Art. 76. É proibida a circulação dos funcionários uniformizados entre áreas de diferentes riscos sanitários ou fora do perímetro industrial.

Art. 77. A lavagem de uniformes deve atender aos princípios das boas práticas de higiene.

Art. 78. Os funcionários envolvidos de forma direta ou indireta em todas as atividades industriais devem cumprir práticas de higiene pessoal e operacional que preservem a inocuidade dos produtos.



## DECRETOS

Art. 79. Deve ser prevista a separação de áreas ou a definição de fluxo de funcionários dos diferentes setores nas áreas de circulação comuns, tais como refeitórios, vestiários ou áreas de descanso, entre outras, de forma a prevenir a contaminação cruzada, respeitadas as particularidades das diferentes classificações de estabelecimentos.

Parágrafo único. Os funcionários que trabalhem em setores onde se manipule material contaminado, ou onde exista maior risco de contaminação, não devem circular em áreas de menor risco de contaminação, de forma a evitar a contaminação cruzada.

Art. 80. São proibidos o consumo, a guarda de alimentos e o depósito de produtos, roupas, objetos e materiais estranhos às finalidades do setor onde se realizem as atividades industriais.

Art. 81. É proibido fumar nas dependências destinadas à manipulação ou ao depósito de matérias-primas, de produtos de origem animal e de seus insumos.

Art. 82. As instalações de recepção, os alojamentos de animais vivos e os depósitos de resíduos industriais devem ser higienizados regularmente e sempre que necessário.

Art. 83. As matérias-primas, os insumos e os produtos devem ser mantidos em condições que previnam contaminações durante todas as etapas de elaboração, desde a recepção até a expedição, incluído o transporte.

Art. 84. É proibido o uso de utensílios que, pela sua forma ou composição, possam comprometer a inocuidade da matéria-prima ou do produto durante todas as etapas de elaboração, desde a recepção até a expedição, incluído o transporte.

Art. 85. É proibido residir nas dependências onde são realizadas atividades industriais com produtos de origem animal.

Art. 86. As câmaras frigoríficas, antecâmaras, túneis de congelamento e equipamentos resfriadores e congeladores devem ser regularmente higienizados.

Art. 87. É obrigatória a higienização dos recipientes, dos veículos transportadores de matérias-primas e produtos e dos vasilhames antes da sua devolução.

Art. 88. Nos ambientes nos quais há risco imediato de contaminação de utensílios e equipamentos, é obrigatória a existência de dispositivos ou mecanismos que promovam a sanitização com água renovável à temperatura mínima de 82°C (oitenta e dois graus Celsius) ou outro método com equivalência reconhecida pelo SIM Jundiaí.

### CAPÍTULO III

#### DOS ESTABELECIMENTOS DE PRODUTOS DE ABELHAS E DERIVADOS

##### Seção I

##### Da Classificação dos Estabelecimentos de Produtos de Abelhas e Derivados

Art. 89. Os estabelecimentos de produtos de abelhas e derivados são classificados como:

I - Unidade de Extração e Beneficiamento de Produtos de Abelhas, que é o estabelecimento destinado ao recebimento de matérias-primas de produtores rurais, à extração, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição dos produtos de abelhas, facultando-se o beneficiamento e o fracionamento;

II - Entrepósito de Beneficiamento de Produtos de Abelhas e Derivados, que é o estabelecimento destinado à recepção, à classificação, ao beneficiamento, à industrialização, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de produtos e matérias-primas pré-beneficiadas provenientes de outros estabelecimentos de produtos de abelhas e derivados, facultando-se a extração de matérias-primas recebidas de produtores rurais.

Parágrafo único. É permitida a recepção de matéria-prima previamente extraída pelo produtor rural apicultor, desde que atendido o disposto neste Decreto e em normas complementares.

##### Seção II

##### Da Inspeção dos Estabelecimentos de Produtos de Abelhas e Derivados

Art. 90. Para os fins deste Decreto, produtos de abelhas são aqueles elaborados pelas abelhas, delas extraídos ou extraídos das colmeias, sem qualquer estímulo de alimentação artificial capaz de alterar sua composição original, classificando-se em:

I - produtos de abelhas do gênero *Apis*, que são o mel, o pólen apícola, a geleia real, a própolis, a cera de abelhas e a apitoxina; e

II - produtos de abelhas sem ferrão ou nativas, que são o mel de abelhas sem ferrão, o pólen de abelhas sem ferrão e a própolis de abelhas sem ferrão.

§ 1º Os produtos de abelhas podem ser submetidos a processos de liofilização, de desidratação, de maceração ou a outro processo tecnológico específico.

§ 2º Não é permitida a mistura de mel de abelhas com mel de abelhas sem ferrão.

Art. 91. Para o processamento de produtos de abelhas silvestres nativas podem ser utilizadas as mesmas dependências industriais e equipamentos utilizados para produtos de abelhas *Apis mellifera*, desde que em momentos distintos e após higienização.

Art. 92. A área de recepção e de seleção da matéria-prima deve ser em local com cobertura suficiente para proteger as atividades e separada da área de processamento.

Art. 93. A área de processamento deve possuir paredes completas.

Art. 94. As melgueiras podem ser mantidas na área de recepção, desde que esta seja telada e a extração do mel seja realizada no mesmo dia da recepção.

Art. 95. Caso a matéria-prima chegue a granel, o estabelecimento deve possuir área destinada à lavagem de vasilhames.

Art. 96. O estabelecimento deve possuir área separada por paredes, em tamanho e temperatura adequados para armazenagem de matéria-prima.

Parágrafo único. As melgueiras podem ser armazenadas juntamente com as demais matérias-primas.

Art. 97. Todos os estabelecimentos de produtos de abelhas e mel que recebam mais que 40 t (quarenta toneladas) por ano devem possuir laboratório próprio.

§ 1º Todos os estabelecimentos de mel necessitam realizar a análise de umidade no local, independentemente de sua capacidade de produção.

§ 2º Para a análise de umidade o estabelecimento necessita refratômetro, pessoal treinado para o uso do equipamento e registro das análises realizadas.

§ 3º Se o estabelecimento de mel e derivados não necessitar instalar o laboratório, deve realizar as análises em laboratório terceirizado, segundo programa de análises apresentado ao SIM Jundiaí.

Art. 98. Para descristalizar o mel em banho-maria é necessário realizar esta atividade em área exclusiva ou na mesma sala de beneficiamento, em horário distinto.

Art. 99. O envase em sachês, o beneficiamento de própolis e a fabricação de extrato de própolis devem ser realizados em área própria separada das demais dependências por paredes inteiras ou, quando na mesma dependência, em momentos distintos do beneficiamento.

Art. 100. Para a extração de mel, o estabelecimento deve possuir mesa desoperculadora, centrífuga e baldes.

Art. 101. As tubulações por onde passam o mel devem ser de aço inoxidável, exceto as tubulações flexíveis de bomba de sucção, que podem ser de material plástico atóxico.

Art. 102. Para o estabelecimento que realize o beneficiamento de mel é necessário possuir baldes, filtro ou peneira com malhas de 40 (quarenta)





## DECRETOS

mesh a 80 (oitenta) mesh, tanque de decantação e torneira.

Parágrafo único. Não é permitido o uso de pano para filtração.

Art. 103. Para o estabelecimento realizar a mistura de diferentes tipos de mel, deve haver um homogeneizador, que pode ser um liquidificador de aço inoxidável.

Parágrafo único. O homogeneizador também é necessário para realizar a mistura para fabricação de compostos de produtos das abelhas.

Art. 104. Para realizar o envasamento em sachês, o estabelecimento deve possuir dosadora de sachê, calha, tanque pressurizado, tanque para lavagem e mesa para secagem.

Art. 105. Para a descristalização do mel, o estabelecimento necessita estufa, banho-maria ou equipamento de dupla-camisa.

Art. 106. Se o mel for submetido a aquecimento, deve ser respeitado o binômio tempo e temperatura, com o objetivo de preservar seu poder diastático e evitar que o teor de hidroxiacetil-furfural ultrapasse 40 mg/kg (quarenta miligramas por quilograma), o que o desclassificará como mel de mesa.

§ 1º Podem ser usadas as seguintes relações de tempo e temperatura para aquecimento do mel: 52°C por 470 min (cinquenta e dois graus Celsius por quatrocentos e setenta minutos); 54,5°C por 170 min (cinquenta e quatro vírgula cinco décimos de graus Celsius por cento e setenta minutos); 57°C por 60 min (cinquenta e sete graus Celsius por sessenta minutos); 59,5°C por 22 min (cinquenta e nove graus vírgula cinco décimos de graus Celsius por vinte e dois minutos); 62,5°C por 7,5 min (sessenta e dois graus vírgula cinco décimos de graus Celsius por sete vírgula cinco décimos de minutos); 65,5°C por 2,8 min (sessenta e cinco vírgula cinco décimos de graus Celsius por dois vírgula oito décimos de minutos); 68,8°C por 1 min (sessenta e oito vírgula oito décimos de graus Celsius por um minuto); 71,1°C por 24 s (setenta e um vírgula um décimo de graus Celsius por vinte e quatro segundos).

§ 2º Cumprida a relação tempo/temperatura, o mel deverá ser resfriado a 50°C (cinquenta graus Celsius) ou mais frio.

§ 3º Podem ser aceitos pelo SIM Jundiaí outros binômios de tempo e temperatura, desde que comprovada a equivalência aos processos estabelecidos.

Art. 107. Para a produção de pólen apícola, o estabelecimento deve dispor de bandejas e pinças, soprador, mesa ou bancada.

§ 1º Para produção de pólen desidratado é necessário também uma estufa de secagem.

§ 2º O pólen deve ser desidratado até a temperatura de 42°C (quarenta e dois graus Celsius).

§ 3º O pólen, como matéria-prima ou produto final, deve ser conservado sob refrigeração entre 4°C (quatro graus Celsius) a 8°C (oito graus Celsius), salvo se estiver desidratado.

Art. 108. Para a produção de geleia real, o estabelecimento necessita possuir cureta, mesa ou bancada.

§ 1º. Se for produzir geleia real liofilizada deve possuir o equipamento liofilizador.

§ 2º A geleia real deve ser mantida ao abrigo da luz e a temperatura não superior a -16°C (dezesseis graus Celsius negativos), salvo se for liofilizada, caso em que pode ser mantida ao abrigo de luz e em temperatura ambiente.

Art. 109. A apitoxina precisa ser armazenada em equipamento de frio que possua termômetro de leitura externa, à temperatura de até 4°C (quatro graus Celsius).

Art. 110. Para a produção de extrato de própolis, o estabelecimento necessita recipiente de maceração, filtro, vasilhame para transferência do produto e recipiente de estocagem.

Art. 111. O beneficiamento de cera de abelhas deve ser realizado somente em área própria separada das demais dependências por paredes.

Art. 112. Para a produção de cera de abelha, o estabelecimento

deve contar com derretedor de cera, filtro, forma, mesa ou bancada, laminadora e cilindro alveolador, este último no caso de produzir cera de abelha alveolada.

### CAPÍTULO IV

#### DOS ESTABELECIMENTOS DE OVOS E DERIVADOS

##### Seção I

##### Da Classificação dos Estabelecimentos de Ovos e Derivados

Art. 113. Os estabelecimentos de ovos e derivados são classificados em:

I - Granja Avícola, que é o estabelecimento destinado à produção, à ovoscopia, à classificação, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de ovos oriundos, exclusivamente, de produção própria destinada à comercialização direta;

II - Unidade de Beneficiamento de Ovos e Derivados, que é o estabelecimento destinado à produção, à recepção, à ovoscopia, à classificação, à industrialização, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de ovos ou de seus derivados.

§ 1º É facultada a classificação de ovos quando a unidade de beneficiamento de ovos e derivados receber ovos já classificados.

§ 2º Se a unidade de beneficiamento de ovos e derivados destinar-se exclusivamente à expedição de ovos, poderá ser dispensada a exigência de instalações para a industrialização de ovos.

##### Seção II

##### Da Inspeção de Estabelecimentos de Ovos e Derivados

Art. 114. Para os fins do disposto neste Decreto, entende-se:

I - por ovos, sem outra especificação, os ovos de galinha em casca;

II - por ovos frescos, os que não forem conservados por qualquer processo.

Art. 115. A inspeção de ovos e derivados a que se refere este Capítulo é aplicável aos ovos de galinha e, no que couber, às demais espécies produtoras de ovos, respeitadas suas particularidades.

Art. 116. Os ovos só podem ser expostos ao consumo humano quando previamente submetidos à inspeção e à classificação previstas neste Decreto e em normas complementares.

Art. 117. Os ovos recebidos na unidade de beneficiamento de ovos e seus derivados devem ser provenientes de estabelecimentos avícolas registrados junto à Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo.

Parágrafo único. As granjas avícolas também devem ser registradas junto à Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo.

Art. 118. Os ovos frescos destinados ao comércio devem passar pelos seguintes procedimentos, que serão verificados pelo SIM Jundiaí:

I - apreciação geral do estado de limpeza e integridade da casca;

II - exame por meio da ovoscopia;

III - classificação dos ovos; e

IV - verificação das condições de higiene e integridade da embalagem.

§ 1º Para a execução dos procedimentos descritos no *caput*, o estabelecimento necessita, como mínimo, possuir local protegido para recebimento dos ovos, podendo o processo de classificação e limpeza ser iniciado na área de recebimento; sala de limpeza da casca, exame de ovoscopia, classificação e embalagem.

§ 2º O estabelecimento deve estar equipado com câmara escura dotada de foco de luz incidente sob os ovos, para a operação de ovoscopia, classificador por peso ou balança e lixeira com acionamento da tampa sem contato manual para coleta e armazenamento de resíduos provenientes da operação.

Art. 119. A área de recepção e seleção dos ovos necessita cobertura



## DECRETOS

suficiente para proteger as atividades e deve garantir a separação das atividades de processamento.

Parágrafo único. Na área de recepção deve haver lixeira com acionamento sem contato manual para coleta dos resíduos da atividade.

Art. 120. A área de processamento deve possuir tamanho compatível com o volume de produção e ser separada das demais dependências por paredes inteiras.

Art. 121. Os ovos frescos destinados à comercialização podem ser lavados e secos de forma contínua.

§ 1º A água de lavagem de ovos frescos deve ser mantida em temperaturas de 35°C (trinta e cinco graus Celsius) a 45°C (quarenta e cinco graus Celsius), observando-se que a temperatura da água permaneça pelo menos 10°C (dez graus Celsius) acima da temperatura dos ovos a serem lavados, enquanto durar a operação de lavagem.

§ 2º O local de instalação do equipamento de lavagem e secagem dos ovos deve ser totalmente livre de odores estranhos.

Art. 122. Os ovos frescos devem ser classificados por peso como ovos de categorias "A" e "B", de acordo com as suas características qualitativas.

§ 1º A classificação dos ovos por peso deve atender a padrões de identidade e qualidade dispostos em normas complementares do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

§ 2º Ovos da categoria "A" devem apresentar as seguintes características qualitativas: casca e cutícula de forma normal, lisas, limpas, intactas; câmara de ar com altura não superior a 6 mm (seis milímetros) e imóvel; gema visível à ovoscopia, somente sob a forma de sombra, com contorno aparente, movendo-se ligeiramente em caso de rotação do ovo, mas regressando à posição central; clara límpida e translúcida, consistente, sem manchas ou turvação e com as calazas intactas; e cicatrícula com desenvolvimento imperceptível.

§ 3º Ovos da categoria "B" devem apresentar as seguintes características: serem considerados inócuos, sem que se enquadrem na categoria "A"; apresentarem manchas sanguíneas pequenas e pouco numerosas na clara e na gema; ou serem provenientes de estabelecimentos avícolas de reprodução que não foram submetidos ao processo de incubação.

§ 4º Os ovos da categoria "B" devem ser destinados exclusivamente à industrialização.

Art. 123. É proibido o acondicionamento em uma mesma embalagem de ovos frescos e ovos submetidos a processos de conservação, assim como também ovos de espécies diferentes.

Art. 124. As embalagens para ovos de galinha e ovos de codorna e derivados devem ser de primeiro uso.

Parágrafo único. Para a exposição na venda direta, pode ser reutilizada embalagem fabricada com material impermeável, resistente e que permita limpeza e desinfecção, a critério do SIM Jundiaí.

Art. 125. Para a produção de ovos de codorna são dispensadas as etapas de ovoscopia e classificação por peso.

Parágrafo único. Caso sejam realizadas, a ovoscopia, classificação por peso, lavagem e secagem ocorrem da mesma maneira que para ovos de galinha.

Art. 126. Os ovos devem ser armazenados e transportados em condições que minimizem as variações de temperatura.

Art. 127. Os ovos limpos trincados ou quebrados que apresentem a membrana testácea intacta podem ser destinados à industrialização imediata.

Art. 128. Os ovos de galinha destinados à industrialização devem ser selecionados e submetidos à lavagem e secagem.

§ 1º O processo de lavagem e secagem deve ser realizado em lavadora e secadora de ovos.

§ 2º A lavagem por imersão dos ovos é proibida, exceto no caso de ovos que serão cozidos imediatamente e mantidos imersos em salmoura e outros líquidos de cobertura.

§ 3º É proibida a utilização e a lavagem de ovos sujos trincados para a fabricação de derivados de ovos.

§ 4º Para a descontaminação dos ovos durante a lavagem, só é permitido o uso do cloro até 50 ppm (cinquenta partes por milhão).

Art. 129. Para a fabricação de produtos líquidos de ovos, o estabelecimento deve possuir sala climatizada exclusiva para quebra de ovos, com temperatura ambiente até 16°C (dezesseis graus Celsius).

Art. 130. Para a produção de produtos líquidos de ovos, o estabelecimento deve possuir equipamento ou utensílio de quebra, peneira ou filtro, recipiente coletor provido de embalagem primária, lixeira com acionamento da tampa sem contato manual para coleta de resíduos da operação, tanque de recepção, filtro de linha sob pressão, pasteurizador a placas ou pasteurizador tubular, tanque pulmão, envasadora, câmara fria ou geladeira industrial com circulação de ar forçada e termômetro de leitura externa.

§ 1º O equipamento de quebra dos ovos deve ter velocidade tal que permita a segregação de ovos impróprios.

§ 2º O pasteurizador deve dispor de controle automático de temperatura, termo-registradores e termômetros.

§ 3º Os estabelecimentos que transportam produtos para serem pasteurizados em outro estabelecimento que possua inspeção oficial, são dispensados de possuir pasteurizador, resfriador, tanque pulmão e envasadora.

Art. 131. Caso a pasteurização não ocorra imediatamente após a quebra:

I - os ovos devem ser resfriados e mantidos à temperatura de 2°C (dois graus Celsius) a 4°C (quatro graus Celsius) e submetidos à pasteurização no período máximo de 72 h (setenta e duas horas) após a quebra; ou

II - os ovos devem ser congelados à temperatura mínima de -12°C (doze graus Celsius negativos) e submetidos à pasteurização em até 60 h (sessenta horas) após a quebra.

Art. 132. Os ovos devem ser refrigerados ou congelados imediatamente após a pasteurização e assim mantidos durante todo o período de estocagem.

Art. 133. A embalagem dos ovos líquidos deve ser adequada ao tipo de armazenamento e garantir a inviolabilidade e proteção apropriada contra contaminação.

Art. 134. Para o preparo de ovos de galinha e ovos de codorna imersos em salmoura ou outros líquidos são necessários os seguintes utensílios e equipamentos: recipiente para lavagem; recipiente para cozimento; fonte de calor; cesto perfurado; recipiente para resfriamento; trincadora de ovos; descascadora de ovos; recipiente para salmoura ou outros líquidos; balança; e medidor de pH.

§ 1º Se os ovos imersos em salmoura forem tratados termicamente após o envase, o estabelecimento necessita também recipiente apropriado para o tratamento térmico e termômetro.

§ 2º Para a fabricação de ovos que não passam pelo tratamento térmico deve haver câmara fria ou geladeira industrial com circulação de ar forçada e termômetro de leitura externa, pois devem ser mantidos sob refrigeração.

§ 3º Os ovos em salmoura ou imersos em outros líquidos devem ser envasados em embalagem hermeticamente fechada e apresentar pH máximo de 4,5 (quatro inteiros vírgula cinco décimos) até o final do prazo de validade.

Art. 135. Os utensílios usados na salmoura ou em outros líquidos de cobertura do processamento dos ovos e as embalagens primárias podem ser higienizados na sala de processamento.

§ 1º Para a higienização de que trata o *caput*, é necessário ponto de água corrente e local para secagem dos utensílios e embalagens primárias.

§ 2º A etapa de higienização deve ocorrer em momento distinto da produção.

§ 3º A higienização das embalagens primárias deve ser realizada no dia



## DECRETOS

de sua utilização.

Art. 136. Caso a higienização das caixas de transporte de matéria-prima e embalagem secundária seja de responsabilidade do estabelecimento, deve ocorrer em área exclusiva, próxima à área de recepção, com ponto de água corrente e local coberto para secagem.

Parágrafo único. A higienização de caixas pode ocorrer na área de recebimento, mas em horário diferente do recebimento da matéria-prima.

Art. 137. O estabelecimento de ovos e derivados deve realizar as análises em laboratório próprio ou terceirizado, segundo programa de análises apresentado ao SIM Jundiaí.

Art. 138. Para a higienização ambiental, o estabelecimento pode empregar água quente a 82°C (oitenta e dois graus Celsius) ou vapor.

Parágrafo único. No caso do emprego de produtos de higienização que não exijam utilização de água quente e vapor, fica dispensado o sistema de aquecimento da água.

### CAPÍTULO V

#### DOS ESTABELECIMENTOS DE LEITE E DERIVADOS

##### Seção I

###### Da Classificação dos Estabelecimentos de Leite e Derivados

Art. 139. O estabelecimento de leite e derivados são classificados como:

I - Granja Leiteira, que é o estabelecimento destinado à produção, ao pré-beneficiamento, ao beneficiamento, ao envase, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de leite para o consumo humano direto, podendo também elaborar derivados lácteos a partir de leite exclusivo de sua produção, envolvendo as etapas de pré-beneficiamento, beneficiamento, manipulação, fabricação, maturação, ralação, fracionamento, acondicionamento, rotulagem, armazenagem e expedição;

II - Posto de Refrigeração, que é o estabelecimento intermediário entre as propriedades rurais e as usinas de beneficiamento ou fábricas de laticínios destinado à seleção, à recepção, à mensuração de peso ou volume, à filtração, à refrigeração, ao acondicionamento e à expedição de leite cru, facultando-se a estocagem temporária do leite até sua expedição;

III - Usina de Beneficiamento, que é o estabelecimento destinado à recepção, ao pré-beneficiamento, ao beneficiamento, ao envase, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de leite para o consumo humano direto, facultando-se a transferência, a manipulação, a fabricação, a maturação, o fracionamento, a ralação, o acondicionamento, a rotulagem, a armazenagem e a expedição de derivados lácteos, sendo também permitida a expedição de leite fluido a granel de uso industrial;

IV - Fábrica de Laticínios, que é o estabelecimento destinado à fabricação de derivados lácteos, envolvendo as etapas de recepção de leite e derivados, de transferência, de refrigeração, de beneficiamento, de manipulação, de fabricação, de maturação, de fracionamento, de ralação, de acondicionamento, de rotulagem, de armazenagem e de expedição de derivados lácteos, sendo também permitida a expedição de leite fluido a granel de uso industrial;

V - Queijaria, que é o estabelecimento localizado em propriedade rural destinado à fabricação de queijos tradicionais com características específicas, elaborados exclusivamente com leite de sua própria produção, que envolva as etapas de fabricação, maturação, acondicionamento, rotulagem, armazenagem e expedição, e que encaminhe o produto a uma fábrica de laticínios ou usina de beneficiamento, caso não realize o processamento completo do queijo.

##### Seção II

###### Da Inspeção dos Estabelecimentos de Leite e Derivados

Art. 140. Para os fins deste Decreto, entende-se por leite, sem outra especificação, o produto oriundo da ordenha completa, ininterrupta, em condições de higiene, de vacas sadias, bem alimentadas e descansadas.

Art. 141. A inspeção de leite e derivados se refere ao leite de vaca e, no

que couber, às demais espécies produtoras de leite, respeitadas suas particularidades.

§ 1º O leite de outros animais deve denominar-se segundo a espécie de que proceda.

§ 2º É permitida a mistura de leite de espécies animais diferentes, desde que conste na denominação de venda do produto e seja informada na rotulagem a porcentagem do leite de cada espécie.

Art. 142. A inspeção de leite e derivados, além das exigências previstas neste Decreto, abrange a verificação:

I - do estado sanitário do rebanho, do processo de ordenha, do acondicionamento, da conservação e do transporte do leite;

II - das matérias-primas, do processamento, do produto, da estocagem e da expedição; e

III - das instalações laboratoriais, dos equipamentos, dos controles e das análises laboratoriais.

Art. 143. A sanidade do rebanho leiteiro deve ser acompanhada por médico veterinário contratado pelo estabelecimento, conforme estabelecido em normas específicas e constar nos programas de autocontrole dos estabelecimentos.

Art. 144. As atribuições do médico veterinário responsável pela propriedade rural incluem:

I - o controle sistemático de parasitoses;

II - o controle sistemático de mastites; e

III - o controle de brucelose (*Brucella abortus*) e tuberculose (*Mycobacterium bovis*), respeitando normas e procedimentos estabelecidos no Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal.

Art. 145. É proibido o envio a qualquer estabelecimento industrial do leite de fêmeas que, independentemente da espécie:

I - pertençam à propriedade que esteja sob interdição;

II - não se apresentem clinicamente sãs e em bom estado de nutrição;

III - estejam no último mês de gestação ou na fase colostrai;

IV - apresentem diagnóstico clínico ou resultado de provas diagnósticas que indiquem a presença de doenças infectocontagiosas que possam ser transmitidas ao ser humano pelo leite;

V - estejam sendo submetidas a tratamento com produtos de uso veterinário durante o período de carência recomendado pelo fabricante; ou

VI - recebam alimentos ou produtos de uso veterinário que possam prejudicar a qualidade do leite.

Art. 146. É proibido administrar substâncias estimulantes de qualquer natureza capazes de provocar aumento da secreção láctea com prejuízo da saúde animal e humana.

Art. 147. A área de ordenha e seus equipamentos precisam estar separados fisicamente das áreas de preparação do leite, tanto para produção de leite para consumo direto como para as queijarias.

Art. 148. Logo após a ordenha, manual ou mecânica, o leite deve ser filtrado por meio de utensílios específicos previamente higienizados.

Art. 149. O vasilhame ou o equipamento para conservação do leite na propriedade rural até a sua captação deve permanecer em local próprio e específico e deve ser mantido em condições de higiene.

Art. 150. É proibido o desnate parcial ou total do leite nas propriedades rurais.

Art. 151. Imediatamente após a ordenha o leite deve ser filtrado, mantido em tanque de expansão individual ou comunitário, atingindo 4°C (quatro graus Celsius) em até 3 h (três horas).





## DECRETOS

§ 1º A temperatura de recebimento do leite cru refrigerado no estabelecimento processador não deve ser superior a 7°C (sete graus Celsius), admitindo-se, excepcionalmente, o recebimento até 9°C (nove graus Celsius).

§ 2º É permitido o transporte de leite em latões ou tarros, em temperatura ambiente, sem que o leite tenha sofrido resfriamento, desde que seja entregue ao estabelecimento processador em até duas horas após o final de cada ordenha.

§ 3º O veículo transportador de leite em latões deve ter proteção contra sol e chuva.

Art. 152. A manutenção do leite em tanque de expansão comunitário e o transporte em carro-tanque devem seguir o disposto em normas complementares.

Art. 153. Após a captação do leite cru na propriedade rural, é proibida qualquer operação envolvendo essa matéria-prima em locais não registrados no SIM Jundiá.

Art. 154. Os estabelecimentos que recebem leite cru de produtores rurais são responsáveis pela implementação de programas de melhoria da qualidade da matéria-prima e de educação continuada dos produtores.

Art. 155. O estabelecimento de leite deve possuir área de recepção, de tamanho suficiente para realizar a seleção e internalização da matéria-prima para processamento, separada por paredes inteiras das demais dependências.

§ 1º A área de recepção deve possuir projeção de cobertura com prolongamento suficiente para proteção das operações nela realizadas.

§ 2º A área de recepção de leite deve possuir equipamentos destinados à filtração do leite.

§ 3º A área de recepção de estabelecimentos que recebem mais de 2.000 L (dois mil litros) de leite por dia pode necessitar de plataforma de descarga, esteira, tanque de leite ácido e lavadora automática de latões, a critério do SIM Jundiá.

Art. 156. O estabelecimento que recebe leite em latões deve possuir área destinada a lavagem e higienização desses contentores, localizada de forma a garantir que não haja contaminação do leite.

Art. 157. O estabelecimento é responsável pelo controle das condições de recepção e seleção do leite destinado ao beneficiamento ou à industrialização, conforme especificações definidas neste Decreto e em normas complementares.

Art. 158. A higienização interna dos tanques dos caminhões deve ser realizada em local coberto, dispondo de água sob pressão e dos produtos de limpeza necessários, podendo ser realizada na área de recepção.

Parágrafo único. O posto de lavagem externa e lubrificação de veículos, quando existentes, devem ser afastados do prédio industrial.

Art. 159. O laboratório deve estar convenientemente equipado para realização das análises de temperatura; teste álcool alizarol na concentração mínima de 72% v/v (setenta e dois por cento volume volume); acidez titulável; índice crioscópico; densidade relativa a 15/15°C (quinze graus Celsius); teor de gordura; teor de sólidos totais e teor de sólidos não gordurosos; pesquisas de neutralizantes de acidez; pesquisa de reconstituintes de densidade ou índice crioscópico; pesquisa de substâncias conservadoras; e detecção de resíduos de produtos veterinários.

§ 1º O laboratório para as análises de rotina do leite cru, para empresas que recebem até 2.000 L (dois mil litros) de leite por dia, deve contar no mínimo com pistola para álcool alizarol, acidímetro Dornic, termolacto densímetro e termômetro, podendo os demais exames serem realizados em laboratórios externos.

§ 2º Não é obrigatória a instalação de laboratório nas fábricas de laticínios ou queijarias que processam exclusivamente leite oriundo da propriedade rural onde estão localizadas, desde que as análises de matéria-prima e de produto sejam realizadas em laboratórios externos.

§ 3º A dispensa de laboratório previsto no parágrafo anterior não desobriga a realização no estabelecimento das análises de fosfatase alcalina e peroxidase para controle do processo de pasteurização do

leite para industrialização.

§ 4º Os estabelecimentos que não produzem leite para consumo direto ficam dispensados de instalar laboratório para realização das análises microbiológicas, desde que as análises de matéria-prima e de produto sejam realizadas em laboratórios externos.

§ 5º As análises microbiológicas e físico-químicas das matérias-primas e do leite beneficiado nas granjas leiteiras, nas usinas de beneficiamento e nas fábricas de laticínios, devem ser executadas no mínimo mensalmente em laboratórios credenciados pelos serviços de inspeção.

§ 6º As análises microbiológicas e físico-químicas de autocontrole do queijo das queijarias devem ser executadas no mínimo semestralmente em laboratórios credenciados pelos serviços de inspeção.

Art. 160. A coleta, o acondicionamento e o envio adequados das amostras de leite provenientes das propriedades rurais, para atendimento aos programas governamentais de melhoria da qualidade do leite, são de responsabilidade do estabelecimento que primeiramente receber o leite dos produtores, devendo atender ao disposto em normas complementares quanto às pesquisas a serem realizadas, procedimentos de colheita, acondicionamento e envio das amostras.

Art. 161. Quando detectada qualquer não conformidade nos resultados de análises de seleção do leite, o estabelecimento receptor será responsável pela destinação adequada do leite, de acordo com o disposto em normas complementares.

§ 1º Na hipótese de que trata o *caput*, o estabelecimento receptor fica obrigado a comunicar ao SIM Jundiá a ocorrência, devendo manter registros auditáveis das análises realizadas e dos controles de rastreabilidade e destinação, quando esta ocorrer em suas instalações.

§ 2º Quando as condições de produção, conservação e transporte, composição, contagem de células somáticas ou contagem bacteriana total não satisfaçam ao padrão a que se destina, o leite pode ser utilizado na obtenção de outro produto, de acordo com o disposto em normas complementares.

Art. 162. O leite destinado ao consumo humano direto só pode ser processado nos estabelecimentos classificados como granja leiteira ou na usina de beneficiamento.

Art. 163. O processamento do leite após a seleção e a recepção em qualquer estabelecimento compreende as etapas de pré-beneficiamento e beneficiamento do leite.

Art. 164. Todo leite destinado ao processamento industrial deve ser submetido à filtração antes de qualquer operação de pré-beneficiamento ou beneficiamento.

Parágrafo único. Entende-se por filtração a retirada das impurezas do leite por processo mecânico, mediante passagem sob pressão por material filtrante apropriado.

Art. 165. Todo leite destinado ao consumo humano direto deve ser submetido à clarificação na etapa de pré-beneficiamento.

§ 1º Entende-se por clarificação a retirada das impurezas do leite por processo mecânico, mediante centrifugação ou outro processo tecnológico equivalente, aprovado pelo SIM Jundiá.

§ 2º Para a clarificação do leite pode-se empregar a clarificadora ou filtro de linha sob pressão que apresente o mesmo efeito que a clarificadora, dependentemente do tamanho da malha filtrante indicada na ficha técnica do equipamento de filtragem.

Art. 166. O leite termizado no pré-beneficiamento deve ser refrigerado imediatamente após o aquecimento e deve manter o perfil enzimático do leite cru.

Parágrafo único. Entende-se por termização ou pré-aquecimento a aplicação de calor ao leite em aparelhagem própria com a finalidade de reduzir sua carga microbiana, sem alteração das características do leite cru.

Art. 167. Para realizar o pré-beneficiamento de leite cru refrigerado, são necessários os equipamentos: filtro de linha sob pressão ou clarificadora; resfriador a placas; bomba sanitária; e tanque de estocagem.



## DECRETOS

§ 1º Para o pré-beneficiamento de leite recebido em latão, o estabelecimento deve possuir cuba para recepção.

§ 2º Ficam dispensados de possuir resfriador a placas e tanque de estocagem os estabelecimentos que:

I - realizam o beneficiamento ou processamento imediatamente após a recepção do leite, sendo proibida a estocagem de leite cru;

II - recebem exclusivamente leite previamente refrigerado nas propriedades rurais fornecedoras, permitindo-se a recepção e estocagem de leite em tanques de expansão; e

III - industrializem apenas leite da propriedade rural onde está instalado o estabelecimento, sendo permitida a refrigeração em tanque de expansão.

Art. 168. Para realizar o beneficiamento de leite para consumo humano direto, são necessários os equipamentos: filtro de linha sob pressão ou clarificadora; pasteurizador a placas, no caso de pasteurização rápida; tanque de dupla camisa e resfriador a placas, no caso de pasteurização lenta; e envasadora.

Parágrafo único. Quando da pasteurização lenta, o tanque de camisa dupla deve dispor de sistema uniforme de aquecimento e resfriamento, controle automático de temperatura, termo-registradores e termômetros.

Art. 169. Permitem-se os seguintes processos de tratamento térmico de pasteurização do leite:

I - pasteurização lenta, que consiste no aquecimento indireto do leite entre 63°C (sessenta e três graus Celsius) e 65°C (sessenta e cinco graus Celsius) pelo período de 30 min (trinta minutos), mantendo-se o leite sob agitação mecânica, lenta, em aparelhagem própria; e

II - pasteurização rápida, que consiste no aquecimento do leite em camada laminar entre 72°C (setenta e dois graus Celsius) e 75°C (setenta e cinco graus Celsius) pelo período de 15 s (quinze segundos) a 20 s (vinte segundos), em aparelhagem própria, provida de dispositivos de controle automático de temperatura, termo-registradores, termômetros, válvula para o desvio de fluxo do leite e alarme sonoro.

Parágrafo único. É obrigatória a utilização de aparelhagem convenientemente instalada e em perfeito funcionamento, provida de dispositivos de controle automático de temperatura, registradores de temperatura, termômetros e outros que venham a ser considerados necessários para o controle técnico e sanitário da operação.

Art. 170. O leite pasteurizado destinado ao consumo humano direto deve ser refrigerado em temperatura não superior a 4°C (quatro graus Celsius), imediatamente após a pasteurização.

§ 1º É permitido o armazenamento frigorífico do leite pasteurizado em tanques isotérmicos providos de termômetros e agitadores automáticos à temperatura entre 2°C (dois graus Celsius) e 4°C (quatro graus Celsius).

§ 2º É proibida a pasteurização de leite pré-ensado.

§ 3º É proibida a repasteurização do leite para consumo direto.

Art. 171. É permitido o congelamento do leite para aquelas espécies em que o procedimento seja tecnologicamente justificado, desde que estabelecido em normas complementares.

Art. 172. É proibido o emprego de substâncias químicas na conservação do leite.

Art. 173. Entende-se por processo de ultra-alta temperatura (UAT ou UHT) o tratamento térmico aplicado ao leite, na fase de beneficiamento, a uma temperatura entre 130°C (cento e trinta graus Celsius) e 150°C (cento e cinquenta graus Celsius), pelo período de 2 a 4 s (dois a quatro segundos), mediante processo de fluxo contínuo, imediatamente resfriado a temperatura inferior a 32°C (trinta e dois graus Celsius) e envasado sob condições assépticas em embalagens esterilizadas e hermeticamente fechadas.

Parágrafo único. É proibido o reprocessamento do leite UAT para consumo humano direto.

Art. 174. Entende-se por processo de esterilização do leite o tratamento térmico, aplicado na fase de beneficiamento, a uma temperatura entre

110°C (cento e dez graus Celsius) e 130°C (cento e trinta graus Celsius) pelo prazo de 20 a 40 min (vinte a quarenta minutos), em equipamentos próprios.

Art. 175. Podem ser aceitos pelo SIM Jundiaí outros binômios de tempo e temperatura para o tratamento térmico do leite, desde que comprovada a equivalência ao processo.

Art. 176. Após a pasteurização, seja para consumo direto ou para elaboração de produtos lácteos, devem ser realizadas as provas de fosfatase alcalina e peroxidase do leite, que deverão apresentar resultados negativo para a primeira e positivo para a segunda.

Art. 177. O leite pasteurizado para consumo direto somente deve ser envasado em sistema automático ou semiautomático em circuito fechado, sendo que o leite deve chegar à envasadora através de bomba sanitária, ser acondicionado em embalagem inviolável e específica para as condições previstas de armazenamento.

Art. 178. O leite pasteurizado deve ser transportado preferencialmente em veículos isotérmicos com unidade frigorífica instalada.

Art. 179. Na conservação do leite devem ser atendidos os seguintes limites máximos de conservação e temperatura:

I - conservação e expedição no posto de refrigeração: 4°C (quatro graus Celsius);

II - conservação na usina de beneficiamento ou fábrica de laticínios antes da pasteurização: 4°C (quatro graus Celsius);

III - refrigeração após a pasteurização: 4°C (quatro graus Celsius);

IV - estocagem em câmara frigorífica do leite pasteurizado: 4°C (quatro graus Celsius);

V - entrega ao consumo do leite pasteurizado: 7°C (sete graus Celsius); e

VI - estocagem e entrega ao consumo do leite submetido ao processo de ultra-alta temperatura (UAT ou UHT) e esterilizado: temperatura ambiente.

Art. 180. O estabelecimento de produção de leite fermentado e bebida láctea fermentada necessita fermenteira, envasadora ou bico dosador acoplado ao registro da fermenteira e equipamento para lacrar a embalagem do produto.

§ 1º A alimentação da envasadora deverá ocorrer por meio de bomba sanitária, não se permitindo o transvase manual.

§ 2º A fermentação de produtos pré-ensados deverá ser realizada em ambiente com temperatura compatível com o processo de fabricação.

Art. 181. Para fabricação de queijos são necessários os equipamentos: tanque de fabricação de camisa dupla; ou tanque de camisa simples associado a equipamento de pasteurização ou tratamento térmico equivalente.

§ 1º O tratamento térmico utilizado deverá assegurar o resultado negativo para a prova de fosfatase alcalina.

§ 2º Quando utilizada a injeção direta de vapor, deve ser utilizado filtro de vapor culinário.

§ 3º Quando a legislação permitir a fabricação de queijo a partir de leite cru, fica dispensado o uso de equipamentos de pasteurização.

§ 4º A pasteurização lenta para a produção de queijos não necessita ser realizada sob agitação mecânica.

Art. 182. Fica excluído da obrigação de pasteurização ou de outro tratamento térmico o leite que se destine à elaboração dos queijos submetidos a um processo de maturação a uma temperatura superior a 5°C (cinco graus Celsius), durante um período não inferior a 60 (sessenta) dias.

§ 1º O período mínimo de maturação de queijos de que trata o *caput* poderá ser alterado, após a realização de estudos científicos conclusivos sobre a inocuidade do produto ou em casos previstos em Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade (RTIQ) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.



## DECRETOS

§ 2º Para o preparo de queijo com leite cru, a empresa deve validar o processo para garantir que não há risco à saúde pública, inclusive quanto à sanidade do rebanho.

Art. 183. Os queijos em processo de maturação devem estar identificados de forma clara e precisa quanto à sua origem e ao controle do período de maturação.

Parágrafo único. A maturação de queijos tradicionais pode ser realizada em prateleiras de madeira, desde que em boas condições de conservação e não impliquem em risco de contaminação do produto.

Art. 184. O processo de maturação de queijos pode ser realizado em estabelecimento sob inspeção do SIM Jundiaí diferente daquele que iniciou a produção, ou provir ainda de estabelecimento inspecionado por outros serviços de inspeção, cujos produtos sejam autorizados a circular no município de Jundiaí.

Parágrafo único. A maturação em estabelecimento fiscalizado pelo SIM Jundiaí como descrita no *caput* deve respeitar os requisitos tecnológicos exigidos para o tipo de queijo, a rastreabilidade do produto e o controle do período de maturação.

Art. 185. Quando da realização da salga por salmoura, secagem e maturação de queijos que dependa de refrigeração, o leitor de temperatura deverá estar instalado externamente na câmara fria ou no equipamento de frio empregado.

§ 1º A secagem pode ser realizada no mesmo equipamento da salga, mas a maturação deve ser em equipamento distinto, sendo o ideal que todas as fases ocorram separadamente.

§ 2º Se pelo tipo de queijo a ser fabricado a maturação e estocagem possam ser realizadas em temperatura ambiente, não é obrigatória a existência de equipamento de frio para estas fases.

Art. 186. Considera-se a data de fabricação dos queijos frescos o último dia da sua elaboração e, para queijos maturados, o dia do término do período da maturação.

Art. 187. Para produzir queijo ralado ou fatiado, o estabelecimento deverá contar com uma sala climatizada e exclusiva.

§ 1º Não se permite, sob qualquer pretexto, a ralagem de queijos considerados impróprios para o consumo humano.

§ 2º Para a fabricação de queijo ralado ou fatiado o estabelecimento necessita de local para a recepção, seleção, limpeza ou toaleta, ralagem e ou fatiamento, envase ou empacotamento.

§ 3º A toaleta visa eliminar a casca e possíveis manchas e flora indesejável no produto final.

§ 4º O envase ou empacotamento deve ocorrer imediatamente após a ralagem ou fatiamento, devendo ser preferencialmente automatizado.

Art. 188. Para a fabricação de creme de leite o estabelecimento necessita de padronizadora ou desnatadeira, tanque de fabricação de camisa dupla, envasadora e lacradora que assegure inviolabilidade do produto.

§ 1º Para produzir creme para produção de manteiga, o estabelecimento deve possuir os mesmos equipamentos de produção de creme de leite, exceto a envasadora.

§ 2º Se o estabelecimento produzir apenas creme de leite cru de uso industrial não é obrigatório o tanque de fabricação de camisa dupla.

Art. 189. Para a fabricação de requeijão o estabelecimento necessita de tacho de dupla camisa, coifa voltada para o exterior e equipamento para lacrar a embalagem.

Parágrafo único. O estabelecimento que produz creme e massa para elaborar requeijão deve também possuir os equipamentos listados para produção de queijo e creme de leite.

Art. 190. Para a fabricação de manteiga o estabelecimento necessita de tanque de fabricação de camisa dupla e bateadeira.

§ 1º Se o estabelecimento envasar a manteiga em potes plásticos, também necessita lacradora.

§ 2º A água gelada utilizada na produção da manteiga pode vir de tanque de refrigeração por expansão, o qual deverá ser instalado de forma a impossibilitar o risco de contaminação.

Art. 191. Para a fabricação de doce de leite o estabelecimento necessita de tacho de camisa dupla, coifa voltada para o exterior e equipamento para lacrar a embalagem que assegure a inviolabilidade do produto.

Art. 192. Para a fabricação de ricota o estabelecimento necessita de tanque em aço inoxidável de camisa dupla ou tanque de camisa simples com injetor de vapor direto com filtro de vapor culinário.

Art. 193. O estabelecimento deve possuir sistema de provimento de água quente a 82°C (oitenta e dois graus Celsius) ou vapor para higienizar as dependências, equipamentos e utensílios.

Parágrafo único. O sistema estabelecido no *caput* pode ser dispensado para aqueles estabelecimentos que utilizam produtos de higienização cujas especificações técnicas não exijam utilização de água quente e vapor.

Art. 194. O estabelecimento deve possuir local para a lavagem das caixas de transporte de leite e dos produtos lácteos.

### CAPÍTULO VI

#### DAS ESPÉCIES PRODUTORAS DE CARNE E DOS ESTABELECIMENTOS DE ABATE

Art. 195. Para fins deste Decreto, podem ser abatidas as seguintes espécies produtoras de carnes no âmbito do SIM Jundiaí: aves domésticas de criação (frangos, galinhas, galos, galetos, perus, patos, gansos, codornas, galinha-d'angola ou guiné); coelhos; suínos; ovinos; caprinos; bovinos; e pescados cultivados (peixes, rãs, moluscos e crustáceos).

Art. 196. O abate de diferentes espécies, incluídos grandes, médios e pequenos animais, em um mesmo estabelecimento, pode ser realizado, desde que haja instalações e equipamentos adequados para a finalidade, com completa segregação entre as diferentes espécies e seus respectivos produtos durante todas as etapas do processo, sejam respeitadas as particularidades de cada espécie, inclusive quanto ao bem-estar animal e a higienização das instalações e equipamentos.

Parágrafo único. O abate referido acima pode ser em trilhagem aérea ou estacionário, a critério do SIM Jundiaí, sempre levando em consideração a capacidade diária do estabelecimento e o atendimento ao disposto no presente Decreto e em normas complementares.

### CAPÍTULO VII

#### DOS ESTABELECIMENTOS DE CARNE E DERIVADOS

##### Seção I

##### Da Classificação dos Estabelecimentos de Carne e Derivados

Art. 197. Os estabelecimentos de carnes e derivados são classificados em:

I - Abatedouro Frigorífico, que é o estabelecimento destinado ao abate dos animais produtores de carne, à recepção, à manipulação, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição dos produtos oriundos do abate, dotado de instalações de frio, podendo realizar o recebimento, a manipulação, a industrialização, o acondicionamento, a rotulagem, a armazenagem e a expedição;

II - Unidade de Beneficiamento de Carne e Produtos Cárneos, que é o estabelecimento destinado à recepção, à manipulação, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de carne e produtos cárneos.

##### Seção II

##### Dos Abatedouros de Pequenos Animais - Aves e Coelhos

Art. 198. Os abatedouros de aves e coelhos devem possuir instalações adequadas e suficientes para atender aos processos de recepção, insensibilização, sangria, escaldagem e depenagem (aves) ou remoção da pele (coelhos), evisceração, lavagem, pré-resfriamento, gotejamento,





## DECRETOS

processamento, embalagem primária, classificação, armazenagem refrigerada ou congelada e expedição.

Art. 199. A recepção de animais deve ser separada por paredes das outras áreas, protegida de intempéries, ventilada adequadamente e deve oferecer conforto para os animais, inclusive com relação ao controle da iluminação.

Parágrafo único. A área de recepção pode ser usada como área de espera, descanso e jejum, local do exame *ante mortem*, e, a juízo do SIM Jundiaí, deve possuir sala de necropsia anexa.

Art. 200. Os contentores e estrados de transporte de animais, após vazios, devem ser encaminhados para a higienização e desinfecção, depositados em local adequado ou devolvidos para o veículo de transporte dos animais.

Art. 201. No estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte a insensibilização e a sangria podem ser realizadas na mesma sala que a escaldagem e a depenagem (aves) ou a retirada da pele (coelhos), o depósito de produtos pode ser junto da expedição, e a área de subprodutos pode ser dispensada desde que estes sejam retirados do estabelecimento imediatamente.

Art. 202. Para a insensibilização dos animais, os equipamentos e procedimentos devem atender a normas específicas, garantindo o estado de insensibilidade à dor do corte da sangria e o posicionamento seguro para o manuseio do animal.

§ 1º O equipamento de insensibilização deve dispor de registros de voltagem e amperagem proporcionais à espécie e a idade do animal.

§ 2º As aves devem ser posicionadas de forma que haja fluxo de sangue à cabeça.

§ 3º Se a técnica assim exigir, os animais devem ser expostos à imersão adequada em líquido para a eletronarcose.

§ 4º Imediatamente após a insensibilização devem ser avaliados os sinais de inconsciência, que por eletronarcose consistem em presença de convulsão tônica, apneia, ausência de reflexo da córnea ou palpebral, ausência de piscar espontâneo e ausência de vocalização.

§ 5º O abate deve ser interrompido se a insensibilização mostrar-se ineficiente.

Art. 203. O corte para a sangria deve ocorrer em no máximo 12 s (doze segundos) após a insensibilização, devendo durar 3 min (três minutos) e no máximo 5 min (cinco minutos), garantindo a morte do animal antes da escaldagem ou retirada da cabeça e das extremidades das patas, no caso de coelhos.

Art. 204. Os equipamentos fixos, tais como escaldadores e depenadeiras (no caso de aves), calhas de evisceração, pré-resfriadores, tanques, trilhagem e outros, deverão ser instalados de modo a permitir a fácil higienização, inclusive das áreas circundantes, guardando-se o afastamento das paredes e do piso.

Art. 205. A sangria de aves pode ser realizada em túnel ou em funil e no caso de coelhos, pendurados pelas patas traseiras nos penduradores ou trilhagem.

§ 1º O sangue deve ser recolhido em calha de sangria, constituída de material inoxidável ou alvenaria, totalmente impermeabilizada.

§ 2º Próximo à sangria deve haver lavatório acionado a pedal ou outro mecanismo que impeça o uso direto das mãos.

Art. 206. O local de escaldagem e depenagem necessita ventilação natural ou artificial suficiente para exaustão do vapor d'água e das impurezas em suspensão.

Parágrafo único. Quando a escaldagem das aves for executada em tanque, este deve ser constituído de material inoxidável e conter sistema de controle de temperatura e renovação contínua de água, de maneira que em cada turno de trabalho de 8 h (oito horas), seja renovado o correspondente ao seu volume total, ou a juízo do SIM Jundiaí.

Art. 207. Se forem destinados à alimentação, os pés e cabeças das aves devem ser escaldados à parte para a retirada de cutículas, porém devem manter a relação de rastreabilidade com a carcaça e a linha deve ser

inspecionada.

Parágrafo único. Pés, cabeças e pescoços das aves devem ser resfriados imediatamente após a escaldagem.

Art. 208. A depenagem deve ser mecanizada e imediatamente após a escalda, sendo proibido seu retardamento.

Art. 209. Antes e após a evisceração, as carcaças dos animais devem ser lavadas em água potável sob adequada pressão, com jatos orientados no sentido de que toda a carcaça seja lavada, inclusive os pés, no caso das aves em que não tenham sido retirados.

Art. 210. A evisceração deve ser executada em local isolado da área de escaldagem e depenagem ou de remoção da pele dos coelhos.

Parágrafo único. No mesmo local da evisceração também pode ser executado o pré-resfriamento, o gotejamento, o processamento, a embalagem primária, a classificação e armazenagem, desde que a área permita a perfeita acomodação dos equipamentos, sem prejuízo higiênico para as operações.

Art. 211. A evisceração deve ocorrer em trilhagem, com os animais suspensos em ganchos.

§ 1º Sob a trilhagem deve haver coletores para as vísceras não comestíveis, com calha em declive ou outro método que evite o acúmulo de resíduos e permita a limpeza frequente.

§ 2º A evisceração deve evitar os rompimentos de vísceras e o contato das carcaças com superfícies contaminadas, com atenção especial à bexiga urinária, no caso de coelhos.

§ 3º Junto do posto de evisceração deve haver torneiras para lavagem das mãos do operador.

§ 4º A calha de evisceração, quando houver, deve apresentar declive acentuado para o ralo coletor e dispor de água corrente para remoção contínua dos resíduos para o exterior.

§ 5º Na abertura do abdômen ou em qualquer das fases, a carcaça não pode encostar em paredes, devendo o distanciamento ser previsto no projeto industrial.

Art. 212. A evisceração compreende: corte da pele do pescoço e da traqueia; extração da cloaca; abertura do abdômen; eventração (exposição das vísceras); inspeção sanitária; retirada das vísceras; extração dos pulmões; toaleta (retirada do papo, esôfago, traqueia); lavagem final; e retirada da gordura cavitária e de cobertura da moela das aves.

§ 1º O posto de inspeção deve ser adequadamente iluminado.

§ 2º A retirada de órgãos ou partes do animal só pode ocorrer após a liberação da inspeção *post mortem*.

§ 3º A velocidade deve ser tal que permita a inspeção e o desvio de carcaças suspeitas.

§ 4º O pulmão das aves deve ser retirado por vácuo ou sistema mecânico, devendo o equipamento ser higienizado.

Art. 213. As vísceras comestíveis devem ser depositadas em recipientes adequados após a lavagem e preparo.

§ 1º Moelas devem ser abertas e lavadas internamente, com remoção total da cutícula.

§ 2º O saco pericárdico e a vesícula biliar devem ser retirados.

§ 3º Os miúdos comestíveis das aves e o fígado, no caso de coelhos, devem ser pré-resfriados, podendo ser usado gelo.

§ 4º A coleta de ovários das aves reprodutoras só será permitida após a liberação da ave pela inspeção do SIM Jundiaí, devendo o produto ser resfriado a 4°C (quatro graus Celsius) e mantido a 0°C (zero grau Celsius) e destinado ao tratamento térmico.

Art. 214. Os miúdos devem ser embalados para serem dispostos no interior das carcaças, sendo que os pés e pescoços devem ser embalados individualmente.



## DECRETOS

Art. 215. A lavagem final das carcaças deve ser realizada por dentro e por fora, podendo ser usada água sob pressão.

Parágrafo único. A lavagem final deve anteceder o sistema de pré-resfriamento, sendo que as carcaças não podem conter água em seu interior no momento da imersão.

Art. 216. O método de pré-resfriamento deve ser aprovado pelo SIM Jundiaí. Se for por imersão deve:

I - possuir controle de temperatura da água que não pode ultrapassar 16°C (dezesseis graus Celsius) no primeiro estágio do resfriamento e no último deve ser de 4°C (quatro graus Celsius) ou mais frio;

II - contar com renovação da água, de maneira que em um dia trabalho toda a água tenha sido renovada, ou ocorra a total renovação quando necessário;

III - utilizar água clorada, podendo ser hipoclorada até 5 ppm (cinco partes por milhão) de cloro livre.

IV - a temperatura da carcaça no final do pré-resfriamento deve ser de no máximo 7°C (sete graus Celsius), tolerando-se até 10°C (dez graus Celsius) se for destinada ao congelamento imediato.

Art. 217. O gotejamento deve ser posterior à fase de pré-resfriamento por imersão para retirada do excedente de água, que não deve ultrapassar 8% (oito por cento) do peso do animal.

Parágrafo único. O método de resfriamento das carcaças deve ser aprovado pelo SIM Jundiaí.

Art. 218. As mesas para embalagem de carcaças devem possuir bordas elevadas e dotadas de sistema de drenagem.

Art. 219. Desde que a temperatura ambiente não ultrapasse 15°C (quinze graus Celsius), não haja prejuízo do fluxo operacional e de aspectos higiênico-sanitários, o corte, a desossa, a produção de carne temperada, a embalagem primária, a embalagem secundária e a classificação de aves podem ocorrer na mesma sala de evisceração.

Art. 220. As carnes dos animais no armazenamento refrigerado devem atingir temperatura até 5°C (cinco graus Celsius) ou mais frio e no armazenamento congelado temperatura igual ou inferior a -12°C (doze graus Celsius negativos).

Art. 221. A área de expedição não pode comprometer o isolamento das áreas de produção do meio externo.

Art. 222. O gelo utilizado na indústria, especialmente no pré-resfriamento de carcaças e miúdos, deverá ser produzido com água potável, preferencialmente no próprio estabelecimento.

Parágrafo único. O equipamento para fabricação do gelo deverá ser instalado em local a parte, mas próximo do ponto de utilização.

Art. 223. O projeto industrial do abatedouro frigorífico de aves e coelhos deve indicar como será o sistema de eliminação de partes não aproveitáveis e de material condenado pelo SIM Jundiaí.

### Seção III

#### Dos Abatedouros de Animais de Médio e Grande Porte - Bovinos, Suínos, Ovinos e Caprinos

Art. 224. Os estabelecimentos destinados ao abate de bovinos, suínos, ovinos e caprinos devem dispor de estruturas suficientes para realizar o desembarque, o descanso, o exame *ante mortem* dos animais, a separação de animais suspeitos e o abate humanitário de emergência de animais; necropsia; banho dos animais (quando aplicável à espécie); insensibilização; sangria; limpeza e retirada da pele e outros anexos de acordo com as características da espécie; abertura das cavidades e evisceração; postos de inspeção e de inspeção final nas fases que se fizerem necessárias; processamento; resfriamento ou congelamento; expedição; e destino para partes não aproveitáveis e condenadas.

Art. 225. Os currais ou pocilgas de chegada, sequestro e matança são destinados à recepção, separação e inspeção dos animais antes do abate.

§ 1º As construções devem possuir dimensões adequadas ao volume de animais e livres de cantos vivos que possam causar lesões, sendo 1 m<sup>2</sup> (um metro quadrado) para cada suíno de até 100 kg (cem quilogramas) e 2,5 m<sup>2</sup> (dois vírgula cinco décimos de metros quadrados) para cada bovino e com altura mínima das divisórias de 1,5 m (um vírgula cinco décimos de metros) para suínos e 2 m (dois metros) para bovinos.

§ 2º Devem possuir cobertura e ventilação adequada para conforto térmico dos animais.

§ 3º Para evitar acidentes com os animais, o piso deve ser antiderrapante, com drenagem adequada e declive leve, em bom estado, sendo que as canaletas para desague devem ser fora.

§ 4º Os bebedouros podem ser aéreos ou em cocho, adequados à espécie, em número suficiente e com dispositivo que impeça os animais de entrarem nos cochinhos.

§ 5º Devem possuir ponto de água com pressão suficiente para a lavagem do local.

§ 6º O local deve estar preparado para que se os animais necessitem permanecer por mais de 24 h (vinte e quatro horas), possam receber alimentação, antes de iniciar o novo jejum.

§ 7º Deve haver identificação das pocilgas ou currais de sequestro, para impedir que animais sejam enviados para o abate sem a liberação do SIM Jundiaí.

§ 8º A estrutura dos currais e pocilgas deve permitir a limpeza de maneira que não haja exalação de mau cheiro pela fermentação da urina e fezes, que afetem as dependências do estabelecimento e a vizinhança.

Art. 226. Deve haver estrutura para banho antes do abate, para as espécies que necessitem.

§ 1º O chuveiro pode ser na seringa ou no curral de espera dos bovinos.

§ 2º O uso de chuveiro apenas para o conforto dos animais deve levar em conta a temperatura ambiente.

Art. 227. O box de insensibilização deve possuir dimensão reduzida, preferencialmente contar com equipamento de contenção, as partes móveis devem ser metálicas e ser adequado à espécie animal.

Art. 228. Os equipamentos e procedimentos de insensibilização devem atender a normas específicas, garantindo o estado de insensibilidade à dor do corte da sangria e o posicionamento seguro para o manuseio do animal.

§ 1º A insensibilização por choque elétrico deve ocorrer em equipamento em formato adequado à espécie e durar o suficiente para a perfeita insensibilização.

§ 2º No caso de suínos, o equipamento de insensibilização por choque elétrico deve estar ligado a um cabo de semiarco a ser aplicado atrás das orelhas do animal.

§ 3º A insensibilização pode ser realizada por método mecânico com pistola com dardo cativo (penetrativo ou não penetrativo), sendo que a pistola de dardo cativo não penetrativo não deve ser usada em bovinos com menos de 8 (oito) meses, em touros ou em animais mais velhos.

§ 4º A insensibilização deve ser seguida por etapa de verificação da narcose, para então imediatamente iniciar a sangria em no máximo 30 s (trinta segundos).

§ 5º O local deve contar com equipamento de insensibilização sobressalente para o caso de falhas.

Art. 229. A zona suja deve possuir área suficiente para a sustentação dos equipamentos necessários aos trabalhos de sangria; lavagem após a sangria; escaldagem, depilação, chameusamento e toalete, quando para suínos; esfola; evisceração; serragem das carcaças ao meio; inspeção de carcaças e vísceras; e lavagem de carcaças.

Parágrafo único. Quando necessária, a área de vômito deve localizar-se ao lado do box de insensibilização e destina-se à recepção dos animais insensibilizados que daí devem ser imediatamente destinados à sangria.

Art. 230. A duração da sangria dos suínos e bovinos deve ser de no



## DECRETOS

mínimo 3 min (três minutos), garantindo que o animal esteja morto antes da fase de escaldagem ou esfola.

Art. 231. A sangria deve ser realizada pela secção dos grandes vasos que emergem do coração, junto deste órgão, para evitar que o animal mantenha a irrigação cerebral e recobre a consciência durante a sangria.

§ 1º A área de sangria deve se totalmente impermeabilizada e possuir chuveiro ou pistola para lavagem dos suínos.

§ 2º O sangue pode ser retirado como matéria-prima para alimentos quando a sangria for realizada com facas esterilizadas, uma para cada animal e a região for desinfetada antes do corte, sendo que o sangue só pode ser liberado após a liberação da carcaça pela inspeção do SIM Jundiaí.

Art. 232. A lavagem da carcaça após a sangria e após a toailete na zona suja pode ser realizada com chuveiros ou pistola com água sob pressão, devendo em todos os casos possuir tubulação para recolher a água, evitando a deposição sobre o piso.

Art. 233. Deve haver lavatórios de mãos com torneiras com fechamento que dispense o contato manual, providos de sabão líquido inodoro e neutro, antisséptico ou sabonete degermante disponíveis em todas as fases do processamento, inclusive na área de matança.

Art. 234. A higienização das facas, gancho, fuzil, serra e outros instrumentos dos operadores e do SIM Jundiaí deve ser garantida sempre que sofram qualquer contaminação durante o uso.

§ 1º Deve haver estrutura acessível para a desinfecção de utensílios nas fases de: sangria; toailete da depilação; abertura abdominal e torácica; oclusão do reto; abertura da papada; evisceração; serragem da carcaça; inspeção da carcaça e rins; e inspeção final.

§ 2º Junto das mesas deve haver água a 82°C (oitenta e dois graus Celsius) em abundância para a higienização das mesas ou outro sistema seguro de higienização, a critério do SIM Jundiaí.

Art. 235. Os trilhos ou os penduradores devem ter altura suficiente para não permitir o contato das carcaças com o piso.

Art. 236. Quando do uso de plataformas, estas devem ser em número suficiente para realizar as operações de troca de patas, esfola, serra, evisceração, inspeção, toailete, carimbagem e lavagem das carcaças, serem construídas em metal, de preferência ferro galvanizado ou aço inoxidável, antiderrapantes e possuírem corrimão de segurança.

Art. 237. A escaldagem de suínos deve ocorrer em tanque com profundidade suficiente para a imersão total da carcaça, com água à temperatura de 62°C (sessenta e dois graus Celsius) a 72°C (setenta e dois graus Celsius), durante 2 a 5 min (dois a cinco minutos).

Art. 238. A depiladeira para suínos deve ser mecanizada ou outro processo aprovado pelo SIM Jundiaí, sendo que nesta fase podem ser removidos os cascos, ser usado o chamuscador e removido o ouvido médio, e ao final obrigatoriamente deve haver a lavagem da carcaça.

Art. 239. A zona limpa deve possuir área suficiente para os processos de: abertura abdominal e torácica; corte da sínfise púbica; oclusão do reto; abertura da papada; inspeção da cabeça e papada; evisceração; inspeção de vísceras; divisão longitudinal de cabeça e carcaça; inspeção da carcaça e rins; inspeção do cérebro; desvio e retorno de carcaças suspeitas; retirada do unto e lavagem das carcaças.

Art. 240. A abertura abdominal e torácica deve ser realizada com faca especial para evitar o rompimento dos intestinos.

Art. 241. O corte da sínfise púbica pode ser realizado com alicate especial ou outro equipamento aprovado pelo SIM Jundiaí.

Art. 242. A oclusão do reto deve ser realizada com linha resistente, sendo permitido o uso de grampos de aço inoxidável perfeitamente higienizados entre um uso e outro.

Art. 243. As vísceras devem ser dispostas em duas bandejas limpas para cada animal, sendo uma para vísceras brancas e outra para vísceras vermelhas, sempre guardando correspondência com a carcaça de origem.

Parágrafo único. No caso de ovinos e caprinos podem ser usados

carrinhos sob carcaças para as vísceras, sendo a parte inferior do carrinho para o trato gastrointestinal e a parte superior para outras vísceras.

Art. 244. A mesa de inspeção de língua e vísceras vermelhas deve possuir rebordo que evite o derramamento, fonte de água fria que permita a lavagem das vísceras e orifício para drenagem das águas servidas e esgoto canalizado.

Art. 245. Para a lavagem da cabeça, deve-se empregar mangueira com extremidade ajustada a um tubo bifurcado a ser introduzido nas narinas e na cabeça ou pistola própria apta à introdução nas narinas.

Art. 246. Para a abertura dos pés pode ser empregada serra circular.

Art. 247. As meias-carcaças devem ser lavadas com água sob pressão antes de ingressarem no sistema de resfriamento.

Art. 248. O sistema de resfriamento deve permitir que as carcaças possam manter-se distantes umas das outras e atingir a temperatura adequada medida na intimidade das massas musculares.

Art. 249. Deve haver local para a higienização de caixas, bandejas, ganchos e carretilhas ao final dos trabalhos ou quando necessário.

Art. 250. Para bovinos toma-se como referência o volume de água disponível de 100 L (cem litros) de água para cada cabeça abatida.

Art. 251. Deve haver recipiente em número suficiente, em metal ou plástico, para o descarte de resíduos e produtos condenados.

Parágrafo único. Os resíduos podem ficar depositados na área suja, se o recolhimento for diário, caso contrário, deve haver uma área exclusiva para armazenamento até o recolhimento.

Art. 252. As vísceras não comestíveis, pelos e sangue podem ser destinados à compostagem e os resíduos de higienização para lagoa de tratamento ou outras medidas aprovadas pelos órgãos ambientais.

### Seção IV

#### Da Unidade de Beneficiamento de Carne e Produtos Cárneos

Art. 253. A unidade de beneficiamento de carne e produtos cárneos pode industrializar diferentes espécies de animais, devendo ser dotada de instalações de frio e aparelhagem adequada para o seu funcionamento.

Art. 254. O estabelecimento de fabricação de produtos cárneos deve dispor estrutura capaz de realizar os seguintes processos: recepção de matéria-prima; resfriamento e ou congelamento; desossa; processamento; armazenamento e preparo de condimentos e ingredientes; rotulagem, embalagem e expedição.

§ 1º A área de recepção necessita proteção contra intempéries, sendo no mínimo coberta.

§ 2º A critério do SIM Jundiaí, as salas de processo devem ser climatizadas.

§ 3º No caso de realizar cozimento e produção de banha, o processo deve contar com área que não comprometa a temperatura das áreas frias.

§ 4º A trilhagem, quando necessária, deve possuir altura suficiente para que se mantenha a distância entre a carcaça e o piso em toda a operação e para qualquer espécie animal.

§ 5º O processamento de subprodutos é dispensado, mas os resíduos devem ser retirados imediatamente e possuírem local adequado para guarda até seu destino final, a critério do SIM Jundiaí.

Art. 255. A área de recepção de matérias-primas deve ser localizada de maneira que a matéria-prima não transite pelo interior das áreas de processo.

Art. 256. Toda matéria-prima recebida deve ter sua procedência comprovada por documento do órgão competente aceito pelo SIM Jundiaí.

Art. 257. No interior das câmaras de resfriamento ou congelamento, quando for o caso, devem ser empregados prateleiras metálicas e







## DECRETOS

estrados metálicos ou de plástico, não sendo permitido, sob hipótese alguma, o uso de madeira de qualquer tipo ou de equipamentos oxidados ou com descamação de pintura.

Art. 258. Os estabelecimentos que recebem matéria-prima congelada, quando necessário, possuirão equipamento de estocagem de congelados ou outro mecanismo de congelamento, com temperatura não superior a -12°C (doze graus Celsius negativos).

Parágrafo único. A matéria-prima congelada poderá ser armazenada no sistema de resfriamento para o processo de descongelamento e posterior industrialização.

Art. 259. Os estabelecimentos que trabalham com carnes congeladas em blocos (carne mecanicamente separada – CMS) devem possuir equipamento quebrador de bloco de carnes.

Art. 260. A operação de desossa deve ser preferencialmente separada da manipulação, aceitando-se sua execução na sala de processamento quando não traga prejuízos à higiene e sanidade de outras operações, sendo aceitável que a operação de desossa seja realizada em horários distintos, seguida de higienização.

Art. 261. O espaço para processamento deve dispor de todos os equipamentos mínimos necessários para a elaboração dos produtos fabricados pelo estabelecimento, como moedor de carne, cutter, misturadora, embutidora, mesas, tanques, carrinhos, bandejas ou outros recipientes.

Parágrafo único. Os equipamentos podem ser constituídos de aço inoxidável ou outro material sanitário adequado ao contato com alimentos, desde que aprovados pelo SIM Jundiaí.

Art. 262. O resfriamento das massas pode ocorrer no equipamento de frio das matérias-primas, desde que haja espaço e o equipamento de resfriamento garanta 4°C (quatro graus Celsius) no interior do produto.

Art. 263. Deve haver um local separado para a preparação de envoltórios naturais, permitindo sua lavagem com água potável, seleção e desinfecção com produtos aprovados pelo SIM Jundiaí para tal finalidade.

§ 1º A preparação dos envoltórios, lavagem, retirada do sal e desinfecção pode ser realizada na sala de processamento, sendo necessária mesa e pia independentes, em momentos distintos do processamento e da desossa, de forma a não oferecer risco de contaminação.

§ 2º Os envoltórios devem ser armazenados fora da área de processamento.

Art. 264. A preparação de condimentos deve possuir local específico que garanta a segregação de outros processos, podendo ser em local determinado dentro da sala de processamento.

§ 1º Para preparação de condimentos o local deve contar com equipamentos adequados ao processo como balanças, mesas, prateleiras, estrados plásticos, baldes plásticos com tampa, bandejas e caixas plásticas.

§ 2º Condimentos e ingredientes em pequena quantidade podem ser mantidos junto do posto de preparação de condimentos.

§ 3º Todos os recipientes com condimentos devem estar claramente identificados.

§ 4º Cuidados especiais devem ser dispensados aos nitratos e nitritos pelo perigo à saúde que representam.

§ 5º A receita ou tabela de proporções deve permanecer disponível ao operador responsável pela pesagem e mistura dos condimentos e sais de cura.

§ 6º O operador responsável pela pesagem e preparação de condimentos e sais de cura deve possuir treinamento específico para a atividade.

Art. 265. Para a fabricação de banha, o estabelecimento deve possuir tanque de aço inoxidável para fusão e tratamento dos tecidos adiposos de suínos e equipamento de exaustão.

Parágrafo único. A cristalização e embalagem da banha pode ser realizada no mesmo local da fabricação.

Art. 266. O cozimento de produtos cárneos pode ocorrer em estufas, em tanques de cozimento ou outros equipamentos adequados ao tratamento térmico.

Art. 267. O resfriamento e armazenamento de produtos que necessitem refrigeração deve ser realizado em equipamento que garanta temperatura entre 2°C (dois graus Celsius) a 5°C (cinco graus Celsius) e com produtos identificados.

Art. 268. Os produtos prontos que não necessitam de refrigeração devem ser encaminhados diretamente ao local de rotulagem e expedição.

Art. 269. A fabricação de produtos curados como salames, copas, presunto cru defumado etc. deve utilizar preferencialmente câmara de cura, onde os produtos devem permanecer dependurados em estaleiros em temperatura e umidade relativa do ar adequadas, pelo tempo necessário para sua completa cura, conforme a sua tecnologia de fabricação descrita no registro dos produtos e rótulos aprovados e registrados no SIM Jundiaí.

§ 1º A cura pode possuir ou não equipamentos para climatização, sendo que quando não houver tais equipamentos, a temperatura ambiente e a umidade relativa do ar devem ser controladas pela abertura e fechamento das portas e janelas, as quais terão, obrigatoriamente, telas de proteção contra insetos.

§ 2º O emprego de estaleiro de madeira, desde que mantido em perfeitas condições de conservação, limpo, seco e sem pintura, poderá ser tolerado, a critério do SIM Jundiaí.

Art. 270. Os estabelecimentos que produzam presuntos, apresuntados ou outros produtos curados que necessitem de frio em seu processo de cura devem possuir equipamento de resfriamento específico ou utilizar a câmara de resfriamento de massas, quando o equipamento dispor de espaço suficiente, garantindo a separação dos recipientes com massas.

Art. 271. O fatiamento de produtos necessita ser realizado em ambiente climatizado, podendo ocorrer a embalagem primária no mesmo local.

§ 1º O fatiamento pode ocorrer na sala de processamento em horário distinto das outras atividades, se o local apresentar condições de temperatura e espaço suficiente para os equipamentos e a higiene exigida para a operação.

§ 2º Todos os cuidados de higiene na manipulação devem ser tomados para evitar a recontaminação do produto no fatiamento.

§ 3º O equipamento usado no fatiamento deve ser de aço inoxidável e rigorosamente limpo, devendo as máquinas, a cada turno de trabalho, serem desmontadas e totalmente higienizadas e desinfetadas com produtos aprovados para este fim.

Art. 272. Deve haver local exclusivo para a higienização de utensílios e partes removíveis dos equipamentos.

§ 1º Os equipamentos fixos não podem ser higienizados na sala de processamento se outros postos de trabalho da mesma sala encontrarem-se ativos ou houver risco de contaminação dos alimentos e superfícies de trabalho.

§ 2º A higienização de utensílios pode ocorrer na sala de processamento em horários distintos da produção e sem a presença de alimentos no local, a critério do SIM Jundiaí.

Art. 273. O estabelecimento deve contar com local adequado, sem risco de contaminação, para o depósito de uniformes, materiais de trabalho e materiais de embalagem.

### CAPÍTULO VIII

#### DOS ESTABELECIMENTOS DE PESCADOS E DERIVADOS

##### Seção I

##### Da Classificação dos Estabelecimentos de Pescados e Derivados

Art. 274. Os estabelecimentos de pescado e derivados são classificados em:

I - Abatedouro Frigorífico de Pescado, que é o estabelecimento destinado



## DECRETOS

ao abate de pescados cultivados (peixes, rãs, moluscos e crustáceos), que possui dependências, instalações e equipamentos para recepção, lavagem, insensibilização, abate, processamento, transformação, preparação, acondicionamento e frigorificação, com fluxo adequado à espécie de pescado a ser abatida, podendo realizar recebimento, manipulação, industrialização, acondicionamento, rotulagem, armazenagem e expedição de produtos comestíveis.

II - Unidade de Beneficiamento de Pescado e Produtos de Pescado, que é o estabelecimento destinado à recepção do pescado abatido, à lavagem do pescado recebido da produção primária, à manipulação, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de pescado e de produtos de pescado, podendo realizar também sua industrialização.

III - Estação Depuradora de Moluscos Bivalves, que é o estabelecimento destinado à recepção, à depuração, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de moluscos bivalves.

### Seção II

#### Dos Estabelecimentos de Abate e Beneficiamento de Pescado

Art. 275. Os estabelecimentos de pescado e derivados, respeitadas as particularidades tecnológicas cabíveis, devem dispor de:

I - câmara de espera e equipamento de lavagem do pescado nos estabelecimentos que o recebam diretamente da produção primária;

II - local para lavagem e depuração dos moluscos bivalves, tratando-se de estação depuradora de moluscos bivalves;

Art. 276. Os tanques de depuração de pescados devem ser revestidos com material impermeável com o objetivo de proporcionar o esvaziamento do trato digestivo dos peixes de cultivo e eliminação de resíduos terapêuticos.

Parágrafo único. A depuração pode ser dispensada caso o lote venha acompanhado de atestado emitido pelo Responsável Técnico do criatório informando a depuração realizada na propriedade.

Art. 277. O manejo pré-abate dos peixes deve ser de acordo com a espécie e corretamente realizado visando contribuir para a qualidade do produto, a redução de estresse e o bem-estar animal.

Art. 278. Quando ocorrer o transporte dos animais vivos até o abatedouro, deve ser observada a densidade dos peixes, evitando a falta de oxigênio e o desconforto térmico, a ocorrência de lesões e mortandade dos peixes.

§ 1º É proibido o uso de substâncias químicas na água de transporte que possam contaminar ou deixar resíduos na carne dos peixes.

§ 2º Sempre que aplicável, deve ocorrer o descanso após o transporte de acordo com as características da espécie.

Art. 279. A recepção do pescado deve ser feita em área coberta com pé-direito suficiente, para que as operações sejam realizadas de forma adequada, separada fisicamente por parede inteira e sem possibilidade de trânsito de pessoal entre esta área suja e a de evisceração e filetagem - área limpa.

§ 1º Preferencialmente a comunicação da seção de recepção e de evisceração será por meio de cilindro ou esteira de lavagem do pescado.

§ 2º Os manipuladores que exercem operações na área suja não podem exercer operações na área limpa sem prévia higienização.

Art. 280. O estabelecimento deve estar capacitado para realizar o abate precedido da insensibilização do animal, sendo o atordoamento por choque elétrico com voltagem correta o método mais adequado às espécies comumente cultivadas.

Parágrafo único. O método de insensibilização e abate deve ser aprovado junto ao SIM Jundiaí.

Art. 281. Para a evisceração e filetagem, o estabelecimento deve dispor de mesa para descamação, evisceração, coureamento e corte (postagem ou filetagem), dotada de pontos de água suficientes para a operação.

§ 1º A disposição das mesas deve viabilizar a produção de tal maneira que não haja refluxo do produto.

§ 2º A embalagem primária pode ser realizada na área de processamento quando houver espaço e mesa exclusiva para esta operação, sem prejuízo das demais.

Art. 282. O estabelecimento deve dispor de instalações ou equipamentos adequados para a retirada e transporte, para fora das áreas de manipulação de produtos comestíveis, de resíduos de pescado resultantes do processamento.

Art. 283. O estabelecimento deve possuir instalações para o fabrico e armazenagem de gelo, podendo esta exigência, apenas no que tange à fabricação, ser dispensada se houver facilidade para aquisição de gelo de comprovada qualidade sanitária.

Parágrafo único. Preferencialmente o silo para o gelo deverá estar localizado em nível superior às demais dependências e, por gravidade, seja conduzido aos diferentes locais onde o gelo será necessário.

Art. 284. A área de preparação de condimentos, quando possuir área suficiente, pode ser utilizada para armazenar os condimentos e ingredientes, mas deve ser evitado o trânsito pelas áreas produtivas.

§ 1º Os condimentos devem permanecer identificados, protegidos de poeira, umidade e ataque de insetos e roedores, sempre afastados do piso e paredes.

§ 2º Esta área poderá ser substituída por espaço específico dentro da sala de processamento.

§ 3º Cuidados especiais devem ser dispensados aos nitratos e nitritos pelo perigo à saúde que representam.

Art. 285. O estabelecimento deve possuir equipamentos de resfriamento ou isotérmicos em número suficiente, segundo a capacidade do estabelecimento.

Art. 286. O pescado fresco, não transformado, inteiro ou eviscerado, de alguma maneira cortado, e que possa ser conservado em temperaturas próximas à do gelo fundente, pode ser mantido em câmaras isotérmicas para sua conservação.

Art. 287. Produtos resfriados de pescado, resultantes da transformação da natureza do pescado, de forma que não seja possível retornar às características originais, embalados e mantidos sob refrigeração, devem ser conservados em equipamentos de resfriamento entre -0,5°C (meio grau Celsius negativo) e 2°C (dois graus Celsius).

Art. 288. Os túneis de congelamento rápido, quando necessário, devem atingir temperaturas inferiores a -25°C (vinte e cinco graus Celsius negativos) e fazer com que a temperatura no centro térmico dos produtos chegue até -18°C (dezoito graus Celsius negativos) ou mais frio.

§ 1º Os túneis de congelamento devem ser de fácil higienização e constituídos de material higienizável e resistente às baixas temperaturas.

§ 2º Será admitido o congelamento dos pescados em freezer, desde que o equipamento seja destinado somente para a etapa de congelamento, e que os produtos a serem congelados fiquem dispostos em prateleiras, permitindo o espaçamento a fim de acelerar o congelamento.

§ 3º É permitida a utilização do congelador salmourador, quando o pescado for destinado como matéria-prima para a elaboração de conservas, desde que seja atendido o conceito de congelamento rápido e atinja temperatura não superior a -9°C (nove graus Celsius negativos) em seu centro térmico, devendo ter como limite máximo esta temperatura durante a armazenagem.

§ 4º Os pescados só podem ser transferidos dos equipamentos de congelamento para a câmara de estocagem quando já tenham atingido -18°C (dezoito graus Celsius negativos) a -20°C (vinte graus Celsius negativos) em seu interior.

Art. 289. Os produtos congelados prontos e embalados devem permanecer sobre estrados ou estantes, afastados das paredes e do teto e em temperatura nunca superior a -18°C (dezoito graus Celsius negativos) até sua expedição.

Parágrafo único. Será admitida a estocagem em freezers, guardando as



## DECRETOS

mesmas recomendações de temperatura e conservação.

Art. 290. Os produtos armazenados devem permanecer corretamente identificados.

Art. 291. O fracionamento de produto congelado pode ocorrer nos estabelecimentos em sala com temperatura ambiente entre 14°C (catorze graus Celsius) e 16°C (dezesseis graus Celsius).

§ 1º Os produtos não devem transitar por áreas em que possa ocorrer a contaminação cruzada.

§ 2º O fracionamento de embalagens master poderá ocorrer na área de evisceração e filetagem, podendo ser realizado em horários diferentes ou ao mesmo tempo, desde que com separação que não comprometa as condições sanitárias do produto.

Art. 292. Produtos descongelados de pescado são aqueles que foram inicialmente congelados e submetidos a um processo específico de elevação de temperatura acima do ponto de congelamento e mantidos em temperaturas próximas à do gelo fundente.

§ 1º Na designação do produto deve ser incluída a palavra descongelado.

§ 2º O rótulo dos pescados descongelados deve apresentar no painel principal, logo abaixo da denominação de venda, em caracteres destacados, uniformes em corpo e cor sem intercalação de dizeres ou desenhos, em caixa alta e em negrito a expressão "não recongelar".

Art. 293. Carne mecanicamente separada de pescado é o produto congelado obtido do material resultante do descabeçamento, da evisceração e da separação mecânica da carne das demais estruturas inerentes à espécie, como espinhas, ossos e pele.

§ 1º A carne mecanicamente separada de pescado pode ser lavada e posteriormente drenada, adicionada ou não de aditivos.

§ 2º O produto deve ser designado "carne mecanicamente separada" seguido do nome da espécie ou das espécies de pescado que o constitua.

§ 3º Pode ser obtido de peixes de pequeno porte provenientes da fauna acompanhante; de outros peixes desclassificados para cortes nobres; resíduos de filetagem; carcaças; espinhaços ou partes destes, desde que apresentem boa qualidade e sejam considerados os riscos de sua utilização.

§ 4º Pode ser obtido por diferentes equipamentos e o produto deve ser classificado de acordo com a composição da matéria-prima, as técnicas de fabricação e as características físico-químicas de cada tipo.

§ 5º Não é permitida a utilização de carne mecanicamente separada de pescado em produtos não submetidos a tratamento térmico.

Art. 294. Deve estar previsto no projeto um local específico para a higienização de caixas e utensílios.

§ 1º O local deve ser constituído de materiais de fácil higienização, dispor de água sob pressão e de estrados plásticos ou galvanizados.

§ 2º Os equipamentos e utensílios higienizados não podem ficar depositados na área de higienização se houver risco de recontaminação.

Art. 295. A embalagem secundária deve ocorrer em local separado da área de processamento e pode ser realizada na sala de expedição.

Parágrafo único. As embalagens secundárias devem permanecer depositadas em área independente, podendo permanecer na sala de expedição, desde que tenha espaço para tal.

Art. 296. A área de expedição deve garantir a proteção da atividade e a manutenção da temperatura dos pescados e produtos de pescados.

### CAPÍTULO IX

#### DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Art. 297. Para os fins deste Decreto, ingrediente é qualquer substância empregada na fabricação ou na preparação de um produto, incluídos os aditivos alimentares, e que permaneça ao final do processo, ainda que de forma modificada, conforme estabelecido em legislação específica e

em normas complementares.

Art. 298. Os padrões de identidade e qualidade dos produtos registrados no SIM Jundiaí devem obedecer ao disposto pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio de seus regulamentos técnicos de identidade e qualidade (RTIQ) para os produtos de origem animal e seus regulamentos técnicos específicos para processos de fabricação.

Parágrafo único. Os RTIQs definem os produtos, sua tecnologia de obtenção, os ingredientes e aditivos alimentares autorizados, e, no que couber, os parâmetros microbiológicos, físico-químicos, requisitos de rotulagem e outros julgados necessários.

Art. 299. Os produtos de origem animal devem atender aos parâmetros e aos limites microbiológicos, físico-químicos, de resíduos de produtos de uso veterinário, contaminantes e outros estabelecidos neste Decreto, no RTIQ do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e em normas complementares.

Art. 300. A utilização de aditivos ou coadjuvantes de tecnologia deve atender ao órgão regulador da saúde e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, quanto ao tipo de aditivos e coadjuvantes autorizados para o uso nos produtos de origem animal e seus limites máximos.

§ 1º O uso de antissépticos, produtos químicos, extratos e infusões de plantas ou tinturas fica condicionado à aprovação prévia pelo órgão regulador da saúde e à autorização pelo SIM Jundiaí.

§ 2º É proibido o emprego de substâncias que possam ser prejudiciais ou nocivas ao consumidor.

Art. 301. O sal e seus substitutos, os condimentos e as especiarias empregados no preparo de produtos de origem animal devem ser isentos de substâncias estranhas à sua composição e devem atender à legislação específica.

Parágrafo único. É proibido o reaproveitamento de sal, para produtos comestíveis, após seu uso em processos de salga.

Art. 302. É proibido o emprego de salmouras turvas, sujas, alcalinas, com cheiro amoniacal, fermentadas ou inadequadas por qualquer outra razão.

Parágrafo único. É permitido o tratamento com vistas à recuperação de salmouras por meio de métodos como filtração por processo contínuo, pasteurização ou pelo uso de substâncias químicas autorizadas pelo órgão competente, desde que não apresentem alterações de suas características originais.

### TÍTULO III

#### DA INSPEÇÃO SANITÁRIA DO ABATE

##### CAPÍTULO I

##### DA INSPEÇÃO ANTE MORTEM

Art. 303. A entrada de animais em qualquer dependência do estabelecimento deve ser feita com prévio conhecimento do SIM Jundiaí.

§ 1º Por ocasião da chegada de animais, o SIM Jundiaí deve verificar os documentos de procedência e julgar as condições físicas e sanitárias de cada lote, registrando em documento específico.

§ 2º Qualquer caso suspeito implica no exame clínico dos animais envolvidos, procedendo-se, quando necessário, ao isolamento de todo o lote e aplicando-se ações de sanidade animal que cada caso exigir.

§ 3º Quando da recepção de animais fora do horário normal de funcionamento ou na ausência de funcionário do SIM Jundiaí, desde que documentados e identificados, estes devem ser desembarcados e alojados em instalações apropriadas e exclusivas, onde aguardarão a avaliação.

§ 4º Os animais que chegarem em veículos transportadores lacrados por determinações sanitárias, só podem ser desembarcados na presença de um representante do SIM Jundiaí.

Art. 304. Os estabelecimentos são obrigados a adotar medidas para evitar maus tratos aos animais, aplicando ações que visam a proteção e bem-estar animal, por toda a vida do animal até o momento do abate.





## DECRETOS

Art. 305. O estabelecimento é obrigado a fornecer, previamente ao abate, a documentação necessária para a verificação pelo SIM Jundiaí das condições sanitárias do lote e programação de abate, constando dados referentes à rastreabilidade, número de animais ingressos no estabelecimento, procedência, espécie, sexo, idade, meio de transporte, hora de chegada e demais exigências previstas em legislação específica.

§ 1º Nos casos de suspeita de uso de substâncias proibidas ou de falta de informações sobre o cumprimento do prazo de carência de produtos de uso veterinário, o SIM Jundiaí poderá apreender os lotes de animais ou os produtos, proceder à coleta de amostras e adotar outros procedimentos que respaldem a decisão acerca de sua destinação.

§ 2º Sempre que o SIM Jundiaí julgar necessário, os documentos com informações de interesse sobre o lote devem ser disponibilizados com, no mínimo, 24 h (vinte e quatro horas) de antecedência.

Art. 306. É obrigatória a realização do exame *ante mortem* dos animais destinados ao abate por servidor competente do SIM Jundiaí.

§ 1º O exame de que trata o *caput* compreende a avaliação documental, do comportamento e do aspecto do animal e dos sintomas de doenças de interesse para as áreas de saúde animal e de saúde pública, atendido o disposto neste Decreto e em normas complementares.

§ 2º Qualquer caso suspeito implica a identificação e o isolamento dos animais envolvidos. Quando necessário, se procederá ao isolamento de todo o lote.

§ 3º Os casos suspeitos serão submetidos à avaliação veterinária do SIM Jundiaí, que pode compreender exame clínico, necropsia ou outros procedimentos com o fim de diagnosticar e determinar a destinação, aplicando-se ações de saúde animal quando o caso exigir.

§ 4º O exame *ante mortem* deve ser realizado no menor intervalo de tempo possível após a chegada dos animais no estabelecimento de abate.

§ 5º O exame será repetido caso decorra período superior a 24 h (vinte e quatro horas) entre a primeira avaliação e o momento do abate.

§ 6º Dentre as espécies de abate de pescado, somente os anfíbios devem ser submetidos à inspeção *ante mortem*.

Art. 307. Na inspeção *ante mortem*, quando forem identificados animais suspeitos de zoonoses ou enfermidades infectocontagiosas, ou animais que apresentem reação inconclusiva ou positiva em testes diagnósticos para essas enfermidades, o abate deve ser realizado em separado dos demais animais, adotadas as medidas profiláticas cabíveis.

Parágrafo único. No caso de suspeita de doenças não previstas neste Decreto ou em normas complementares, o abate deve ser realizado também em separado, para melhor estudo das lesões e verificações complementares.

Art. 308. Quando houver suspeita de doenças infectocontagiosas de notificação imediata determinada pelo serviço oficial de saúde animal, além das medidas já estabelecidas, cabe ao SIM Jundiaí proceder como se segue:

I - notificar o serviço oficial de saúde animal;

II - isolar os animais suspeitos e manter o lote sob observação enquanto se aguarda definição das medidas epidemiológicas de sanidade animal a serem adotadas; e

III - determinar a imediata desinfecção dos locais, equipamentos e utensílios que possam ter tido contato com resíduos dos animais ou qualquer outro material que possa ter sido contaminado, atendendo as recomendações estabelecidas pelo serviço oficial de saúde animal.

Art. 309. Em caso de abate misto no mesmo dia, os bovinos não poderão ficar no mesmo curral dos suínos ou ovinos ou caprinos, sendo que os ovinos e caprinos são os únicos que podem ser alojados no mesmo curral.

Art. 310. Os animais deverão ficar em currais livres de barro pelo período determinado pelo SIM Jundiaí antes de serem insensibilizados.

Art. 311. Os animais, com exceção dos ovinos, visando facilitar o exame *ante mortem*, devem ser lavados sobre piso impermeável com água

potável sob pressão de forma que os jatos atinjam todas as partes do animal com uma pressão adequada e com canalização das águas residuais.

Art. 312. Além do exame por ocasião da chegada ao estabelecimento, os lotes de animais devem ser ainda examinados momentos antes do abate.

Parágrafo único. Este exame deve ser realizado preferencialmente pelo mesmo inspetor encarregado pela inspeção *post mortem*.

Art. 313. Deve ser evitado, a critério do SIM Jundiaí, o abate de fêmeas em gestação adiantada e aves que apresentem o trato gastrointestinal repleto.

§ 1º As fêmeas com sinais de parto recente ou aborto só podem ser abatidas no mínimo 10 (dez) dias depois do parto, desde que não sejam portadoras de doença infectocontagiosa, caso em que são julgadas de acordo com o presente Decreto.

§ 2º As fêmeas em gestação ou de parto recente, não portadoras de doença infectocontagiosa, podem ser retiradas do estabelecimento, para melhor aproveitamento.

Art. 314. Animais com sinais clínicos de paralisia decorrente de alterações metabólicas ou patológicas devem ser destinados ao abate de emergência.

Parágrafo único. No caso de paralisia decorrente de alterações metabólicas é permitido retirar os animais para tratamento.

Art. 315. É proibido o abate de suínos não castrados ou de animais que mostrem sinais de castração recente.

Parágrafo único. É permitido o abate de animais castrados por métodos não cirúrgicos, desde que o processo seja aprovado pelo SIM Jundiaí.

Art. 316. Quando no exame *ante mortem* forem constatados casos isolados de doenças não contagiosas, que pelo presente Decreto permitam o aproveitamento condicional ou impliquem na condenação total do animal, este deve ser abatido ao final ou em instalações próprias para este fim.

Art. 317. Os suínos que apresentem casos agudos de erisipela, como eritema cutâneo difuso, devem ser abatidos em separado.

Art. 318. Os animais de abate que apresentam alterações de temperatura, hipotermia ou hipertermia, podem ser condenados levando-se em consideração as condições climáticas, de transporte e os demais sinais clínicos apresentados, a critério do SIM Jundiaí.

Parágrafo único. O presente artigo não se aplica às espécies de abate em que não é realizada a termometria.

Art. 319. A existência de animais mortos ou impossibilitados de locomoção, em veículos transportadores, nas instalações para recepção e acomodação de animais ou em qualquer dependência do estabelecimento, deve ser imediatamente levada ao conhecimento do SIM Jundiaí, para providenciar o sacrifício ou necropsia, bem como determinar as medidas que se façam necessárias.

Art. 320. As necropsias devem ser realizadas em local específico.

Art. 321. Quando o SIM Jundiaí autorizar o transporte de animais mortos ou agonizantes para a necropsia deve ser utilizado veículo ou contentor especial, apropriado, impermeável e que permita desinfecção logo após seu uso.

§ 1º No caso de animais mortos com suspeita de doença infectocontagiosa deve ser feito o tamponamento das aberturas naturais do animal antes do transporte, de modo a ser evitada a disseminação das secreções e excreções.

§ 2º Confirmada a suspeita, o animal morto deve ser incinerado ou autoclavado em equipamento próprio, público ou privado, que permita a destruição do agente.

§ 3º As aves necropsiadas podem ser encaminhadas ao setor ou estabelecimento que processa produtos não comestíveis.

§ 4º Concluídos os trabalhos de necropsias, o veículo ou contentor





## DECRETOS

utilizado no transporte, o piso da dependência e todos os equipamentos e utensílios que entraram em contato com o animal devem ser lavados e desinfetados.

Art. 322. O SIM Jundiá levará ao conhecimento do serviço oficial de saúde animal o resultado das necropsias que evidenciarem doenças infectocontagiosas, remetendo, quando necessário, material para diagnóstico aos laboratórios oficiais ou credenciados.

Art. 323. O lote de animais no qual se verifique qualquer caso de morte natural só deve ser abatido depois do resultado da necropsia, sempre que a mortalidade registrada no lote de animais, até o momento do abate, for considerada superior àquelas normalmente observadas ou quando houver suspeita clínica de enfermidades, a critério do SIM Jundiá.

Art. 324. À inspeção *ante mortem*, as rãs devem apresentar: postura normal, olhos vivos, pele úmida e brilhante. As rãs que apresentem sinais de contusão ou esmagamento, edema generalizado, apatia, abdômen inchado, hemorragias pelas aberturas naturais ou pele, manchas avermelhadas, ulcerações na pele, cabeça encolhida ou outras afecções, devem ser abatidos em separado.

### CAPÍTULO II

#### DO ABATE DE EMERGÊNCIA

Art. 325. Matança de emergência é o abate realizado, em presença de funcionário do SIM Jundiá, dos animais que chegam ao estabelecimento em precárias condições de saúde, impossibilitados de atingirem a dependência de abate por seus próprios meios, bem como dos que foram excluídos do abate normal após exame *ante mortem*.

Parágrafo único. Devem ser abatidos de emergência animais doentes, que apresentem sinais de doenças infectocontagiosas de notificação imediata, agonizantes, contundidos, com fraturas, hemorragia, hipotermia ou hipertermia, impossibilitados de locomoção, com sinais clínicos neurológicos e outros estados, a critério do SIM Jundiá.

Art. 326. Nenhum animal ou lote pode ser abatido sem autorização do SIM Jundiá.

Art. 327. Nos casos de animais com sinais clínicos neurológicos ou de dúvida no diagnóstico de processo septicêmico, o SIM Jundiá realizará colheita de material para exame, principalmente quando houver inflamação dos intestinos, úbere, útero, articulações, pulmões, pleura, peritônio ou lesões supuradas e gangrenosas.

Art. 328. São considerados impróprios para consumo humano os animais que, abatidos de emergência, se enquadrem nos casos de condenação previstos no presente Decreto ou a critério do SIM Jundiá.

Art. 329. As carcaças de animais abatidos de emergência que não foram condenadas podem ser destinadas ao aproveitamento condicional ou, não havendo qualquer comprometimento sanitário, liberadas, conforme previsto no presente Decreto, a critério do SIM Jundiá.

Art. 330. Animais que tenham morte acidental nas dependências do estabelecimento, desde que imediatamente sangrados, podem ser aproveitados, a critério do SIM Jundiá.

Parágrafo único. O SIM Jundiá deve avaliar a quantidade de sangue retido na musculatura, fenômenos congestivos das vísceras, sobretudo fígado, rins, baço e do tecido subcutâneo, verificar se a face interna da pele está ressecada, avaliando ainda a presença de congestão hipostática, se a ferida de sangria tem ou não suas bordas infiltradas de sangue, a coloração da parede abdominal e odor no momento da evisceração, além de outros sinais e informações que obtenha, para julgar se a sangria e a evisceração foram ou não realizadas a tempo.

### CAPÍTULO III

#### DO ABATE NORMAL

Art. 331. Só é permitido o abate humanitário de animais, utilizando-se prévia insensibilização baseada em princípios científicos, seguida de imediata sangria.

Parágrafo único. Os métodos empregados para cada espécie animal devem ser aprovados pelo SIM Jundiá, cujas especificações e procedimentos devem ser disciplinados em normas complementares.

Art. 332. É proibido o abate de animais que não tenham permanecido em

descanso, jejum e dieta hídrica, respeitadas as particularidades de cada espécie e o descrito em normas complementares.

Art. 333. Antes de chegar à dependência de abate, os animais devem passar por banho de aspersão com água suficiente para promover a limpeza e remoção de sujidades, atendendo às particularidades de cada espécie.

Art. 334. A sangria deve ser a mais completa possível e realizada com o animal suspenso pelos membros posteriores ou por outro método aprovado pelo SIM Jundiá.

Parágrafo único. Nenhuma manipulação pode ser iniciada antes que o sangue tenha escoado ao máximo, respeitando o período mínimo de 3 min (três minutos).

Art. 335. As aves podem ser depenadas por processos a seco; após escaldagem em água previamente aquecida e com renovação; ou outro processo autorizado pelo SIM Jundiá.

Art. 336. É obrigatória a depilação completa de toda a carcaça de suínos pela prévia escaldagem em água quente ou processo similar aprovado pelo SIM Jundiá, sempre que for entregue ao consumo com pele.

§ 1º A operação depilatória pode ser completada manualmente ou por meio de equipamento apropriado e as carcaças devem ser lavadas após o processo depilatório.

§ 2º É proibido chamuscar suínos sem previamente escaldar e depilar.

§ 3º Pode ser autorizado o emprego de coadjuvantes de tecnologia na água de escaldagem, a critério do SIM Jundiá.

Art. 337. A interrupção do abate ou a redução na velocidade de abate pode ser solicitada pelo SIM Jundiá a qualquer tempo, até que sejam sanadas as deficiências observadas.

Art. 338. A evisceração deve ser realizada em local que permita pronto exame das vísceras, de forma que não ocorram contaminações.

§ 1º A evisceração não deve ser retardada, mas caso ocorra retardamento da evisceração, as carcaças e vísceras serão julgadas a critério do SIM Jundiá, de acordo com o disposto em normas complementares.

§ 2º O SIM Jundiá deve aplicar as medidas preconizadas neste Decreto, no caso de contaminação das carcaças no momento da evisceração.

Art. 339. Deve ser mantida a correspondência entre as carcaças, as partes das carcaças e suas respectivas vísceras até o término do exame *post mortem* pelo SIM Jundiá.

§ 1º A cabeça, antes de removida do corpo do animal, deve ser marcada para permitir identificação com a respectiva carcaça e suas vísceras, respeitando-se as particularidades de cada espécie.

§ 2º É de responsabilidade do estabelecimento a manutenção da correlação entre carcaça e vísceras e o sincronismo entre estas nas linhas de inspeção.

Art. 340. É permitida a insuflação como método auxiliar no processo tecnológico da esfolia e desossa das espécies de abate, desde que previamente aprovada pelo SIM Jundiá.

Parágrafo único. O ar utilizado na insuflação deve ser submetido a um processo de purificação de forma que garanta a sua qualidade física, química e microbiológica final, devendo ser monitorado regularmente por meio de análises laboratoriais.

Art. 341. É obrigatória a remoção, a segregação e a inutilização dos materiais especificados de risco (MER) para encefalopatias espongiformes transmissíveis de todos os ruminantes destinados ao abate.

§ 1º Os procedimentos de que trata o *caput* devem ser realizados pelos estabelecimentos, observado o disposto em normas complementares.

§ 2º A especificação dos órgãos, das partes ou dos tecidos animais classificados como MER será realizada pela legislação de saúde animal.

Art. 342. As carcaças ou partes de carcaças, quando submetidas a processo de resfriamento pelo ar, devem ser penduradas em câmaras específicas e dispostas de modo que haja suficiente espaço entre cada



## DECRETOS

peça, e entre elas e as paredes, colunas e pisos.

Parágrafo único. É proibido depositar carcaças e produtos diretamente sobre o piso.

Art. 343. É proibido recolher novamente aos equipamentos de frio, sem conhecimento e avaliação do SIM Jundiaí, produtos e matérias-primas deles retirados e que permaneceram em condições inadequadas de temperatura, podendo, desta forma, acarretar perdas de suas características originais de conservação.

Art. 344. O SIM Jundiaí deve verificar o cumprimento dos procedimentos de desinfecção de dependências e equipamentos na ocorrência de doenças infectocontagiosas, no sentido de evitar contaminações cruzadas.

### CAPÍTULO IV

#### DA INSPEÇÃO POST MORTEM

##### Seção I

##### Dos Aspectos Gerais da Inspeção *Post Mortem*

Art. 345. A inspeção *post mortem* consiste no exame da carcaça, partes da carcaça, cavidades, órgãos, vísceras, tecidos e linfonodos, realizada por visualização, palpação, olfação e incisão, quando necessário, e demais procedimentos definidos em normas complementares, específicas para cada espécie animal.

Art. 346. Todos os órgãos, vísceras e partes de carcaça devem ser examinados na dependência de abate, imediatamente depois de removidos das carcaças, assegurada sempre a correspondência entre eles.

Art. 347. As cabeças de bovinos, suínos, ovinos e caprinos devem ser dependuradas em ganchos próprias, desarticuladas a mandíbula e língua, lavadas e inspecionadas em mesa.

Art. 348. Toda carcaça, partes de carcaça e órgãos com lesões ou anormalidades que possam torná-los impróprios para o consumo devem ser assinalados na inspeção do SIM Jundiaí e julgados após exame completo.

§ 1º Tais carcaças, partes de carcaça e órgãos não podem ser subdivididos ou removidos para outro local, sem autorização expressa do SIM Jundiaí.

§ 2º Quando se tratar de doenças infectocontagiosas, o destino dado aos órgãos não deve ser mais brando do que aquele dado à respectiva carcaça.

§ 3º As carcaças, partes de carcaças, ou órgãos condenados pelo SIM Jundiaí ficam sequestrados e são conduzidos ao destino adequado por meio de equipamentos ou recipientes apropriados e identificados para este fim.

§ 4º Todo material condenado deve ser desnaturado ou sequestrado pelo SIM Jundiaí quando não possa ser processado no dia do abate ou nos casos em que forem transportados para transformação em outro estabelecimento.

Art. 349. As carcaças julgadas em condições de consumo devem ser marcadas com o carimbo, sob supervisão do SIM Jundiaí, indicando que foram inspecionadas, podendo ser dispensado o uso de carimbo em aves, coelhos e pescados, respeitadas as particularidades de cada espécie.

Art. 350. É proibida a remoção, raspagem ou qualquer prática que possa mascarar lesões das carcaças ou órgãos antes do exame do SIM Jundiaí.

Art. 351. Após a divisão da carcaça em duas metades ao longo da coluna vertebral, o SIM Jundiaí deve examinar visualmente as faces medial e lateral das metades carcaças, com ênfase na observação da pele, serosa abdominal e torácica, superfícies ósseas expostas, linfonodos superficiais e a medula espinhal, respeitadas as particularidades de cada espécie.

Art. 352. Durante os procedimentos de inspeção *ante e post mortem*, o julgamento dos casos não previstos no presente Decreto ficam a critério

do SIM Jundiaí, que deve direcionar suas ações principalmente para a preservação da inocuidade do produto, da saúde pública e da sanidade animal.

Parágrafo único. Quando houver dúvida sobre o diagnóstico a ser firmado, deve ser colhido material e encaminhado para exame laboratorial.

Art. 353. Devem ser condenadas as carcaças, partes de carcaça e órgãos que apresentem abscessos múltiplos ou disseminados com repercussão no estado geral da carcaça.

I - devem ser condenadas carcaças, partes de carcaça ou órgãos que sejam contaminados acidentalmente com material purulento;

II - devem ser condenadas as carcaças com alterações gerais como caquexia, anemia ou icterícia decorrentes de processo purulento;

III - devem ser destinadas a tratamento pelo calor, a critério do SIM Jundiaí, as carcaças que apresentem abscessos múltiplos em vários órgãos ou partes da carcaça, sem repercussão no estado geral, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas;

IV - podem ser liberadas as carcaças que apresentem abscessos múltiplos, em um único órgão ou parte da carcaça, com exceção dos pulmões, sem repercussão nos linfonodos ou no estado geral da carcaça, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas; e

V - podem ser liberadas as carcaças que apresentem abscessos localizados, depois de removidos e condenados os órgãos e as áreas atingidas.

Art. 354. Devem ser condenadas as carcaças que apresentem lesões generalizadas de actinomicose ou actinobacilose ou lesões localizadas nos locais de eleição com repercussão no estado geral da carcaça.

I - quando as lesões são localizadas, comprometendo os pulmões, mas sem repercussão no estado geral da carcaça, permite-se o aproveitamento condicional se houver possibilidade de esterilização pelo calor, depois de condenados os órgãos lesados;

II - quando a lesão é discreta e limitada à língua, comprometendo ou não os linfonodos correspondentes, a cabeça pode ser aproveitada se houver possibilidade de esterilização pelo calor, depois da remoção e condenação da língua e seus linfonodos;

III - quando as lesões são localizadas, sem comprometimento dos linfonodos e outros órgãos, e a carcaça encontra-se em boas condições de nutrição, esta pode ser liberada para o consumo, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas; e

IV - devem ser condenadas as cabeças com lesões de actinomicose, exceto quando a lesão óssea for discreta e estritamente localizada, sem supuração ou trajetos fistulosos.

Art. 355. Deve ser condenada a carcaça de animais acometidos de afecções extensas do tecido pulmonar, em processo agudo ou crônico, purulento, necrótico, gangrenoso, fibrinoso, associado ou não a outras complicações e com repercussão no estado geral da carcaça.

§ 1º A carcaça de animais acometidos de afecções pulmonares ou pleurais em processo agudo ou em fase de resolução, abrangendo o tecido pulmonar, com exsudato e com repercussão na cadeia linfática regional, porém sem repercussão no estado geral da carcaça, pode ser destinada ao tratamento pelo calor, a critério do SIM Jundiaí.

§ 2º Nos casos de aderências pleurais sem qualquer tipo de exsudato, resultantes de processos patológicos resolvidos e sem repercussão na cadeia linfática regional, a carcaça pode ser liberada para o consumo, após a remoção das áreas afetadas.

§ 3º Os pulmões que apresentem lesões patológicas de origem inflamatória, infecciosa, parasitária, traumática ou pré-agônica devem ser condenados, sem prejuízo do exame das características gerais da carcaça.

Art. 356. Devem ser condenadas as carcaças de animais que apresentem septicemia, piemia, toxemia ou viremia, cujo consumo possa causar toxinfecção, infecção ou intoxicação alimentar.

Parágrafo único. Incluem-se, mas não se limitam às afecções de que trata o *caput* os quadros clínicos de: inflamação aguda da pleura, do





## DECRETOS

peritônio, do pericárdio e das meninges; gangrena, gastrite hemorrágica ou crônica; metrite; poliartrite; flebite umbilical; hipertrofia do baço; hipertrofia generalizada dos nódulos linfáticos; e rubefação difusa do couro.

Art. 357. As carcaças e os órgãos de animais com sorologia positiva para brucelose devem ser condenados quando estes estiverem em estado febril no exame *ante mortem*.

§ 1º Os animais reagentes positivos a testes diagnósticos para brucelose devem ser abatidos separadamente e suas carcaças e órgãos devem ser encaminhados obrigatoriamente à inspeção do SIM Jundiaí.

§ 2º As carcaças dos suínos, dos caprinos e dos ovinos, reagentes positivos ou não reagentes a testes diagnósticos para brucelose, que apresentem lesão localizada, devem ser destinadas ao aproveitamento condicional pelo uso do calor, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

§ 3º As carcaças dos bovinos reagentes positivos ou não reagentes a testes diagnósticos para brucelose, que apresentem lesão localizada, podem ser liberadas para consumo em natureza, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

§ 4º Os animais reagentes positivos a testes diagnósticos para brucelose, na ausência de lesões indicativas, podem ter suas carcaças liberadas para consumo em natureza.

§ 5º Nas hipóteses dos § 2º, § 3º e § 4º, devem ser condenados os órgãos, o úbere, o trato genital e o sangue.

Art. 358. Devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras de animais em estado de caquexia.

Art. 359. Devem ser condenadas as carcaças portadoras de carbúnculo hemático, inclusive peles, chifres, cascos, pelos, órgãos, vísceras, conteúdo intestinal, sangue e gordura, impondo-se a imediata execução das seguintes medidas:

I - não podem ser evisceradas as carcaças de animais com suspeita de carbúnculo hemático;

II - quando o reconhecimento ocorrer depois da evisceração, impõe-se imediatamente a desinfecção de todos os locais que possam ter tido contato com resíduos do animal, tais como local de sangria, pisos, paredes, plataformas, facas, serras, ganchos, equipamentos em geral, bem como o uniforme dos funcionários e qualquer outro material que possa ter sido contaminado;

III - uma vez constatada a presença de carbúnculo, o abate deve ser interrompido e imediatamente iniciada a desinfecção;

IV - recomenda-se para desinfecção o emprego de uma solução de hidróxido de sódio a 5% (cinco por cento), hipoclorito de sódio a 1% (um por cento) ou outro produto com eficácia comprovada;

V - devem ser tomadas as precauções necessárias junto aos funcionários que entraram em contato com o material carbunculoso, aplicando-se as regras de higiene e desinfecção pessoal com produtos de eficácia comprovada, devendo ser encaminhados ao serviço médico como medida de precaução;

VI - todas as carcaças e partes de carcaças, inclusive pele, cascos, chifres, órgãos, vísceras e seu conteúdo, que entraram em contato com animais ou material infeccioso, devem ser condenados

VII - a água do tanque de escaldagem de suínos por onde tenha passado animal carbunculoso deve ser desinfetada e imediatamente removida para o esgoto.

Art. 360. Devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras de animais acometidos de carbúnculo sintomático.

Art. 361. Devem ser condenadas as carcaças de animais que apresentem alterações musculares acentuadas e difusas, bem como quando exista degenerescência do miocárdio, fígado, rins ou reação do sistema linfático, acompanhado de alterações musculares.

§ 1º Podem ser destinadas à salga, tratamento pelo calor ou condenação total, a critério do SIM Jundiaí, as carcaças com alterações por estresse ou fadiga dos animais.

§ 2º Devem ser condenadas as carcaças cujas carnes se apresentem flácidas, edematosas, de coloração pálida, sanguinolenta e com exsudação e sejam provenientes de animais que tenham sido abatidos quando em estado febril.

Art. 362. Devem ser condenadas as carcaças, partes de carcaças, órgãos e vísceras com aspecto repugnante, congestionadas, com coloração anormal ou com degenerações.

Parágrafo único. Devem ser também condenadas as carcaças em processo putrefativo, que exalem odores medicamentosos, urinários, sexuais, excrementícios ou outros considerados anormais.

Art. 363. Devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras sanguinolentas ou hemorrágicas, uma vez que a alteração seja consequência de doenças ou afecções de caráter sistêmico.

Parágrafo único. Devem ser condenadas ou destinadas ao tratamento pelo calor, a critério do SIM Jundiaí, as carcaças, órgãos e vísceras de animais mal sangrados.

Art. 364. Devem ser condenados os fígados com cirrose atrofica ou hipertrofica.

Parágrafo único. Podem ser liberadas as carcaças no caso do *caput*, desde que não estejam comprometidas.

Art. 365. Devem ser condenados os órgãos com alterações como congestão, infartos, degeneração gordurosa, angiectasia, hemorragias ou coloração anormal, relacionados ou não a processos patológicos sistêmicos.

Art. 366. As carcaças, partes de carcaça ou órgãos que apresentem área extensa de contaminação por conteúdo gastrointestinal, urina, leite, bile, pus ou outra contaminação de qualquer natureza, devem ser condenadas quando não for possível a remoção completa da área contaminada.

§ 1º Nos casos em que não seja possível delimitar perfeitamente as áreas contaminadas, mesmo após a sua remoção, as carcaças, suas partes ou órgãos devem ser destinadas à esterilização pelo calor.

§ 2º Quando for possível a remoção completa das áreas contaminadas, as carcaças, partes de carcaça ou as vísceras podem ser liberadas.

Art. 367. Devem ser condenadas as carcaças de animais que apresentem contusão generalizada ou múltiplas fraturas.

§ 1º Devem ser destinadas ao tratamento pelo calor as carcaças que apresentem lesões de contusão extensas, mas sem o comprometimento de toda a carcaça, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

§ 2º Podem ser liberadas as carcaças que apresentem contusão, fratura ou luxação localizada, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

Art. 368. Devem ser condenadas as carcaças que no exame *post mortem* apresentem edema generalizado.

Parágrafo único. Nos casos discretos e localizados devem ser removidas e condenadas as partes das carcaças e órgãos que apresentem infiltrações edematosas.

Art. 369. Devem ser condenadas as carcaças de animais parasitados por *Oesophagostomum* sp, quando houver caquexia.

Parágrafo único. Podem ser liberados os intestinos ou partes dos intestinos que apresentem nódulos em pequeno número.

Art. 370. Devem ser condenados os pâncreas infectados por parasitas do gênero *Eurytrema* (eurytrematose).

Art. 371. Devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras de animais parasitados por *Fasciola hepática* (fasciolose) quando houver caquexia ou icterícia.

Art. 372. Devem ser condenados os fetos procedentes do abate de fêmeas gestantes.

Parágrafo único. É proibido o emprego de carne de fetos na elaboração de produtos cárneos.





## DECRETOS

Art. 373. Devem ser condenadas as línguas que apresentem glossite.

Art. 374. Devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras de animais que apresentem cisto hidático, quando houver caquexia.

Parágrafo único. Podem ser liberados órgãos e vísceras que apresentem lesões periféricas, calcificadas e circunscritas, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

Art. 375. Devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras de animais que apresentem icterícia.

Parágrafo único. Podem ser liberadas as carcaças de animais que apresentem gordura de cor amarela decorrente de fatores nutricionais ou características raciais.

Art. 376. Devem ser condenadas as carcaças provenientes de animais sacrificados após a ingestão acidental de produtos tóxicos ou em virtude de tratamento por substância medicamentosa.

§ 1º Quando a lesão for restrita aos órgãos e sugestiva de intoxicação por plantas tóxicas, pode ser dado à carcaça aproveitamento condicional, a critério do SIM Jundiá.

§ 2º Nos casos em que fique evidenciada a falta de informações sobre o cumprimento do prazo de carência do uso de drogas, o SIM Jundiá pode sequestrar os lotes de animais ou produtos até que sejam realizadas análises laboratoriais que permitam decisão acerca de sua destinação.

Art. 377. Devem ser condenados os corações com lesões de miocardite, endocardite e pericardite.

§ 1º Devem ser condenadas ou destinadas ao tratamento pelo calor, a critério do SIM Jundiá, as carcaças de animais com lesões cardíacas, sempre que houver repercussão no seu estado geral.

§ 2º Podem ser liberadas as carcaças de animais com lesões cardíacas, desde que não haja comprometimento da carcaça, a critério do SIM Jundiá.

Art. 378. Devem ser condenados os rins com lesões tais como nefrites, nefroses, pielonefrites, uronefroses, cistos urinários ou outras infecções, devendo-se ainda verificar se estas lesões estão ou não relacionadas a doenças infectocontagiosas ou parasitárias, bem como se acarretam alterações na carcaça.

Parágrafo único. Excetuando-se os casos de lesões relacionadas a doenças infectocontagiosas, dependendo da extensão da lesão, pode-se condenar a área atingida, liberando-se o restante do rim e a respectiva carcaça.

Art. 379. Os rins destinados ao preparo de produtos cárneos devem ser previamente abertos e em seguida abundantemente lavados.

Art. 380. Devem ser condenadas as carcaças que apresentem lesões inespecíficas generalizadas em linfonodos de distintas regiões, com comprometimento do estado geral da carcaça.

§ 1º No caso de lesões inespecíficas progressivas de linfonodos, sem repercussão no estado geral da carcaça, condena-se a área de drenagem destes linfonodos, com o aproveitamento condicional da carcaça para esterilização pelo calor.

§ 2º No caso de lesões inespecíficas discretas e circunscritas de linfonodos, sem repercussão no estado geral da carcaça, a área de drenagem deste linfonodo deve ser condenada, liberando-se o restante da carcaça, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

Art. 381. Podem ser destinadas ao aproveitamento condicional, as carcaças, órgãos e vísceras de animais com magreza livres de qualquer processo patológico, a critério do SIM Jundiá.

Art. 382. Devem ser condenadas ou destinadas à esterilização pelo calor, a critério do SIM Jundiá, as carcaças, órgãos e vísceras de animais que apresentem mastite, sempre que houver comprometimento sistêmico.

§ 1º Podem ser liberadas as carcaças, órgãos e vísceras de animais que apresentem mastite, quando não houver comprometimento sistêmico, depois de removida e condenada a glândula mamária.

§ 2º As glândulas mamárias devem ser removidas intactas, de forma a não permitir a contaminação da carcaça por leite, pus ou outro contaminante, respeitando-se as particularidades de cada espécie e a correlação das glândulas com a carcaça.

§ 3º As glândulas mamárias que apresentem mastite ou sinais de lactação, bem como as de animais reagentes à brucelose, devem ser condenadas.

§ 4º O aproveitamento da glândula mamária para fins alimentícios pode ser permitido, depois de liberada a carcaça.

§ 5º É proibido o emprego de glândula mamária na elaboração de produtos cárneos.

Art. 383. Devem ser condenadas as partes de carcaças ou órgãos invadidos por larvas (miíase).

Art. 384. Devem ser condenados os fígados com necrobacilose nodular.

Parágrafo único. Quando a lesão coexistir com outras alterações que levem ao comprometimento da carcaça, esta e os respectivos órgãos e vísceras também devem ser condenados.

Art. 385. Devem ser condenados os órgãos, vísceras e partes que apresentem parasitoses não transmissíveis ao homem, podendo a carcaça ser liberada desde que não esteja comprometida.

Art. 386. Devem ser destinadas ao tratamento pelo calor, as carcaças de animais que apresentem sinais de parto recente ou aborto, desde que não haja evidência de infecção.

Parágrafo único. O trato genital, o úbere e o sangue dos animais descritos no *caput* devem ser condenados.

Art. 387. Devem ser condenadas as carcaças com infecção intensa por *Sarcocystis* spp (sarcocistose).

§ 1º Entende-se por infecção intensa a presença de cistos em incisões praticadas em várias partes da musculatura.

§ 2º Entende-se por infecção leve a presença de cistos localizados em um único ponto da carcaça ou órgão, devendo a carcaça ser destinada ao cozimento, após remoção da área atingida.

Art. 388. Devem ser condenadas as carcaças de animais com sarna em infestação generalizada, com comprometimento no seu estado geral.

Parágrafo único. Quando a infestação por sarna for discreta e ainda limitada, a carcaça pode ser liberada, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

Art. 389. Devem ser condenados os fígados que apresentem lesão generalizada (teleangiectasia maculosa do fígado).

Parágrafo único. Podem ser liberados os fígados que apresentem lesões discretas, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

Art. 390. As carcaças de animais com neoplasias extensas que apresentem repercussão no seu estado geral, com ou sem metástase, devem ser condenadas.

§ 1º Devem ser condenados os órgãos e carcaças e de animais com linfoma maligno.

§ 2º Deve ser condenado todo o órgão e parte da carcaça atingidos pela neoplasia.

§ 3º Podem ser destinados à esterilização pelo calor as carcaças e órgãos de animais com lesões neoplásicas extensas, se forem localizadas e não houver comprometimento do estado geral, depois de removidas e condenadas as partes e órgãos afetados.

§ 4º Quando se tratar de lesões neoplásicas discretas e localizadas, e sem comprometimento do estado geral, a carcaça pode ser liberada para o consumo depois de removidas e condenadas as partes e os órgãos comprometidos.

Art. 391. As carcaças de animais portadores de tuberculose devem ser condenadas quando:



## DECRETOS

I - no exame *ante mortem* for constatada febre;

II - for acompanhada de caquexia;

III - apresentem lesões tuberculosas nos músculos, nos ossos ou nas articulações, ou ainda nos linfonodos que drenam a linfa dessas partes;

IV - apresentem lesões caseosas concomitantes em órgãos ou serosas do tórax e abdômen;

V - apresentem lesões miliares ou perláceas de parênquimas ou serosas;

VI - apresentem lesões múltiplas, agudas e ativamente progressivas, identificadas pela inflamação aguda nas proximidades das lesões, necrose de liquefação ou presença de tubérculos jovens;

VII - apresentem linfonodos hipertrofiados, edemaciados, com caseificação de aspecto raído ou estrelado em mais de um local de eleição;

VIII - existam lesões generalizadas caseosas ou calcificadas, e sempre que houver evidência de entrada do bacilo na circulação sistêmica.

Parágrafo único. A tuberculose é considerada generalizada quando, além das lesões dos aparelhos respiratório, digestório e seus linfonodos correspondentes, forem encontrados tubérculos numerosos distribuídos em ambos os pulmões ou lesões no baço, rins, útero, ovário, testículos, cápsulas suprarrenais, cérebro e medula espinhal ou suas membranas.

Art. 392. As carcaças de animais portadores de tuberculose podem ser destinadas à esterilização pelo calor, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas, quando:

I - os órgãos apresentem lesões caseosas discretas, localizadas ou encapsuladas, limitadas a linfonodos do mesmo órgão;

II - os linfonodos da carcaça ou cabeça apresentem lesões caseosas discretas, localizadas ou encapsuladas; e

III - existam lesões concomitantes em linfonodos e órgãos pertencentes à mesma cavidade.

§ 1º Carcaças de animais reagentes positivos a teste de diagnóstico para tuberculose devem ser destinadas à esterilização pelo calor, desde que não se enquadrem nas condições previstas no artigo 391 do presente Decreto.

§ 2º Pode ser liberada a carcaça que apresente apenas uma lesão tuberculosica discreta, localizada e completamente calcificada em um único órgão ou linfonodo, depois de condenadas as áreas atingidas.

§ 3º Devem ser condenadas as partes das carcaças ou órgãos que se contaminem com material tuberculoso, por contato acidental de qualquer natureza.

Art. 393. Nos casos de aproveitamento condicional a que se refere o presente Decreto, os produtos devem ser submetidos, a critério do SIM Jundiá, a um dos seguintes tratamentos:

I - pelo frio em temperatura não superior a -10°C (dez graus Celsius negativos) por 10 (dez) dias;

II - salga em salmoura com no mínimo 24°Be (vinte e quatro graus Baumé), em peças de no máximo 3,5 kg (três vírgula cinco quilogramas), por no mínimo 21 (vinte e um) dias;

III - pelo calor, por meio de:

a) cozimento em temperatura de 76,6°C (setenta e seis graus vírgula seis décimos de graus Celsius) no centro térmico da peça, por no mínimo 30 min (trinta minutos);

b) fusão pelo calor em temperatura mínima de 121°C (cento e vinte e um graus Celsius); ou

c) esterilização pelo calor úmido, com um valor de F0 (efe zero) igual ou maior que 3 min (três minutos) ou a redução de doze ciclos logarítmicos (12 log10) de *Clostridium botulinum*, seguido de resfriamento imediato.

§ 1º A aplicação de qualquer um dos tratamentos condicionais anteriormente citados deve garantir a inativação ou destruição do agente

envolvido.

§ 2º Podem ser utilizados processos diferentes dos propostos, desde que se atinja ao final as mesmas garantias, com embasamento técnico-científico e aprovação no SIM Jundiá.

§ 3º Na inexistência de equipamento ou instalações específicas para aplicação do tratamento condicional determinado pelo SIM Jundiá, deve ser adotado sempre um critério mais rigoroso.

Art. 394. É obrigatória a remoção, a segregação e a inutilização dos materiais especificados de risco (MER) para encefalopatias espongiformes transmissíveis de todos os ruminantes destinados ao abate.

Parágrafo único. É vedado, sob qualquer forma, o uso dos MER para alimentação humana ou animal.

Art. 395. Entende-se por produtos de triparia as vísceras abdominais consideradas como envoltórios naturais, tais como o estômago, intestinos e a bexiga, após receberem os tratamentos tecnológicos específicos.

§ 1º Podem ainda ser utilizados como envoltórios o peritônio parietal, o epíplon e a pele de suíno devidamente depilada.

§ 2º Para o aproveitamento dos produtos de triparia é necessário que sejam raspados e lavados, considerando-se como processos de conservação a dessecação, a salga ou outros aprovados pelo SIM Jundiá.

§ 3º Permite-se o tratamento dos intestinos com coadjuvantes de tecnologia, desde que aprovados pelo SIM Jundiá, devendo ser lavados com água depois do tratamento, para remoção total do produto empregado.

§ 4º Os produtos de triparia destinados ao consumo e à produção de envoltórios devem ser inspecionados, principalmente quanto à sua integridade, estado de conservação e toalete.

Art. 396. Os estômagos de ruminantes destinados à alimentação humana devem ser rigorosamente lavados imediatamente após o esvaziamento.

§ 1º Na fase de pré-cozimento, permite-se o branqueamento de estômagos de ruminantes pelo emprego de peróxido de hidrogênio, cal ou sua combinação com carbonato de sódio, além de outras substâncias permitidas pelo SIM Jundiá, devendo ser lavados com água, depois do tratamento, para remoção total do produto empregado.

§ 2º Permite-se a extração da mucosa do abomaso para produção de coalho.

Art. 397. Os produtos de triparia não podem ser empregados como matéria-prima na composição de produtos cárneos, sendo permitido seu uso apenas como envoltório natural para produtos cárneos embutidos.

Art. 398. É proibido o uso de tonsilas, glândulas salivares, ovários, baço, testículo, linfonodos, nódulos hemolinfáticos e outras glândulas como matéria-prima para o preparo de produtos cárneos.

Art. 399. O estabelecimento deve fornecer aos proprietários dos animais que tenham sido abatidos, laudos em que constem as eventuais enfermidades ou patologias diagnosticadas durante a realização da inspeção sanitária, conforme fornecido pelo SIM Jundiá.

§ 1º A cópia dos laudos, com a confirmação de recebimento pelos proprietários dos animais, deve ser entregue para arquivo junto ao SIM Jundiá.

§ 2º É de responsabilidade do SIM Jundiá encaminhar mapas com os resultados das inspeções sanitárias aos órgãos oficiais responsáveis pela sanidade animal.

### Seção II

#### Da Inspeção *Post Mortem* de Aves e Coelho

Art. 400. Na inspeção de aves e coelhos aplicam-se os dispositivos cabíveis estabelecidos nos artigos anteriores sobre aspectos gerais, além dos que se consignam a seguir e em normas complementares.

Art. 401. Entende-se como carcaça o corpo inteiro de uma ave após







## DECRETOS

insensibilização, sangria, depenagem e evisceração, onde o papo, traqueia, esôfago, intestinos, cloaca, baço, órgãos reprodutores, pulmões tenham sido removidos, sendo facultativa a retirada dos rins, pés, pescoço e cabeça.

Parágrafo único. Entende-se como miúdos as vísceras comestíveis: o fígado sem a vesícula biliar, o coração sem o saco pericárdio e a moela sem o revestimento interno e todo o conteúdo removido.

Art. 402. As aves que no exame *post mortem* apresentem lesões ou forem suspeitas de tuberculose, pseudo-tuberculose, leucoses, influenza aviária, doença de Newcastle, bronquite infecciosa, hepatite por corpúsculo de inclusão, cólera aviária, doença de Gumboro, septicemia em geral, aspergilose, candidíase, síndromes hemorrágicas, erisipela, estafilococose, listeriose, doença de Marek, diátese exsudativa e clamidiose devem ser totalmente condenadas.

Parágrafo único. Aves portadoras de laringotraqueite infecciosa, criptosporidiose, tifo aviária, pulorose, paratifo, coccidiose, enterohepatite, histomoníase, espiroquetose, coriza infecciosa, bouba aviária, micoplasmose, sinovite infecciosa, quando em período agudo ou quando os animais estejam em estado de magreza pronunciada, devem ser condenadas.

Art. 403. As carcaças de aves ou órgãos que apresentem evidências de processo inflamatório ou lesões características de artrite, aerossaculite, coligranulomatose, dermatose, dermatite, celulite, pericardite, enterite, ooforite, hepatite, salpingite, síndrome ascítica, miopatias e discondroplasia tibial devem ser julgadas com o seguinte critério:

I - quando as lesões forem restritas a uma parte da carcaça ou somente a um órgão devem ser condenadas apenas as partes afetadas;

II - quando a lesão for extensa, múltipla ou houver evidência de caráter sistêmico, carcaças e vísceras devem ser totalmente condenadas.

Art. 404. Nos casos de endoparasitoses ou de ectoparasitoses, quando não houver repercussão na carcaça, as vísceras ou partes afetadas devem ser condenadas.

Art. 405. Devem ser condenadas totalmente as carcaças e vísceras com lesões provenientes de canibalismo com envolvimento extensivo repercutindo na carcaça.

Parágrafo único. Não havendo comprometimento sistêmico, a carcaça pode ser liberada após a retirada da parte acometida.

Art. 406. Devem ser totalmente condenadas as carcaças e vísceras de aves que apresentem lesões mecânicas extensas, incluindo as devido à escaldagem excessiva.

Parágrafo único. As lesões superficiais determinam a condenação parcial com liberação do restante da carcaça e das vísceras.

Art. 407. Devem ser condenadas as aves, que apresentem alterações putrefativas, exalando odor sulfídrico-amoniaco, revelando crepitação gasosa à palpação ou modificação de coloração da musculatura.

Art. 408. As carcaças, órgãos e vísceras de coelhos que na inspeção *post mortem* apresentem lesões de doença hemorrágica dos coelhos, mixomatose, tuberculose, pseudo-tuberculose, piosepticemia, toxoplasmose, espiroquetose, clostridiose e pasteurelose devem ser condenadas.

Art. 409. As carcaças de coelhos que apresentem lesões de necrobacilose, aspergilose ou dermatofitose podem ter aproveitamento parcial, removendo-se as partes lesadas, desde que não haja comprometimento sistêmico da carcaça.

Art. 410. As carcaças, órgãos e vísceras de coelhos com ocorrência de endoparasitoses e ectoparasitoses transmissíveis ao homem ou aos animais, ou com comprometimento da carcaça, devem ser condenadas.

Parágrafo único. Quando não houver comprometimento da carcaça, devem ser condenadas as vísceras ou partes afetadas.

Art. 411. Devem ser condenados os cortes de aves e coelhos que entrarem em contato com o piso e materiais estranhos em qualquer fase do processo.

Art. 412. O sangue coletado durante a sangria pode ser destinado à

industrialização, a critério do SIM Jundiaí, podendo sofrer tratamento térmico pelo calor.

Art. 413. A escaldagem deve ser executada imediatamente após o término da sangria, sob condições definidas de temperatura e tempo, ajustados às características das aves em processamento, não se permitindo a introdução de aves ainda vivas no sistema.

Art. 414. Devem ser condenadas total ou parcialmente as aves com alterações provocadas pelo uso de altas temperaturas ou tempo prolongado na escaldagem.

Art. 415. A depenagem deve ser processada logo após a escaldagem, sendo proibido o seu retardamento.

Art. 416. As penas não podem ser acumuladas no piso, devendo haver o recolhimento contínuo e remoção para o exterior da dependência.

Art. 417. A evisceração compreende as etapas de: corte da pele do pescoço e traqueia; extração da cloaca; abertura do abdômen; eventração (exposição das vísceras); inspeção sanitária; retirada das vísceras; extração dos pulmões; toailete (retirada do papo, esôfago e traqueia restante); lavagem final da carcaça por aspersão (externa e internamente).

Art. 418. A evisceração não automatizada só deve ser realizada com as aves suspensas pelos pés e pescoços em ganchos de material inoxidável, presos em trilhagem aérea ou em mesas de evisceração.

Parágrafo único. A evisceração deve observar os cuidados necessários para evitar o rompimento de vísceras e o contato das carcaças com superfícies contaminadas.

Art. 419. Não é permitida a retirada de órgãos ou partes de carcaças antes que seja realizada a inspeção *post mortem*.

Art. 420. As vísceras não comestíveis devem ser lançadas diretamente na calha de evisceração e conduzidas aos depósitos coletores.

Parágrafo único. No caso de mesa de evisceração, as vísceras não comestíveis podem ser depositadas em bombonas próprias.

Art. 421. As vísceras comestíveis devem ser resfriadas e depositadas em recipientes de aço inoxidável, material plástico ou similar, após previamente preparadas e lavadas.

§ 1º A moela deve ser aberta e ter seu conteúdo retirado imediatamente.

§ 2º A gordura cavitária e de cobertura da moela, pode ser utilizada para fins comestíveis quando retirada durante o processo de evisceração, antes da retirada e abertura da moela e ainda sob o mesmo tratamento dos miúdos comestíveis.

§ 3º Pode-se usar gelo nos recipientes das vísceras.

Art. 422. Os miúdos comestíveis (coração, fígado, moela, pés e cabeça) devem ser pré-resfriados por imersão, obedecendo a temperatura máxima de 4°C (quatro graus Celsius) e renovação de água, na proporção mínima de 1,5 L (um e meio litro) por quilo.

Art. 423. O recolhimento de ovários de aves (reprodutoras ou poedeiras comerciais) será permitido desde que:

I - a coleta seja realizada somente após a inspeção e liberação das aves por parte do SIM Jundiaí;

II - o produto seja resfriado a 4°C (quatro graus Celsius) ou inferior imediatamente após a coleta, seja armazenado e transportado sob refrigeração a 0°C (zero grau Celsius) e destinado exclusivamente ao tratamento térmico por calor.

Art. 424. Os pulmões devem ser obrigatoriamente retirados e depositados junto com as vísceras não comestíveis.

Art. 425. O pré-resfriamento pode ser realizado por: aspersão de água gelada a 4°C (quatro graus Celsius); imersão em água por resfriadores contínuos, tipo rosca sem fim; resfriamento por ar (câmaras frigoríficas); imersão em tanque com água gelada; ou outros processos aprovados pelo SIM Jundiaí.

§ 1º As carcaças devem estar livres de água residual em seu interior e

## DECRETOS

de qualquer tipo de contaminação visível nas suas superfícies externas e internas antes de ingressar no sistema de pré-resfriamento por imersão.

§ 2º No sistema de resfriamento por imersão, a temperatura da água residente, medida nos pontos de entrada e saída das carcaças, não deve ser superior a 16°C (dezesseis graus Celsius) e 4°C (quatro graus Celsius), respectivamente no primeiro e último estágio, observando-se o tempo máximo de permanência das carcaças no primeiro de 30 min (trinta minutos).

§ 3º A renovação de água dos resfriadores contínuos tipo rosca sem fim deve ser constante em sentido contrário à movimentação das carcaças (contracorrente), na proporção mínima de 1,5 L (um e meio litro) de água por carcaça no primeiro estágio e 1 L (um litro) no último estágio.

§ 4º A água de renovação do sistema de pré-resfriamento por imersão poderá ser hipoclorada, permitindo-se no máximo 5 ppm (cinco partículas por milhão) de cloro livre; no entanto será obrigatoriamente clorada, devendo apresentar cloro residual livre entre 0,5 (meio) a 1 ppm (uma partícula por milhão).

§ 5º Quando empregada a injeção de ar nos tanques de pré-resfriamento por imersão para efeito de movimentação de água (borbulhamento), o ar deverá ser previamente filtrado.

§ 6º A temperatura das carcaças no final do processo de pré-resfriamento deve ser igual ou inferior a 7°C (sete graus Celsius), tolerando-se a temperatura de 10°C (dez graus Celsius) para as carcaças destinadas ao congelamento imediato.

§ 7º Os tanques do sistema de pré-resfriadores contínuos por imersão devem ser completamente esvaziados, limpos e desinfetados no final de cada período de trabalho 4 h (quatro horas) ou quando necessário, a critério do SIM Jundiaí.

Art. 426. O gotejamento é destinado ao escoamento da água da carcaça decorrente da operação de pré-resfriamento.

§ 1º Ao final da fase de gotejamento, a absorção da água nas carcaças não deverá ultrapassar os limites determinados por legislação específica.

§ 2º O gotejamento deverá ser realizado imediatamente ao pré-resfriamento, com as carcaças suspensas de modo que a água presente nas cavidades possa ser escoada, em equipamento de material inoxidável, dispondo de calha coletora de água de gotejamento.

§ 3º Outros processos tecnológicos que permitam o escoamento da água excedente nas carcaças de aves decorrente da operação de pré-resfriamento por imersão poderão ser autorizados, desde que aprovados pelo SIM Jundiaí.

Art. 427. Os miúdos podem ser comercializados no interior das carcaças, mas devem receber embalagem própria, sendo a cabeça embalada individualmente.

Art. 428. Uma vez embaladas primariamente, o acondicionamento de carcaças em embalagens secundárias deve ser em continentes novos e de primeiro uso, sendo que tal operação pode ocorrer na área de embalagem primária.

Parágrafo único. Pode ser permitida, para fins de acondicionamento ou transporte, a reutilização de caixas ou recipientes construídos de material que possibilite adequada higienização, desde que estejam em bom estado de conservação.

Art. 429. A temperatura das carnes durante a manipulação não pode exceder 7°C (sete graus Celsius).

Art. 430. As carnes resfriadas devem apresentar temperatura de no máximo 5°C (cinco graus Celsius) no momento de sua expedição.

Art. 431. Os produtos congelados, no momento de sua expedição, não devem apresentar, na intimidade muscular, temperatura superior a -12°C (doze graus Celsius negativos), com tolerância máxima de 2°C (dois graus Celsius).

Art. 432. Os subprodutos não comestíveis devem ser armazenados sob refrigeração, isolados e retirados periodicamente de maneira que não comprometam as matérias-primas e produtos.

### Seção III

### Da Inspeção *Post Mortem* de Bovinos

Art. 433. Na inspeção de bovinos, aplicam-se os dispositivos cabíveis estabelecidos nos artigos anteriores sobre aspectos gerais, além dos que se consignam a seguir e em normas complementares.

Art. 434. Bovinos acometidos por hemoglobinúria bacilar dos bovinos, varíola, septicemia hemorrágica e febre catarral maligna, devem ter condenadas as carcaças, órgãos e vísceras.

Art. 435. Devem ser condenadas as carcaças com infecções intensas por *Cysticercus bovis* (cisticercose bovina).

Parágrafo único. Entende-se por infecção intensa quando são encontrados 8 (oito) ou mais cistos, viáveis ou calcificados, assim distribuídos:

I - 2 (dois) ou mais cistos localizados simultaneamente em 2 (dois) locais de eleição (músculos da mastigação, língua, coração, diafragma e seus pilares, esôfago e fígado), totalizando pelo menos 4 (quatro) cistos; e

II - 4 (quatro) ou mais cistos no quarto dianteiro (músculo do pescoço, do peito e da paleta) ou no quarto traseiro (músculos da coxa, da alcatra e do lombo), mediante incisões múltiplas e profundas.

Art. 436. Considerando a pesquisa de cistos de *Cysticercus bovis* em todos os locais de eleição, a remoção e a condenação da área atingida, a carcaça:

I - deve ser destinada ao aproveitamento condicional pelo uso do calor quando for encontrado, viável ou calcificado, mais de 1 (um) cisto e menos do que o fixado para a infecção intensa;

II - deve ser destinada ao aproveitamento condicional pelo frio ou pela salga quando for encontrado 1 (um) único cisto viável;

III - pode ser destinada ao consumo humano direto quando for encontrado 1 (um) único cisto calcificado.

Parágrafo único. Os procedimentos para pesquisa de cisticercos nos locais de eleição devem atender ao disposto nas normas complementares.

Art. 437. O diafragma, seus pilares e o esôfago, assim como outros pontos passíveis de infecção pelo *Cysticercus bovis*, devem receber o mesmo destino dado à carcaça.

### Seção IV

### Da Inspeção *Post Mortem* de Ovinos e Caprinos

Art. 438. Na inspeção de ovinos e caprinos aplicam-se os dispositivos cabíveis estabelecidos nos artigos anteriores sobre aspectos gerais, além dos que se consignam a seguir e em normas complementares.

Art. 439. Devem ser condenadas as carcaças de animais portadores de *Coenurus cerebralis* (cenurose), quando acompanhadas de caquexia.

Parágrafo único. Os órgãos afetados, cérebro ou medula espinhal, devem sempre ser condenados.

Art. 440. As carcaças com infecção intensa por *Cysticercus ovis* (cisticercose ovina) devem ser condenadas.

§ 1º Entende-se por infecção intensa quando são encontrados 5 (cinco) ou mais cistos, considerando-se a pesquisa em todos os pontos de eleição e na musculatura da carcaça.

§ 2º Quando forem encontrados mais de 1 (um) cisto e menos do que o que caracteriza a infecção intensa, considerando-se a pesquisa em todos os pontos de eleição, as carcaças e os demais tecidos envolvidos devem ser destinados ao aproveitamento condicional pelo uso do calor, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

§ 3º Quando for encontrado 1 (um) único cisto, considerando-se a pesquisa de todos os pontos de eleição, a carcaça pode ser liberada para consumo humano direto, depois de removida e condenada a área atingida.

§ 4º Os procedimentos para pesquisa de cisticercos nos locais de eleição examinados rotineiramente devem atender ao disposto em normas

## DECRETOS

complementares.

Art. 441. Devem ser condenadas as carcaças de animais que apresentem lesões de linfadenite caseosa em linfonodos de distintas regiões, com ou sem comprometimento do estado geral da carcaça.

§ 1º As carcaças com lesões localizadas, caseosas ou em processo de calcificação, devem ser destinadas à esterilização pelo calor, desde que permitam a remoção e condenação da área de drenagem dos linfonodos atingidos.

§ 2º As carcaças de animais com lesões calcificadas discretas nos linfonodos podem ser liberadas para consumo, depois de removida e condenada a área de drenagem destes linfonodos.

§ 3º Em todos os casos em que se evidencie comprometimento dos órgãos e vísceras, estes devem ser condenados.

### Seção V

#### Da Inspeção *Post Mortem* de Suínos

Art. 442. Na inspeção de suínos aplicam-se os dispositivos cabíveis estabelecidos nos artigos anteriores sobre aspectos gerais, além dos que se consignam a seguir e em normas complementares.

Art. 443. As carcaças que apresentem afecções de pele como eritemas, esclerodermia, urticárias, hipotricose cística, sarnas ou outras dermatites, podem ser liberadas para o consumo, depois de removidas e condenadas as áreas acometidas, desde que a musculatura se apresente normal.

Parágrafo único. Devem ser condenadas as carcaças acometidas com sarnas em estágios avançados, demonstrando sinais de caquexia ou extensiva inflamação na musculatura.

Art. 444. Devem ser condenadas as carcaças com artrite em uma ou mais articulações, com reação nos linfonodos ou hipertrofia da membrana sinovial, acompanhada de caquexia.

§ 1º As carcaças com artrite em uma ou mais articulações, com reação nos linfonodos, hipertrofia da membrana sinovial, sem repercussão no seu estado geral, devem ser destinadas ao aproveitamento condicional pelo calor.

§ 2º As carcaças com artrite sem reação em linfonodos e sem repercussão no seu estado geral podem ser liberadas para o consumo, depois de retirada a parte atingida.

Art. 445. Devem ser condenadas as carcaças com infecção intensa por *Cysticercus cellulosae* (cisticercose suína).

Parágrafo único. Entende-se por infecção intensa a presença de 2 (dois) ou mais cistos, viáveis ou calcificados, em locais de eleição, examinados nas linhas de inspeção, adicionalmente à confirmação de 2 (dois) ou mais cistos nas massas musculares integrantes da carcaça, após a pesquisa mediante incisões múltiplas e profundas em sua musculatura (paleta, lombo e pernil).

Art. 446. Considerando a pesquisa de cistos de *Cysticercus cellulosae* em todos os locais de eleição, a remoção e a condenação da área atingida, a carcaça:

I - deve ser destinada ao aproveitamento condicional pelo uso do calor quando for encontrado, viável ou calcificado, mais de 1 (um) cisto e menos do que o fixado para a infecção intensa;

II - deve ser destinada ao aproveitamento condicional pelo uso do frio ou da salga, quando encontrado 1 (um) único cisto viável;

III - pode ser destinada ao consumo humano direto quando for encontrado 1 (um) único cisto calcificado.

§ 1º A língua, o coração, porções musculares do esôfago e os tecidos adiposos, bem como outras partes passíveis de infecção, devem receber o mesmo tratamento dispensado à carcaça.

§ 2º Pode ser permitido o aproveitamento de tecidos adiposos procedentes de carcaças com infecções intensas para a fabricação de banha, por fusão pelo calor, condenando-se as demais partes.

§ 3º Os procedimentos para pesquisa de cisticercos nos locais de eleição

devem atender ao disposto em normas complementares.

Art. 447. Devem ser condenadas as carcaças de animais criptorquídicos ou castrados, que apresentem forte odor sexual.

Parágrafo único. As carcaças com leve odor sexual podem ser destinadas à fabricação de produtos cárneos cozidos.

Art. 448. Devem ser abatidos em separado os suínos que apresentem casos agudos de erisipela, com eritema cutâneo difuso detectados na inspeção *ante mortem*.

§ 1º Nos casos previstos no *caput* deste artigo, bem como nos animais com múltiplas lesões de pele ou artrite complicadas por necrose ou quando houver sinais de efeito sistêmico, as carcaças devem ser totalmente condenadas.

§ 2º Nos casos localizados de endocardite vegetativa por erisipela, sem alterações sistêmicas, ou nos casos de artrite crônica, a carcaça deve ser destinada ao aproveitamento condicional pelo uso do calor, após condenação do órgão ou partes atingidas.

§ 3º No caso de lesão de pele discreta e localizada, sem comprometimento de órgão ou carcaça, esta deve ser destinada ao aproveitamento condicional pelo uso do calor, após remoção da área atingida.

Art. 449. As carcaças de suínos que apresentem lesões de linfadenite granulomatosa localizadas e restritas a apenas 1 (um) sítio primário de infecção, tais como nos linfonodos cervicais ou nos linfonodos mesentéricos ou nos linfonodos mediastínicos, julgadas em condição de consumo, podem ser liberadas após condenação da região ou órgão afetado.

Parágrafo único. As carcaças suínas em bom estado, com lesões em linfonodos que drenam até 2 (dois) sítios distintos, sendo linfonodos de órgãos distintos ou com presença concomitante de lesões em linfonodos e um órgão, devem ser destinadas ao aproveitamento condicional pelo uso do calor, após condenação das partes atingidas.

Art. 450. Devem ser condenadas as carcaças de suínos acometidas de peste suína.

§ 1º Quando os rins e linfonodos revelem lesões duvidosas e, desde que se comprove lesão característica de peste suína em qualquer outro órgão ou tecido, a condenação deve ser total.

§ 2º Lesões discretas, mas acompanhadas de caquexia ou de qualquer outro foco de supuração, implicam igualmente em condenação total.

§ 3º Quando as lesões forem discretas e circunscritas a um órgão ou tecido, inclusive nos rins e linfonodos, a carcaça deve ser destinada à esterilização pelo calor, depois de removidas e condenadas as partes acometidas.

Art. 451. Carcaças acometidas de *Trichinella spirallis* (triquinelose) devem ser destinadas ao aproveitamento condicional por meio de tratamento térmico pelo frio.

Parágrafo único. O tratamento térmico pelo frio deve atender aos seguintes binômios de tempo e temperatura:

I - por 30 (trinta) dias a -15°C (quinze graus Celsius negativos);

II - por 20 (vinte) dias a -25°C (vinte e cinco graus Celsius negativos); ou

III - por 12 (doze) dias a -29°C (vinte e nove graus Celsius negativos).

Art. 452. Todos os suínos que morrerem asfixiados, seja qual for a causa, bem como os que caírem vivos no tanque de escaldagem, devem ser condenados.

### Seção VI

#### Da Inspeção *Post Mortem* de Pescados

Art. 453. Na inspeção de pescados aplicam-se os dispositivos cabíveis estabelecidos nos artigos anteriores sobre aspectos gerais, além dos que se consignam a seguir e em normas complementares.

Art. 454. A terminologia *post mortem* não se aplica às espécies de pescado comercializadas vivas.





## DECRETOS

Art. 455. Considera-se como pescado íntegro, em natureza, apenas o pescado fresco.

Parágrafo único. Pescado fresco é aquele que não foi submetido a qualquer outro processo de conservação, a não ser a ação do gelo ou métodos de conservação de efeito similar, mantido em temperaturas próximas à do gelo fundente.

Art. 456. Os dispositivos previstos no presente Decreto são extensivos aos gastrópodes terrestres destinados à alimentação humana no que for aplicável, além do disposto em normas complementares.

Art. 457. No transporte de espécies de pescado vivo devem ser atendidos os conceitos de segurança e bem-estar animal, estabelecidos em normas complementares.

Art. 458. O pescado proveniente da fonte produtora não pode ser destinado à venda direta ao consumidor sem que haja prévia fiscalização, sob o ponto de vista industrial e sanitário.

Art. 459. É vedada a recepção e o processamento do pescado capturado ou colhido em desacordo com as legislações ambientais e pesqueira.

Art. 460. É obrigatória a lavagem prévia do pescado utilizado como matéria-prima para consumo humano direto ou para a industrialização, respeitadas as particularidades das espécies, devendo ser empregada água corrente sob pressão suficiente para promover a limpeza, remoção de sujidades e da microbiota superficial.

Art. 461. Para preservação da inocuidade e qualidade do produto, respeitadas as particularidades das espécies, sempre que necessário o SIM Jundiaí exigirá a sangria e a evisceração do pescado utilizado como matéria-prima para consumo humano direto ou para a industrialização.

Art. 462. Nas espécies de pescado para abate, são realizados na inspeção *post mortem* de rotina:

I - observação dos caracteres sensoriais e físicos do sangue por ocasião da sangria e durante o exame de todos os órgãos;

II - exame de cabeça, narinas e olhos;

III - exames visual e tátil;

IV - exame dos órgãos internos e da cavidade onde estão inseridos; e

V - exame geral da carcaça, serosas e musculatura superficial e profunda acessível.

Art. 463. Os controles oficiais do pescado e dos seus produtos, no que for aplicável, abrangem: as análises sensoriais; os indicadores de frescor; o controle de histamina, nas espécies formadoras; o controle de biotoxinas ou de outras toxinas perigosas para saúde humana; e o controle de parasitas.

Art. 464. Na avaliação dos atributos de frescor do pescado, respeitadas as particularidades de cada espécie, devem ser verificadas as características sensoriais para:

I - peixes:

a) superfície do corpo limpa, com relativo brilho metálico e reflexos multicores próprios da espécie, sem qualquer pigmentação estranha;

b) olhos claros, vivos, brilhantes, luzentes, convexos, transparentes, ocupando toda a cavidade orbitária;

c) brânquias ou guelras róseas ou vermelhas, úmidas e brilhantes com odor natural, próprio e suave;

d) abdômen com forma normal, firme, não deixando impressão duradoura à pressão dos dedos;

e) escamas brilhantes, bem aderentes à pele, e nadadeiras apresentando certa resistência aos movimentos provocados;

f) carne firme, consistência elástica, da cor própria da espécie;

g) vísceras íntegras, perfeitamente diferenciadas, peritônio aderente à parede da cavidade celomática;

h) ânus fechado; e

i) odor próprio, característico da espécie;

II - crustáceos:

a) aspecto geral brilhante, úmido;

b) corpo em curvatura natural, rígida, artigos firmes e resistentes;

c) carapaça bem aderente ao corpo;

d) coloração própria da espécie, sem qualquer pigmentação estranha;

e) olhos vivos, proeminentes;

f) odor próprio e suave; e

g) lagostas, siris e caranguejos, estarem vivos e vigorosos;

III - moluscos:

a) bivalves:

1. estarem vivos, com valvas fechadas e com retenção de água incolor e límpida nas conchas;

2. odor próprio e suave; e

3. carne úmida, bem aderente à concha, de aspecto esponjoso, da cor característica de cada espécie;

b) cefalópodes:

1. pele lisa e úmida;

2. olhos vivos, proeminentes nas órbitas;

3. carne firme e elástica;

4. ausência de qualquer pigmentação estranha à espécie; e

5. odor próprio;

c) gastrópodes:

1. carne úmida, aderida à concha, de cor característica de cada espécie;

2. odor próprio e suave; e

3. estarem vivos e vigorosos;

IV - rã:

a) odor suave e característico da espécie;

b) cor rosa pálida na carne, branca e brilhante nas proximidades das articulações;

c) ausência de lesões e elementos estranhos; e

d) textura firme, elástica e tenra.

§ 1º As características sensoriais a que se refere o *caput* são aplicáveis ao pescado fresco, resfriado, congelado ou descongelado, recebido como matéria-prima, naquilo que lhes for aplicável.

§ 2º Os pescados devem ser avaliados quanto às características sensoriais por pessoal capacitado pelo estabelecimento, utilizando-se uma tabela de classificação e pontuação com embasamento técnico-científico, conforme definido em normas complementares.

§ 3º Nos casos em que a avaliação sensorial revele dúvidas acerca do frescor do pescado, deve-se recorrer a exames físico-químicos complementares.

Art. 465. Pescado fresco é aquele que atende aos seguintes parâmetros físico-químicos complementares, sem prejuízo da avaliação das características sensoriais:



## DECRETOS

I - pH da carne inferior a 7,00 (sete inteiros) nos peixes;

II - pH da carne inferior a 7,85 (sete inteiros e oitenta e cinco décimos) nos crustáceos;

III - pH da carne inferior a 6,85 (seis inteiros e oitenta e cinco décimos) nos moluscos; e

IV - bases voláteis total inferiores a 30 mg (trinta miligramas) de nitrogênio por 100 g (cem gramas) de tecido muscular.

§ 1º Poderão ser estabelecidos valores de pH e base voláteis totais distintos dos dispostos neste artigo para determinadas espécies, a serem definidas em normas complementares, quando houver evidências científicas de que os valores naturais dessas espécies diferem dos fixados.

§ 2º As características físico-químicas a que se refere este artigo são aplicáveis ao pescado fresco, resfriado ou congelado, no que couber.

Art. 466. O pescado, seus produtos, derivados e compostos comestíveis, respeitadas as particularidades de cada espécie, de acordo com o processamento, são considerados alterados e impróprios para consumo humano na forma em que se apresentam, no todo ou em partes, quando apresentem:

I - a superfície úmida, pegajosa e exsudativa;

II - partes ou áreas flácidas ou com consistência anormal à palpação;

III - sinais de deterioração;

IV - coloração ou manchas impróprias;

V - perfuração dos envoltórios dos embutidos por parasitos;

VI - odor e sabor estranhos;

VII - resultados das análises físicas, químicas, microbiológicas, parasitológicas, de resíduos de produtos de uso veterinário ou de contaminantes acima dos limites máximos estabelecidos pela legislação específica; e

VIII - cistos, larvas ou parasitos em proporção maior que a estabelecida em normas complementares.

Parágrafo único. Podem ser também considerados impróprios para o consumo humano, na forma como se apresentam, quando divergirem do disposto no presente Decreto para os produtos cárneos, naquilo que lhes for aplicável.

Art. 467. Nos estabelecimentos de pescado é obrigatória a verificação visual da presença de parasitas.

Parágrafo único. O monitoramento da verificação visual de parasitas deve ser executado por funcionário do estabelecimento e comprovado por registros auditáveis, utilizando-se plano de amostragem representativo do lote, levando-se em consideração o tipo de pescado, área geográfica e sua utilização, realizada com base nos procedimentos aprovados pelo SIM Jundiaí, incluindo, se necessário, a transiluminação.

Art. 468. O pescado, partes dele, órgãos com lesões ou anormalidades, que possam torná-los impróprios para consumo, devem ser identificados e conduzidos a um local apropriado e segregado, onde devem ser inspecionados, considerando o risco de sua utilização.

Art. 469. Qualquer que seja o meio de transporte utilizado para o pescado fresco, respeitadas as peculiaridades das diferentes espécies, deve ser realizado em veículos ou contentores isotérmicos, acondicionado em recipientes impermeáveis, lisos e de fácil higienização, mantido em temperaturas próximas à do gelo fundente.

Art. 470. O pescado deve ser obrigatoriamente identificado com a denominação comum da espécie, respeitando-se a nomenclatura regional, sendo facultada a utilização do nome científico.

Art. 471. O pescado, seus produtos, derivados e compostos comestíveis são considerados fraudados (adulterados ou falsificados) quando:

I - elaborados com pescado diferente da espécie declarada no rótulo;

II - contenham substâncias estranhas à sua composição;

III - apresentem composição ou formulações diferentes das permitidas pela legislação;

IV - houver adição de água ou outras substâncias com o intuito de aumentar o volume e o peso do produto;

V - apresentar adulteração na data de fabricação, data ou prazo de validade do produto.

### TÍTULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 472. O SIM Jundiaí poderá solicitar o apoio técnico e operacional dos órgãos de fiscalização estadual e federal, no que for necessário, para o fiel cumprimento da Lei nº 9.233, de 3 de julho de 2019, podendo ainda, no interesse da saúde pública, exercer fiscalização conjunta com esses órgãos.

Art. 473. As normas de funcionamento do SIM Jundiaí e da inspeção industrial, tecnológica e sanitária dos estabelecimentos e produtos de origem animal complementares serão disciplinados em normas técnicas específicas.

Art. 474. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 475. Fica revogado o Decreto nº 19.450, de 29 de dezembro de 2003.

LUIZ FERNANDO MACHADO  
Prefeito Municipal

EDUARDO JOSÉ DA SILVEIRA ALVAREZ  
Gestor da Unidade de Agronegócio, Abastecimento e Turismo

Registrado na Unidade de Gestão da Casa Civil do Município de Jundiaí, aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, e publicado na Imprensa Oficial do Município.

GUSTAVO L. C. MARYSSAEL DE CAMPOS  
Gestor da Unidade da Casa Civil

## PORTARIAS

### PORTARIA Nº 126, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020

LUIZ FERNANDO MACHADO, Prefeito do Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e face ao que consta do Processo Administrativo nº 35.067-2/2016, -----

D E S I G N A EDUARDO CÉSAR VALENÇA, Diretor do Departamento de Planejamento, Gestão e Finanças, para responder pela Unidade de Gestão de Infraestrutura e Serviços Públicos, cumulativamente com suas atribuições, no período de 17 a 26 de novembro de 2020, percebendo os subsídios correspondentes ao cargo de Gestor, durante o afastamento do titular ADILSON RODRIGUES ROSA, em gozo de férias regulamentares.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO MACHADO  
Prefeito Municipal

Registrada na Unidade de Gestão da Casa Civil do Município de Jundiaí, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, e publicada na Imprensa Oficial do Município.

GUSTAVO L. C. MARYSSAEL DE CAMPOS  
Gestor da Unidade da Casa Civil

### PORTARIA Nº 127, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020

LUIZ FERNANDO MACHADO, Prefeito do Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e face ao que consta do Processo Administrativo nº 35.057-3/2016, -----

D E S I G N A ISABEL CRISTINA FIALHO HARDER, Diretora do Departamento de Agronegócio, para responder pela Unidade de Gestão de Agronegócio, Abastecimento e Turismo, cumulativamente com suas



## PORTARIAS

atribuições, no período de 16 de novembro a 05 de dezembro de 2020, percebendo os subsídios correspondentes ao cargo de Gestor, durante o afastamento do titular EDUARDO JOSÉ DA SILVEIRA ALVAREZ, em gozo de férias regulamentares.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO MACHADO  
Prefeito Municipal

Registrada na Unidade de Gestão da Casa Civil do Município de Jundiaí, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, e publicada na Imprensa Oficial do Município.

GUSTAVO L. C. MARYSSAEL DE CAMPOS  
Gestor da Unidade da Casa Civil

## NEGÓCIOS JURÍDICOS E CIDADANIA

PROCON DE JUNDIAÍ  
Rua Barão de Jundiaí, 153 - Anexo Câmara Municipal - Centro -  
CEP 13201-010 - Jundiaí/SP

Atendimento no mês de Setembro/2020:

| Atendimentos Realizados nas Seguintes Áreas | TOTAL |
|---|-------|
| 1000 – Alimentos                            | 02    |
| 2000 □ Saúde                                | 11    |
| 3000 □ Habitação                            | 04    |
| 4000 – Produtos                             | 104   |
| 5000 □ Serviços                             | 93    |
| 5000 □ Serviços Essenciais                  | 40    |
| 6000 – Assuntos Financeiros                 | 106   |
| 7000 □ Fiscalização                         | 00    |
| Extra Procon                                | 07    |
| Total de Atendimentos                       | 367   |

|   |      |
|---|------|
| Atividades Realizadas Pelo Procon Jundiaí |      |
| Abertura de Reclamação no Retorno da CIP  | 14   |
| Audiências Realizadas                     | 00   |
| Visitas Fiscalizatórias                   | 09   |
| Autos de Notificação Lavrados             | 09   |
| CIPs Finalizadas                          | 690  |
| TOTAL                                     | 1089 |

\*\*CIP= Carta de Informações Preliminares

Atenciosamente

Geslane L. L. Rosa  
Chefe do PROCON JUNDIAÍ

Fernando de Souza  
Gestor em Neg. Jurídicos e Cidadania

## GESTÃO DE PESSOAS

DCS / DIVISÃO DE CARGOS E SALÁRIOS  
EDITAL Nº290, DE 28 DE OUTUBRO DE 2020

ROSEMARY APARECIDA GHIRALDI SIMIONATO, Gestora Adjunta de Gestão de Pessoas, da Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, Prefeitura Municipal de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Lei Municipal nº 5.641, de 06 de julho de 2001 e Lei Municipal nº 8763, de 03 de março de 2017, face ao que consta no processo 919.7/2020-----

FAZ SABER, que conforme relatório elaborado pela Divisão de Cargos e Salários, os servidores abaixo nomeados foram considerados aptos à progressão, após conclusão do estágio probatório, referente ao período de **NOVEMBRO DE 2020**, conforme dispõe o Decreto 24.344, de 12 de abril de 2013:

| Código  | Nome                            |
|---------|---------------------------------|
| 2874301 | ANDRE ROMEIRO MACHADO LOPES     |
| 2874401 | CLELIA MARIA SANDEI PAES DUARTE |
| 2874801 | DAMARES NUNES DE SOUZA LINS     |
| 2874501 | ELISABETH DE ARAUJO BEZERRA     |
| 2874701 | KAREN JOSIANI BREDARIOL         |

Para que não alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será publicado na Imprensa Oficial do Município e afixado no local de

## GESTÃO DE PESSOAS

costume.

ROSEMARY APARECIDA GHIRALDI SIMIONATO  
Gestora Adjunta de Gestão de Pessoas

Publicado na Imprensa Oficial do Município e registrada na Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, aos vinte e oito dias do mês de outubro de dois mil e vinte.

DDS/DIVISÃO DE CARGOS E SALÁRIOS  
EDITAL Nº291, DE 28 DE OUTUBRO DE 2020.

ROSEMARY AP. GHIRALDI SIMIONATO, Gestora Adjunta de Gestão de Pessoas, da Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas do Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que, conforme relatório elaborado pela Divisão de Cargos e Salários, os servidores abaixo nomeados foram considerados aptos à progressão, referente ao período de **NOVEMBRO DE 2020**, conforme dispõe o Decreto 24.344, de 12 de abril de 2013:

| Código  | Nome                                |
|---------|-------------------------------------|
| 1288801 | ADRIANO COSTA                       |
| 2711101 | ADRIANO GONCALVES                   |
| 2076901 | ALAN SILVESTRE                      |
| 2078401 | ALEXANDRE HISAO AKITA               |
| 2314801 | ALINE RAFAELA DA CUNHA GODOY        |
| 1447501 | ANA PAULA LEPORI DE CAMARGO         |
| 2712201 | ANDRE DA SILVA BARBATO              |
| 2315401 | ANTONIO MARCOS DA SILVA FEITEIRO    |
| 1001401 | APARECIDA MADALENA DA SILVA         |
| 2714401 | ARIANE DE OLIVEIRA NEVES            |
| 708201  | BERNADETE DE FATIMA FARIA LIMA      |
| 2711301 | BRUNA LUISA SCALIONI OLIVEIRA       |
| 2711401 | BRUNA VERONEZE PAVAN                |
| 2079501 | CAMILO JOSE DE SOUZA                |
| 2555601 | CARINA APARECIDA BONI GALDINI       |
| 2712501 | CIBELI SOARES GANDOLPHO             |
| 2711501 | CINTIA BERNARDIS                    |
| 2553701 | DANIEL CARLOS MONTANHER             |
| 2553601 | DAVID LEANDRO CHINELATTO            |
| 1004701 | DEBORA APARECIDA MORA               |
| 1286201 | DONIZETI GONCALVES                  |
| 2553501 | DULCEMARA DOS SANTOS SIBINELLI      |
| 1285101 | EDELAIR SIQUEIRA AMARAL MARCELINO   |
| 1004501 | EDISON ANTONIO PEREIRA ALVES        |
| 2711601 | EDISON PANSONATO                    |
| 163306  | EDMILSON DA SILVA AZEVEDO           |
| 1001201 | EDMUNDO APARECIDO CANDIDO DE SOUZA  |
| 1289801 | ELAINE CLINI ROSAS                  |
| 2553201 | ELIANE STORARI BARROS               |
| 131806  | ELIETE ROSA RAIMUNDO LARRUBIA       |
| 1857001 | ELIZABETH DA SILVA GALASTRI         |
| 1286501 | ELOISA ANTONIA BIROLIM AMARAL       |
| 1000401 | ELZA HERMENEGILDO DA SILVA          |
| 2315501 | EMERSON FREIRE DOS SANTOS           |
| 2554301 | ERON FERNANDES                      |
| 1287301 | EVERTON FIORANTE SETTE              |
| 2553901 | FABIO HENRIQUE CESCON DA SILVA      |
| 2077201 | FABIO PIZO MARTINS                  |
| 1665301 | FERNANDA BATTISTELLA                |
| 2712601 | FILICIA GOMES SANTANA               |
| 2552601 | FLAVIA SIMOES DE MOURA              |
| 1857301 | GILBERTE ANGELO DE OLIVEIRA         |
| 2713901 | GIOVANA PEREIRA FANTINI             |
| 2554201 | GISELE CRISTINA MENDONCA AGOSTINHO  |
| 2552501 | GISLAINE CRISTINA DE SA             |
| 2552301 | HALINE CASTANHA DA SILVA GOBATO     |
| 2553101 | IAGO FERNANDO SANTOS                |
| 2315601 | IVAN CARLOS GOMES DE OLIVEIRA       |
| 368201  | IVANIR APARECIDO DE CARVALHO        |
| 516801  | JAIR ANTONIO TAVARES                |
| 2554001 | JEFFERSON PEREIRA PORPHIRIO         |
| 2711701 | JESSICA IVANY DO PRADO ROCHA SEIXAS |
| 1665601 | JOANA PEREIRA FERREIRA              |
| 1287401 | JOAO APARECIDO DOS SANTOS           |
| 1287201 | JOILDO SOARES                       |
| 1858001 | JOSE AMADEU GALAFACI                |
| 1857401 | JOSE EDUARDO DOS SANTOS             |
| 1289101 | JOSE PEREIRA DA SILVA               |
| 1004401 | JOSE ROBERTO RODRIGUES              |
| 2712701 | JOSEFA ALVES DO NASCIMENTO MENEZES  |
| 2554801 | JOSIANE ESPERANCA                   |
| 2078601 | JUCILEIDE BATISTA DOS SANTOS        |





## GESTÃO DE PESSOAS

|         |   |
|---------|---|
| 2316901 | JULIANA BARBOZA CAZADIO ZAGO            |
| 2552701 | JULIANA HAMADA SERRANO                  |
| 2316301 | KATE CRISTINA PATRIGNANI                |
| 1664501 | KATIA APARECIDA DE OLIVEIRA             |
| 2553301 | KELLY CRISTINA DARDIS DA SILVA          |
| 517301  | KLEBER DA SILVEIRA FRANCO               |
| 1289501 | LAERTE MARRA                            |
| 1664201 | LEANDRO FABIO SAMPAIO DE SOUZA          |
| 2077501 | LEIDE MARIA RODRIGUES DE S GASPAROTTO   |
| 2316401 | LENITA PERES RUSSO BULGARELLI           |
| 2713701 | LIDIANE DA COSTA SANTOS DE ALMEIDA      |
| 708101  | LIGIA MARIA LORENCINI                   |
| 2315001 | LUCIANA CAMARGO DA SILVA                |
| 1665201 | LUCIANA MATAREZZI NEVES                 |
| 2554401 | LUCIANO APARECIDO MAINARDI IBIDI        |
| 2553801 | LUCIANO LOPES FERRO                     |
| 2552201 | LUCIEIDE ANITA FREZZA                   |
| 2712801 | LUCIRLEY RAEI                           |
| 2554101 | LUIZ CARLOS EMIDIO PIVA                 |
| 1447401 | MAGALI DE FATIMA FONSECA                |
| 1285801 | MARCIA CRISTINA TONET                   |
| 2080201 | MARCO ALESSANDRO TALLONI FERRARI        |
| 2712401 | MARIA APARECIDA DA SILVA CORAIM         |
| 2714101 | MARIA CLEIDE DOS SANTOS                 |
| 2712901 | MARIANA ANTONELLI DEFALCO               |
| 1446801 | MARILSA CARLA SOARES BIASIN             |
| 132306  | MARTA REGINA PAVAN SOLSI                |
| 998901  | MAURI CARDOSO                           |
| 2316701 | MILAYNE KAORI SAKODA AOKI               |
| 1857101 | MIRIAM MESQUITA DOS SANTOS              |
| 1665001 | NEUSA MARIA BRAUN                       |
| 1447301 | NEUZA BARRAGAN DE OLIVEIRA              |
| 1289401 | NILVA ALVES PEREIRA DE MORAES           |
| 1287101 | NILZA MARIA DOS SANTOS BORATO           |
| 1289901 | ONESINA EVANGELISTA                     |
| 1288601 | ORESTES ANTONIO DO PRADO                |
| 1004201 | OSMAR CID                               |
| 1284401 | OTAILDE DE FATIMA SOARES BUENO DE SOUZA |
| 2315301 | PABLO VINICIUS DE MORAES MACEU          |
| 2554701 | PAULO CESAR DE ALMEIDA                  |
| 2711801 | PEDRO ALVES MENDES                      |
| 1001501 | PEDRO DA SILVA FREITAS                  |
| 1447601 | PEROLA DE SOUZA BRAGA                   |
| 2711901 | RAPHAEL PASTOR VICENTE                  |
| 998801  | REGINA APARECIDA CANO CARDONA           |
| 2714001 | RENAN PEIXOTO DA SILVA                  |
| 1003501 | RINALDO VIEIRA SOUZA                    |
| 2712001 | ROBERTA KELI AMADIO DA SILVA CAETANO    |
| 2713801 | ROGERIO CLAUDIO DA SILVA                |
| 2554901 | RONALDO FERREIRA DA SILVA               |
| 1287001 | ROSA MARIA PAVAN                        |
| 1287601 | SANDRA LUCIA GRANDE BALDO               |
| 2713301 | SANDRA MARIA CORREA MELO                |
| 1664101 | SELMA NAVA                              |
| 2077601 | SERGIO ANTONIO DOS SANTOS               |
| 2079801 | SILVANA APARECIDA BURIL DE OLIVEIRA     |
| 2554501 | SILZIANE RIBEIRO DA COSTA               |
| 1663901 | SIRLENE FIGUEIREDO                      |
| 1003201 | SONIA APARECIDA DA SILVA PACANARO       |
| 1285001 | SONIA MARIA DE ALMEIDA MOTTA            |
| 1289301 | SONIA MARIA MROCHEN                     |
| 2315701 | SULAI CRISTINA PEREIRA                  |
| 1664301 | TANIA REGINA GOMES LOPES ROVERI         |
| 1664901 | TATILA DE LIMA COSTA STORANI            |
| 1001301 | TEREZINHA BENEDITA DE MELO              |
| 2712101 | THAIS CRISTINA BARBOSA                  |
| 2555101 | VALMIR ANTONIO TAMBERLINI               |
| 368301  | VANDERLEI APARECIDO DE SOUZA            |
| 2713201 | WELLINGTON BERTOLINO TURQUETO           |
| 2553401 | WILLIAM RAMOS                           |

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será publicado na Imprensa Oficial do Município e afixado no local de costume.

**ROSEMARY AP. GHIRALDI SIMIONATO**  
Gestora Adjunta de Gestão de Pessoas

Publicado na Imprensa Oficial do Município e registrado na Unidade de Administração e Gestão de Pessoas aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte.

**DDS/DIVISÃO DE CARGOS E SALARIOS**  
**EDITAL Nº 292, DE 28 DE OUTUBRO DE 2020.**

ROSEMARY AP. GHIRALDI SIMIONATO, Gestora Adjunta de Gestão de Pessoas, da Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas do Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que conforme relatório elaborado pela Divisão de Cargos e Salários, os servidores abaixo nomeados foram considerados inaptos à progressão, referente ao período de **NOVEMBRO DE 2020**, conforme dispõe o Decreto 24.344, de 12 de abril de 2013:

Artigo 9 – Inciso I

| Cadastro | Nome (Cadastro)          |
|----------|--------------------------|
| 2874601  | FELIPE PINHEIRO DA CUNHA |

Artigo 9 – Inciso II

| Cadastro | Nome (Cadastro)                    |
|----------|------------------------------------|
| 1285501  | ADRIANA MARIA CONTESINI            |
| 1446701  | ANA DIRCE RUIVO DE OLIVEIRA        |
| 2552801  | CAMILA GOMES DE MELLO MENEZES      |
| 1003801  | DENISE DO CARMO ALBUQUERQUE        |
| 2077301  | FLORINDA OLIVEIRA BALEEIRO         |
| 1664701  | JOSE CARLOS ULIAM                  |
| 1857501  | MONICA ALESSANDRA BRAVO IAMONTI    |
| 1286901  | NEIDE DOS SANTOS                   |
| 2315201  | PATRICIA ROSEMEIRE DOS SANTOS      |
| 1287501  | PEDRO ANTONIO EMIDIO PIVA          |
| 2713101  | TELMA BENEDITA DE OLIVEIRA PEREIRA |
| 1663501  | VERONICA OLIVEIRA DE LIMA          |
| 2316601  | WELLINGTON REGIS DO VALLE          |

Artigo 9 – Inciso III

| Cadastro | Nome (Cadastro)  |
|----------|------------------|
| 163001   | MILTON DE BARROS |

Artigo 9 – Inciso IV

| Cadastro | Nome (Cadastro)               |
|----------|-------------------------------|
| 2316501  | JOAO PAULO EUFRAZIO           |
| 2713001  | PATRICIA GISELE ALVES ROSSINI |
| 2552401  | PRISCILA DOS SANTOS SILVA     |

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será publicado na Imprensa Oficial do Município e afixado no local de costume.

**ROSEMARY AP. GHIRALDI SIMIONATO**  
Gestora Adjunta de Gestão de Pessoas

Publicado na Imprensa Oficial do Município e registrado na Unidade de Administração e Gestão de Pessoas aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte.

**DDS/DIVISÃO DE CARGOS E SALARIOS**  
**EDITAL Nº293, DE 28 DE OUTUBRO DE 2020.**

ROSEMARY AP. GHIRALDI SIMIONATO, Gestora Adjunta de Gestão de Pessoas, da Unidade Adjunta de Gestão de Pessoas do Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que conforme relatório elaborado pela Divisão de Cargos e Salários, os servidores pertencentes ao quadro de pessoal estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, por força da Lei nº 5.308, de 05 de outubro de 1999, abaixo nomeados foram considerados **aptos** à progressão, referente ao período de **NOVEMBRO DE 2020**, conforme dispõe o Decreto 24.344, de 12 de abril de 2013:

| Código | Nome                  |
|--------|-----------------------|
| 708027 | REINALDO SANTOS SILVA |
| 710027 | ROSANA NATUCCI RUSSO  |

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será publicado na Imprensa Oficial do Município e afixado no local de costume.

**ROSEMARY AP. GHIRALDI SIMIONATO**  
Gestora Adjunta de Gestão de Pessoas

Publicado na Imprensa Oficial do Município e registrado na Unidade de Administração e Gestão de Pessoas aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte.

**DDS/DIVISÃO DE CARGOS E SALARIOS**  
**EDITAL Nº 294, DE 28 DE OUTUBRO DE 2020.**

ROSEMARY AP. GHIRALDI SIMIONATO, Gestora Adjunta de Gestão de Pessoas, da Unidade de Gestão de Administração e Gestão de



## GESTÃO DE PESSOAS

Pessoas do Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,  
FAZ SABER, que conforme relatório elaborado pela Divisão de Cargos e Salários, os servidores pertencentes ao quadro de pessoal estatutário, lotado na Unidade de Planejamento e Meio Ambiente, por força da Lei nº 5.308, de 05 de outubro de 1999, abaixo nomeados foram considerados inaptos à progressão, referente ao período de **NOVEMBRO de 2020**, conforme dispõe o Decreto 24.344, de 12 de abril de 2013:

Artigo 9º - inciso II

| Cadastro | Nome (Cadastro) |
|----------|-----------------|
| 813927   | MAURO DA SILVA  |

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será publicado na Imprensa Oficial do Município e afixado no local de costume.

**ROSEMARY AP. GHIRALDI SIMIONATO**  
Gestora Adjunta de Gestão de Pessoas

Publicado na Imprensa Oficial do Município e registrado na Unidade de Administração e Gestão de Pessoas aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte.

### **DDS/DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO** **PORTARIA Nº 1137, DE 28 DE OUTUBRO DE 2020.**

**ROSEMARY AP. GHIRALDI SIMIONATO**, Gestora Adjunta de Gestão de Pessoas, da Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, Prefeitura do Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Lei Municipal nº 5.641, de 06 de julho de 2001, Lei Municipal nº 8.763, de 03 de março de 2017, alterada pela Lei Municipal nº 8.948, de 27 de abril de 2018.

**R E S O L V E** conceder férias-prêmio aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao quadro de pessoal estatutário, conforme art. 65, da Lei Complementar nº 499/2010, na forma a seguir discriminada.

| PROCESSO     | NOME                             | INÍCIO     | TÉRMINO    |
|--------------|----------------------------------|------------|------------|
| 38131-7/2019 | ALINE ALEIXO                     | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 23387-8/2016 | ALINE MIGUEL ALMEIDA SOUZA       | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 13596-8/2020 | ALYNE RAFAEL DOS ANJOS           | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 10306-9/2018 | ANA CLAUDIA MARQUES BARBOSA DIAZ | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 6921-9/2019  | ANA MARIA ROSSI FERNANDES COSTA  | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 11365-2/2019 | ARIENE DE PAULA LEAL             | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 14619-5/2016 | CELINA BAIALUNA                  | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 32361-6/2019 | CLELIA SILENE DA COSTA BERTI     | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 13625-5/2020 | DANIEL CARLOS MONTANHER          | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 12042-4/2020 | DANIEL JUNIOR DE OLIVEIRA        | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 30342-8/2019 | DANIELA ORTOLANI TREVEJO         | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 28850-6/2018 | DIVA SEVERINO DOS SANTOS         | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 26268-1/2019 | EDNA BARRAS LUIZ                 | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 31674-3/2019 | ELLEN TATIANE VOLTOLIN GAZZI     | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 13589-3/2020 | ELZA DA SILVA NASCIMENTO         | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 22320-4/2019 | ERICA MARTINS                    | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 26158-4/2019 | FABIO DIAS DA CUNHA              | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 33216-1/2019 | FERNANDA DETONI DA SILVA SANTOS  | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 4656-9/2016  | HELOISA DA GRAÇA BURATTI         | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 2946-0/2019  | ICARO HENRIQUE SANTOS            | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 33115-7/2018 | IVANIR SOUZA SILVA               | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 3617-6/2019  | JESSICA FERNANDES LEME           | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 12035-0/2019 | JOSÉ ROBERTO COTRIN              | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 6610-8/2019  | JUCINEIDE DO NASCIMENTO ARAUJO   | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 13306-2/2020 | LAUDO SPIANDORIN                 | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 31896-2/2019 | LENIR MENDES BRAGA DA MOTA       | 03/11/2020 | 02/12/2020 |

|              |   |            |            |
|--------------|---|------------|------------|
| 14820-1/2020 | LIGIA LUZIA APARECIDA DA SILVA V XAVIER | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 2726-6/2019  | LIONEL DIAS PALHÃO                      | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 12986-8/2017 | MARIA ANGELICA TURATO LOTTI             | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 25874-5/2015 | MARIA CONCEICAO ALBINO                  | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 35224-3/2019 | MARIA DE LOURDES ALVES                  | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 13584-4/2020 | MARIANA MALVEZZI ZICATI                 | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 12302-0/2016 | MARISOL HERINGER MOREIRA                | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 18188-1/2019 | NICERIA VIEIRA PARANHOS PEREIRA         | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 30972-8/2016 | PABLO VINICIUS DE MORAES MACEU          | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 13727-1/2019 | PEDRO EMERSON DANIEL                    | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 17956-6/2017 | ROSANA MARIA BAPTISTA FIORAVANTE        | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 19882-4/2016 | ROSEMARY CORAINE BONASSI                | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 28540-3/2018 | ROSEMEIRI JACYNTHO FARIAS               | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 13295-7/2020 | RUTE SAVIETO BONI                       | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 22174-7/2018 | SANDRA REGINA CORTONESI COSTA           | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 18068-5/2019 | SILMARA MOREIRA DOS SANTOS              | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 12374-3/2019 | SUELI GONÇALVES                         | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 13294-0/2020 | SUELI KOMATSU DE ASSIS                  | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 4436-0/2019  | TERESA RAQUEL FERRACINI                 | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 25427-8/2017 | VERA LUCIA MARTINELLI DE AZEVEDO        | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 2773-8/2019  | WILLIAM DEVIDE CONDE                    | 03/11/2020 | 02/12/2020 |
| 16845-2/2017 | ANA MARIA ADAMI                         | 04/11/2020 | 03/12/2020 |
| 31514-1/2019 | FLAVIA CIARROCCHI PINTO                 | 04/11/2020 | 03/12/2020 |
| 13307-0/2020 | JOEL PEREIRA                            | 04/11/2020 | 03/12/2020 |
| 7468-8/2020  | MARCIO BRANDINI                         | 05/11/2020 | 04/12/2020 |
| 29662-6/2017 | ERALDO PETUBA DA SILVA                  | 09/11/2020 | 08/12/2020 |
| 5252-0/2019  | LEANDRO ROBERTO GUIMARÃES MELLO         | 09/11/2020 | 08/12/2020 |
| 32991-6/2016 | RENATO CLEMENTE DE SOUSA                | 09/11/2020 | 08/12/2020 |
| 7597-6/2019  | BRUNA FRANCA KUNINARI                   | 12/11/2020 | 11/12/2020 |
| 31800-4/2019 | NELCI JOSÉ DA CRUZ                      | 13/11/2020 | 12/12/2020 |
| 18880-9/2016 | ADRIANA CRISTINA MORAES                 | 16/11/2020 | 15/12/2020 |
| 13597-6/2020 | ALESSANDRA ISCARO COSTA                 | 16/11/2020 | 15/12/2020 |
| 22354-3/2019 | BRUNO FRANCISCO TONINI BARBOSA          | 16/11/2020 | 15/12/2020 |
| 13592-7/2020 | CAMILA APARECIDA DA SILVA GORERI        | 16/11/2020 | 15/12/2020 |
| 32500-9/2019 | CINTIA MARIA LIETE DE MELO              | 16/11/2020 | 15/12/2020 |
| 13280-9/2020 | EDIVAR GOMES DA SILVA                   | 16/11/2020 | 15/12/2020 |
| 2957-7/2019  | ELISANGELA CONCEIÇÃO VIOLA SILVA        | 16/11/2020 | 15/12/2020 |
| 13309-6/2020 | FABIO VIEIRA DA SILVA                   | 16/11/2020 | 15/12/2020 |
| 22337-8/2019 | GISELE MINEIRO FANTI                    | 16/11/2020 | 15/12/2020 |
| 14174-1/2016 | JOÃO ROMÃO BATISTA                      | 16/11/2020 | 15/12/2020 |
| 5346-0/2019  | MARIA DO CARMO SEVERIANO GARCIA         | 16/11/2020 | 15/12/2020 |
| 4780-1/2019  | ROGERIO MUNHOZ DE PAULA                 | 16/11/2020 | 15/12/2020 |
| 25454-0/2018 | ROSA MARIA DE ALMEIDA                   | 16/11/2020 | 15/12/2020 |
| 31428-2/2015 | VIVIANE CAMPOS DE OLIVEIRA              | 16/11/2020 | 15/12/2020 |
| 31397-1/2019 | MARIA DA GLORIA BARBOSA DA S. BISPO     | 18/11/2020 | 17/12/2020 |
| 13590-1/2020 | CECILIA PESSOTTO SILVEIRA               | 19/11/2020 | 18/12/2020 |
| 23392-8/2016 | VIVIAN CRISTINA COLODO                  | 19/11/2020 | 18/12/2020 |
| 1671-7/2018  | ALEXANDRA DE LIMA CAMPOS                | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 34965-0/2015 | ALINE MARIA PEDERIVA CARUSO             | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 7080-3/2019  | ANA CAROLINA ALMEIDA HOLEWINSKY         | 23/11/2020 | 22/12/2020 |





## GESTÃO DE PESSOAS

|              |                                       |            |            |
|--------------|---------------------------------------|------------|------------|
| 13595-0/2020 | ANA PAULA BARBI ROBERTONI             | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 14817-7/2020 | CAROLINA SOPRANO ZEN                  | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 2601-1/2019  | CRISTIANE MACEDO DOS SANTOS FERREIRA  | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 14818-5/2020 | CRISTIANE FRANCINE DA SILVA OLIVEIRA  | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 22673-2/2016 | DEBORA DE JESUS SILVA                 | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 15482-9/2015 | DENIS FERNANDES DA SILVA              | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 4819-7/2019  | DENISE BATISTA DA SILVA               | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 13588-5/2020 | DENISE DA SILVA ANDOLFO               | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 20181-2/2019 | EDITE PEREIRA                         | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 13585-1/2020 | ELIANA APARECIDA FERREIRA NERI        | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 13591-9/2020 | ELIANE APARECIDA PRADO DE SOUZA       | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 23104-7/2016 | ELIZABETE CRISTINA AMANCIO SOARES     | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 9641-6/2016  | ELTON PAULO DA SILVA                  | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 5599-6/2018  | ERIK LUIS MACHADO                     | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 26705-6/2017 | FERNANDO CESAR GOUVEA                 | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 3544-2/2019  | FRANCISCA EMANUELLY LEITE SILVA BUENO | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 2414-9/2019  | JOSELAINE DAS GRAÇAS B. ALMENDRO      | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 6751-6/2016  | JULIANA ASSIS ALFENAS PARREIRA        | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 21582-2/2018 | LAUREANA LOREDO DA SILVA              | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 30094-1/2016 | LUCIANA LORENSINI                     | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 12206-3/2016 | MARCIA BETINA DODI                    | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 28852-2/2018 | MARIA ANGELA PAVAN SCHROEDEN          | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 5061-5/2019  | MARIA BETANIA DOS PASSOS ROZZON       | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 7962-2/2019  | MARINES ALMEIDA PASSOS                | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 9803-0/2017  | MICHELE SANTANA BUENO CRUZ            | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 13583-6/2020 | MIRNA PAULA ANDION ESPINOSA BEGO      | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 13301-3/2020 | PAULO SERGIO PRADO                    | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 23263-5/2019 | RITA DE CASSIA DE OLIVEIRA            | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 28520-3/2019 | ROSA CRISTINA VAZ PEDROSO MIGLIORINI  | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 34138-2/2016 | ROSANGELA DE OLIVEIRA                 | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 28639-1/2019 | ROSIMEIRE QUEQUETTO DE ANDRADE        | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 22517-5/2019 | SAMYRA SILVA DE PAULA FAGUNDES        | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 15014-0/2020 | SHEILA DOMINGOS PADILHA SILVA         | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 35096-9/2017 | SILVANA GOIS                          | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 27455-7/2017 | SONIA MARIA DA SILVA                  | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 11693-1/2017 | SUELY DE BARROS NASCIMENTO            | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 22516-7/2019 | SUELY FIGUEIREDO                      | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 22672-4/2016 | THAIS NOBOA NUNES                     | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 16207-1/2019 | THIAGO PEREIRA ALVES                  | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 23617-2/2019 | VALERIA PASCHOARELLI PAIVA MONAROLO   | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 13281-7/2020 | VANDERLEIA RODRIGUES DE OLIVEIRA      | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 31104-7/2016 | VIVIANE MOURA BRAATZ VIEIRA FERREIRA  | 23/11/2020 | 22/12/2020 |
| 30997-9/2019 | ADRIANA CAMILA RODRIGUES DE SOUZA     | 24/11/2020 | 23/12/2020 |
| 13598-4/2020 | ADRIANA DOS SANTOS ALVES OLIVEIRA     | 24/11/2020 | 23/12/2020 |
| 32879-7/2019 | ALZIRA APARECIDA NOGUEIRA DIAS SANTOS | 24/11/2020 | 23/12/2020 |
| 33841-6/2019 | ANA MARIA DE LIMA ALVARES NOGUEIRA    | 24/11/2020 | 23/12/2020 |
| 26310-7/2016 | ANTONIO DOS SANTOS I                  | 24/11/2020 | 23/12/2020 |
| 19178-1/2019 | CAMILA REGINA PINHEIRO TEIXEIRA       | 24/11/2020 | 23/12/2020 |

|              |                                       |            |            |
|--------------|---------------------------------------|------------|------------|
| 13310-4/2020 | CLAUDIO ROBERTO DE OLIVEIRA           | 24/11/2020 | 23/12/2020 |
| 28594-0/2018 | DENISE DE OLIVEIRA ELIAS DA SILVA     | 24/11/2020 | 23/12/2020 |
| 13587-7/2020 | DJENANE VIEIRA DOS SANTOS SILVA       | 24/11/2020 | 23/12/2020 |
| 21040-5/2016 | ELAINE CRISTIANE DE SOUZA BRITO NETTO | 24/11/2020 | 23/12/2020 |
| 11874-3/2019 | ELIANE APARECIDA BOSCO LEMOS          | 24/11/2020 | 23/12/2020 |
| 35089-4/2017 | GLAUCYA TAKETA SPADA BUCZMIEJUK       | 24/11/2020 | 23/12/2020 |
| 14819-3/2020 | KATIA MONTEIRO DE SOUZA               | 24/11/2020 | 23/12/2020 |
| 12764-5/2019 | LAURA NAVILLE CONTE-SINI              | 24/11/2020 | 23/12/2020 |
| 9822-0/2017  | LIGIA MARA JACINTO DE DEUS OLIVEIRA   | 24/11/2020 | 23/12/2020 |
| 14821-9/2020 | LUCIANA GOMES TUDELLA MARINI          | 24/11/2020 | 23/12/2020 |
| 16575-5/2017 | MARCOS RIBEIRO DE FREITAS             | 24/11/2020 | 23/12/2020 |
| 776-3/2019   | MARIA DO CARMO PAULO STOQUI           | 24/11/2020 | 23/12/2020 |
| 13161-1/2015 | MARINA RODRIGUES PETRONI              | 24/11/2020 | 23/12/2020 |
| 32978-9/2018 | MARIO MIGUEL FERMIANO                 | 24/11/2020 | 23/12/2020 |
| 13582-8/2020 | PATRICIA HELENA CORTINA ROMANI        | 24/11/2020 | 23/12/2020 |
| 13775-8/2020 | RAQUEL BELLODI CREPALDI               | 24/11/2020 | 23/12/2020 |
| 17363-7/2016 | ROBERTA GALBIERI GALDINO              | 24/11/2020 | 23/12/2020 |
| 29107-4/2016 | ROSEMEIRE AP. SELLA DOS SANTOS        | 24/11/2020 | 23/12/2020 |
| 29947-7/2019 | SIMONE APARECIDA MARCHETTE LEMOS      | 24/11/2020 | 23/12/2020 |
| 11190-0/2016 | SOLANGE DO N. SANTANA DA SILVA        | 24/11/2020 | 23/12/2020 |
| 7690-9/2019  | TABATA LEPORI CAMARGO STORANI         | 24/11/2020 | 23/12/2020 |
| 7968-3/2017  | TANIA PATRICIA NORMANTON              | 24/11/2020 | 23/12/2020 |
| 31250-6/2017 | VALDILENE LORENZETO DE C. SAMPAIO     | 24/11/2020 | 23/12/2020 |
| 25588-3/2019 | VERA LUCIA PINIANO PROCACINO          | 24/11/2020 | 23/12/2020 |
| 12636-5/2019 | CARLOS HENRIQUE DE MORAES COSTA       | 30/11/2020 | 29/12/2020 |
| 15010-8/2020 | GISELE APARECIDA GUIHEN MULLER        | 30/11/2020 | 29/12/2020 |
| 14906-0/2019 | JOSÉ PEREIRA DA SILVA                 | 30/11/2020 | 29/12/2020 |
| 30041-6/2019 | NADIR APARECIDA PEREIRA DA SILVA      | 30/11/2020 | 29/12/2020 |
| 14791-4/2020 | WILSON FELIPE SOUZA PAULETO           | 30/11/2020 | 29/12/2020 |

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ROSEMARY AP. GHIRALDI SIMIONATO**  
Gestora Adjunta de Gestão de Pessoas

Publicado na Imprensa Oficial do Município e registrada na Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte.

### PORTARIA Nº 1138, DE 28 DE OUTUBRO DE 2020.

**ROSEMARY AP. GHIRALDI SIMIONATO**, Gestora Adjunta de Gestão de Pessoas, da Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, Prefeitura do Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Lei Municipal nº 5.641, de 06 de julho de 2001, Lei Municipal nº 8.763, de 03 de março de 2017, alterada pela Lei Municipal nº 8.948, de 27 de abril de 2018.

**R E S O L V E** conceder férias-prêmio aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao quadro de pessoal estatutário, conforme art. 65, da Lei Complementar nº 499/2010, na forma a seguir discriminada.





## GESTÃO DE PESSOAS

| PROCESSO      | NOME                            | INÍCIO     | TÉRMINO    |
|---------------|---------------------------------|------------|------------|
| 2.909-8/2019  | ADEMIR ZAMBONI                  | 03/11/2020 | 02/01/2021 |
| 14.847-4/2020 | ANA RITA BONELLI DOS SANTOS     | 03/11/2020 | 02/01/2021 |
| 24.227-3/2017 | LUCIMARA AP. EMERICK NASCIMENTO | 03/11/2020 | 02/01/2021 |
| 3.805-7/2019  | ODAIR ROBERTO MATE-NAUER        | 03/11/2020 | 02/01/2021 |
| 3.226-0/2017  | LUISA MIRANDA                   | 23/11/2020 | 22/01/2021 |

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ROSEMARY AP. GHIRALDI SIMIONATO**  
Gestora Adjunta de Gestão de Pessoas

Publicado na Imprensa Oficial do Município e registrada na Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte.

### PORTARIA N.º 1139, DE 28 DE OUTUBRO DE 2020.

Nomeia MARCIO BRASIL TIBAU FIGUEIREDO, para exercer o cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS, símbolo "DAC-03", de provimento em comissão, junto à Unidade de Gestão de Agronegócio, Abastecimento e Turismo, nos termos da Lei Municipal nº 8.763, de 03 de março de 2017, alterada pela Lei nº 8.948, de 27 de abril de 2018.

### PORTARIA N.º 1140, DE 28 DE OUTUBRO DE 2020.

Resolve exonerar, a pedido, a servidora GABRIELA ALVES ROSA ROSSINI, do cargo de Médico, pertencente ao quadro de pessoal estatutário, a partir de 01 de novembro de 2020.

### PORTARIA N.º 1141, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020.

Nomeia WALMOR LUCIANO DO AMARAL, para exercer o cargo de ASSESSOR, símbolo "DAC-05", de provimento em comissão, junto à Unidade de Gestão da Casa Civil, nos termos da Lei Municipal nº 8.763, de 03 de março de 2017, alterada pela Lei nº 8.948, de 27 de abril de 2018.

### PORTARIA N.º 1142, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020.

Resolve designar a servidora EDELAINE DOS SANTOS, ocupante do cargo de Assistente de Administração, para exercer a função de Chefe de Seção de Apoio Administrativo, junto à Unidade de Gestão de Infraestrutura e Serviços Públicos, atribuindo-lhe "FC-02", a partir de 01 de novembro de 2020.

### DDS/DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO EDITAL N.º 296, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020.

**ROSEMARY AP. GHIRALDI SIMIONATO**, Gestora Adjunta de Gestão de Pessoas. Da Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, do Município de Jundiá, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Lei Municipal nº 5.641, de 06 de julho de 2001, Lei Municipal nº 8.763, de 03 de março de 2017, alterada pela Lei nº 8.948, de 27 de abril de 2018 e face ao que consta do Processo nº 13.527-3/2020.....

**FAZ SABER** que, fica a candidata, abaixo relacionada, convocada a comparecer na Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, na Seção de Atendimento, sita na Avenida da Liberdade, s/nº, 3º andar, ala Norte, do Paço Municipal, das **8h às 17h, no prazo de 05 (cinco) dias, munida (original e cópia) do CPF, RG, Certidão de Casamento, Diploma e Histórico do Ensino Superior Completo em Medicina, registro no órgão de classe e 06 (seis) meses de experiência profissional na área**, a fim de tratar da documentação visando **contratação temporária pelas normas da CLT**, pelo período de 06 (seis) meses, na classe de **MÉDICO**.

### MÉDICO GINECOLOGISTA

**CLASS. GERAL** **NOME**  
01º Lugar **FERNANDA GOMES LIMA DE LACERDA**

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será publicado na Imprensa Oficial online no site do Município de Jundiá.

**ROSEMARY AP. GHIRALDI SIMIONATO**  
Gestora Adjunta de Gestão de Pessoas

Publicado na Imprensa Oficial do Município e registrado na Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte.

### DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO EDITAL N.º 295, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020.

**A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ**, por meio da Comissão Especial encarregada da fiscalização do Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária e Emergencial para a função de **MÉDICO CLÍNICO GERAL**, nos termos do Processo nº 13.435-9/2020.....

**FAZ SABER AINDA** a pontuação obtida pelos candidatos, após análise dos documentos em conformidade com o ANEXO I do Edital nº 269/2020, conforme segue:

### Médico Clínico Geral

| Nome                                     | Experiência profissional no âmbito público | Experiência profissional no âmbito privado | Residência Médica ou curso de Pós-Graduação | Mestrado Doutorado | Pontuação Total | Comentário Comissão           |
|--|--|--|---|--------------------|-----------------|-------------------------------|
| MANOEL VICTOR FERREIRA LIMA              | 6 pontos                                   | 0  | 5 pontos                                    | 0                  | 11 pontos       |                               |
| MONICA CARVALHO SILVEIRA LANGE DOMINGUES |  |  |   |                    | 0               | Possui formação em Psicologia |
| NATÁLIA CORTEZ DE LIMA                   |  |  |   |                    | 0               | Possui formação em Psicologia |
| ROBERT NASCIMENTO PASCOAL                | 6 pontos                                   | 0  | 0   | 0                  | 6 pontos        |                               |
| SAFIRA MARTHA AZEVEDO DE CASTRO          | 0  | 1  | 0   | 0                  | 1 pontos        |                               |
| THAYSA GONÇALVES GARCIA                  | 2 pontos                                   | 5 pontos                                   | 0   | 0                  | 7 pontos        |                               |
| TIAGO LAERTE MARQUES PIMENTA             | 4 pontos                                   | 0  | 10 pontos                                   | 0                  | 14 pontos       |                               |

**FAZ SABER FINALMENTE** a classificação final dos aprovados em ordem de classificação, aplicados o critério de desempate item 8.4 do Edital nº 269 de 24 de setembro de 2020,

### Médico Clínico Geral

| Nome                            | Pontuação Total | Class. Final |
|---------------------------------|-----------------|--------------|
| TIAGO LAERTE MARQUES PIMENTA    | 14 pontos       | 01º          |
| MANOEL VICTOR FERREIRA LIMA     | 11 pontos       | 02º          |
| THAYSA GONÇALVES GARCIA         | 7 pontos        | 03º          |
| ROBERT NASCIMENTO PASCOAL       | 6 pontos        | 04º          |
| SAFIRA MARTHA AZEVEDO DE CASTRO | 1 pontos        | 05º          |

**FAZ SABER TAMBEM**, que eventual interposição de recursos deverá obedecer, rigorosamente, o que estabelece o Capítulo X –DOS RECURSOS do Edital Nº 269/2020 de Abertura.

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será publicado na Imprensa Oficial online no site do Município de Jundiá.

**VIVIANE PERIRA MACHADO**  
Presidente da Comissão Especial

Publicado na Imprensa Oficial do Município e registrado na Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte.

## CASA CIVIL

### EXTRATO

TERMO ADITIVO III ao TERMO DE COLABORAÇÃO nº 09/2018, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ e A CASA SANTA MARTA - CASAMAR.

Processo nº 22.255-6/2017.

OBJETO: Altera o prazo de vigência para 31 de dezembro de 2021; substitui o Plano de Trabalho a partir de 01 de janeiro de 2021 e adita o valor total para R\$ 186.570,54 (cento e oitenta e seis mil, quinhentos e setenta reais e cinquenta e quatro centavos).

ASSINATURA: 30 de outubro de 2020.



## DAE

Modo de Disputa Fechado nº 035/2020  
Edital de 26/10/2020

OBJETO: Contratação de empresa para elaboração de laudos de faunas silvestres e caracterização de vegetação. TIPO: Menor Preço Global.  
**ABERTURA:** às 9:30 do dia 27/11/2020. **LOCAL PARA RETIRADA DO EDITAL:** No site <http://compraabertadae.jundiai.sp.gov.br> (acessar o link Licitações) gratuitamente.

Jundiaí, 29 de outubro de 2020  
Walter da Costa e Silva Filho  
Diretor Superintendente Técnico Administrativo

## PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

### DIVISÃO DE APROVAÇÃO DE PROJETOS DE EDIFICAÇÕES E URBANIZAÇÃO RELAÇÃO DE COMUNIQUE-SE Nº SAEPRO3/2020

Considerando o artigo 16 do Decreto nº 28.667 de 18 de dezembro de 2019, ficam o profissional, interessado e/ou proprietário comunicados a atender ao despacho de comunique-se através da plataforma eletrônica SAEPRO, no prazo de 90 (noventa) dias a contar a data desta publicação, para tratarem dos assuntos referentes aos processos abaixo relacionados.

|   |                 |
|---|-----------------|
| IMPLANTAR AGRIMENSURA E PROJ. S/S LT.EPP      |                 |
| ACRE INCORPORAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA     | SAEPRO2019/111  |
| CERESER - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.  | SAEPRO2020/900  |
| DEIZIANNY ANTUNES DE SA                       |                 |
| DERALDO SOARES MIRANDA E OUTRA                | SAEPRO2020/168  |
| DERALDO SOARES MIRANDA E OUTRA                | SAEPRO2020/168  |
| ARAUJO E BIGUETHI PARTICIPAÇÕES LTDA-ME       | SAEPRO2020/1042 |
| AYRTON VICENTE COSTA                          | SAEPRO2020/1939 |
| AYRTON VICENTE COSTA                          | SAEPRO2020/1939 |
| LURDES APARECIDA STACHFLEDT COSTA             | SAEPRO2020/1939 |
| LURDES APARECIDA STACHFLEDT COSTA             | SAEPRO2020/1939 |
| ALEXANDERS GONÇALVES DA SILVA                 |                 |
| WILSON ROBERTO ROMERA                         | SAEPRO2020/268  |
| AGUINALDO JOSÉ SIBINEL E OUTROS               | SAEPRO2020/721  |
| AGUINALDO JOSÉ SIBINEL E OUTROS               | SAEPRO2020/721  |
| FERNANDO DIAS                                 | SAEPRO2020/1173 |
| FERNANDO DIAS                                 | SAEPRO2020/1173 |
| ROSANA APARECIDA SANTOS                       |                 |
| JOSÉ PINHEIRO DE SOUZA                        | SAEPRO2020/313  |
| JOSÉ PINHEIRO DE SOUZA                        | SAEPRO2020/313  |
| IVAIR TEODORO                                 | SAEPRO2020/1500 |
| CLAUDETE APARECIDA DA SILVA TEODORO           | SAEPRO2020/1500 |
| V V C EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E CON      |                 |
| VALDIR DE LUCCI & CIA LTDA                    | SAEPRO2020/328  |
| VALDIR DE LUCCI & CIA LTDA                    | SAEPRO2020/328  |
| VALDIR DE LUCCI & CIA LTDA                    | SAEPRO2020/1675 |
| VALMIR DONIZETE SCHIAVINATTO                  |                 |
| PAULISTA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA | SAEPRO2020/369  |
| PAULISTA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA | SAEPRO2020/369  |
| PAULISTA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA | SAEPRO2020/370  |
| PAULISTA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA | SAEPRO2020/370  |
| ARAUJO E BIGUETHI PARTICIPAÇÕES LTDA-ME       | SAEPRO2020/1042 |
| ARAUJO E BIGUETHI PARTICIPAÇÕES LTDA-ME       | SAEPRO2020/1042 |
| CLÁUDIO SÉRGIO MATEUS                         |                 |
| SEBASTIAO JUSTINIANO                          | SAEPRO2020/394  |
| SEBASTIAO JUSTINIANO                          | SAEPRO2020/394  |
| KÁTIA REGINA FRANCISCO DA HORA                | SAEPRO2020/1431 |
| KÁTIA REGINA FRANCISCO DA HORA                | SAEPRO2020/1431 |
| MÁRIO LOURENÇO DA HORA                        | SAEPRO2020/1431 |
| MÁRIO LOURENÇO DA HORA                        | SAEPRO2020/1431 |
| MARCO ANTONIO BEDIN                           |                 |
| SOLANGE NOGUEIRA MARCHEZINI                   | SAEPRO2020/434  |
| SOLANGE NOGUEIRA MARCHEZINI                   | SAEPRO2020/434  |
| EMERSON ROBERTO LEITE COELHO                  | SAEPRO2020/1857 |
| EMERSON ROBERTO LEITE COELHO                  | SAEPRO2020/1857 |
| HOCH ARQUITETURA S/S LTDA                     |                 |
| PAULO CESAR BOLLANI                           | SAEPRO2020/442  |

## PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

|   |                 |
|---|-----------------|
| COMERCIAL LIBERATO LTDA                       | SAEPRO2020/615  |
| MAC LUCER CONSTRUÇÕES LTDA                    | SAEPRO2020/1449 |
| RICARDO BENASSI                               |                 |
| PAULO CESAR BOLLANI                           | SAEPRO2020/442  |
| MARIA ELIZABETH PIMENTA E OUTROS              | SAEPRO2020/928  |
| MAC LUCER CONSTRUÇÕES LTDA                    | SAEPRO2020/1449 |
| MARCIO HENRIQUE ZAMBOLI                       |                 |
| PLANALTO PARTICIPAÇÕES S/C LTDA               | SAEPRO2020/452  |
| PLANALTO PARTICIPAÇÕES S/C LTDA               | SAEPRO2020/452  |
| FLAVIO TOMAS DE LIMA                          | SAEPRO2020/1437 |
| DETTAGLIO ARQUITETURA E ASSESSORIA DE DE      |                 |
| DIEGO JOSÉ CORDEIRO                           | SAEPRO2020/482  |
| MONIQUE VAZ DA CUNHA CORDEIRO                 | SAEPRO2020/482  |
| LUIS HENRIQUE DE AQUINO SEDANO                |                 |
| DIEGO JOSÉ CORDEIRO                           | SAEPRO2020/482  |
| MONIQUE VAZ DA CUNHA CORDEIRO                 | SAEPRO2020/482  |
| EZEQUIEL RODRIGUES DE OLIVEIRA                |                 |
| ANTONIO CANCIAN LEZIER                        | SAEPRO2020/491  |
| ADILSON SPINA JUNIOR                          |                 |
| P.G.C.INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA | SAEPRO2020/495  |
| MARCEL MANZATO                                |                 |
| TPRC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.      | SAEPRO2020/497  |
| MAURICIO BASILIO                              |                 |
| IRINEU GASPARI                                | SAEPRO2020/524  |
| IRINEU GASPARI                                | SAEPRO2020/524  |
| ROSANA APARECIDA TOSELI PASSARELLA            | SAEPRO2020/1444 |
| ROSANA APARECIDA TOSELI PASSARELLA            | SAEPRO2020/2014 |
| ALCEU STECK                                   | SAEPRO2020/2073 |
| ANDRÉ ROEMER                                  |                 |
| EMILIO LEVIN                                  | SAEPRO2020/543  |
| EMILIO LEVIN                                  | SAEPRO2020/543  |
| EMILIO LEVIN                                  | SAEPRO2020/1946 |
| EMILIO LEVIN                                  | SAEPRO2020/1946 |
| FABIO AURELIO TEIXEIRA LUSVARGHI              |                 |
| JEAN AUGUSTO SIMONETTI DA SILVA               | SAEPRO2020/552  |
| JEAN AUGUSTO SIMONETTI DA SILVA               | SAEPRO2020/552  |
| LIGIA CARLA DE SOUZA                          | SAEPRO2020/552  |
| LIGIA CARLA DE SOUZA                          | SAEPRO2020/552  |
| AGUINALDO LUIZ GASPAROTTO                     |                 |
| REINALDO DUARTE                               | SAEPRO2020/575  |
| REINALDO DUARTE                               | SAEPRO2020/575  |
| RITA JOSELENE DE PIZA                         | SAEPRO2020/1026 |
| JAIR DE OLIVEIRA                              | SAEPRO2020/1131 |
| ANTONIO MAURICIO CHINAGLIA                    | SAEPRO2020/1131 |
| CLAUDEMIR RAMPIM                              |                 |
| PIA SOCIEDADE DOS MISSIONÁRIOS DE SÃO CARLOS  | SAEPRO2020/580  |
| ANTONIO TADEU LOPES DE CAMARGO                | SAEPRO2020/585  |
| ANTONIO TADEU LOPES DE CAMARGO                | SAEPRO2020/585  |
| SIDNEI RODRIGUES DOS SANTOS                   |                 |
| HILSON ALVES PEREIRA                          | SAEPRO2020/582  |
| HILSON ALVES PEREIRA                          | SAEPRO2020/582  |
| NEDI ALVES FREIRE PEREIRA                     | SAEPRO2020/582  |
| NEDI ALVES FREIRE PEREIRA                     | SAEPRO2020/582  |
| MARCEL DE MELO MORETTI                        |                 |
| ANDRESSA NARDI DA FONSECA                     | SAEPRO2020/583  |
| ANDRESSA NARDI DA FONSECA                     | SAEPRO2020/583  |
| AMANDA NARDI DA FONSECA                       | SAEPRO2020/583  |
| AMANDA NARDI DA FONSECA                       | SAEPRO2020/583  |
| GILBERTO NARDI (USUFRUTUÁRIO)                 | SAEPRO2020/583  |
| GILBERTO NARDI (USUFRUTUÁRIO)                 | SAEPRO2020/583  |
| DAVID DE SA ANTUNES                           |                 |
| BANCO ITAU S/A                                | SAEPRO2020/598  |
| GUILHERME FONSECA GIMENE MELCHIORI            |                 |
| JOSÉ EDUARDO MARTINELLI                       | SAEPRO2020/606  |
| JOSÉ EDUARDO MARTINELLI                       | SAEPRO2020/606  |
| JOSÉ EDUARDO MARTINELLI                       | SAEPRO2020/606  |
| ANETE APARECIDA OLIVEIRA MARTINELLI           | SAEPRO2020/606  |
| ANETE APARECIDA OLIVEIRA MARTINELLI           | SAEPRO2020/606  |
| ANETE APARECIDA OLIVEIRA MARTINELLI           | SAEPRO2020/606  |
| IVAIR TEODORO                                 | SAEPRO2020/1500 |
| CLAUDETE APARECIDA DA SILVA TEODORO           | SAEPRO2020/1500 |
| MICHEL MENDES DE OLIVEIRA                     | SAEPRO2020/1827 |
| MICHEL MENDES DE OLIVEIRA                     | SAEPRO2020/1827 |
| MICHEL MENDES DE OLIVEIRA                     | SAEPRO2020/1827 |
| FABIO MARCOS DE OLIVEIRA                      | SAEPRO2020/1847 |
| FABIO MARCOS DE OLIVEIRA                      | SAEPRO2020/1847 |
| ISLÂNIA SILVA DE OLIVEIRA                     | SAEPRO2020/1847 |
| ISLÂNIA SILVA DE OLIVEIRA                     | SAEPRO2020/1847 |
| ANELISA FONSECA FIGUEIREDO                    |                 |
| OVOS PRETI LTDA                               | SAEPRO2020/610  |



**PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE**

|   |                 |  |                 |
|---|-----------------|--|-----------------|
| KRIOS CONSTRUÇÕES LTDA                  |                 | FABIO CODO   | SAEPRO2020/1579 |
| MARCIA BELLINI CARDOSO                  | SAEPRO2020/611  | LEANDRO BERRAQUERO                                 | SAEPRO2020/1805 |
| MARCIA BELLINI CARDOSO                  | SAEPRO2020/611  | LEANDRO BERRAQUERO                                 | SAEPRO2020/1805 |
| ROGERIO GADELHA DOS SANTOS              |                 | MARLI ALVES DE OLIVEIRA                            | SAEPRO2020/1805 |
| COMERCIAL LIBERATO LTDA                 | SAEPRO2020/615  | MARLI ALVES DE OLIVEIRA                            | SAEPRO2020/1805 |
| MARCELO FOELKEL PATRÃO                  |                 | DARCI ANTONIOLI DOS SANTOS                         | SAEPRO2020/1853 |
| NILTON APARECIDO DE RESENDE             | SAEPRO2020/623  | MARIA JOSÉ DE ARAUJO SANTOS                        | SAEPRO2020/1853 |
| NILTON APARECIDO DE RESENDE             | SAEPRO2020/623  | NAYARA VIAN DA SILVA                               |                 |
| IVONE APARECIDA SILVA DE RESENDE        | SAEPRO2020/623  | EDNEIA CAZUZA DA SILVA                             | SAEPRO2020/729  |
| IVONE APARECIDA SILVA DE RESENDE        | SAEPRO2020/623  | RAFAEL DA SILVA MOTA                               | SAEPRO2020/729  |
| LUCIANO FERNANDES DE MELO MANSUR        |                 | LUCIANO SENA DE MORAIS                             | SAEPRO2020/805  |
| PALMAR EMPREENDIMENTOS MOBILIÁRIOS LTDA | SAEPRO2020/650  | SOLANGE ROSA SENA DE MORAIS                        | SAEPRO2020/805  |
| PALMAR EMPREENDIMENTOS MOBILIÁRIOS LTDA | SAEPRO2020/650  | TRENTINOS INCORPORADORA DE EMPREENDIMENTO IMOBILIÁ | SAEPRO2020/1728 |
| SONIA MARIA DA SILVA                    |                 | AMG MONTAGENS IND E CONSTRUÇÕES LTDA               | SAEPRO2020/1915 |
| PALMAR EMPREENDIMENTOS MOBILIÁRIOS LTDA | SAEPRO2020/650  | M-TEI MONTAGENS TÉCNICAS E CONSTRUÇÕES LTDA        | SAEPRO2020/2009 |
| MV ESCRITÓRIO DE PROJETOS LTDA          |                 | RAFAEL VERZA                                       | SAEPRO2020/2053 |
| PALMAR EMPREENDIMENTOS MOBILIÁRIOS LTDA | SAEPRO2020/650  | ROSECELIA BARBATO VERZA                            | SAEPRO2020/2053 |
| DAVI SPIANDORIM                         |                 | RENATO CARBOL COVESI                               |                 |
| PAULO CESAR BOLLANI                     | SAEPRO2020/662  | SIBIPIRUNA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA.      | SAEPRO2020/739  |
| PAULO CESAR BOLLANI                     | SAEPRO2020/662  | SIBIPIRUNA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA.      | SAEPRO2020/739  |
| MARIA ELIZABETH PIMENTA                 | SAEPRO2020/1110 | CARLOS ANTONIO CUNHA SILVA                         | SAEPRO2020/1170 |
| MARIA ELIZABETH PIMENTA                 | SAEPRO2020/1110 | FRANCISCA DAS CHAGAS DA SILVA RODRIGUES            | SAEPRO2020/1170 |
| ELIESER KUM                             |                 | ANTONIO MIGUEL DE SOUZA CHIODELLI                  | SAEPRO2020/1647 |
| ANTONIO BISPO DE OLIVEIRA               | SAEPRO2020/674  | ANTONIO MIGUEL DE SOUZA CHIODELLI                  | SAEPRO2020/1647 |
| JANDIRA MARIA DE OLIVEIRA               | SAEPRO2020/674  | ELZA VERENA DE SOUZA CHIODELLI                     | SAEPRO2020/1647 |
| NEUZA CAMARA DA SILVA                   | SAEPRO2020/1397 | ELZA VERENA DE SOUZA CHIODELLI                     | SAEPRO2020/1647 |
| DOMINGOS DA SILVA                       | SAEPRO2020/1397 | FABIOLA CRISTINA LEITE MACHADO                     | SAEPRO2020/1698 |
| RAFAEL MASSUCATO DE ALMEIDA             |                 | FABIOLA CRISTINA LEITE MACHADO                     | SAEPRO2020/1698 |
| PAULO ROBERTO MION GALLUCCI             | SAEPRO2020/675  | FABIOLA CRISTINA LEITE MACHADO                     | SAEPRO2020/1698 |
| CARLOS ALBERTO MION GALLUCCI            | SAEPRO2020/675  | FABIOLA CRISTINA LEITE MACHADO                     | SAEPRO2020/1698 |
| SILVANA BENTO DO CARMO                  | SAEPRO2020/1104 | FRANCISCO EDISON LEITE MACHADO (USU-FRUTUÁRIO)     | SAEPRO2020/1698 |
| ARQUIMEDES BENTO DO CARMO               | SAEPRO2020/1104 | FRANCISCO EDISON LEITE MACHADO (USU-FRUTUÁRIO)     | SAEPRO2020/1698 |
| CARLOS ALBERTO QUEZADA PASCUAL          |                 | FRANCISCO EDISON LEITE MACHADO (USU-FRUTUÁRIO)     | SAEPRO2020/1698 |
| JOÃO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR          | SAEPRO2020/695  | FRANCISCO EDISON LEITE MACHADO (USU-FRUTUÁRIO)     | SAEPRO2020/1698 |
| JOÃO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR          | SAEPRO2020/695  | FRANCISCO EDISON LEITE MACHADO (USU-FRUTUÁRIO)     | SAEPRO2020/1698 |
| MARCIO FONSECA                          | SAEPRO2020/1636 | MARIA CLAUDETE PERES S. MACHADO (USU-FRUTUÁRIA)    | SAEPRO2020/1698 |
| MARCIO FONSECA                          | SAEPRO2020/1636 | MARIA CLAUDETE PERES S. MACHADO (USU-FRUTUÁRIA)    | SAEPRO2020/1698 |
| MARIANA REGINA ROSSINI FONSECA          | SAEPRO2020/1636 | MARIA CLAUDETE PERES S. MACHADO (USU-FRUTUÁRIA)    | SAEPRO2020/1698 |
| MARIANA REGINA ROSSINI FONSECA          | SAEPRO2020/1636 | MARIA CLAUDETE PERES S. MACHADO (USU-FRUTUÁRIA)    | SAEPRO2020/1698 |
| CARLOS ALBERTO QUEZADA PASCUAL          | SAEPRO2020/1636 | THOMAZ GONZALEZ                                    | SAEPRO2020/1951 |
| CARLOS ALBERTO QUEZADA PASCUAL          | SAEPRO2020/1636 | THOMAZ GONZALEZ                                    | SAEPRO2020/1951 |
| ROSANA CRISTINA DOS SANTOS              |                 | ALICE IZUMI IWAMOTO                                |                 |
| EBENEZER DO PRADO                       | SAEPRO2020/713  | PRENSA JUNDIAI S/A                                 | SAEPRO2020/744  |
| MARIA DE FATIMA SILVEIRA DE OLIVEIRA    | SAEPRO2020/713  | EDILSON CERIONI                                    |                 |
| GABRIEL FERIGATO TOFFOLO                |                 | PRENSA JUNDIAI S/A                                 | SAEPRO2020/744  |
| J.M. BROS PARTICIPAÇÕES S/A             | SAEPRO2020/723  | ELSON OTERO  |                 |
| J.M. BROS PARTICIPAÇÕES S/A             | SAEPRO2020/723  | FABIO GRINZATTI BOLDRINI                           | SAEPRO2020/749  |
| J.M. BROS PARTICIPAÇÕES S/A             | SAEPRO2020/1028 | FABIO GRINZATTI BOLDRINI                           | SAEPRO2020/749  |
| CONDOMÍNIO RESIDENCIAL NOVE DE JULHO 2  | SAEPRO2020/1064 | FABIO GRINZATTI BOLDRINI                           | SAEPRO2020/749  |
| MARCIO LUIZ GOTARDO                     | SAEPRO2020/1529 | FERNANDO GRINZATTI BOLDRINI                        | SAEPRO2020/749  |
| MARCIO LUIZ GOTARDO                     | SAEPRO2020/1529 | FERNANDO GRINZATTI BOLDRINI                        | SAEPRO2020/749  |
| CÉLIA REGINA DA SILVA GOTARDO           | SAEPRO2020/1529 | FERNANDO GRINZATTI BOLDRINI                        | SAEPRO2020/749  |
| CÉLIA REGINA DA SILVA GOTARDO           | SAEPRO2020/1529 | FLAVIA REGINA GRINZATTI BOLDRINI                   | SAEPRO2020/749  |
| AQUILES COSTACURTA SOBRINHO             | SAEPRO2020/1987 | FLAVIA REGINA GRINZATTI BOLDRINI                   | SAEPRO2020/749  |
| CECILIA REDRESSE COSTACURTA             | SAEPRO2020/1987 | FLAVIA REGINA GRINZATTI BOLDRINI                   | SAEPRO2020/749  |
| DOUGLAS FERREIRA                        |                 | PEDRO PAULO TOMAZI                                 | SAEPRO2020/1309 |
| VALDIR DE LUCCI                         | SAEPRO2020/724  | ROSANA SOUZA CORDEIRO TOMAZI                       | SAEPRO2020/1309 |
| VALDIR DE LUCCI                         | SAEPRO2020/724  | MARGARETE GASPERASSO                               | SAEPRO2020/1309 |
| MARCELO ALVES FERREIRA                  | SAEPRO2020/1144 | ROGERIO GASPERASSO                                 | SAEPRO2020/1309 |
| LUCAS SANTOS                            |                 | ELISANGELA GASPERASSO PEREIRA                      | SAEPRO2020/1309 |
| ANDREA MARQUES PEREZ GIUFRIDA           | SAEPRO2020/727  | CARLOS EDUARDO DE CAMPOS PEREIRA                   | SAEPRO2020/1309 |
| ANDREA MARQUES PEREZ GIUFRIDA           | SAEPRO2020/727  | SUELI ANNUNCIATO GASPERASSO                        | SAEPRO2020/1309 |
| ANDREA MARQUES PEREZ GIUFRIDA           | SAEPRO2020/727  | FLAVIA CRISTINA DONOLA GASPERASSO                  | SAEPRO2020/1309 |
| JOSE ELISOMAR DE OLIVEIRA               | SAEPRO2020/1063 | SANDRA MICHELI                                     | SAEPRO2020/1310 |
| JOSE ELISOMAR DE OLIVEIRA               | SAEPRO2020/1063 | TRANSPORTADORA SELOTO LTDA                         | SAEPRO2020/1605 |
| VIVIANE CECATO DE OLIVEIRA              | SAEPRO2020/1063 | TRANSPORTADORA SELOTO LTDA                         | SAEPRO2020/1605 |
| VIVIANE CECATO DE OLIVEIRA              | SAEPRO2020/1063 | JORGE PAULO ZOLIN                                  | SAEPRO2020/1700 |
| ISSAMU HANAW                            | SAEPRO2020/1180 | MAGDA MARIA SANCHES LOPES ZOLIN                    | SAEPRO2020/1700 |
| AMAURI MARCIO DE OLIVEIRA               | SAEPRO2020/1393 | PATRICIA REGINA SIQUEIRA FERREIRA                  |                 |
| AMAURI MARCIO DE OLIVEIRA               | SAEPRO2020/1393 | NELSON CASSALHO                                    | SAEPRO2020/750  |
| MARIA ELIZABETE DOS SANTOS              | SAEPRO2020/1395 | GLADYS APARECIDA MARTINS                           |                 |
| MARIA ELIZABETE DOS SANTOS              | SAEPRO2020/1395 |  |                 |
| JOSE DONIZETE DA SILVA                  | SAEPRO2020/1395 |  |                 |
| JOSE DONIZETE DA SILVA                  | SAEPRO2020/1395 |  |                 |
| VALDIRIO DOS SANTOS                     | SAEPRO2020/1395 |  |                 |
| VALDIRIO DOS SANTOS                     | SAEPRO2020/1395 |  |                 |
| MARCIO SOARES DOS SANTOS                | SAEPRO2020/1579 |  |                 |
| MARCIO SOARES DOS SANTOS                | SAEPRO2020/1579 |  |                 |
| FABIO CODO                              | SAEPRO2020/1579 |  |                 |



**PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE**

|  |                 |                                      |                 |
|--|-----------------|--------------------------------------|-----------------|
| ANA MARIA DE OLIVEIRA PIMENTEL                     | SAEPRO2020/751  | OLGA MARQUES                         | SAEPRO2020/897  |
| ANA MARIA DE OLIVEIRA PIMENTEL                     | SAEPRO2020/751  | RACHEL TREVISAN SAVIETO VALADARES    |                 |
| ANA MARIA DE OLIVEIRA PIMENTEL                     | SAEPRO2020/751  | EDNILSON GESSEFF                     | SAEPRO2020/901  |
| ANA MARIA DE OLIVEIRA PIMENTEL                     | SAEPRO2020/751  | EDNILSON GESSEFF                     | SAEPRO2020/901  |
| LEONARDO ALMEIDA LEITE                             |                 | PATRICIA GOMES GESSEFF               | SAEPRO2020/901  |
| MARIA ANGELA DA ROCHA FERREIRA                     | SAEPRO2020/752  | PATRICIA GOMES GESSEFF               | SAEPRO2020/901  |
| MARIA ANGELA DA ROCHA FERREIRA                     | SAEPRO2020/752  | ALEXANDRE GUSSAROV ZERBATO           | SAEPRO2020/1432 |
| REGINALDO VENDRAMINI                               |                 | ALEXANDRE GUSSAROV ZERBATO           | SAEPRO2020/1432 |
| OLGA TONIN   | SAEPRO2020/758  | JOSÉ LUIZ CORREA                     | SAEPRO2020/1516 |
| FRANCISCO ALVES NETO                               |                 | JOSÉ LUIZ CORREA                     | SAEPRO2020/1516 |
| CDA EMPREEND IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁR | SAEPRO2020/760  | REGINA ALVES CORREA                  | SAEPRO2020/1516 |
| CDA EMPREEND IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁR | SAEPRO2020/760  | REGINA ALVES CORREA                  | SAEPRO2020/1516 |
| GELSON BELLODI                                     |                 | JOSÉ LUIZ CORREA                     | SAEPRO2020/1520 |
| MACIEL COMÉRCIO DE MÁQUINAS E CAMINHÕES LTDA       | SAEPRO2020/814  | JOSÉ LUIZ CORREA                     | SAEPRO2020/1520 |
| MACIEL COMÉRCIO DE MÁQUINAS E CAMINHÕES LTDA       | SAEPRO2020/814  | REINALDO LOURENÇO MATIAS             | SAEPRO2020/1677 |
| PAULO ROBERTO GALVÃO                               | SAEPRO2020/1448 | REINALDO LOURENÇO MATIAS             | SAEPRO2020/1677 |
| CIÇA CAPOBIANCO GALVÃO                             | SAEPRO2020/1448 | DANIEL NAVARRO MATIAS                | SAEPRO2020/1677 |
| MARIAM MOHAMAD TAHA                                | SAEPRO2020/1779 | DANIEL NAVARRO MATIAS                | SAEPRO2020/1677 |
| SALEHEDIM TAHA                                     | SAEPRO2020/1779 | MARIA APARECIDA SOUZA DUARTE         |                 |
| VITOR GUSTAVO COSTA                                |                 | NILTON RONEI ALBIERO                 | SAEPRO2020/903  |
| GABINETE DE LEITURA RUI BARBOSA                    | SAEPRO2020/815  | NILTON RONEI ALBIERO                 | SAEPRO2020/903  |
| ERICK CAMONGE FERRAZ MAZZALI                       |                 | KELLY CRISTINA CARREIRA              |                 |
| DIATECH SERVIÇOS EM PROTEÇÃO AMBIENTAL LTDA        | SAEPRO2020/826  | FERNANDO KENJI KIKUTA                | SAEPRO2020/912  |
| DIATECH SERVIÇOS EM PROTEÇÃO AMBIENTAL LTDA        | SAEPRO2020/826  | GISLAINE APARECIDA ALVES KIKUTA      | SAEPRO2020/912  |
| ROSA CARDOSO FELIX                                 |                 | JOAO LUIZ BENASSI                    |                 |
| PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A.                   | SAEPRO2020/832  | MARIA ELIZABETH PIMENTA E OUTROS     | SAEPRO2020/928  |
| PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A.                   | SAEPRO2020/832  | ANTONINHO MARCHESINI                 | SAEPRO2020/1523 |
| FABIANA CUTARELLO                                  |                 | ALESSANDRA IENNE                     |                 |
| PALADIUM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA                   | SAEPRO2020/861  | MURILO AMATO DAVID                   | SAEPRO2020/934  |
| PALADIUM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA                   | SAEPRO2020/861  | TALITA AMATO DAVID                   | SAEPRO2020/934  |
| ROGERIO OLIVEIRA ORTEGA                            |                 | MARCIO AUGUSTO                       |                 |
| PALADIUM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA                   | SAEPRO2020/861  | MURILO AMATO DAVID                   | SAEPRO2020/934  |
| ALEXANDRE RIBEIRO JULIO                            |                 | TALITA AMATO DAVID                   | SAEPRO2020/934  |
| MICHELE LUIZA LINSMEIER                            | SAEPRO2020/869  | WELBER RICARDO PICOLLO               |                 |
| MICHELE LUIZA LINSMEIER                            | SAEPRO2020/869  | FRANCISCO ANDRE DE OLIVEIRA          | SAEPRO2020/948  |
| ISRAEL ALVES DOS SANTOS                            | SAEPRO2020/869  | FRANCISCO NANNIN                     | SAEPRO2020/1706 |
| ISRAEL ALVES DOS SANTOS                            | SAEPRO2020/869  | FRANCISCO NANNIN                     | SAEPRO2020/1706 |
| ERICK ARAUJO CANCIAN                               | SAEPRO2020/1320 | CARLOS RODRIGUES DA SILVA            | SAEPRO2020/1881 |
| LAURA DE PAULA OLIVEIRA CANCIAN                    | SAEPRO2020/1320 | CARLOS RODRIGUES DA SILVA            | SAEPRO2020/1881 |
| ANTONINHO MARCHESINI                               | SAEPRO2020/1523 | CAIO PELISSON CENEVIVA               |                 |
| LEONARDO VANNUCCI                                  | SAEPRO2020/1717 | LUIZ AUGUSTO TAVARES PERES           | SAEPRO2020/956  |
| JULIANA SACRAMONE VANNUCCI                         | SAEPRO2020/1717 | LUIZ AUGUSTO TAVARES PERES           | SAEPRO2020/956  |
| DANILO DE BRITO SANTOS                             |                 | SERGIO ANTONIO GONZALEZ              |                 |
| ORLANDO PEREIRA DE MATOS                           | SAEPRO2020/889  | PALAS ADMINSTRACÃO DE BENS S/A       | SAEPRO2020/959  |
| ORLANDO PEREIRA DE MATOS                           | SAEPRO2020/889  | PALAS ADMINSTRACÃO DE BENS S/A       | SAEPRO2020/959  |
| MARIA JOSÉ RAMOS                                   | SAEPRO2020/889  | LOURENÇO TEIXEIRA LIGABO             | SAEPRO2020/959  |
| MARIA JOSÉ RAMOS                                   | SAEPRO2020/889  | LOURENÇO TEIXEIRA LIGABO             | SAEPRO2020/959  |
| ELIAS ROSA   | SAEPRO2020/1593 | LOURENÇO TEIXEIRA LIGABO             | SAEPRO2020/959  |
| ELIAS ROSA   | SAEPRO2020/1593 | GIOVANNA DE SANCTIS CALLEGARI LIGABO | SAEPRO2020/959  |
| JADER FRANK BRITTO DA SILVA                        |                 | GIOVANNA DE SANCTIS CALLEGARI LIGABO | SAEPRO2020/959  |
| ELLEN KNEBL RODRIGUES                              | SAEPRO2020/893  | LOURENÇO TEIXEIRA LIGABO             | SAEPRO2020/1786 |
| ELLEN KNEBL RODRIGUES                              | SAEPRO2020/893  | LOURENÇO TEIXEIRA LIGABO             | SAEPRO2020/1786 |
| ELLEN KNEBL RODRIGUES                              | SAEPRO2020/893  | GIOVANNA DE SANCTIS CALLEGARI LIGABO | SAEPRO2020/1786 |
| LYANA KNEBL RODRIGUES PUOSSO                       | SAEPRO2020/893  | GIOVANNA DE SANCTIS CALLEGARI LIGABO | SAEPRO2020/1786 |
| LYANA KNEBL RODRIGUES PUOSSO                       | SAEPRO2020/893  | STÉPHANY GALLO PRADO                 |                 |
| LYANA KNEBL RODRIGUES PUOSSO                       | SAEPRO2020/893  | RICARDO CUONO                        | SAEPRO2020/965  |
| ERYKA KNEBL RODRIGUES MORENZA PEREZ                | SAEPRO2020/893  | RICARDO CUONO                        | SAEPRO2020/965  |
| ERYKA KNEBL RODRIGUES MORENZA PEREZ                | SAEPRO2020/893  | RAQUEL DE OLIVEIRA LOPES             | SAEPRO2020/1460 |
| ERYKA KNEBL RODRIGUES MORENZA PEREZ                | SAEPRO2020/893  | RAQUEL DE OLIVEIRA LOPES             | SAEPRO2020/1460 |
| MATHILDE KNEBL RODRIGUES                           | SAEPRO2020/893  | RAQUEL DE OLIVEIRA LOPES             | SAEPRO2020/1460 |
| MATHILDE KNEBL RODRIGUES                           | SAEPRO2020/893  | BRUNA DE OLIVEIRA LOPES              | SAEPRO2020/1460 |
| MATHILDE KNEBL RODRIGUES                           | SAEPRO2020/893  | BRUNA DE OLIVEIRA LOPES              | SAEPRO2020/1460 |
| ILDA MARINA PICOLI BAGNE                           | SAEPRO2020/1204 | BRUNA DE OLIVEIRA LOPES              | SAEPRO2020/1460 |
| ILDA MARINA PICOLI BAGNE                           | SAEPRO2020/1204 | UIRAPURU COUNTRY CLUB                | SAEPRO2020/1949 |
| ILDA MARINA PICOLI BAGNE                           | SAEPRO2020/1204 | UIRAPURU COUNTRY CLUB                | SAEPRO2020/1949 |
| MARCIO ANTONIO BAGNE JÚNIOR                        | SAEPRO2020/1204 | FÁBIO MORAES DE OLIVEIRA             |                 |
| MARCIO ANTONIO BAGNE JÚNIOR                        | SAEPRO2020/1204 | JEFFERSON WILLIAM CERATTI IGNACIO E  | SAEPRO2020/974  |
| MARCIO ANTONIO BAGNE JÚNIOR                        | SAEPRO2020/1204 | KÁTIA MONTEIRO                       |                 |
| JULIANA BAGNE                                      | SAEPRO2020/1204 | KELLY CRISTINA DELAZZARI SPONTON     | SAEPRO2020/1402 |
| JULIANA BAGNE                                      | SAEPRO2020/1204 | KELLY CRISTINA DELAZZARI SPONTON     | SAEPRO2020/1402 |
| JULIANA BAGNE                                      | SAEPRO2020/1204 | GUSTAVO ANTONIO ZANFOLLIM            | SAEPRO2020/1575 |
| TIAGO BAGNE  | SAEPRO2020/1204 | GUSTAVO ANTONIO ZANFOLLIM            | SAEPRO2020/1575 |
| TIAGO BAGNE  | SAEPRO2020/1204 | RAFAEL ALVES MOREIRA                 | SAEPRO2020/1883 |
| TIAGO BAGNE  | SAEPRO2020/1204 | JANAINA ANDRADE MOREIRA              | SAEPRO2020/1883 |
| LEONARDO BAGNE                                     | SAEPRO2020/1204 | KELLY CRISTINA DELAZZARI SPONTON     | SAEPRO2020/2011 |
| LEONARDO BAGNE                                     | SAEPRO2020/1204 | SIDNEI MATA DE SOUZA                 |                 |
| LEONARDO BAGNE                                     | SAEPRO2020/1204 | JEFFERSON WILLIAM CERATTI IGNACIO E  | SAEPRO2020/974  |
| SANDRA PINHEIRO DA SILVA                           |                 | KÁTIA MONTEIRO                       |                 |
|  |                 | LMB PARTICIPAÇÕES E IMOVEIS LTDA     | SAEPRO2020/1107 |
|  |                 | RAFAEL ALVES MOREIRA                 | SAEPRO2020/1883 |
|  |                 | JANAINA ANDRADE MOREIRA              | SAEPRO2020/1883 |
|  |                 | ROBERVAL GUITARRARI                  |                 |
|  |                 | MARCOS HARUO TOMINAGA OISHI          | SAEPRO2020/979  |
|  |                 | MONICA PASSONI PELEGRINI             |                 |
|  |                 | DANIVAL RODRIGUES GODINHO            | SAEPRO2020/1006 |
|  |                 | CAROLYNE SOARES BERTOLDO GODINHO     | SAEPRO2020/1006 |



## PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

|  |                 |   |                 |
|--|-----------------|---|-----------------|
| JOSUE VIEIRA DE SOUZA                              |                 | ST5 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA     | SAEPRO2020/1526 |
| ALTAIR ALBERTO SIANGA                              | SAEPRO2020/1016 | MARINA ALVES RAMOS                            |                 |
| ALTAIR ALBERTO SIANGA                              | SAEPRO2020/1016 | EDUARDO TIMPONI                               | SAEPRO2020/1155 |
| H Z ENGENHARIA LTDA                                |                 | EDUARDO TIMPONI                               | SAEPRO2020/1155 |
| LEDA GUILHERMINA COUTINHO                          | SAEPRO2020/1017 | LEONARDO GOMES PASTRI                         |                 |
| RENAN CONTARIN DA SILVA                            |                 | FLÁVIO RODRIGO DE SIQUEIRA                    | SAEPRO2020/1160 |
| JOSÉ RICARDO DE ALMEIDA JÚNIOR                     | SAEPRO2020/1041 | FLÁVIO RODRIGO DE SIQUEIRA                    | SAEPRO2020/1160 |
| JOSÉ RICARDO DE ALMEIDA JÚNIOR                     | SAEPRO2020/1041 | PATRICIA MINARDI DE LUCIO                     | SAEPRO2020/1160 |
| RADAMEST CORRADINI JUNIOR                          |                 | PATRICIA MINARDI DE LUCIO                     | SAEPRO2020/1160 |
| NOÉ DE TOLEDO                                      | SAEPRO2020/1044 | ANTONIO BAPTISTA DOS SANTOS FILHO             | SAEPRO2020/1370 |
| MARIA DE TOLEDO                                    | SAEPRO2020/1044 | ANTONIO BAPTISTA DOS SANTOS FILHO             | SAEPRO2020/1370 |
| OSVALDO LEITE DE OLIVEIRA                          |                 | GLAUCIA MARIANO DOS SANTOS                    | SAEPRO2020/1370 |
| ZORAIDE BIAGI FERREIRA                             | SAEPRO2020/1049 | GLAUCIA MARIANO DOS SANTOS                    | SAEPRO2020/1370 |
| ZORAIDE BIAGI FERREIRA                             | SAEPRO2020/1049 | JÉSSICA CAMPANHOLO ALVES                      | SAEPRO2020/1382 |
| SAMUEL PLACIDINO JO                                |                 | JÉSSICA CAMPANHOLO ALVES                      | SAEPRO2020/1382 |
| MÁRIO PICCHI JUNIOR NETO                           | SAEPRO2020/1055 | ALEX FERREIRA ALVES                           | SAEPRO2020/1382 |
| MÁRIO PICCHI JUNIOR NETO                           | SAEPRO2020/1055 | ALEX FERREIRA ALVES                           | SAEPRO2020/1382 |
| ERASMO RAMOS CHAVES JR                             | SAEPRO2020/1055 | GLAUCIO APARECIDO MARTHO                      |                 |
| ERASMO RAMOS CHAVES JR                             | SAEPRO2020/1055 | ANTONIO CARLOS MARQUES                        | SAEPRO2020/1162 |
| WIFAMMA EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO  | SAEPRO2020/1743 | ELIANE MARIA DAVINI MARQUES                   | SAEPRO2020/1162 |
| WIFAMMA EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO  | SAEPRO2020/1743 | ANTONIO CARLOS MARQUES                        | SAEPRO2020/1553 |
| ABDIEL CUSTODIO DOS SANTOS                         |                 | ANTONIO CARLOS MARQUES                        | SAEPRO2020/1553 |
| HEIDE ROSSI  | SAEPRO2020/1067 | ELIANA MARIA DAVINI MARQUES                   | SAEPRO2020/1553 |
| HEIDE ROSSI  | SAEPRO2020/1067 | SUELY AUGUSTA CABIACHA CAVENAGHI ARGENTIN     | SAEPRO2020/1762 |
| GUILHERME ROSSI                                    | SAEPRO2020/1067 | SUELY AUGUSTA CABIACHA CAVENAGHI ARGENTIN     | SAEPRO2020/1762 |
| GUILHERME ROSSI                                    | SAEPRO2020/1067 | RUI CAVENAGHI ARGENTIN                        | SAEPRO2020/1762 |
| DANIEL NANI  |                 | RUI CAVENAGHI ARGENTIN                        | SAEPRO2020/1762 |
| ROSANGELA MARIA HERNANDEZ GOBBO                    | SAEPRO2020/1076 | MARIO ROBERTO FALCADE                         |                 |
| PEDRO GOBBO  | SAEPRO2020/1076 | SONIA REGINA SIGOLI CRUZ                      | SAEPRO2020/1163 |
| ROSANGELA MARIA HERNANDEZ GOBBO                    | SAEPRO2020/1473 | THALES GASSER FORTI                           |                 |
| ROSANGELA MARIA HERNANDEZ GOBBO                    | SAEPRO2020/1473 | THALES GASSER FORTI                           | SAEPRO2020/1164 |
| PEDRO GOBBO  | SAEPRO2020/1473 | BRENDA NAYARA DA SILVA                        | SAEPRO2020/2065 |
| PEDRO GOBBO  | SAEPRO2020/1473 | BRENDA NAYARA DA SILVA                        | SAEPRO2020/2065 |
| RAFAEL DE GOIS MACIEL                              |                 | JOAQUIM ALVES RIBEIRO JUNIOR                  |                 |
| ANDRE CIMERIO                                      | SAEPRO2020/1101 | ELSIO CUSTODIO JORGE                          | SAEPRO2020/1167 |
| ANDRE CIMERIO                                      | SAEPRO2020/1101 | ELSIO CUSTODIO JORGE                          | SAEPRO2020/1167 |
| ANA PAULA VETTORI                                  |                 | MATHEUS FABIANO MARINI                        |                 |
| LMB PARTICIPAÇÕES E IMOVEIS LTDA                   | SAEPRO2020/1107 | IVAN RICARDO MARTINI                          | SAEPRO2020/1174 |
| ANDRE LORIA  |                 | ALLAN DA SILVA PONTELLI                       |                 |
| KARINA FERNANDES                                   | SAEPRO2020/1112 | ROGERIO DONIZETI DA SILVA                     | SAEPRO2020/1178 |
| LUCIANO NICOLIA SACRAMENTO                         | SAEPRO2020/1112 | ROGERIO DONIZETI DA SILVA                     | SAEPRO2020/1178 |
| LUCAS ALMEIDA PADOVANI                             |                 | RAFAEL ZOMIGNAN                               | SAEPRO2020/1178 |
| KARINA FERNANDES                                   | SAEPRO2020/1112 | RAFAEL ZOMIGNAN                               | SAEPRO2020/1178 |
| LUCIANO NICOLIA SACRAMENTO                         | SAEPRO2020/1112 | MARIA THEREZA CARVALHO MOREIRA                |                 |
| NICOLA NAVARRO                                     | SAEPRO2020/1621 | AMBEV BRASIL BEBIDAS LTDA                     | SAEPRO2020/1182 |
| NICOLA NAVARRO                                     | SAEPRO2020/1621 | EDISON ANTONIO BARTIPAIA                      |                 |
| CLÁUDIA MEDINA BRAGA NAVARRO                       | SAEPRO2020/1621 | JOSÉ APARECIDO DE ALMEIDA                     | SAEPRO2020/1183 |
| CLÁUDIA MEDINA BRAGA NAVARRO                       | SAEPRO2020/1621 | JOSÉ APARECIDO DE ALMEIDA                     | SAEPRO2020/1183 |
| DIEGO WESLEY SIMONETTE                             |                 | DAVID RAIMUNDO DA SILVA                       | SAEPRO2020/1231 |
| IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR                   | SAEPRO2020/1117 | DAVID RAIMUNDO DA SILVA                       | SAEPRO2020/1231 |
| IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR                   | SAEPRO2020/1117 | MARIA VALDENICE CARDOSO DA SILVA              | SAEPRO2020/1231 |
| IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR                   | SAEPRO2020/1117 | MARIA VALDENICE CARDOSO DA SILVA              | SAEPRO2020/1231 |
| TESTE 123  | SAEPRO2020/1117 | CHAIN ENGENHARIA E PROJETOS LTDA              |                 |
| TESTE 123  | SAEPRO2020/1117 | AMAR ADMINISTRADORA DE BENS PRÓPRIOS LTDA EPP | SAEPRO2020/1184 |
| TESTE 123  | SAEPRO2020/1117 | AMAR ADIMINSTRADOTA DE BENS PRÓPRIOS LTDA EPP | SAEPRO2020/1744 |
| VITOR JOSE TELES                                   |                 | AMAR ADIMINSTRADOTA DE BENS PRÓPRIOS LTDA EPP | SAEPRO2020/1744 |
| MILTON JOSE DE MARCHI                              | SAEPRO2020/1118 | MLM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPLTDA            | SAEPRO2020/1874 |
| SAKAE HASEGAWA                                     | SAEPRO2020/1504 | PEDRO GERALDO MATIAS FILHO                    |                 |
| WAGNER RODRIGO CHELLI                              |                 | MAVIAEL GOMES DA SILVA                        | SAEPRO2020/1185 |
| ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SOCIEDADE MERCANTIL B | SAEPRO2020/1120 | MAVIAEL GOMES DA SILVA                        | SAEPRO2020/1185 |
| ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SOCIEDADE MERCANTIL B | SAEPRO2020/1120 | ALEX SOARES DA SILVA                          |                 |
| SILVANA ROSELI VENTRICE JAMPIETRO E OUTROS         | SAEPRO2020/1148 | MARCELO VENDRAMIN                             | SAEPRO2020/1189 |
| PAULO EDUARDO SORIO                                |                 | MARCELO VENDRAMIN                             | SAEPRO2020/1189 |
| VERTIC EMPILHADEIRAS EIRELI ME                     | SAEPRO2020/1127 | JULIANA RODRIGUES KONDRAT                     |                 |
| VERTIC EMPILHADEIRAS EIRELI ME                     | SAEPRO2020/1127 | SAULO CARO MACHADO DA SILVEIRA                | SAEPRO2020/1190 |
| KRONAN TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA         | SAEPRO2020/1733 | WELLINGTON LUIS DE OLIVEIRA                   |                 |
| KRONAN TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA         | SAEPRO2020/1733 | NILTON CESAR PIRES                            | SAEPRO2020/1192 |
| GYLMAR DE PADUA BERVERTE                           |                 | NILTON CESAR PIRES                            | SAEPRO2020/1192 |
| EDISON LUIZ BARONI                                 | SAEPRO2020/1133 | YEUNG CHAN YING                               | SAEPRO2020/1329 |
| EDISON LUIZ BARONI                                 | SAEPRO2020/1133 | YEUNG CHAN YING                               | SAEPRO2020/1329 |
| EDISON LUIZ BARONI                                 | SAEPRO2020/1133 | LORENA ALVES MOREIRA CAMPOS                   |                 |
| MARCIA REGINA LAMAS                                | SAEPRO2020/1133 | ALAN PERINI                                   | SAEPRO2020/1193 |
| MARCIA REGINA LAMAS                                | SAEPRO2020/1133 | ALAN PERINI                                   | SAEPRO2020/1368 |
| MARCIA REGINA LAMAS                                | SAEPRO2020/1133 | ALAN PERINI                                   | SAEPRO2020/1368 |
| BLUE LAKE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA    | SAEPRO2020/1526 | GABRIELA HASSUM PERINI                        | SAEPRO2020/1368 |
|  |                 | GABRIELA HASSUM PERINI                        | SAEPRO2020/1368 |
|  |                 | GILBERTO ARAUJO SANTOS                        | SAEPRO2020/1472 |





## PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

|   |                 |  |                 |
|---|-----------------|--|-----------------|
| ROSANA SIMÕES SANTOS                            | SAEPRO2020/1472 | WALTER TRINDADE VAZ                                |                 |
| INGRID GUIO                                     |                 | ROBERTO PEREIRA DE SOUZA                           | SAEPRO2020/1280 |
| ANTONIO CORREA SENE                             | SAEPRO2020/1196 | ROBERTO PEREIRA DE SOUZA                           | SAEPRO2020/1280 |
| APARECIDA RAQUEL PISSINATO SENE                 | SAEPRO2020/1196 | EMCCAMP RESIDENCIAL S/A                            |                 |
| AMARILDO SIDRÃO DA ROCHA                        | SAEPRO2020/2029 | EMCCAMP RESIDENCIAL S/A                            | SAEPRO2020/1282 |
| CARLA ROSA ROCHA                                | SAEPRO2020/2029 | EMCCAMP RESIDENCIAL S/A                            | SAEPRO2020/1282 |
| IVANI LUIZA BARDI                               | SAEPRO2020/2049 | ALDEMIR ALBERTO ANGIOLETTI                         |                 |
| JONAS MOITAL DA SILVA                           |                 | DIEGO CARLOS PICCOLI                               | SAEPRO2020/1297 |
| FERNANDO TADEI                                  | SAEPRO2020/1207 | DIEGO CARLOS PICCOLI                               | SAEPRO2020/1297 |
| FERNANDO TADEI                                  | SAEPRO2020/1207 | PAULO RUBENS BARBOSA COPPINI                       |                 |
| MAGDA AREIAS DA SILVEIRA TADEI                  | SAEPRO2020/1207 | MAURICIO FLAVIO                                    | SAEPRO2020/1311 |
| MAGDA AREIAS DA SILVEIRA TADEI                  | SAEPRO2020/1207 | JOSE ROBERTO FEITOZA DE LIMA                       | SAEPRO2020/1311 |
| LURDES DE JESUS FALAVINI                        |                 | NILO ALVARES NOGUEIRA JUNIOR                       |                 |
| MICHEL AZEVEDO PIZOL                            | SAEPRO2020/1224 | ANTONIO GUARATINI                                  | SAEPRO2020/1315 |
| SONIA DE AZEVEDO PINTO PIZOL                    | SAEPRO2020/1224 | ANTONIO GUARATINI                                  | SAEPRO2020/1315 |
| LUIZ SERGIO SOARES TOMASINI                     |                 | ANTONIO GUARATINI                                  | SAEPRO2020/1387 |
| ERODIADE MARIA BENETTI RODRIGUES E OUTROS       | SAEPRO2020/1236 | EMANUEL LORENÇON                                   |                 |
| DANIELA BENETTI FERRARI                         | SAEPRO2020/1236 | ERICK ARAUJO CANCIAN                               | SAEPRO2020/1320 |
| NEI DANILO BENETTI JUNIOR                       | SAEPRO2020/1236 | LAURA DE PAULA OLIVEIRA CANCIAN                    | SAEPRO2020/1320 |
| ERODIADE MARIA BENETTI RODRIGUES                | SAEPRO2020/1656 | LEONARDO VANNUCCI                                  | SAEPRO2020/1717 |
| DANIELA BENETTI FERRARI                         | SAEPRO2020/1656 | JULIANA SACRAMONE VANNUCCI                         | SAEPRO2020/1717 |
| NEI DANILO BENETTI JUNIOR                       | SAEPRO2020/1656 | REYMOND KADI JUNIOR                                | SAEPRO2020/1747 |
| FÁBIO GUIMARÃES PEREZ                           |                 | ANDREA CRISTINA SILVA KADI                         | SAEPRO2020/1747 |
| ERODIADE MARIA BENETTI RODRIGUES E OUTROS       | SAEPRO2020/1236 | ALCANTARA MARCONDES EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÃO | SAEPRO2020/1488 |
| DANIELA BENETTI FERRARI                         | SAEPRO2020/1236 | FORMA ARQUITETURA E URBANISMO LTDA                 |                 |
| NEI DANILO BENETTI JUNIOR                       | SAEPRO2020/1236 | CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.               | SAEPRO2020/1323 |
| ERODIADE MARIA BENETTI RODRIGUES                | SAEPRO2020/1544 | VANESSA CRISTINA RIBEIRO                           | SAEPRO2020/1323 |
| ERODIADE MARIA BENETTI RODRIGUES                | SAEPRO2020/1544 | CARLOS ALBERTO MION GALUCCI                        | SAEPRO2020/1808 |
| DANIELA BENETTI FERRARI                         | SAEPRO2020/1544 | CARLOS ALBERTO MION GALUCCI                        | SAEPRO2020/1808 |
| DANIELA BENETTI FERRARI                         | SAEPRO2020/1544 | PAULO ROBERTO MION GALUCCI                         | SAEPRO2020/1808 |
| NEI DANILO BENETTI JUNIOR                       | SAEPRO2020/1544 | PAULO ROBERTO MION GALUCCI                         | SAEPRO2020/1808 |
| NEI DANILO BENETTI JUNIOR                       | SAEPRO2020/1544 | LARISSA CRISTINA DUARTE BARBOSA                    |                 |
| ERODIADE MARIA BENETTI RODRIGUES                | SAEPRO2020/1656 | PEDRO FERNANDO DE QUEIROZ FRAGA                    | SAEPRO2020/1331 |
| ERODIADE MARIA BENETTI RODRIGUES                | SAEPRO2020/1656 | PEDRO FERNANDO DE QUEIROZ FRAGA                    | SAEPRO2020/1331 |
| DANIELA BENETTI FERRARI                         | SAEPRO2020/1656 | CINTIA DE CASSIA GUERRA FRAGA                      | SAEPRO2020/1331 |
| DANIELA BENETTI FERRARI                         | SAEPRO2020/1656 | CINTIA DE CASSIA GUERRA FRAGA                      | SAEPRO2020/1331 |
| NEI DANILO BENETTI JUNIOR                       | SAEPRO2020/1656 | BÁRBARA CASTRO LEPORE                              |                 |
| NEI DANILO BENETTI JUNIOR                       | SAEPRO2020/1656 | SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE  | SAEPRO2020/1334 |
| PASCOAL ROMANO                                  |                 | SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE  | SAEPRO2020/1334 |
| PAULO HENRIQUE VAGIONI TEGA                     | SAEPRO2020/1239 | CLAYDE REGINA DE OLIVEIRA SANTOS                   | SAEPRO2020/1505 |
| FRANCISCO CARVALHO DE ABREU                     | SAEPRO2020/1239 | CARLOS APARECIDO CORREIA DE MELLO                  |                 |
| JESUS APARECIDO AMADEU                          | SAEPRO2020/1399 | CARLOS APARECIDO CORREIA DE MELO                   | SAEPRO2020/1336 |
| JESUS APARECIDO AMADEU                          | SAEPRO2020/1399 | CARLOS APARECIDO CORREIA DE MELO                   | SAEPRO2020/1336 |
| MARCO ANTONIO SECCO                             | SAEPRO2020/1498 | LIRIAM ZANATA MONTEIRO RAMOS                       |                 |
| MARCOS JOSÉ LOURENÇO DOS SANTOS                 | SAEPRO2020/1569 | MÁRCIA APARECIDA MONTEIRO DOS SANTOS               | SAEPRO2020/1345 |
| MARCOS JOSÉ LOURENÇO DOS SANTOS                 | SAEPRO2020/1569 | MÁRCIA APARECIDA MONTEIRO DOS SANTOS               | SAEPRO2020/1345 |
| PAULO FORNASARI                                 | SAEPRO2020/1812 | ANTONIO CARLOS TEODORO                             |                 |
| PAULO FORNASARI                                 | SAEPRO2020/1812 | MARCELO BEZERRA DA SILVA                           | SAEPRO2020/1358 |
| ELIDE SUZI SCOLFARO FAVA                        | SAEPRO2020/1812 | MARILIA POTENTE SANTOS                             |                 |
| ELIDE SUZI SCOLFARO FAVA                        | SAEPRO2020/1812 | MURILO DORO  | SAEPRO2020/1376 |
| MARCOS FORNASARI                                | SAEPRO2020/1812 | TIAGO FERREIRA LISBOA                              |                 |
| MARCOS FORNASARI                                | SAEPRO2020/1812 | MURILO DORO  | SAEPRO2020/1376 |
| MARCELO FORNASARI                               | SAEPRO2020/1812 | LARRY ANICETO NETO                                 |                 |
| MARCELO FORNASARI                               | SAEPRO2020/1812 | LARRY ANICETO NETO                                 | SAEPRO2020/1388 |
| ANTONIO CARLOS CUNHA MELLO RODRIGUES            |                 | LARRY ANICETO NETO                                 | SAEPRO2020/1388 |
| CADEMA ADM. DE BENS PRÓPRIOS E PART. LTDA       | SAEPRO2020/1247 | LAIS FERNANDA SOTO SILVA                           | SAEPRO2020/1388 |
| CADEMA ADM. DE BENS PRÓPRIOS E PART. LTDA       | SAEPRO2020/1430 | LAIS FERNANDA SOTO SILVA                           | SAEPRO2020/1388 |
| VINICIUS CARDELLA DARCCIN                       |                 | ITAMAR HENRIQUE DA SILVA SANTOS                    |                 |
| CADEMA ADM. DE BENS PRÓPRIOS E PART. LTDA       | SAEPRO2020/1247 | ADELIA ZANETTI DA SILVA                            | SAEPRO2020/1390 |
| CADEMA ADM. DE BENS PRÓPRIOS E PART. LTDA       | SAEPRO2020/1430 | FLAVIA TARALO MARTINI                              |                 |
| DIEGO ROBERTO RODRIGUES SOARES                  |                 | RICARDO TARALO                                     | SAEPRO2020/1391 |
| MARCIA CIUCCI NETO ALVES DOS SANTOS             | SAEPRO2020/1253 | RICARDO TARALO                                     | SAEPRO2020/1391 |
| MARCIA CIUCCI NETO ALVES DOS SANTOS             | SAEPRO2020/1253 | PAULO SERGIO DA SILVA                              |                 |
| LIA MARA RODRIGUES FILIPPI                      | SAEPRO2020/1470 | ZEFERINO ALVES DE SOUZA NETO                       | SAEPRO2020/1396 |
| ROGER KRIEGLER                                  |                 | MARILENE OLIVEIRA SOUSA ALVES                      | SAEPRO2020/1396 |
| SANTA TERESA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA | SAEPRO2020/1256 | EDIVALDO FRANCISCO DE SOUZA                        | SAEPRO2020/1396 |
| RENATO PATRICK SILVA COELHO                     |                 | ANA CLEIDE DA SILVA SOUZA                          | SAEPRO2020/1396 |
| RODRIGO SOARES DA CUNHA                         | SAEPRO2020/1257 | CLAUDINEI LOPES                                    | SAEPRO2020/1396 |
| RODRIGO SOARES DA CUNHA                         | SAEPRO2020/1257 | ZILDA VIEIRA LOPES                                 | SAEPRO2020/1396 |
| MOISES LUIZ LOURENCO                            |                 | MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A                 |                 |
| CARLOS EDUARDO DE LIMA APOLINARIO               | SAEPRO2020/1259 | HIDROCOLON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA       | SAEPRO2020/1404 |
| CARLOS EDUARDO DE LIMA APOLINARIO               | SAEPRO2020/1259 | BRUNA MARQUES CASTALDO                             |                 |
| CLAUDIA REGINA CABRAL APOLINARIO                | SAEPRO2020/1259 | RDM CASA DE REPOUSO LTDA ME                        | SAEPRO2020/1413 |
| CLAUDIA REGINA CABRAL APOLINARIO                | SAEPRO2020/1259 | RDM CASA DE REPOUSO LTDA ME                        | SAEPRO2020/1413 |
| SERGIO DO AMARAL                                |                 | DIREI FLORENCIO                                    |                 |
| RODRIGO ALESSANDRO RODRIGUES                    | SAEPRO2020/1265 | GERSON FIORESE                                     | SAEPRO2020/1418 |
| RODRIGO ALESSANDRO RODRIGUES                    | SAEPRO2020/1265 | JACKSON BASTOS DE ABREU                            |                 |





## PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

|  |                 |
|--|-----------------|
| VIBE AÇAÍ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI | SAEPRO2020/1421 |
| ANDRÉ LUIS PEIXOTO NASTARO                         |                 |
| JOSE DIAS FERREIRA NETO                            | SAEPRO2020/1424 |
| MONIQUE CÁCERES                                    |                 |
| MARIA SHYRLEI FERRIGATTI CREMONESI                 | SAEPRO2020/1452 |
| JACQUELINE LIMA                                    |                 |
| JOÃO PAULO SOARES                                  | SAEPRO2020/1457 |
| JOÃO BATISTA DA SILVA FILHO                        | SAEPRO2020/1461 |
| JOÃO BATISTA DA SILVA FILHO                        | SAEPRO2020/1461 |
| JOÃO BATISTA DA SILVA FILHO                        | SAEPRO2020/1871 |
| ANGELA MARIA ZANATTA DA SILVA                      | SAEPRO2020/1871 |
| LEANDRO DE ARAÚJO ATÍLIO                           |                 |
| EDSON RIBEIRO GALVÃO                               | SAEPRO2020/1471 |
| EDSON RIBEIRO GALVÃO                               | SAEPRO2020/1471 |
| RM ARQUITETURA E CONSULTORIA LTDA.                 |                 |
| COLEGIO DOMUS TEEN ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL E | SAEPRO2020/1474 |
| RS CONSULTORIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES EIREL | SAEPRO2020/1780 |
| RS CONSULTORIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES EIREL | SAEPRO2020/1780 |
| OPRA ARQUITETURA E URBANISMO LTDA                  |                 |
| PAULO CESAR CIENI                                  | SAEPRO2020/1487 |
| JACIRA BERTOLIN                                    | SAEPRO2020/1487 |
| GENNARO PACE                                       |                 |
| ANDRADE & LATORRE PARTICIPAÇÕES S/A                | SAEPRO2020/1496 |
| ANDRADE & LATORRE PARTICIPAÇÕES S/A                | SAEPRO2020/1496 |
| LUIS PAULO ROCHA                                   |                 |
| ANDRADE & LATORRE PARTICIPAÇÕES S/A                | SAEPRO2020/1496 |
| BIANCA LOPES DE OLIVEIRA                           |                 |
| CHUEN YUH COLIN CHAO (ESPÓLIO)                     | SAEPRO2020/1511 |
| CHUEN YUH COLIN CHAO (ESPÓLIO)                     | SAEPRO2020/1511 |
| MARCIA APARECIDA CAMARGO DOS SANTOS                | SAEPRO2020/1737 |
| MARCIA APARECIDA CAMARGO DOS SANTOS                | SAEPRO2020/1737 |
| MARCIA APARECIDA CAMARGO DOS SANTOS                | SAEPRO2020/1737 |
| ADERVAL BELO DOS SANTOS DE OLIVEIRA                |                 |
| AMARILDO CASSIANO                                  | SAEPRO2020/1518 |
| GERALDO RODRIGUES DE BRITO                         | SAEPRO2020/1518 |
| MARIA JOSE DA SILVA BRITO                          | SAEPRO2020/1518 |
| EDUARDO GIUSTI                                     |                 |
| APARECIDO MARTINS FERREIRA                         | SAEPRO2020/1528 |
| APARECIDO MARTINS FERREIRA                         | SAEPRO2020/1528 |
| ALESSANDRA DE PAULA BONFIN                         | SAEPRO2020/1528 |
| ALESSANDRA DE PAULA BONFIN                         | SAEPRO2020/1528 |
| MARIANA ANGÉLICA SILVA DE CARVALHO                 |                 |
| LOURIVAL MOREIRA DA SILVA                          | SAEPRO2020/1530 |
| MAGALI BATISTA DE OLIVEIRA                         | SAEPRO2020/1530 |
| ANA PAULA DA SILVA RODRIGUES                       |                 |
| FERNANDO MAGALHÃES                                 | SAEPRO2020/1534 |
| HELOISA GALDI                                      |                 |
| JOSE NORBERTO SEGRI                                | SAEPRO2020/1535 |
| PATRICIA MARIA VENÂNCIO DEMARCHI                   |                 |
| CBC INDUSTRIAS PESADAS S A                         | SAEPRO2020/1537 |
| CBC INDUSTRIAS PESADAS S A                         | SAEPRO2020/1537 |
| JOSÉ HELDER DA SILVA                               |                 |
| OTAIDES SOARES ANDRADE                             | SAEPRO2020/1546 |
| ISAAC ALVES JUNIOR                                 |                 |
| EUGÊNIO AUGUSTO MARIETTI                           | SAEPRO2020/1557 |
| EUGÊNIO AUGUSTO MARIETTI                           | SAEPRO2020/1557 |
| PATRICIA CRISTINA C. ALMEIDA MARIETTI              | SAEPRO2020/1557 |
| PATRICIA CRISTINA C. ALMEIDA MARIETTI              | SAEPRO2020/1557 |
| KELLY MORAIS BARBEIRA FLORESTE                     |                 |
| LEANDRO HENRIQUE PINTO BELDI                       | SAEPRO2020/1559 |
| LEANDRO HENRIQUE PINTO BELDI                       | SAEPRO2020/1559 |
| FERNANDA BULGARELI BELDI                           | SAEPRO2020/1559 |
| FERNANDA BULGARELI BELDI                           | SAEPRO2020/1559 |
| JULIANA GUIMARAES CARDOSO                          |                 |
| VAGNER LUIS AGUIAR BARBOSA                         | SAEPRO2020/1561 |
| VAGNER LUIS AGUIAR BARBOSA                         | SAEPRO2020/1561 |
| CELESTE DE FATIMA DOS SANTOS AGUIAR                | SAEPRO2020/1561 |
| CELESTE DE FATIMA DOS SANTOS AGUIAR                | SAEPRO2020/1561 |
| GLAUCO ARDUINO                                     | SAEPRO2020/1894 |
| GLAUCO ARDUINO                                     | SAEPRO2020/1894 |
| GLAUCO ARDUINO                                     | SAEPRO2020/1894 |
| FRANCISCO ARDUINO NETO                             | SAEPRO2020/1894 |
| FRANCISCO ARDUINO NETO                             | SAEPRO2020/1894 |
| FRANCISCO ARDUINO NETO                             | SAEPRO2020/1894 |
| TEREZA DE LOURDES ARDUINO                          | SAEPRO2020/1894 |
| TEREZA DE LOURDES ARDUINO                          | SAEPRO2020/1894 |
| TEREZA DE LOURDES ARDUINO                          | SAEPRO2020/1894 |
| CARLA TAIS ALVES                                   |                 |
| MARLENE DOS SANTOS DIAS                            | SAEPRO2020/1565 |
| EDGAR DOS SANTOS DIAS                              | SAEPRO2020/1565 |
| MARIA DO CARMO LIMA DOS SANTOS DIAS                | SAEPRO2020/1565 |

|   |                 |
|---|-----------------|
| KARLA SOARES ASCENÇÃO SILVA                 | SAEPRO2020/1589 |
| KARLA SOARES ASCENÇÃO SILVA                 | SAEPRO2020/1589 |
| DOUGLAS HIDEKI SILVA                        | SAEPRO2020/1589 |
| DOUGLAS HIDEKI SILVA                        | SAEPRO2020/1589 |
| ALEXANDRE FRANCISCO DA SILVA                |                 |
| JANE SALDANHA DINIZ                         | SAEPRO2020/1573 |
| JANE SALDANHA DINIZ                         | SAEPRO2020/1573 |
| KELLY CRISTINA DELLA NINA BALISTA           |                 |
| VANDUIR ALVES DOS SANTOS                    | SAEPRO2020/1577 |
| VANDUIR ALVES DOS SANTOS                    | SAEPRO2020/1577 |
| RICARDO ROPELLE FELIPI                      |                 |
| ASSOCIAÇÃO BRISAS DO LAGO                   | SAEPRO2020/1583 |
| AL ENGENHARIA E GERENCIAMENTO DE OBRAS S    |                 |
| ASSOCIAÇÃO BRISAS DO LAGO                   | SAEPRO2020/1583 |
| JOSE SOUSA NETO                             |                 |
| ANTONIO GILMAR LEAL                         | SAEPRO2020/1611 |
| ANTONIO GILMAR LEAL                         | SAEPRO2020/1611 |
| GABRIELA SANTOS LEAL                        | SAEPRO2020/1611 |
| GABRIELA SANTOS LEAL                        | SAEPRO2020/1611 |
| DIEGO RAFAEL PAIVA FERREIRA                 |                 |
| EVARISTO GARCIA                             | SAEPRO2020/1616 |
| RENATA DE AGOSTINHO GOUVEIA                 |                 |
| ANTONIO MARCOS DE LIMA                      | SAEPRO2020/1620 |
| ANTONIO MARCOS DE LIMA                      | SAEPRO2020/1657 |
| CARLOS ALBERTO FERREIRA                     |                 |
| ELZA SPIANDORELLO                           | SAEPRO2020/1626 |
| MARIA ELVETE SPIANDORELLO MINGOTTI          | SAEPRO2020/1626 |
| JOSÉ EDUARDO MINGOTTI                       | SAEPRO2020/1626 |
| SIMONE CRISTINA MARTINS MINGOTTI            | SAEPRO2020/1626 |
| JOSE ROBERTO MINGOTTI                       | SAEPRO2020/1626 |
| LISANDRA PAULA FAVARETO MINGOTTI            | SAEPRO2020/1626 |
| LUIS FERNANDO MINGOTTI                      | SAEPRO2020/1626 |
| ELAINE CRISTINA SANCHES MINGOTTI            | SAEPRO2020/1626 |
| MARIA INÊS MANZATO SPIANDORELLO             | SAEPRO2020/1626 |
| SIMONE CRISTINA SPIANDORELLO                | SAEPRO2020/1626 |
| JORGE JAIR PESSOTO                          | SAEPRO2020/1626 |
| ANDRÉ LUIZ SPIANDORELLO                     | SAEPRO2020/1626 |
| FLAVIA SPIANDORELLO MAIA                    | SAEPRO2020/1626 |
| WLADIMIR MAIA JUNIO                         | SAEPRO2020/1626 |
| FERNANDA SPIANDORELLO CAVAZZANI             | SAEPRO2020/1626 |
| ERIK FERNANDES CAVAZZANI                    | SAEPRO2020/1626 |
| GILMAR ALEX ABRANTES                        |                 |
| FRANCISCO CHECCHIO                          | SAEPRO2020/1627 |
| FRANCISCO CHECCHIO                          | SAEPRO2020/1627 |
| NILZA PIMENTA CHECCHIO                      | SAEPRO2020/1627 |
| NILZA PIMENTA CHECCHIO                      | SAEPRO2020/1627 |
| AMANDA APARECIDA CORREA DE FARIA            |                 |
| CASSIO MURILO CERRA                         | SAEPRO2020/1631 |
| MAGDA GENESINI CERRA                        | SAEPRO2020/1631 |
| VAGNER DE FARIA                             |                 |
| MAICON DAVID MARQUES DA ROSA                | SAEPRO2020/1632 |
| JÉSSICA DE OLIVEIRA                         | SAEPRO2020/1632 |
| LUIS FELIPE LEME DA SILVA                   |                 |
| NARCISO SIMIONATO (ESPÓLIO)                 | SAEPRO2020/1635 |
| NARCISO SIMIONATO (ESPÓLIO)                 | SAEPRO2020/1635 |
| NAIR FRANCISCA DE SOUZA SIMIONATO (ESPÓLIO) | SAEPRO2020/1635 |
| NAIR FRANCISCA DE SOUZA SIMIONATO (ESPÓLIO) | SAEPRO2020/1635 |
| ALISON LOPES JAHNEL                         |                 |
| DONIZETI MARQUES PEREIRA                    | SAEPRO2020/1637 |
| DONIZETI MARQUES PEREIRA                    | SAEPRO2020/1637 |
| ROSIANE APARECIDA SANTIAGO SIBINEL          |                 |
| CLAUDINEI GRILLO FAJARDO                    | SAEPRO2020/1640 |
| CLAUDINEI GRILLO FAJARDO                    | SAEPRO2020/1640 |
| ROSÂNGELA GIOLO FAJARDO                     | SAEPRO2020/1640 |
| ROSÂNGELA GIOLO FAJARDO                     | SAEPRO2020/1640 |
| SILVIO HENRIQUE MAGALHÃES                   |                 |
| CICERO AGUSTINHO DE SOUZA                   | SAEPRO2020/1641 |
| CICERO AGUSTINHO DE SOUZA                   | SAEPRO2020/1641 |
| CHRISTIANE XAVIER DE ARAÚJO SOUZA           | SAEPRO2020/1641 |
| CHRISTIANE XAVIER DE ARAÚJO SOUZA           | SAEPRO2020/1641 |
| LEANDRO RAVAGNANI                           |                 |
| MOACIR BORTOLO                              | SAEPRO2020/1642 |
| MOACIR BORTOLO                              | SAEPRO2020/1642 |
| CESAR HARADA                                |                 |
| DIEGO LUMASINI DE CAMPOS                    | SAEPRO2020/1654 |
| DIEGO LUMASINI DE CAMPOS                    | SAEPRO2020/1654 |
| GRACE DAIANE SILVA DE CAMPOS                | SAEPRO2020/1654 |
| GRACE DAIANE SILVA DE CAMPOS                | SAEPRO2020/1654 |
| JUAN CARLOS MENACHO MELGAR                  | SAEPRO2020/1852 |
| JUAN CARLOS MENACHO MELGAR                  | SAEPRO2020/1852 |
| MARIA ROSA MERCADO DE MENACHO               | SAEPRO2020/1852 |
| MARIA ROSA MERCADO DE MENACHO               | SAEPRO2020/1852 |
| ARNALDO RODRIGUES DE MACEDO                 |                 |





## PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

|   |                 |   |                 |
|---|-----------------|---|-----------------|
| JOSÉ ROBERTO DE SOUSA                                   | SAEPRO2020/1659 | ALDO PISONI   | SAEPRO2020/1754 |
| EDI CARLOS ALVES BARCELOS                               |                 | ALDO PISONI   | SAEPRO2020/1754 |
| FLAVIO DI PIETRO  | SAEPRO2020/1662 | FRANCISCO FRANCA  | SAEPRO2020/1975 |
| FLAVIO DI PIETRO  | SAEPRO2020/1662 | EVERTON RIBEIRO PICELI                                  |                 |
| VALDELICE NUNES SILVA DI PIETRO                         | SAEPRO2020/1662 | RICARDO JOSÉ BORGES                                     | SAEPRO2020/1757 |
| VALDELICE NUNES SILVA DI PIETRO                         | SAEPRO2020/1662 | FERNANDA KARINA FERRETI BORGES                          | SAEPRO2020/1757 |
| MARIA JOSÉ PEDROSO                                      | SAEPRO2020/1702 | CHRISTIAN SCHÖLZEL BONTUS                               |                 |
| JOSIAS VALENTIM DA SILVA                                | SAEPRO2020/1927 | RICARDO JOSÉ BORGES                                     | SAEPRO2020/1757 |
| JOSEFA CONCEIÇÃO DA SILVA                               | SAEPRO2020/1927 | FERNANDA KARINA FERRETI BORGES                          | SAEPRO2020/1757 |
| AMANDA PASSOS FERRAZ                                    |                 | ANTONIO MARCOS DA SILVA                                 |                 |
| ALESSANDRA DE CARVALHO RAMALHO                          | SAEPRO2020/1666 | ANTONIO BORIN S.A. INDUSTRIA E COMER-<br>CIO DE BEBIDAS | SAEPRO2020/1764 |
| ALESSANDRA DE CARVALHO RAMALHO                          | SAEPRO2020/1666 | PATRICIA ZAMPIERI PERRELLA SCARABEL                     |                 |
| ENOCK RAMALHO FILHO                                     | SAEPRO2020/1666 | GABRIEL TELO DE MOURA                                   | SAEPRO2020/1765 |
| ENOCK RAMALHO FILHO                                     | SAEPRO2020/1666 | GABRIEL TELO DE MOURA                                   | SAEPRO2020/1765 |
| CLAYTON VIDEIRA MORAES DOS SANTOS                       | SAEPRO2020/2067 | MARIA CAMILA ARTACIO RODRIGUES                          | SAEPRO2020/1765 |
| SILEICLA SILVA MORAES DO SANTOS                         | SAEPRO2020/2067 | MARIA CAMILA ARTACIO RODRIGUES                          | SAEPRO2020/1765 |
| MARTHA AURORA AGUILAR J OLIVEIRA                        |                 | SANDRO PIERRE PINTO                                     |                 |
| NEWTON DE OLIVEIRA                                      | SAEPRO2020/1667 | CLAUDIO GOBBO   | SAEPRO2020/1775 |
| MARCELO MACELLA DO VALE                                 |                 | FLAVIA TARRICONE  |                 |
| WILSON DONIZETTI BONANOME                               | SAEPRO2020/1673 | RESIDENCIAL VILA SERENO                                 | SAEPRO2020/176  |
| RODRIGO CARDOSO ROCHA                                   |                 | LUIS GUSTAVO GARAVELLI                                  | SAEPRO2020/2018 |
| CENTRO ESPIRITA OPERARIOS DA VERDADE                    | SAEPRO2020/1680 | BRUNA MENEZINI CUBERO                                   |                 |
| LETICIA RAMALHO PRADO                                   |                 | EDSON GALVÃO  | SAEPRO2020/1799 |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO                    | SAEPRO2020/1692 | FERNANDA DE OLIVEIRA BERNEDA GALVÃO                     | SAEPRO2020/1799 |
| SABRYNA AZARIAS   |                 | RENATA OLIVEIRA E SILVA                                 |                 |
| EDUARDO EBER MARCHI                                     | SAEPRO2020/1693 | MARIALICE MOHOR FOSSEN                                  | SAEPRO2020/1817 |
| EDUARDO EBER MARCHI                                     | SAEPRO2020/1693 | MARIALICE MOHOR FOSSEN                                  | SAEPRO2020/1817 |
| FRANCISCO DOS SANTOS TIMÓTEO                            |                 | MICHELLE CRISTIANE ALMEIDA FABRÍCIO DA S                |                 |
| MIGUEL ANGEL SUZAN                                      | SAEPRO2020/1696 | PAULO ROBERTO MION GALLUCCI                             | SAEPRO2020/1821 |
| HAWKS ENGENHARIA LTDA ME                                |                 | PAULO ROBERTO MION GALLUCCI                             | SAEPRO2020/1821 |
| CLAUDIA FERREIRA SILVA                                  | SAEPRO2020/1704 | JOSE CARLOS SIGNORINI                                   |                 |
| CLAUDIA FERREIRA SILVA                                  | SAEPRO2020/1704 | SÔNIA REGINA AGLIO                                      | SAEPRO2020/1823 |
| HILDEBRANDO PINHEIRO                                    | SAEPRO2020/1781 | DIRCE BIASI AIO   | SAEPRO2020/1823 |
| HILDEBRANDO PINHEIRO                                    | SAEPRO2020/1781 | ELISABETH AIO DE MORAIS                                 | SAEPRO2020/1823 |
| ANGELO MACIMO NUNES                                     |                 | JOSE ALTAIR AGLIO                                       | SAEPRO2020/1823 |
| MARIA APARECIDA MATIAS SOUZA                            | SAEPRO2020/1713 | LEANDRO ROGERIO AIO                                     | SAEPRO2020/1823 |
| JOSÉ CARLOS DE SOUZA                                    | SAEPRO2020/1713 | EVERSON ADRIANO AIO                                     | SAEPRO2020/1823 |
| ALDINI NUNES DE ARAUJO MENDES                           | SAEPRO2020/1713 | ROSANGELA DELGADO DE SENA                               |                 |
| ADILSON LUCAS MENDES                                    | SAEPRO2020/1713 | MARCOS ANTONIO PAVAN                                    | SAEPRO2020/1826 |
| EDSON CARDOSO DE SA                                     | SAEPRO2020/1829 | VANESSA BARADEL   |                 |
| JULIANA LOPES CARDOSO                                   | SAEPRO2020/1829 | ALVARO MARTINS  | SAEPRO2020/1830 |
| SOLANGE FERREIRA DA SILVA                               |                 | EVELY CRISTINA PONTES MARTINS                           | SAEPRO2020/1830 |
| JOSÉ CARLOS DE AGUIAR                                   | SAEPRO2020/1718 | LUIS AUGUSTO PEREIRA SATRIANO                           |                 |
| IVONETE LAURENTINO DE AGUIAR                            | SAEPRO2020/1718 | ALVARO MARTINS  | SAEPRO2020/1830 |
| DEVAIR EVANGELISTA DE SOUZA                             | SAEPRO2020/1718 | ALVARO MARTINS  | SAEPRO2020/1830 |
| MIRIAM GONÇALVES FERREIRA SOUZA                         | SAEPRO2020/1718 | EVELY CRISTINA PONTES MARTINS                           | SAEPRO2020/1830 |
| JOÃO ALVES RAMALHO E OUTROS                             | SAEPRO2020/1719 | EVELY CRISTINA PONTES MARTINS                           | SAEPRO2020/1830 |
| LAYO CELSO DE SOUZA                                     |                 | ANTONIO CARLOS FERNANDES                                |                 |
| LAYO CELSO DE SOUZA                                     | SAEPRO2020/1727 | JOÃO RODRIGUES FILHO (ESPOLIO)                          | SAEPRO2020/1836 |
| LAYO CELSO DE SOUZA                                     | SAEPRO2020/1727 | JOÃO RODRIGUES FILHO (ESPOLIO)                          | SAEPRO2020/1836 |
| ARMANDO TRENTINO BARROS                                 |                 | LARISSA PEREIRA CARBONE PLIEGO                          |                 |
| TRENTINOS INCORPORADORA DE EM-<br>PREENDIMENTO IMOBILIÁ | SAEPRO2020/1728 | EDUARDO MAIA  | SAEPRO2020/1843 |
| THALES A. FILIPINI RIGHI                                |                 | FERNANDA FERREIRA MAIA                                  | SAEPRO2020/1843 |
| FUNDAÇÃO ANTONIO ANTONIETA CINTRA<br>GORDINHO           | SAEPRO2020/1730 | TRIESTE CONSTRUTORA EIRELI                              |                 |
| FUNDAÇÃO ANTONIO ANTONIETA CINTRA<br>GORDINHO           | SAEPRO2020/1730 | EDUARDO MAIA  | SAEPRO2020/1843 |
| LUIS ALEXANDRE SARTORELLI                               |                 | FERNANDA FERREIRA MAIA                                  | SAEPRO2020/1843 |
| PEDRO CLAUDIO JOSÉ DA SILVA                             | SAEPRO2020/1736 | JOSE CARLOS GATTO                                       |                 |
| DIEGO PIRES SALA E OUTRA                                | SAEPRO2020/1260 | JOSÉ CARLOS GATTO                                       | SAEPRO2020/1849 |
| EDUARDO KLOVRZA JUNIOR                                  |                 | TAISA CRISTINA FERREIRA COIMBRA                         |                 |
| WIFAMMA EMPREENDIMENTOS, PARTICI-<br>PAÇÕES E COMÉRCIO  | SAEPRO2020/1743 | RODRIGO BATISTELLA                                      | SAEPRO2020/1858 |
| LAYANE DURAES SANTIAGO                                  |                 | FELIPE RODRIGUES DOS SANTOS                             |                 |
| DANILO BRUNELLI   | SAEPRO2020/1750 | MARILSA DE SOUZA  | SAEPRO2020/1859 |
| DANILO BRUNELLI   | SAEPRO2020/1750 | MARILIA DE CARVALHO FÁVERO                              |                 |
| ALCIDES BRUNELLI  | SAEPRO2020/1750 | TIAGO DEMETRIO VICENTINI                                | SAEPRO2020/1867 |
| ALCIDES BRUNELLI  | SAEPRO2020/1750 | TIAGO DEMETRIO VICENTINI                                | SAEPRO2020/1867 |
| MARTA DE MORAIS BRUNELLI                                | SAEPRO2020/1750 | ROBERTA TARTARO DE BARROS LARA VI-<br>CENTINI           | SAEPRO2020/1867 |
| MARTA DE MORAIS BRUNELLI                                | SAEPRO2020/1750 | ROBERTA TARTARO DE BARROS LARA VI-<br>CENTINI           | SAEPRO2020/1867 |
| MARIA ANGELA BRUNELLI DA SILVA                          | SAEPRO2020/1750 | JANDIR MOURA TORRES NETO                                | SAEPRO2020/2021 |
| MARIA ANGELA BRUNELLI DA SILVA                          | SAEPRO2020/1750 | LAURA SALGADO BROLLO TORRES                             | SAEPRO2020/2021 |
| DAVID SOARES DA SILVA FILHO                             | SAEPRO2020/1750 | FÁTIMA HELENA DE CAMARGO                                |                 |
| DAVID SOARES DA SILVA FILHO                             | SAEPRO2020/1750 | ALOISIO ANTONIO VITIELLO                                | SAEPRO2020/1870 |
| LETICIA MOREIRA ARAUJO DE LIMA                          |                 | BRUNA CAVALCANTE DE GODOI                               |                 |
| OTÁVIO GOMES JERÔNIMO                                   | SAEPRO2020/1751 | ADEVANI PEREIRA DA SILVA                                | SAEPRO2020/1879 |
| OTÁVIO GOMES JERÔNIMO                                   | SAEPRO2020/1751 | ADEVANI PEREIRA DA SILVA                                | SAEPRO2020/1879 |
| LUCIANA MARTINS   |                 | ARIOVALDO SAGRILLO                                      |                 |
| ESCOLAS   | SAEPRO2020/1753 | VALDIR ANTONIO DOS SANTOS                               | SAEPRO2020/1890 |
| ESCOLAS   | SAEPRO2020/1753 | VALDIR ANTONIO DOS SANTOS                               | SAEPRO2020/1890 |
| ESCOLAS PADRE ANCHIETA LTDA                             | SAEPRO2020/1982 | FABIO RONCOLETA   |                 |
| ALESSANDRO SOARES PESSOTTO                              |                 | MARCIA CIUCCI NETTO ALVES DOS SANTOS                    | SAEPRO2020/1893 |
| EDISON CHECCINATO PISONI                                | SAEPRO2020/1754 | JOELITON FLAVIO DE ALMEIDA SOUZA                        |                 |
| EDISON CHECCINATO PISONI                                | SAEPRO2020/1754 | ALINE RENATA TRENTINI TRIMBOLI                          | SAEPRO2020/1899 |
|   |                 | ALINE RENATA TRENTINI TRIMBOLI                          | SAEPRO2020/1899 |





## PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

|  |                 |  |                 |
|--|-----------------|--|-----------------|
| WALTER TRIMBOLI NETO                               | SAEPRO2020/1899 | ELIZANGELA BARDI DA FONSECA                        | SAEPRO2020/1960 |
| WALTER TRIMBOLI NETO                               | SAEPRO2020/1899 | THIAGO BARDI DA FONSECA                            | SAEPRO2020/1960 |
| FIORELLA ANALIA LOMBARDI FAGUNDEZ CASTRO           | SAEPRO2020/1923 | SALETE AP. NOGUEIRA RAMOS                          |                 |
| FIORELLA ANALIA LOMBARDI FAGUNDEZ CASTRO           | SAEPRO2020/1923 | SABINE SIMÕES RODRIGUES                            | SAEPRO2020/1964 |
| PALMENIO CUNHA CASTRO                              | SAEPRO2020/1923 | GUILHERME RODRIGUES DUARTE                         | SAEPRO2020/1964 |
| PALMENIO CUNHA CASTRO                              | SAEPRO2020/1923 | THIAGO MOLINA DIAS                                 |                 |
| RENATA SOARES POVOA                                |                 | ESPÓLIO DE IRIO BORGONOV                           | SAEPRO2020/1965 |
| GETULIO SOARES POVOA FILHO                         | SAEPRO2020/1903 | CASSIANO MARTINS                                   |                 |
| GETULIO SOARES POVOA FILHO                         | SAEPRO2020/1903 | ANTONIO CLAUDIO FERREIRA                           | SAEPRO2020/1967 |
| GETULIO SOARES POVOA FILHO                         | SAEPRO2020/1903 | CLEUZA MARIA DE CARVALHO                           | SAEPRO2020/1967 |
| JOSÉ ANTONIO CARTURAN                              |                 | VIVIANE MOURA BRAATZ VIEIRA FERREIRA               | SAEPRO2020/1967 |
| ROBERTO REANI E LUZIA TORTORELLA REANI             | SAEPRO2020/1288 | JOSÉ RAFAEL TAMBORIN                               | SAEPRO2020/1967 |
| THAIS ARANHA CARESIA                               |                 | MARILSA APARECIDA DA SILVA TAMBORIN                | SAEPRO2020/1967 |
| SIMONE MARINHO COSTA PASQUINI                      | SAEPRO2020/1905 | FABIO HENRIQUE CESCON DA SILVA                     |                 |
| SIMONE MARINHO COSTA PASQUINI                      | SAEPRO2020/1905 | GLAUCO SCHIAVO                                     | SAEPRO2020/1972 |
| GREINER TEIXEIRA MARINHO COSTA                     | SAEPRO2020/1906 | GLÁUCIA SCHIAVO                                    | SAEPRO2020/1972 |
| GREINER TEIXEIRA MARINHO COSTA                     | SAEPRO2020/1906 | GLEBER SCHIAVO                                     | SAEPRO2020/1972 |
| GLEISSON TEIXEIRA MARINHO COSTA                    | SAEPRO2020/1907 | MITCHELL JOSE DA SILVA                             |                 |
| GLEISSON TEIXEIRA MARINHO COSTA                    | SAEPRO2020/1907 | JOSINEIA DE PAULA SANTOS LOUBACK                   | SAEPRO2020/1974 |
| CARLA RIBEIRO BABO                                 |                 | JEZIEL LOUBACK                                     | SAEPRO2020/1974 |
| CLAUDINEI DE OLIVEIRA MATHEUS                      | SAEPRO2020/1909 | MARCELO ALEXANDRE MEDEIROS DA SILVA                |                 |
| LUANA LIMA MATHEUS                                 | SAEPRO2020/1909 | RUBENS MASSARU KANNO                               | SAEPRO2020/1989 |
| CLAUDINEI DE OLIVEIRA MATHEUS                      | SAEPRO2020/2004 | LUCIANA NICOLETTI GUMIEIRO KANNO                   | SAEPRO2020/1989 |
| CLAUDINEI DE OLIVEIRA MATHEUS                      | SAEPRO2020/2004 | DANIELA AFFONSO MONTEIRO                           |                 |
| LUANA LIMA MATHEUS                                 | SAEPRO2020/2004 | FERNANDO DE CARVALHO PEDREGOSA                     | SAEPRO2020/1990 |
| LUANA LIMA MATHEUS                                 | SAEPRO2020/2004 | FERNANDO DE CARVALHO PEDREGOSA                     | SAEPRO2020/1990 |
| DANILO PAZINE CRISCUOLO                            |                 | MIQUÉIAS VIEIRA LEMES                              |                 |
| MADENOVA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.     | SAEPRO2020/1912 | FLÁVIO APARECIDO MAIA                              | SAEPRO2020/1998 |
| MADENOVA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.     | SAEPRO2020/2071 | FLÁVIO APARECIDO MAIA                              | SAEPRO2020/1998 |
| MADENOVA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.     | SAEPRO2020/2071 | GRACILDA ORDONHO MANDÚ                             | SAEPRO2020/1998 |
| FREDDY SAAVEDRA PINTO                              |                 | GRACILDA ORDONHO MANDÚ                             | SAEPRO2020/1998 |
| LAZARO MARQUES DA SILVA                            | SAEPRO2020/1913 | GILSON CALCIOLARI                                  |                 |
| LETICIA ALENCAR                                    |                 | JOÃO BAPTISTA GINEZI                               | SAEPRO2020/2000 |
| FABIO PASQUALINO                                   | SAEPRO2020/1914 | LEANDRO OLIVA SPINASSI                             |                 |
| SUZANE GOMES PASQUALINO                            | SAEPRO2020/1914 | WILSON LUIZ TORQUATO                               | SAEPRO2020/2006 |
| MONICA MADALENA FRIAS LOUZADA                      |                 | AQUILES NICOLAS KILARIS                            |                 |
| MILENA MEERSON TARCKIANI                           | SAEPRO2020/1917 | PEREIRA SANTOS ADMINISTRADORA DE BENS IMÓVEIS LTDA | SAEPRO2020/2012 |
| DANIEL CERGOLI                                     | SAEPRO2020/1917 | PEREIRA SANTOS ADMINISTRADORA DE BENS IMÓVEIS LTDA | SAEPRO2020/2012 |
| LEANDRO CHRISTOVÃO FEITOSA                         |                 | ISMAEL ALVES DO NASCIMENTO                         |                 |
| HUGO LEONARDO FRANCESCHINI                         | SAEPRO2020/1922 | ISABEL DO PRADO BARBOSA                            | SAEPRO2020/2013 |
| JULIO VIZZIOLI FAVARO                              | SAEPRO2020/1922 | QUIRIA VITORIA GARCIA PANZAN                       | SAEPRO2020/2015 |
| PRISCILA PAULIELI COLOSETTI MORA                   | SAEPRO2020/1922 | BRUNA CARBOL COVESI                                |                 |
| MARCO ANTONIO DOS SANTOS JUNIOR                    |                 | MARCELO GOMES DE MATOS                             | SAEPRO2020/2016 |
| DAILTON RENATO THOMAZELLI                          | SAEPRO2020/1928 | DIEGO VELOSO GONÇALVES                             |                 |
| DAILTON RENATO THOMAZELLI                          | SAEPRO2020/1928 | JANDIR MOURA TORRES NETO                           | SAEPRO2020/2021 |
| DAILTON RENATO THOMAZELLI                          | SAEPRO2020/1928 | LAURA SALGADO BROLLO TORRES                        | SAEPRO2020/2021 |
| HELIE TE THOMAZELLI                                | SAEPRO2020/1928 | RAFAELA SOUZA AZEVEDO IRIAS                        |                 |
| HELIE TE THOMAZELLI                                | SAEPRO2020/1928 | PAULO SANTOS DE ALENCAR                            | SAEPRO2020/2023 |
| HELIE TE THOMAZELLI                                | SAEPRO2020/1928 | VALDINEI FRANCISCO ALVES                           |                 |
| CARBONARO SERVIÇOS DE ENGENHARIA E REPRE           |                 | AMARILDO SIDRÃO DA ROCHA                           | SAEPRO2020/2029 |
| USINAGEM J J LTDA                                  | SAEPRO2020/1931 | CARLA ROSA ROCHA                                   | SAEPRO2020/2029 |
| GABRIEL CHEPUCK                                    |                 | RAFAEL VERZA                                       | SAEPRO2020/2053 |
| ANA LÚCIA TRIPICHO GERALDO                         | SAEPRO2020/1933 | ROSECELIA BARBATO VERZA                            | SAEPRO2020/2053 |
| ANA LÚCIA TRIPICHO GERALDO                         | SAEPRO2020/1933 | ALEXANDRE CAVALHEIRO LIBA                          |                 |
| ANA PAULA MACAUDA FARIA PADOVANI                   |                 | JOSE PEDRO TOREZIN                                 | SAEPRO2020/2032 |
| FERNANDO REANI                                     | SAEPRO2020/1945 | FERNANDO APARECIDO SANTI CAMARGO                   |                 |
| CARLA JULIANE ALVES MOREIRA BRANCO                 |                 | LAURISMEIRE ALMEIDA DOS S. FIOCHI                  | SAEPRO2020/2036 |
| MARIA LUIZA MONTEIRO DELA VEGA E OUTROS            | SAEPRO2020/1023 | LAURISMEIRE ALMEIDA DOS S. FIOCHI                  | SAEPRO2020/2036 |
| MARIA LUIZA MONTEIRO DELA VEGA E OUTROS            | SAEPRO2020/1023 | JOSÉ FIOCHI  | SAEPRO2020/2036 |
| MÔNICA PIRES FARINHA                               |                 | JOSÉ FIOCHI  | SAEPRO2020/2036 |
| MARIA LUIZA MONTEIRO DELA VEGA E OUTROS            | SAEPRO2020/1023 | SONIA APARECIDA DOS SANTOS VIVAQUA                 |                 |
| RODRIGO ZAMBOTTO PASTRO                            |                 | SENDAS DISTRIBUIDORA S/A                           | SAEPRO2020/2038 |
| RODRIGO ZAMBOTTO PASTRO                            | SAEPRO2020/1950 | JOÃO CARLOS TEIXEIRA COELHO NASSER                 |                 |
| RODRIGO ZAMBOTTO PASTRO                            | SAEPRO2020/1950 | JULIO CÉSAR NOGUEIRA DE SÁ                         | SAEPRO2020/2045 |
| CELSON RICARDO CONGILIO RIBEIRO                    |                 | JULIO CÉSAR NOGUEIRA DE SÁ                         | SAEPRO2020/2045 |
| MAGALI CARDOSO DOS SANTOS DANTAS                   | SAEPRO2020/1952 | IVANETE BELLINI DA FONSECA TASSARA - INCORPORADORA | SAEPRO2020/2045 |
| RENATO DINIZ MARCONDES                             |                 | IVANETE BELLINI DA FONSECA TASSARA - INCORPORADORA | SAEPRO2020/2045 |
| ALCANTARA MARCONDES EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÃO | SAEPRO2020/1488 | ARIANA FONSECA DE OLIVEIRA - INCORPORADORA         | SAEPRO2020/2045 |
| REINALDO FRANCEZ JUNIOR                            |                 | ARIANA FONSECA DE OLIVEIRA - INCORPORADORA         | SAEPRO2020/2045 |
| TRCA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES               | SAEPRO2020/1957 | GLICIA FONSECA DE OLIVEIRA - INCORPORADORA         | SAEPRO2020/2045 |
| JENIFFER ZORZI COSTA                               |                 | GLICIA FONSECA DE OLIVEIRA - INCORPORADORA         | SAEPRO2020/2045 |
| ELIZABETE BARDI DA FONSECA                         | SAEPRO2020/1960 | ADRIANO DE SOUZA CUNHA                             |                 |
| NELSON BARDI DA FONSECA FILHO                      | SAEPRO2020/1960 | CRISTIANO DA SILVA BARROS                          | SAEPRO2020/2048 |
|  |                 | MARCIO GOMES DE LIMA                               |                 |
|  |                 | MAURICIO NASCIBENI                                 | SAEPRO2020/2050 |
|  |                 | CAMILE TENCHELLA FERIGATTO MORASSUTTI              |                 |





## PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

|   |                 |
|---|-----------------|
| WAGNER IENNE                                | SAEPRO2020/2051 |
| OSCARINO ARANDA DA COSTA                    |                 |
| MARTA SUELI QUEIROZ MORALES PEREIRA         | SAEPRO2020/2052 |
| MARTA SUELI QUEIROZ MORALES PEREIRA         | SAEPRO2020/2052 |
| MARTA SUELI QUEIROZ MORALES PEREIRA         | SAEPRO2020/2052 |
| MARTA SUELI QUEIROZ MORALES PEREIRA         | SAEPRO2020/2052 |
| MARTA SUELI QUEIROZ MORALES PEREIRA         | SAEPRO2020/2052 |
| GABRIEL LORENZON BAMPA                      |                 |
| MARILENE APARECIDA GERMANO BUENO            | SAEPRO2020/2054 |
| J.K. BUENO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS<br>LTDA-ME | SAEPRO2020/2055 |
| ADRIANA CANOVA TAKAHASHI                    |                 |
| DELIEL COMERCIAL INCORPORADORA LTDA         | SAEPRO2020/2056 |
| DELIEL COMERCIAL INCORPORADORA LTDA         | SAEPRO2020/2056 |
| DELIEL COMERCIAL E INCORPORADORA<br>LTDA    | SAEPRO2020/2057 |
| DELIEL COMERCIAL E INCORPORADORA<br>LTDA    | SAEPRO2020/2057 |
| DANIELE CRISTINA APARECIDA CAMARGO BATIS    |                 |
| FABIO MAION                                 | SAEPRO2020/2061 |
| KYOSERVICE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA       |                 |
| FERNANDO GOULARTE BENINCA                   | SAEPRO2020/2062 |
| RENATO LUZ                                  |                 |
| NOTRE DAME SEGURADORA S/A                   | SAEPRO2020/2066 |
| FRANCISCO AUGUSTO TIITUS MORAN              |                 |
| MARCELO DEZANI                              | SAEPRO2020/2070 |
| LETICIA MARIA BARSOTTI PINTO DA FONSECA     |                 |
| SÉRGIO RICARDO BARSOTTI                     | SAEPRO2020/2075 |
| SÉRGIO RICARDO BARSOTTI                     | SAEPRO2020/2075 |

### Decreto 16.926/98

“Artigo 1º - O indeferimento dos processos, na forma do artigo 22, § 2º do anexo da Lei Complementar n.º 174, de 09/01/96, alterado pela Lei complementar n.º 249, de 15/05/98, ocorrerá no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de publicação na Imprensa Oficial do Município de Jundiaí facultando-se ao interessado ou ao profissional responsável solicitar, junto à Divisão de Aprovação de Projetos, prorrogações do prazo, devidamente justificadas por iguais períodos.”

“Artigo 2º - Os processos que não atenderem integralmente o segundo despacho comunique-se emitido pela UGPUMA, serão indeferidos.”  
Decreto 16.926/98

SINESIO SCARABELLO FILHO  
GESTOR DE PLANEJ. URBANO E MEIO AMBIENTE

## INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

### EDITAL DE REVOGAÇÃO – 249/2020

Adilson Rodrigues Rosa, Gestor da Unidade de Infraestrutura e Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais:

FAZ SABER que o edital 238/2020, referente ao processo SEI 0092253/2020-1 para supressão de seis árvores na Av. Andre Costa S/N (DEBEA), publicado nesta Imprensa Oficial na Edição 4811 de 21 de outubro de 2020, foi revogado.

FAZ SABER que plantio, corte ou eliminação, por qualquer meio ou forma, de árvore ou qualquer vegetação pública por particulares constitui infração à lei 3.233/88 e é passível de multa”.

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

ADILSON RODRIGUES ROSA  
Gestor da Unidade de Infraestrutura e Serviços Públicos

### EDITAL DE SUPRESSÃO DE ÁRVORE – 250/2020

Adilson Rodrigues Rosa, Gestor da Unidade de Infraestrutura e Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais:

FAZ SABER que, de acordo com a lei 8.392, de 27 de março de 2015, e após avaliação e justificativas técnicas, o processo SEI 0092253/2020-1 para supressão de dezesseis (16) árvores na Av. Andre Costa S/N (DEBEA) foi deferido.

FAZ SABER que novas árvores serão plantadas no local, e que plantio, corte ou eliminação, por qualquer meio ou forma, de árvore ou qualquer vegetação pública por particulares constitui infração à lei 3.233/88 e é passível de multa”.

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do

## INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Município.

ADILSON RODRIGUES ROSA  
Gestor da Unidade de Infraestrutura e Serviços Públicos

### EDITAL DE SUPRESSÃO DE ÁRVORE – 251/2020

Adilson Rodrigues Rosa, Gestor da Unidade de Infraestrutura e Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais:

FAZ SABER que, de acordo com a lei 8.392, de 27 de março de 2015, e após avaliação e justificativas técnicas, o processo 15100-7/2020-1 para supressão de uma árvore na R. José Galdêncio Pinto de Carvalho 34 foi deferido.

FAZ SABER que nova árvore será plantada no local, e que plantio, corte ou eliminação, por qualquer meio ou forma, de árvore ou qualquer vegetação pública por particulares constitui infração à lei 3.233/88 e é passível de multa”.

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

ADILSON RODRIGUES ROSA  
Gestor da Unidade de Infraestrutura e Serviços Públicos

### EDITAL DE SUPRESSÃO DE ÁRVORE – 252/2020

Adilson Rodrigues Rosa, Gestor da Unidade de Infraestrutura e Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais:

FAZ SABER que, de acordo com a lei 8.392, de 27 de março de 2015, e após avaliação e justificativas técnicas, o processo 15099-1/2020-1 para supressão de cinco árvores na R. Pedro Pulheiro 1-11, Praça, foi deferido.

FAZ SABER que novas árvores serão plantadas no local, e que plantio, corte ou eliminação, por qualquer meio ou forma, de árvore ou qualquer vegetação pública por particulares constitui infração à lei 3.233/88 e é passível de multa”.

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

ADILSON RODRIGUES ROSA  
Gestor da Unidade de Infraestrutura e Serviços Públicos

## MOBILIDADE E TRANSPORTE

Leslie Litano Tealdi Nascimento, Diretor do Departamento de Engenharia e Mobilidade, no uso de suas atribuições legais, considerando que os processos abaixo encontram-se em Comunique-se, conforme cópia anexa e, conforme prevê no art. 22 da Lei Complementar nº 249, de 15/05/1998 do Código de Obras e Edificações 174 de 09/01/1996:

“Art. 22 – Os procedimentos administrativos que apresentarem elementos incompletos ou incorretos, necessitando de complementação da documentação ou de esclarecimentos serão objeto de comunicado mediante o despacho “comunique-se” para que as falhas sejam sanadas. §1º - Os interessados serão informados dos despachos “comunique-se”, através de publicação na Imprensa Oficial.

§2º Os pedidos, objeto do procedimento administrativo, serão indeferidos caso não haja atendimento por parte do interessado, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de publicação a que alude o parágrafo anterior.

§3º Escoado o prazo previsto no §2º deste artigo, sem que verifique a adoção de providências por parte do interessado, o pedido será indeferido sem prejuízo da cobrança das taxas.”

Informamos, ainda, que encontra-se disponível o sistema SAEPRO para análise de RIT e, caso haja interesse de V. S<sup>a</sup>., o processo constante na forma física nesta Unidade de Gestão de Mobilidade e Transportes poderá ser substituído por processo digital, visando a agilidade de análise e facilidade de acompanhamento de ambas as partes, mantendo, porém, o benefício da Lei em que o processo original foi protocolado.

Ressaltamos que o não atendimento do Comunique-se no prazo de 30 dias corridos, contados do recebimento deste, acarretará em indeferimento conforme § 3º, da Lei supra, e, após, encaminhado ao arquivo.

Processos:  
(...)  
22.55/2014  
25.756/2018  
9.816/2017  
18.890/2016



## MOBILIDADE E TRANSPORTE

Leslie Litano Tealdi Nascimento  
Diretor do Dpto. De Engenharia e Mobilidade  
UGMT/DEM

RELAÇÃO DE VEÍCULOS NOTIFICADOS PARA REMOÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS NO PRAZO DE 03 DIAS A CONTAR DA ADESIVAGEM, SOB PENA DE SEREM RECOLHIDOS POR DETERMINAÇÃO DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO AOS PÁTIOS DAS EMPRESAS DE GUINCHO CREDENCIADAS PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ.

| VEÍCULO  | COR       | PLACA     | ADESIVADO EM | LOCAL                          |
|----------|-----------|-----------|--------------|--------------------------------|
| KADETT   | VINHO     | GPP 5799  | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| PALIO    | VERME-LHA | CKJ 0441  | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| DEL REY  | VERDE     | CWN 9893  | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| UNO      | VERME-LHA | DDP 9392  | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| TEMPRA   | AZUL      | CHI 0258  | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| GOL      | CINZA     | CTO 7850  | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| APOLLO   | VERME-LHA | AML 4040  | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| CORSA    | VERME-LHA | CDW 1670  | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| GOL      | VERDE     | BPI 4502  | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| COURIER  | PRATA     | DDG 0943  | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| FUSCA    | AMARELA   | DBJ 8354  | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| STRATUS  | ROXA      | CIC 6668  | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| GOL      | BRANCA    | BNP 2813  | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| GOL      | VERME-LHA | CQC 9245  | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| MONZA    | CINZA     | CAG 3142  | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| FUSCA    | AZUL      | CBK 2860  | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| MARAJÓ   | PRETA     | BHL 1048  | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| CLIO     | PRETA     | DGX 3961  | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| KOMBI    | BEGE      | CWD 6897  | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| KOMBI    | BRANCA    | SEM PLACA | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| GOL      | AZUL      | DCO 1024  | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| KADETT   | VERME-LHA | BGS 2900  | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| SAVEIRO  | PRETA     | SEM PLACA | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| ESCORT   | AZUL      | BIK 3421  | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| BRAVA    | AZUL      | SEM PLACA | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| CHEVETTE | AMARELA   | BHB 1691  | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| MONZA    | CINZA     | BFA 3545  | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| PREMIO   | VERME-LHA | CPY 3707  | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| UNO      | VERME-LHA | BMU 2596  | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| C 10     | VERME-LHA | CVZ 3075  | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| POLO     | VERME-LHA | CNY 2095  | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| KADETT   | CINZA     | BGP 0498  | 29/10/2020   | R OITO, 4258                   |
| FUSCA    | AZUL      | CGQ 9860  | 29/10/2020   | R THEREZA C TOGNI REZZA-GHI,27 |
| ESCORT   | CINZA     | JNS 2470  | 29/10/2020   | R THEREZA C TOGNI REZZA-GHI,27 |

|                        |        |          |            |                                |
|------------------------|--------|----------|------------|--------------------------------|
| PREMIO                 | VERDE  | BNI 5366 | 29/10/2020 | R THEREZA C TOGNI REZZA-GHI,27 |
| SEMI RE-BOQUE SCHIFFER | BRANCA | AGA 7915 | 29/10/2020 | R LIBIA, 338                   |
| CELTA                  | PRATA  | DKN 9924 | 29/10/2020 | R RICARDO GOBBO, 528           |
| UNO                    | VERDE  | BOJ 8051 | 29/10/2020 | R ELIZIA M BENASSI, 355        |
| MONZA                  | CINZA  | CWD 6943 | 29/10/2020 | R MAESTRO FRANCISCO FARINA,55  |
| ESCORT                 | CINZA  | BTA 1629 | 29/10/2020 | R MAESTRO FRANCISCO FARINA,55  |
| TEMPRA                 | BRANCA | BSI 8807 | 29/10/2020 | R MAESTRO FRANCISCO FARINA,55  |
| KOMBI                  | BRANCA | BTG 2872 | 29/10/2020 | R FLORIANÓPOLIS, 934           |
| VOYAGE                 | VINHO  | CZK 0173 | 29/10/2020 | R FLORIANÓPOLIS, 934           |
| MERIVA                 | BRANCA | DJB 9521 | 29/10/2020 | R ACRE, 698                    |
| SANTANA                | PRATA  | BYB 5344 | 29/10/2020 | R ACRE,698                     |

## EDUCAÇÃO

## EDITAL UGE/DPGF N. 25, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020

VASTÍ FERRARI MARQUES, Gestora da Unidade de Educação da Prefeitura do Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, -----

FAZ SABER a classificação dos candidatos inscritos no processo de **remoção de diretores** para o ano de 2021. Da classificação caberá recurso ao Gestor Municipal de Educação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da publicação deste Edital.

| Clas. | NOME  | Pontos |
|-------|---|--------|
| 1º    | JANETE APARECIDA DA SILVA MARINI<br>EMEB Luiz Bárbaro                           | 276,02 |
| 2º    | SHEILA HAMBURG<br>EMEB Amélia Lima Lopes  | 234,52 |
| 3º    | CINTIA DE JESUS CAPATTO TROMBONI<br>EMEB Profª. Nilse Moraes Leite              | 230,74 |
| 4º    | ADRIANA UEMORI<br>EMEB Paulo Gonçalves de Mello                                 | 215,66 |
| 5º    | MARINÊS DE OLIVEIRA GATTI<br>EMEB Prof.ª Patrícia Pires                         | 208,52 |
| 6º    | GISLAINE DOS ANJOS OLIVEIRA ALVES<br>EMEB Profª Ruth Carturan Wiemann           | 207,20 |
| 7º    | ELENILMA MELO PEREZ<br>EMEB Profª Benedita A. M. Camunhas                       | 206,28 |
| 8º    | MARJORIE SAMIRA FERREIRA BOLOGNANI<br>EMEB Prof.ª Marly M. M. Pereira           | 193,76 |
| 9º    | LIANE KELEN RIZZATO<br>EMEB Judith Arruda Carreta                               | 188,42 |
| 10º   | THAIS SILVA NONÔ<br>EMEB Antônio Brunholi Netto                                 | 178,76 |
| 11º   | RAFAEL MESSIAS MERLIM<br>EMEB Prof. João Luiz de Campos                         | 146,22 |
| 12º   | SOLANGE MARIA DE LOURDES MENDES<br>EMEB Profª Mercedes Basile Bonito            | 146,20 |
| 13º   | CRISTIANE CUSIN PUPO<br>EMEB Prof. Luiz de Carvalho                             | 124,68 |
| 14º   | MILENA MARTHO<br>EMEB Rotary Club   | 114,30 |
| 15º   | JOAO MARCIO BARBOSA VINCI LIMA<br>EMEB José Leme do Prado Filho                 | 108,96 |
| 16º   | VIVIANE SUELI MARQUE<br>EMEB Hermenegildo Martinelli                            | 101,38 |
| 17º   | FLAVIA MARIA GOMES DE SALES MACHADO<br>EMEB Prof.ª Maria Lúcia Massarente Klink | 99,50  |
| 18º   | ALBERTO CHIYODA<br>EMEB Lucílio Valli   | 91,90  |
| 19º   | PRISCILA ALVES DA COSTA SILVA<br>EMEB Ivo de Bona                               | 86,92  |
| 20º   | DÉBORA JUNVENCIO CARVALHAL<br>EMEB Maria Gemma G. Carturan                      | 82,12  |



## EDUCAÇÃO

|     |   |       |
|-----|---|-------|
| 21º | ROSANA AP. KACHAN DUARTE<br>EMEB Profª. Martha Burgos | 16,84 |
|-----|---|-------|

Faz saber, ainda, que a sessão de escolha de vagas será realizada no dia 10/11/2020, às 17h, no Complexo Argos, no CMEJA Prof. Dr. André Franco Montoro, Rua José do Patrocínio, nº 200 – Vila Arens – Auditório Charlie Chaplin.

Para fins de ampla publicidade, faz baixar o presente edital que será publicado na Imprensa Oficial do Município.

Prof.ª VASTÍ FERREIRA MARQUES  
Gestora da Unidade de Educação

Prof.ª SAMIRA MOURAD ZENARDI  
Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças

## ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

### EDITAL Nº 01 DE 14 DE OUTUBRO DE 2020 EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DO BIÊNIO 2021-2023

Considerando o término do mandato dos membros do CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE JUNDIAÍ - Gestão 2018-2020, em 17 de janeiro de 2021, se faz necessária nova eleição dos representantes da Sociedade Civil para as vagas de titulares e suplentes, ficando deliberado em Reunião Ordinária 14 de outubro de 2020, o Edital de Convocação para Eleição do Biênio janeiro de 2021 a janeiro 2023, conforme segue abaixo:

O Conselho Municipal De Segurança Alimentar e Nutricional de Jundiá, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, que lhe são conferidas de acordo com a Lei nº 8.920 de 15 de março, de 2018 torna pública a convocação, de todos interessados em participar da Plenária para eleição de conselheiros da sociedade civil, para mandato do conselho biênio 2021-2023:

#### CONVOCAÇÃO

De Plenária Municipal para eleição de conselheiros da sociedade civil ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Jundiá - COMSEA – gestão 2021-2023 para composição de mandato, conforme segmentos abaixo:

01- 03 (três titulares) e 03 (três suplentes) Representantes dos Movimentos Sindicais, associações de classes de empregados e patronal, urbano e rural e organizações e Instituições Ligadas ao setor produtivo;

02- 02 (dois titulares) e 02 (dois suplentes) Representantes de Instituições de ensino técnico, superior e de pesquisa;

03- 02 (dois titulares) e 02 (dois suplentes) Representantes de Instituições religiosas de diferentes expressões de fé;

04- 05 (cinco titulares) e 05 (cinco suplentes) Representantes das associações civis de assistência social, saúde e educação, de entidades populares organizadas e das associações comunitárias, com afinidade aos objetivos de Segurança Alimentar e Nutricional;

05- 02 (dois titulares) e 02 (dois suplentes) Representantes das redes territoriais e setoriais, a representação de usuários dos serviços por meio de associação de moradores, conselhos gestores de serviços públicos, associação de pais e mestres, redes comunitárias e organizações estudantis

**DATA DA PLENÁRIA:** 16 de dezembro de 2020 – quarta-feira

**HORÁRIO:** 9:00 horas

**LOCAL:** Paço Municipal 8º andar.

#### OBSERVAÇÕES:

**1 - Das Inscrições:** As inscrições dos candidatos e delegados estarão disponíveis de 03 de novembro de 2020 a 27 de novembro de 2020 devendo obrigatoriamente ser realizadas através de formulário próprio disponível online, através do portal da prefeitura, [www.jundiai.sp.gov.br](http://www.jundiai.sp.gov.br), a partir das 8h de 03 de novembro de 2020 até às 12 horas 27 de novembro de 2020; pessoalmente no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Jundiá. Localizado na Rua Senador Fonseca, 605 - Centro, Jundiá/SP das 11 horas do dia 03 de novembro de 2020 até as 12 horas do 27 de novembro de 2020, ou enviar pelo e-mail do COMSEA: [consea-jd@jundiai.sp.gov.br](mailto:consea-jd@jundiai.sp.gov.br). Os documentos obrigatórios para efetivação da inscrição, estão relacionados no item 7(sete) deste Edital.

**1.1 - É vedado a uma mesma instituição ou associação ter mais que**

## ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

um representante no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Jundiá.

**1.2 - Conforme Parágrafo Único do art. 8º do Decreto nº 28.602 de 27 de 07 de novembro de 2019 - Regimento Interno do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Jundiá, "Os representantes da sociedade civil terão mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, podendo retornar após o término de uma gestão".**

**2 - Dos Formulários:** O envio dos formulários e de todos os documentos poderá ser feito através do email [consea-jd@jundiai.sp.gov.br](mailto:consea-jd@jundiai.sp.gov.br) ou pessoalmente na Secretaria Executiva do COMSEA, localizada a Rua Senador Fonseca, nº 605, Centro – Jundiá, no horário das 8h às 12h e 13h às 17h.

**3 - Dos Recursos:** Caberá recurso à Comissão Eleitoral, no caso do indeferimento da inscrição, no prazo de 24 horas a partir da notificação, que se dará por via eletrônica (e-mail com comprovação de recebimento), Imprensa Oficial do Município. O recurso deverá ser endereçado à Comissão Eleitoral, entregue pessoalmente na Secretaria Executiva do COMSEA e será deliberado no prazo de 24 horas. O resultado do recurso será encaminhado para ciência do inscrito por email.

**4 - Das Indicações dos Delegados:** Caberá a cada organização indicar até 02 (dois) delegados, podendo apenas 01 (um) ser candidato à vaga no COMSEA para o processo eleitoral de recomposição, respeitando-se os critérios definidos na Lei Municipal nº 8.265/2014, conforme artigo 13 § 2º.

#### 5 - Da Eleição:

**5.1 - A plenária será aberta a população, porém só poderão votar e ser votados os inscritos através do segmento, previamente, até 27 de novembro de 2020**

**5.2 – A Eleição do segmento da Sociedade Civil:** 03 (três titulares) e 03 (três suplentes) Representantes dos Movimentos Sindicais, associações de classes de empregados e patronal, urbano e rural e organizações e Instituições Ligadas ao setor produtivo; 02(dois titulares) e 02 (dois suplentes) Representantes de Instituições de ensino técnico, superior e de pesquisa; 02 (dois titulares) e 02 (dois suplentes) Representantes de Instituições religiosas de diferentes expressões de fé; 05 (cinco titulares) e 05 (cinco suplentes) Representantes das associações civis de assistência social, saúde e educação, de entidades populares organizadas e das associações comunitárias, com afinidade aos objetivos de Segurança Alimentar e Nutricional; 02 (dois titulares) e 02 (dois suplentes) representantes das redes territoriais e setoriais, a representação de usuários dos serviços por meio de associação de moradores, conselhos gestores de serviços públicos, associação de pais e mestres, redes comunitárias e organizações estudantis; serão eleitos em foro próprio, através de plenárias específicas e coordenadas pelo próprio segmento, convocadas e acompanhadas pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Jundiá.

**5.3 - Os candidatos e delegados terão direito a 02 (dois) votos cada.**

**5.4 - Em caso de empate, a nova eleição ocorrerá em até 30 (trinta) minutos após apuração dos votos, entre esses candidatos e os delegados do respectivo segmento, os quais terão direito a 01 (um) voto cada.**

#### 6- Do Calendário

**14 de outubro de 2020 - Aprovação do Edital de Convocação para recomposição de mandato;**

**30 de outubro de 2020 - Publicação do Edital de Convocação para recomposição de mandato;**

**03 de novembro de 2020 a 27 de novembro de 2020 - Prazo para inscrições de interessados, candidatos – na Secretaria Executiva do COMSEA – via eletrônica ou com entrega de formulário pessoalmente;**

**30 de novembro de 2020 - Análise dos formulários de inscrições de todos os interessados encaminhadas no prazo à Comissão Eleitoral;**

**02 de dezembro de 2020 - Publicação por meio eletrônico e na Imprensa Oficial do Município de Jundiá de todos os inscritos aptos e não aptos e Publicação da resolução do regimento interno da eleição de recomposição;**

**04 de dezembro de 2020 - Término do prazo para encaminhamento à**





## ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Comissão Eleitoral do recurso no caso de indeferimento da Inscrição;

**08 de dezembro de 2020** - Término do prazo para que a Comissão Eleitoral delibere sobre o resultado do recurso;

**11 de dezembro de 2020** - Publicação do Resultado do Recurso:

**16 de dezembro de 2020** - Data da realização da plenária específica, pelo segmento da Sociedade Civil: 03 (três titulares) e 03 (três suplentes) Representantes dos Movimentos Sindicais, associações de classes de empregados e patronal, urbano e rural e organizações e Instituições Ligadas ao setor produtivo; 02 (dois titulares) e 02 (dois suplentes) Representantes de Instituições de ensino técnico, superior e de pesquisa; 02 (dois titulares) e 02 (dois suplentes) Representantes de Instituições religiosas de diferentes expressões de fé; 05 (cinco titulares) e 05 (cinco suplentes) Representantes das associações civis de assistência social, saúde e educação, de entidades populares organizadas e das associações comunitárias, com afinidade aos objetivos de Segurança Alimentar e Nutricional; 02 (dois titulares) e 02 (dois suplentes) representantes das redes territoriais e setoriais, a representação de usuários dos serviços por meio de associação de moradores, conselhos gestores de serviços públicos, associação de pais e mestres, redes comunitárias e organizações estudantis;

**21 de dezembro de 2020** - Encaminhamento ao Executivo Municipal da relação dos representantes da Sociedade Civil eleitos, com pedido de publicação de portaria, retroagindo seus efeitos a 17 de janeiro de 2021. 17 de janeiro de 2021 - Posse dos Conselheiros Municipais Gestão 2021-2023, no Paço Municipal 8º andar às 9:00 horas.

### 7 - Dos Documentos necessários:

**I) - Representantes dos movimentos sindicais, associações de classes de empregados e patronal, urbano e rural e organizações e instituições ligadas ao setor produtivo;**

- a) - Ficha de inscrição preenchida
- b) - Estatuto ou contrato social;
- c) - Carta de indicação em papel timbrado e assinado pelo representante legal.

**III) - Representantes de instituições religiosas de diferentes expressões de fé;**

- a) - Ficha de inscrição preenchida
- b) - Carta de indicação em papel timbrado e assinado pelo representante legal.

**IV) - Representantes de organizações da sociedade civil de assistência social, saúde e educação, de movimentos populares organizadas e das associações comunitárias, com afinidades aos objetivos da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.**

- a) - Ficha de inscrição preenchida
- b) - Estatuto social
- c) - Carta de indicação em papel timbrado e ata de eleição da diretoria atualizada, assinada pelo representante legal.

**V) - Representantes das redes territoriais e setoriais, a representação de usuários dos serviços por meio de associação de moradores, conselhos gestores de serviços públicos, associação de pais e mestres, redes comunitárias e organizações estudantis.**

- a) - Ficha de inscrição preenchida,
- b) - Estatuto social da entidade quando houver, ou
- c) - No caso de associações de moradores e de pais e mestres, social que demonstrem entre seus objetivos estatutários a defesa de direitos de indivíduos ou grupos, bem como ata de indicação dos delegados e candidato.

d) - No caso de movimentos sociais, redes, fóruns, além da comprovação de atuação no território há pelo menos dois anos, deverá comprovar documentalmente sua efetiva atuação nesse período, bem como ata e lista de presença que comprove a legitimidade da indicação de candidato e delegado.

e) - No caso de conselhos gestores de serviços públicos e pastorais deverá ser apresentado ata ou outro documento que comprove a existência do colegiado e a representação indicada bem como carta de indicação dos delegados e candidato.

f) - No caso de usuários adolescentes de equipamentos públicos (Escolas, UBS's, CRAS's, etc.), bem como organizações estudantis apresentação de Carta de Indicação do candidato e delegados.

### 8. A Comissão Eleitoral:

A Comissão Eleitoral foi constituída através da Resolução COMSEA nº 04 de 23 de setembro de 2020, com representantes da Sociedade Civil, do Poder Público, com Diretor do Departamento de Apoio aos Conselhos e Entidades e a Assistente Social/Secretaria Executiva do COMSEA para escolha dos membros do Conselho:

- 1 – Maria Rosângela Moretti
- 2 – Maria Helena Barsanelli Cella
- 3 – Rita de Cássia Stringari De Francesco
- 4 – Luís Augusto Zambon
- 5 – Sonia Maria Ferraz

**9.** A Comissão Eleitoral acompanhará o Processo Eleitoral de Composição até a instalação da Assembleia de Eleição, auxiliando o segmento no processo de organização e habilitação de candidatos e eleitores, sendo que os casos omissos e as dúvidas serão dirimidos por essa Comissão.

### 09 – Anexos

**Ficha de Inscrição:**

**Modelo Carta de indicação em papel timbrado**

Jundiaí, 14 de outubro de 2020.

**Maria Rosângela Moretti**

Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Jundiaí

### ANEXOS

**FICHA DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO A CONSELHEIRO (A) E DOS DELEGADOS AO COMSEA JD MANDATO – GESTÃO 2021-2023**

**PLENÁRIA MUNICIPAL DE RECOMPOSIÇÃO DOS MEMBROS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE JUNDIAÍ - COMPOSIÇÃO DE MANDATO**

**Plenária: Dia 16 de dezembro de 2020. Horas: 9:00 horas. Local: Paço Municipal**

**Inscrição:** As inscrições dos candidatos e delegados estarão disponíveis de **03 de novembro de 2020 a 27 de novembro de 2020** devendo obrigatoriamente ser realizadas através de formulário próprio disponível online, através do portal da prefeitura, [www.jundiai.sp.gov.br](http://www.jundiai.sp.gov.br), a partir das 8h de **03 de novembro de 2020** até às 12 horas **27 de novembro de 2020** ou pessoalmente no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Jundiaí. Localizado na Rua Senador Fonseca, 605 - Centro, Jundiaí/SP das 11 horas do dia **03 de novembro de 2020** até as 12 horas do **27 de novembro de 2020**, ou enviar pelo e-mail do COMSEA: [consea-jd@jundiai.sp.gov.br](mailto:consea-jd@jundiai.sp.gov.br). Os documentos obrigatórios para efetivação da inscrição, estão relacionados no item 7(sete) deste Edital.

### SEGMENTOS

( ) Representantes dos Movimentos Sindicais, associações de classes de empregados e patronal, urbano e rural e organizações e Instituições Ligadas ao setor produtivo.

( ) Representantes de Instituições de ensino técnico, superior e de pesquisa.

( ) Representantes de Instituições religiosas de diferentes expressões de fé

( ) Representantes das associações civis de assistência social, saúde e educação, de entidades populares organizadas e das associações comunitárias, com afinidade aos objetivos de Segurança Alimentar e Nutricional.

( ) Representantes das redes territoriais e setoriais, a representação de usuários dos serviços por meio de associação de moradores, conselhos gestores de serviços públicos, associação de pais e mestres, redes comunitárias e organizações estudantis

### DADOS DA ORGANIZAÇÃO:

Nome da Organização \_\_\_\_\_  
CNPJ \_\_\_\_\_  
Endereço \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_  
Bairro \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_  
Telefone \_\_\_\_\_  
E-mail \_\_\_\_\_

### NOME DO CANDIDATO:

RG \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_  
Endereço \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_  
Bairro \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_  
Telefone \_\_\_\_\_  
E-mail \_\_\_\_\_



## ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

### DELEGADOS: (Apenas com direito a voto)

1. \_\_\_\_\_  
RG \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_  
E-mail \_\_\_\_\_  
TEL. \_\_\_\_\_  
2. \_\_\_\_\_  
RG \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_  
E-mail \_\_\_\_\_  
TEL. \_\_\_\_\_

Assinatura do Responsável pela Organização / Segmento por onde foi indicado

Assinatura do Candidato (a)

### COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO A CONSELHEIRO (A) E A DELEGADO DO COMSEA JD MANDATO – GESTÃO 2021-2023

Nome do Candidato \_\_\_\_\_  
**SEGMENTOS**

( ) Representantes dos Movimentos Sindicais, associações de classes de empregados e patronal, urbano e rural e organizações e Instituições Ligadas ao setor produtivo.

( ) Representantes de Instituições de ensino técnico, superior e de pesquisa.

( ) Representantes de Instituições religiosas de diferentes expressões de fé

( ) Representantes das associações civis de assistência social, saúde e educação, de entidades populares organizadas e das associações comunitárias, com afinidade aos objetivos de Segurança Alimentar e Nutricional.

( ) Representantes das redes territoriais e setoriais, a representação de usuários dos serviços por meio de associação de moradores, conselhos gestores de serviços públicos, associação de pais e mestres, redes comunitárias e organizações estudantis

**Plenária: Dia 16 de dezembro de 2020. Horas: 9:00 horas. Local: Paço Municipal**

**Inscrição:** As inscrições dos candidatos e delegados estarão disponíveis de **03 de novembro de 2020 a 27 de novembro de 2020** devendo obrigatoriamente ser realizadas através de formulário próprio disponível online, através do portal da prefeitura, [www.jundiai.sp.gov.br](http://www.jundiai.sp.gov.br), a partir das 8h de **03 de novembro de 2020** até às 12 horas **27 de novembro de 2020** ou pessoalmente no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Jundiaí. Localizado na Rua Senador Fonseca, 605 - Centro, Jundiaí/SP das 11 horas do dia **03 de novembro de 2020** até as 12 horas do **27 de novembro de 2020** ou enviar pelo e-mail do COMSEA: [consea-jd@jundiai.sp.gov.br](mailto:consea-jd@jundiai.sp.gov.br)

**Data da Inscrição** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Secretaria Executiva COMSEA-JD:

### MODELO DA CARTA DE INDICAÇÃO

#### PAPEL TIMBRADO DA ORGANIZAÇÃO

Jundiaí,

Ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Jundiaí

A \_\_\_\_\_ por meio de seus representantes legais, abaixo assinada vem, pelo presente indicar seus representantes como Candidato (a) e Delegados (as) para a eleição de Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Jundiaí para gestão 2021-2023:

Candidato (a) \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Delegado (a) \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Delegado (a) \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura do Responsável pela Organização

## FUMAS

### PARECER

REF.: CONVITE OBRAS Nº 01/2020

PROCESSO N.º: 0131-9/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVIMENTO E FORNECIMENTO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ARQUITETURA, SONDAÇÃO A PERCUSSÃO, PROJETOS ESTRUTURAIS, PROJETOS COMPLEMENTARES E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA QUANTITATIVA PARA EXECUÇÃO DE 40 UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL NO JARDIM SÃO CAMILO – JUNDIAÍ/SP.

Em face dos fatos que consta nos autos, a Comissão de Habilitação e Julgamento de Licitações – CHJL da Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS, decidiu por julgar IMPROCEDENTE o recurso interposto pela empresa CITPLAN ENGENHARIA LTDA – EPP, mantendo a classificação da proposta comercial da empresa PADILHA & RIBEIRO ENGENHARIA LTDA, bem como a adjudicação do objeto ao vencedor da licitação em epígrafe.

Jundiaí, 26 de outubro de 2020.

MARCOS VALENTIM REYNALDO

JULIANO MARIGHETTO

RUBENS MUSSATTO JUNIOR

Ciente e de acordo com a decisão da Comissão de Habilitação e Julgamento de Licitações – CHJL, que julgou IMPROCEDENTE o recurso interposto pela empresa CITPLAN ENGENHARIA LTDA – EPP, referente ao Convite Obras n.º 01/2020.

SOLANGE APARECIDA MARQUES

Superintendente

### Extrato de Contratos e Aditivos

CONTRATO Nº 16/20 - CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS - CONTRATADA: CORSI ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP OBJETO: Contratação de empresa especializada para desenvolvimento e fornecimento de projetos complementares de infraestrutura para a Baixada do Paraná – Jundiaí-SP. VALOR TOTAL: R\$ 48.541,19 - ASSINATURA: 22 de outubro de 2020 - PROCESSO nº 00356-2/20 - MODALIDADE: Tomada de Preços nº 02/2020 - PRAZO DE VIGENCIA: 180(cento e oitenta) dias - PROPONENTES: 04.

Diretoria do Departamento de Planejamento, Gestão e Finanças

### EXTRATOS DE CONTRATOS E ADITIVOS

TERMO DE SUPRESSÃO I, que se faz ao Contrato nº 12/17 CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL FUMAS - CONTRATADA: SCALLI SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA. - PROCESSO Nº: 02.874-0/2016 ASSINATURA: 22 de outubro de 2020 – OBJETO: Prestação de serviços de trabalho técnico social, no pós ocupacional, para elaboração de diagnóstico socioeconômico complementar, elaboração do plano de desenvolvimento sócio territorial PDST e execução do plano de desenvolvimento sócio territorial PDST pós ocupação-MODALIDADE: Concorrência nº 06/2016 ASSUNTO: Fica suprimido o valor total de R\$ 50.832,11, com base no artigo 65 inciso I, alínea “b” e § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

Diretoria do Núcleo de Planejamento, Gestão e Finanças

### ATO NORMATIVO Nº 107, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020.

SOLANGE APARECIDA MARQUES, Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS, Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais:



## FUMAS

Considerando o disposto no artigo 4º da Lei Municipal nº 9.363, de 18/12/2019, Lei Federal nº 4.320/64 e Decreto Municipal nº 28.702, de 27/12/2019;

Considerando a necessidade de suplementação de dotação orçamentária, para cobertura de despesas do SFM:

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Fica aberto no orçamento da Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

054.01.008.244.0190.8542 – Gestão Operacional do SFM

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

7.401 – Fonte Vinculada à FUMAS

**TOTAL R\$ 60.000,00**

Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o art. 1º, far-se-á com:

I – Recurso indicado no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64.

**TOTAL R\$ 60.000,00**

Artigo 3º - Este Ato Normativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS  
SOLANGE APARECIDA MARQUES  
Superintendente

### ATO NORMATIVO Nº 108, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020.

SOLANGE APARECIDA MARQUES, Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS, Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o disposto no artigo 4º da Lei Municipal nº 9.363, de 18/12/2019, Lei Federal nº 4.320/64 e Decreto Municipal nº 28.702, de 27/12/2019;

Considerando a necessidade de remanejamento da dotação orçamentária, para cobertura de despesas da FUNDAÇÃO:

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Fica aberto no orçamento da Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

054.01.016.482.0200.7103 – Produção Hab. Interesse Social

4.4.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - PJ

0 – Própria

**TOTAL R\$ 20.000,00**

Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o art. 1º, far-se-á com a anulação parcial da seguinte dotação do orçamento corrente:

054.01.016.244.0200.8545 – Prog. Rem. Temp. – Aux. Moradia

3.3.90.48.00 – Outros Aux. Financeiros à PF

0 – Própria

**TOTAL R\$ 20.000,00**

Artigo 3º - Este Ato Normativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS  
SOLANGE APARECIDA MARQUES  
Superintendente

### ATO NORMATIVO Nº 109, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020.

SOLANGE APARECIDA MARQUES, Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS, Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o disposto no artigo 4º da Lei Municipal nº 9.363, de

18/12/2019, Lei Federal nº 4.320/64 e Decreto Municipal nº 28.702, de 27/12/2019;

Considerando a necessidade de suplementação de dotação orçamentária, para cobertura de despesas da FUNDAÇÃO:

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Fica aberto no orçamento da Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

054.01.004.122.0190.8550 – Gestão Operacional da Ativ. Adm.

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - PJ

7.401 – Fonte Vinculada à FUMAS

**TOTAL R\$ 30.000,00**

Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o art. 1º, far-se-á com:

I – Recurso indicado no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64.

**TOTAL R\$ 30.000,00**

Artigo 3º - Este Ato Normativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS  
SOLANGE APARECIDA MARQUES  
Superintendente

## INEDITORIAL

**CLUBE DA LADY DE JUNDIAÍ**

**CNPJ – 58.386.566/0001-83**

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO DE NOVA**

**DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO**

**CLUBE DA LADY DE JUNDIAÍ – BIÊNIO 2021 / 2022**

**O CLUBE DA LADY DE JUNDIAÍ**, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob n. 58.386.566/0001-83, com sede a Rua do Retiro, 280, apto. 171 Vila Virginia na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, **CONVOCA** suas associadas, através do presente edital, de acordo com as disposições estatutárias, a participarem da ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, que se realizará dia 11 de Novembro de 2020, de forma virtual, em decorrência da pandemia do novo CoronaVírus, conforme lei n. 14.030/20, que dispõem sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado. Seguindo orientações abaixo para tratar das seguintes matérias constantes da ordem do dia.

Data : 11 de Novembro de 2020.

1ª convocação: As 19h em primeira chamada, conforme previsto em estatuto, com quorum mínimo de 2/3 das associadas

2ª convocação: As 19h30, caso não se atinja o quorum mínimo previsto em 1ª convocação com qualquer quorum,

Ordem do Dia: Eleição da nova Diretoria do Clube da Lady de Jundiaí, para o biênio de 2021/2022.

Forma de votação: Será disponibilizado no grupo de WatsApp das associadas “Mulheres do Bem” o link para acesso remoto.

Jundiaí/SP 27 de outubro de 2020

Profa. NAILOR TREVISAN GROPELO

PRESIDENTE DO CLUBE DA LADY DE JUNDIAÍ





## PODER LEGISLATIVO

### **EMENDA À LEI ORGÂNICA DE JUNDIAÍ Nº 88, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020.**

(Cícero Camargo da Silva)

Prevê competência e objetivos para a ordem econômica municipal.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, conforme o Plenário aprovou em 27 de outubro de 2020, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica de Jundiaí:

Art. 1o. A Lei Orgânica de Jundiaí passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

#### **“TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

(...)

#### **Capítulo II Da Competência Municipal**

(...)

Art. 7o. (...)

(...)

XII – promover a livre iniciativa e incentivar o empreendedorismo.

(...)

#### **TÍTULO V DAS FINANÇAS PÚBLICAS**

(...)

#### **Capítulo III Da Ordem Econômica**

(...)

Art. 133-B. A ordem econômica municipal tem por objetivos:

I – assegurar a liberdade para empreender e para exercer atividades econômicas;

II – restringir a intervenção do Poder Público ao estritamente necessário à preservação da ordem e à proteção do interesse público, com razoabilidade e proporcionalidade na edição de regulamentos e na fiscalização;

III – simplificar, desburocratizar e agilizar procedimentos administrativos indispensáveis à liberação do exercício de atividades econômicas;

IV – garantir a equidade, a isonomia e a presunção de boa-fé nas relações dos particulares com o Poder Público.” (NR)

Art. 2o. Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte e sete de outubro de dois mil e vinte (27/10/2020).

**A MESA**

**FAOUAZ TAHA**

**Presidente**

**WAGNER TADEU LIGABÓ**  
1º Secretário

**ROGÉRIO RICARDO DA SILVA**  
2º Secretário

Autógrafo

#### **PROJETO DE LEI Nº. 12.956**

(Douglas Medeiros)

Prevê afixação, nos estabelecimentos públicos municipais que especifica, de cartaz acerca dos deveres da família, da sociedade e do Estado com relação às crianças, adolescentes e jovens.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 27 de outubro de 2020 o Plenário aprovou:

Art. 1º. Afixar-se-ão em escolas públicas, postos de saúde e ginásios esportivos municipais, nas áreas de acesso principais, cartazes com esclarecimentos acerca dos deveres da família, da sociedade e do Estado com relação às crianças, adolescentes e jovens.

Parágrafo único. Os cartazes conterão a íntegra do art. 227 da Constituição Federal, conforme disposto abaixo:

“Art. 227 da Constituição Federal: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Art. 2º. O Poder Executivo poderá, para fins de custeio, estabelecer convênios com a sociedade civil organizada e/ou Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA para confecção dos cartazes.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte e sete de outubro de dois mil e vinte (27/10/2020).

**FAOUAZ TAHA**  
Presidente

Autógrafo

#### **PROJETO DE LEI Nº 13.149**

(Leandro Palmarini)

Institui a Campanha de Incentivo à Esterilização de Cães e Gatos, destinada a animais cuidados por tutores comunitários.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 27 de outubro de 2020 o Plenário aprovou:

Art. 1o. É instituída a Campanha de Incentivo à Esterilização de Cães e Gatos, a ser promovida pela sociedade civil organizada, destinada aos animais que vivem em logradouros públicos e são cuidados por moradores das comunidades locais (tutores comunitários).

§ 1o. As ações da Campanha incluirão, dentre outras medidas, a conscientização desses tutores a respeito da importância da esterilização para o controle populacional e a redução da quantidade de animais em situação de rua.

§ 2o. Quando realizada a esterilização, se não ocorrer a adoção plena do animal, este poderá ser devolvido aos cuidados dos tutores comunitários.

Art. 2o. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte e sete de outubro de dois mil e vinte (27/10/2020).

**FAOUAZ TAHA**  
Presidente

Autógrafo

### **PROJETO DE LEI Nº 13.228**

(Cristiano Lopes)

Altera a Lei 2.140/1975, que dispõe sobre serviços de limpeza pública, para prever prazo de remoção de animais mortos de pequeno porte.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 27 de outubro de 2020 o Plenário aprovou:

Art. 1º. O artigo 3º da Lei nº. 2.140, de 13 de outubro de 1975, que dispõe sobre serviços de limpeza pública, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo, convertendo-se o parágrafo único em § 1º:

"Art 3º. (...)

(...)

§ 2º Para o disposto na alínea "h" do 'caput' deste artigo, a remoção será realizada em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas, contadas da solicitação." (NR)

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte e sete de outubro de dois mil e vinte (27/10/2020).

**FAOUAZ TAHA**  
Presidente

Autógrafo

### **PROJETO DE LEI Nº 13.234**

(Faouaz Taha, Leandro Palmarini, Paulo Sergio Martins, Rafael Antonucci)

Altera a Lei 7.341/2009, que veda distribuição e comércio de organofosforado carbamato ("chumbinho") pelos estabelecimentos que especifica, para exigir afixação de cartaz informativo da vedação.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 27 de outubro de 2020 o Plenário aprovou:

Art. 1o. A Lei no 7.341, de 22 de setembro de 2009, que veda distribuição e comércio de organofosforado carbamato ("chumbinho") pelos estabelecimentos que especifica, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1o. (...)

Parágrafo único. Os estabelecimentos referidos no 'caput' deste artigo afixarão em local de fácil visibilidade cartaz informando a vedação prevista nesta lei." (NR)

Art. 2o. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte e sete de outubro de dois mil e vinte (27/10/2020).

**FAOUAZ TAHA**  
Presidente

Autógrafo

### **PROJETO DE LEI Nº 13.266**

(Leandro Palmarini, Valdeci Vilar Matheus)

Altera a Lei 8.351/2014, que institui Normas de Defesa e Bem-Estar Animal, para prever obrigatoriedade de comunicação, pelos profissionais e estabelecimentos que especifica, no caso de indícios de maus-tratos nos animais atendidos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 27 de outubro de 2020 o Plenário aprovou:

Art. 1º. A Lei nº 8.351, de 16 de dezembro de 2014, que institui Normas de Defesa e Bem-Estar Animal, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

"Art. 2º-A. Os 'pet-shops' que prestam serviço de banho e tosa, as clínicas e hospitais veterinários e os médicos veterinários, inclusive os que atendam em domicílio, comunicarão o órgão municipal competente, por meio de ofício físico, quando detectarem indícios de maus-tratos em animais atendidos.

§ 1º. Do ofício de informação constarão os seguintes dados:

I – qualificação contendo nome, endereço e telefone de contato do acompanhante do animal presente no momento do atendimento;

II – relatório do atendimento prestado, contendo espécie, raça e características físicas do animal, descrição de sua situação de saúde na hora do atendimento e os respectivos procedimentos adotados.

§ 2º. O descumprimento do disposto no 'caput' deste artigo implica multa no valor de 5 (cinco) Unidades Fiscais do Município-UFMs, dobrada na reincidência." (NR)

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte e sete de outubro de dois mil e vinte (27/10/2020).

**FAOUAZ TAHA**  
Presidente

Autógrafo

### **PROJETO DE LEI Nº 12.800**

(Paulo Sergio Martins)

Denomina "Praça NILZA JOANNA DE ALMEIDA OTERO" área pública localizada na Rua Gentil Gonçalves, no loteamento Vivenda Centenário.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 27 de outubro de 2020 o Plenário aprovou:

Art. 1º. É denominada "Praça NILZA JOANNA DE ALMEIDA OTERO" área pública localizada na Rua Gentil Gonçalves, no loteamento Vivenda Centenário, conforme assinalado na planta integrante desta lei.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte e sete de outubro de dois mil e vinte (27/10/2020).

**FAOUAZ TAHA**  
Presidente

## PODER LEGISLATIVO



Autógrafo

### **PROJETO DE LEI Nº 13.268**

(Romildo Antonio da Silva)

Denomina "Rua ANTONIO PILON" a Rua 2 do loteamento Residencial Água Doce, no Bairro Água Doce.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 27 de outubro de 2020 o Plenário aprovou:

Art. 1º. É denominada "Rua ANTONIO PILON" a Rua 2 do loteamento Residencial Água Doce, no Bairro Água Doce, conforme assinalado no croqui integrante desta lei.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte e sete de outubro de dois mil e vinte (27/10/2020).

**FAOUAZ TAHA**  
Presidente

Autógrafo

### **PROJETO DE LEI Nº 13.095**

(Leandro Palmarini)

Denomina "Travessa FRANCISCO FERREIRA" a Travessa 2 do loteamento Cavetá, no bairro Jundiaí-Mirim.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 27 de outubro de 2020 o Plenário aprovou:

Art. 1º. É denominada "Travessa FRANCISCO FERREIRA" a Travessa 2 do loteamento Cavetá, no bairro Jundiaí-Mirim, conforme assinalado no croqui integrante desta lei.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte e sete de outubro de dois mil e vinte (27/10/2020).

**FAOUAZ TAHA**  
Presidente

Rua 02 - Código 4069 - Matrícula 163.698



### **RESENHA DA 160ª SESSÃO Ordinária DA 17ª LEGISLATURA** (Em 27 de outubro de 2020)

#### **1) ABERTURA**

Horário de Início: 09:00 horas

##### **1.a) Mesa Diretora**

Presidência: Faouz Taha, Marcelo Gastaldo.

1.ª Secretária: Wagner Tadeu Ligabó.

2.ª Secretária: Rogério Ricardo da Silva.

##### **1.b) Presença**

Adriano Santana dos Santos, Arnaldo Ferreira de Moraes, Cícero Camargo da Silva, Cristiano Vecchi Castro Lopes, Douglas do Nascimento Medeiros, Edicarlo Vieira, Faouz Taha, Gustavo Martinelli, Leandro Palmarini, Marcelo Roberto Gastaldo, Márcio Petencostes de Sousa, Paulo Sergio Martins, Rafael Antonucci, Roberto Conde Andrade, Rogério Ricardo da Silva, Romildo Antonio da Silva e Valdeci Vilar Matheus.

Ausentes: Antonio Carlos Albino e Wagner Tadeu Ligabó.

#### **2) PEQUENO EXPEDIENTE**

##### **2.a) Matérias Apresentadas**







## PODER LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI No. 13.279/2020 - PREFEITO MUNICIPAL - Prorroga o mandato dos membros do Conselho Municipal de Política sobre Drogas-COMAD.

PROJETO DE LEI No. 13.280/2020 - MÁRCIO PETENCOSTES DE SOUSA - Prevê disponibilização de banheiros químicos, por empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, aos funcionários que trabalham em serviços externos.

VETO No. 10/2020 - PREFEITO MUNICIPAL - VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI No. 12.748, do Vereador ANTONIO CARLOS ALBINO, que prevê publicidade de informações sobre vistorias periódicas em viadutos, pontes, túneis e passarelas.

MOÇÃO No. 351/2020 - DOUGLAS DO NASCIMENTO MEDEIROS - APELO ao Presidente da Câmara dos Deputados, para inclusão na pauta do Projeto de Lei 4.754/2016, que tipifica crime de responsabilidade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a usurpação de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo.

### 2.b) Requerimentos

- ao Plenário:

No. 338/2020 - EDICARLOS VIEIRA - INFORMAÇÕES do Executivo sobre o novo sistema de containerização da coleta de lixo orgânico.

- à Presidência:

No. 741/2020 - FAOUAZ TAHA - CONGRATULAÇÕES com o Sr. Marcel Fehr, titular da Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de Jundiaí-Dise, pela excelência dos serviços prestados ao Município.

No. 742/2020 - FAOUAZ TAHA - CONGRATULAÇÕES com o Dr. Luiz Carlos Branco Júnior, Delegado Seccional de Jundiaí, pela excelência dos serviços prestados ao Município.

No. 743/2020 - FAOUAZ TAHA - CONGRATULAÇÕES com o Sr. Márcio Alberto Moraes, Diretor do Departamento de Limpeza Pública, da Unidade de Gestão de Infraestrutura e Serviços Públicos da Prefeitura de Jundiaí, pela excelência dos serviços prestados ao Município.

No. 744/2020 - FAOUAZ TAHA - CONGRATULAÇÕES com o Sr. Alan Baptista da Silva, Assessor de Políticas Governamentais da Unidade de Gestão de Governo e Finanças da Prefeitura de Jundiaí, pela excelência dos serviços prestados ao Município.

### 2.c) Indicações Despachadas

No. 17780/2020 - ARNALDO FERREIRA DE MORAES - Pavimentação asfáltica em toda a extensão da Alameda das Flamboyants (Chácara Monterrey).

No. 17781/2020 - ARNALDO FERREIRA DE MORAES - Pavimentação asfáltica da Alameda dos Flamboyants (Chácara Monterrey).

No. 17782/2020 - ARNALDO FERREIRA DE MORAES - Pavimentação asfáltica da Avenida Geraldo Azzoni (Bairro Champirra).

No. 17783/2020 - ARNALDO FERREIRA DE MORAES - Construção de área de lazer com playground e academia ao ar livre em área pública no Bairro Vista Alegre.

No. 17784/2020 - ARNALDO FERREIRA DE MORAES - Construção de área de lazer com playground e academia ao ar livre em área pública localizada na Avenida Geraldo Azzoni (Bairro Champirra).

No. 17785/2020 - ARNALDO FERREIRA DE MORAES - Pavimentação asfáltica na Avenida Luiz Pereira dos Santos (Jardim Celeste).

No. 17786/2020 - ARNALDO FERREIRA DE MORAES - Construção de Clínica da Família em Vila Rami.

No. 17787/2020 - ARNALDO FERREIRA DE MORAES - Rondas ostensivas da Guarda Municipal nos bairros da Região da Vila Hortolândia.

No. 17788/2020 - ARNALDO FERREIRA DE MORAES - Estudos de trânsito para garantir maior segurança e otimizar o fluxo de veículos na Rua Palmira Cervi Bárbaro (Cidade Santos Dumont).

No. 17789/2020 - ARNALDO FERREIRA DE MORAES - Instalação de semáforo para pedestres na Avenida Pedro Clarismundo Formari, altura do nº 1490 (Bairro Engordadouro).

No. 17790/2020 - MARCELO ROBERTO GASTALDO - Ronda da Guarda Municipal aos finais de semana à noite na Rua Jussara (Vila Ruy Barbosa) CEP: 13219-100.

No. 17791/2020 - MARCELO ROBERTO GASTALDO - Manutenção nas calhas do Terminal Cecap - CEP: 13214-717.

No. 17792/2020 - MARCELO ROBERTO GASTALDO - Recapeamento da Rua Pedro Egydio Machado (Vila Nambi) CEP: 13219-073.

No. 17793/2020 - MARCELO ROBERTO GASTALDO - Estudo para implantação de mão dupla de direção na Rua Jussara, nº 113 a 167 (Vila Ruy Barbosa) CEP: 13219-100.

No. 17794/2020 - MARCELO ROBERTO GASTALDO - Instalação de contêiner para lixo na Rua Alberto Moraes Pereira (Vila Argos Velha) CEP: 13201-630.

No. 17795/2020 - MARCELO ROBERTO GASTALDO - Raspagem nas guias e calçadas da Rua Monteiro Lobato (Vila Argos Nova) CEP: 13201-590.

No. 17796/2020 - MARCELO ROBERTO GASTALDO - Poda de árvores na Rua Antenor Formis nº 219 (Jardim Esplanada) CEP: 13202-080.

No. 17797/2020 - MARCELO ROBERTO GASTALDO - Raspagem de guias e calçadas na Rua Lucia B. Passarin (Jardim Vila Rica) CEP: 13216-351.

No. 17798/2020 - MARCELO ROBERTO GASTALDO - Revitalização do Parque Ecológico Morada das Vinhas, José Roberto Mota, 'Barroca'.

No. 17799/2020 - MARCELO ROBERTO GASTALDO - Manutenção em boca de lobo em frente ao bloco 05 na Rua Uva Diamante Negro (Bairro Morada das Vinhas) CEP: 13214-702.

No. 17800/2020 - PAULO SERGIO MARTINS - Estudos visando a implantação de rampa de acesso para cadeirantes na Praça Dr. Raphael Mauro, localizada na Rua Irmã Francisca Joseph Goossens (bairro Colônia) - CEP: 13218-111.

No. 17801/2020 - PAULO SERGIO MARTINS - Manutenção nos bancos da Praça Tereza de Jesus Saldanha (Vila Rio Branco) - CEP: 13215-275.

No. 17802/2020 - PAULO SERGIO MARTINS - Revitalização no canteiro central da Av. Alexandre Fleming (Jardim Pacaembu) - CEP: 13218-330.

No. 17803/2020 - PAULO SERGIO MARTINS - Reparos no alambrado da área de lazer Vereador José Pereira Paschoa situada na confluência das Ruas Santiago, Luiz Antonio Aiello e Buenos Aires (Vila Helena).

No. 17804/2020 - PAULO SERGIO MARTINS - Reparos e manutenção nos aparelhos de ginástica que se encontram danificados na área de lazer Vereador José Pereira Paschoa, situada na confluência das Ruas Santiago, Luiz Antonio Aiello e Buenos Aires (Vila Helena).

No. 17805/2020 - PAULO SERGIO MARTINS - Implantação de brinquedos e de equipamentos de ginástica ao ar livre, na praça localizada no final da Rua Claudemir Galdino (Jardim do Lago) - CEP: 13203-528.

No. 17806/2020 - PAULO SERGIO MARTINS - Implantação de cobertura no ponto de parada de ônibus na Rua Alessandro Di Berardo, em frente ao nº 1.900 (bairro Medeiros) - CEP: 13212-448.

No. 17807/2020 - PAULO SERGIO MARTINS - Raspagem de sarjeta em toda extensão da Rua Prof. Emilio Mazzola (Jardim Samambaia) - CEP: 13211-689.

No. 17808/2020 - PAULO SERGIO MARTINS - Raspagem de sarjeta em toda extensão na Rua Dorival Sampaio (Jardim Samambaia) - CEP: 13211-680.

No. 17809/2020 - PAULO SERGIO MARTINS - Repinte da sinalização de "Pare" na Rua Nossa Senhora das Graças, nº. 70 (Vila Aparecida) - CEP: 13218-442.

No. 17810/2020 - EDICARLOS VIEIRA - Troca de lâmpada queimada na Estrada Municipal do Varjão, altura do nº 3.045 (Jardim Novo Horizonte) CEP: 13212-590.

No. 17811/2020 - EDICARLOS VIEIRA - Manutenção em boca de lobo na Av. Luiz Pellizzari, altura do nº 1.029 (Bairro Distrito Industrial) CEP: 13213-073.

No. 17812/2020 - EDICARLOS VIEIRA - Implantação de sinalização em ponto de parada de ônibus na Rod. Akzo Nobel (Bairro do Poste).



## PODER LEGISLATIVO

Nº. 17813/2020 - EDICARLOS VIEIRA - Estudo para remoção de árvore ou corte de suas raízes na Rua Dr. Jelson Cayres Lopes, defronte ao nº 75 (Parque Residencial Jundiaí) CEP 13212-461.

Nº. 17814/2020 - EDICARLOS VIEIRA - Estudo para implantação de dispositivo ou artifício para redução de velocidade dos veículos na Rua Roque Marcelino (Parque Almerinda Pereira Chaves) CEP 13212-565.

Nº. 17815/2020 - EDICARLOS VIEIRA - Remoção de árvores cujas raízes ameaçam danificar duto de gás natural na Rua Diácono Lázaro Domingos, altura do nº 308 (Parque Residencial Jundiaí) CEP 13212-466.

Nº. 17816/2020 - EDICARLOS VIEIRA - Estudo para implantação de dispositivo ou artifício para redução de velocidade dos veículos na Rua Maria Amélia de Castro Prestes (Parque Residencial Jundiaí) CEP 13212-488.

Nº. 17817/2020 - EDICARLOS VIEIRA - Tapamento de buraco na Av. Cezar Brunholi (Residencial Santa Giovana) CEP 13212-826.

Nº. 17818/2020 - EDICARLOS VIEIRA - AMPLIAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE LIXEIRAS DANIFICADAS NA RUA MARCHI (BOM JARDIM).

Nº. 17819/2020 - EDICARLOS VIEIRA - AMPLIAÇÃO DE PONTO DE PARADA DE ÔNIBUS SITUADO NA AV. JUNDIAÍ (BAIRRO ANHANGABAÚ).

Nº. 17820/2020 - WAGNER TADEU LIGABÓ - Tapamento de buraco na Avenida Américo Bruno nº88 (Vila Santana).

Nº. 17821/2020 - WAGNER TADEU LIGABÓ - Tapamento de buraco na Avenida Antonio Frederico Ozanan cruzamento com a Rua Joaquim Nabuco (Ponte São João).

Nº. 17822/2020 - WAGNER TADEU LIGABÓ - Tapamento de buraco no Viaduto Sperandio Pellicieri em toda extensão (Vila Argos Velha).

Nº. 17823/2020 - WAGNER TADEU LIGABÓ - Tapamento de buraco na Rua Avenida Imigrantes dos Italianos em toda extensão (Bairro Colônia)

Nº. 17824/2020 - WAGNER TADEU LIGABÓ - Tapamento de buraco em toda extensão da Rua Angelo Carlos Mation (Jardim Tamoio).

Nº. 17825/2020 - WAGNER TADEU LIGABÓ - Tapamento de buraco na Rua Bartolomeu Lourenço altura do nº 51 (Centro).

Nº. 17826/2020 - ADRIANO SANTANA DOS SANTOS - Implantação de Academia ao Ar Livre na Praça Família Messina, situada no cruzamento das ruas Tiradentes e Benvinda Del Nero (Jardim Florestal) – CEPs. 13215-635 e 13215-690.

Nº. 17827/2020 - ADRIANO SANTANA DOS SANTOS - Implantação de Parque Infantil na Praça Família Messina, situada no cruzamento das ruas Tiradentes e Benvinda Del Nero (Jardim Florestal) – CEPs. 13215-635 e 13215-690.

Nº. 17828/2020 - ADRIANO SANTANA DOS SANTOS - Adaptação do solo para prática de skate e implantação de bancos na Praça Família Messina, situada no cruzamento das ruas Tiradentes e Benvinda Del Nero (Jardim Florestal) - CEPs: 13215-635 e 13215-690.

Nº. 17829/2020 - ADRIANO SANTANA DOS SANTOS - Nivelamento de poços de visita (pvs) na altura do número 167 Rua Tenente José Barbarini (Jardim Santa Gertrudes) - CEP: 13205-320.

Nº. 17830/2020 - ADRIANO SANTANA DOS SANTOS - Nivelamento de asfalto e guia para escoamento de água na altura do número 142 da Rua Casemiro Brits Figueiredo (Jardim Santa Gertrudes) – CEP.13205-490.

Nº. 17831/2020 - ADRIANO SANTANA DOS SANTOS - Manutenção na EMEB Profª. Adail de Oliveira Lenhaioli, situada a Rua Analândia, nº 271 (Vila Esperança) – CEP.13203-840.

Nº. 17832/2020 - ADRIANO SANTANA DOS SANTOS - Estudo para remoção de árvore na Rua Catânia, nº 365 (Jardim Messina) CEP: 13.207-430.

Nº. 17833/2020 - ADRIANO SANTANA DOS SANTOS - Poda de árvores na altura do número 205 da Rua Leonice Gualda Nunes, (Jardim Santa Gertrudes) - CEP: 13205-360.

Nº. 17834/2020 - ADRIANO SANTANA DOS SANTOS - Poda URGENTE de árvores na altura do número 475 da Rua Londrina (Vila Maringá) - CEP: 13210-052.

Nº. 17835/2020 - CÍCERO CAMARGO DA SILVA - Providências para ligação da rede coletora de esgoto para atender ao Loteamento Santo Expedito e adjacências, na região do Bairro do Poste.

Nº. 17836/2020 - CÍCERO CAMARGO DA SILVA - Reparo asfáltico na Rua Itamar Mazallo, próximo ao nº 30, (Jardim Celeste) - CEP: 13.214-801.

Nº. 17837/2020 - CÍCERO CAMARGO DA SILVA - Tapamento de buraco na Rua Acre, próximo ao nº 191 (Vila Didi) CEP: 13.203-280.

Nº. 17838/2020 - CÍCERO CAMARGO DA SILVA - Poda de árvore localizada na Rua Florianópolis, 227 (Jardim Esplanada) - CEP: 13.202-141.

Nº. 17839/2020 - CÍCERO CAMARGO DA SILVA - Substituição de árvore localizada na Rua Carlos Hummel Guimarães, 254, (Jardim Tamoio) CEP: 13.219-240.

Nº. 17840/2020 - CÍCERO CAMARGO DA SILVA - Conserto em tampa de galeria de águas pluviais localizada na Rua União, próximo ao nº 452 (Parque União) - CEP:13.206-650.

Nº. 17841/2020 - CRISTIANO VECCHI CASTRO LOPES - Providências urgentes para fechamento adequado de bueiros de água pluviais localizados na Avenida Geraldo Azzoni, altura do número 1.625 e adjacências (CEP 13.215-840).

Nº. 17842/2020 - CRISTIANO VECCHI CASTRO LOPES - Implantação de iluminação pública na Avenida Carlos Martins (bairro Pinheirinho) - CEP 13.215-735.

Nº. 17843/2020 - CRISTIANO VECCHI CASTRO LOPES - Fiscalização e, se necessário, notificação de proprietário para manutenção de piscina e corte de mato na Avenida Amadeu Ribeiro, 266 (bairro Anhangabaú) - CEP 13.208-060.

Nº. 17844/2020 - CRISTIANO VECCHI CASTRO LOPES - Urgente poda de galhos e raízes de árvore localizada na Avenida Amadeu Ribeiro, defronte do número 266 (bairro Anhangabaú) - CEP 13.218-060.

Nº. 17845/2020 - CRISTIANO VECCHI CASTRO LOPES - Averiguação de mau cheiro em bueiro localizado na Rua Rio de Janeiro, esquina com a Rua Bahia e adoção urgente de medidas para solução do problema (Jardim Tarumã) - CEP 13216-570.

Nº. 17846/2020 - CRISTIANO VECCHI CASTRO LOPES - Urgente retomada e finalização das obras de reforma do CECE Romão de Souza (bairro Colônia).

Nº. 17847/2020 - MÁRCIO PETENCOSTES DE SOUSA - Corte de mato, limpeza e canalização de córrego localizado na Rua Américo Mietto, altura do nº 111 (Jardim Corrupira).

Nº. 17848/2020 - MÁRCIO PETENCOSTES DE SOUSA - Poda de árvore localizada na Rua Benedito de Paula, nº 37 (Parque dos Ingás).

Nº. 17849/2020 - MÁRCIO PETENCOSTES DE SOUSA - Poda de árvore localizada na Rua Francisco Lopes, nº 235 (Jardim Tulipas).

Nº. 17850/2020 - MÁRCIO PETENCOSTES DE SOUSA - Limpeza de boca de lobo, localizada na R. Profª. Olga Nilza dos Santos Machado, nº 48 (Conjunto Habitacional Vista Alegre – Jardim Corrupira).

Nº. 17851/2020 - MÁRCIO PETENCOSTES DE SOUSA - Fiscalização e controle do uso de armadilhas para peixes no lago do Vale Azul.

Nº. 17852/2020 - VALDECI VILAR MATHEUS - Tapamento de buraco em frente ao número 65 da Rua José Mascarini (Vila Nambi) - CEP 13219-075.

Nº. 17853/2020 - VALDECI VILAR MATHEUS - Tapamento de buracos na Rua Antônio Zandona, altura dos números 895 e 997 (Vila Santana) - CEP 13219-030.

Nº. 17854/2020 - VALDECI VILAR MATHEUS - Tapamento de buracos na calha de água no cruzamento da Rua Dr. Carlos Augusto de Castro com a Rua Carlos Hummel Guimarães (Jardim Tamoio) - CEP 13219-250.

Nº. 17855/2020 - VALDECI VILAR MATHEUS - Tapamento de valeta em frente ao número 269 da Rua Tenente José Palermo (Jardim Tamoio) - CEP 13219-230.

Nº. 17856/2020 - VALDECI VILAR MATHEUS - Tapamento de buracos em frente aos números 15 e 84 da Rua Manoel José da Fonseca (Jardim Tamoio) - CEP 13219-200.

Nº. 17857/2020 - ROMILDO ANTONIO DA SILVA - Corte de mato e raspagem de guia em toda a extensão da av. Antonieta Piva Barraqueiros (Distrito Industrial) - CEP 13.213-009.

Nº. 17858/2020 - ROMILDO ANTONIO DA SILVA - Corte de mato e limpeza em toda a extensão da Alameda CESP desde o bairro Fazenda Grande até o Almerinda Chaves.

Nº. 17859/2020 - ROMILDO ANTONIO DA SILVA - Retirada de entulhos e limpeza na Rua 08, próximo ao número 4.990 (Jardim Novo Horizonte) - CEP 13.212-590.





## PODER LEGISLATIVO

Nº. 17860/2020 - ROMILDO ANTONIO DA SILVA - Retirada de entulhos na Av. André Costa s/n próximo a bloco 78 (Chácara Morada Mediterrânea) - CEP 13.214-730.

Nº. 17861/2020 - ROMILDO ANTONIO DA SILVA - Desratização URGENTE ao longo da Rua Ida Bergamin Bueno próximo ao nº 45 abrangendo todo o CDHU (Jardim Novo Horizonte) - CEP 13.213-478.

Nº. 17862/2020 - ROMILDO ANTONIO DA SILVA - Corte de mato e raspagem de guia em toda a extensão da Av. Antonieta Piva Barraqueiros (Distrito Industrial) - CEP 13.213-009.

Nº. 17863/2020 - ROMILDO ANTONIO DA SILVA - Corte de mato e limpeza em toda a extensão da Avenida da Uva (Bairro do Poste) - CEP 13.213-235.

### 2.d) Expedientes diversos

#### - Recebidos de diversos

1. Ofício n.º 1333 / 2020 / REGOVJD, da Gerência Executiva da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros referentes à parcela do Contrato de Financiamento n.º 0415649-13/2016, no âmbito do Programa Pró-Transporte, Modalidade PRO-TRANSPORTE - SETOR PUBLICO.

2. E-mail do Diretor do Departamento de Convênios e Parcerias encaminhando cópia do Termo de Aditivo IV ao Convênio n.º 04/2018 - Centro de Atendimento à Síndrome de Down Bem te Vi; do Termo de Aditivo II ao Termo de Colaboração n.º 25/2018 - Cáritas Diocesana de Jundiaí; e do Termo de Cooperação n.º 01/2020 - Vara Criminais, Júri e da Infância e Juventude de Jundiaí/SP.

3. Ofício n.º 1347 / 2020 / REGOVJD, da Gerência Executiva da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros referentes à parcela do Contrato de Financiamento n.º 0521.751-20/2019, no âmbito do Programa FINISA, Modalidade FINISA - DESPESA DE CAPITAL.

4. Ofício n.º 5388/2020/GPPR-GAGI/GPPR, do Gabinete Adjunto de Gestão Interna da Presidência da República, em resposta à MOÇÃO 333/2020, do Vereador JOSÉ ROBERTO NICOLAI, de APOIO a Lei Federal N.º 14.017/20 (Lei Aldir Blanc), da Presidência da República, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020.

5. E-mail do Diretor do Departamento de Convênios e Parcerias encaminhando cópia do Termo de Aditivo III ao Convênio n.º 07/2019 - Hospital de Caridade São Vicente de Paulo - HCSVP; e do Termo de Convênio - Município de Cajamar.

6. Ofício n.º SRM 2000/2020, do Gabinete da Subsecretaria de Relacionamento com Municípios do Governo do Estado de São Paulo, em resposta à MOÇÃO 235/2019, do Vereador ANTONIO CARLOS ALBINO, de APELO à Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP pela celeridade na regularização do acesso ao Empreendimento Alphaville Jundiaí.

#### - Recebidos do Executivo

1. Ofício G.P.L. n.º 272, do Prefeito Municipal, encaminhando cópia da Lei 9.514, que institui a Campanha de Conscientização sobre os Danos Causados pelas Drogas; e revoga as Leis 4.776/1996 e 6.180/2003, correlatas.

2. Ofício G.P.L. n.º 273, do Prefeito Municipal, encaminhando cópia da Lei 9.515, que denomina "Travessa CAROLINA MARIA DE JESUS GODOY" a Travessa 1 do loteamento Cavetá, no Bairro Jundiaí-Mirim.

3. Ofício G.P.L. n.º 274, do Prefeito Municipal, encaminhando cópia da Lei 9.516, que denomina "Rua GIUSEPPE CIRIGLIANO" a Rua 1 da Fase 8 do loteamento Munhoz Park, no Bairro Caxambu.

4. Ofício G.P.L. n.º 275, do Prefeito Municipal, encaminhando cópia da Lei 9.517, que cria o Selo "PESQUEIRO AMIGO DO CADEIRANTE", de reconhecimento aos estabelecimentos que proporcionem acessibilidade às suas instalações.

5. Ofício G.P.L. n.º 277, do Prefeito Municipal, encaminhando cópia da Lei 9.518, que cria o Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres, em situação de violência; e revoga norma correlata.

6. Ofício G.P.L. n.º 278, do Prefeito Municipal, encaminhando cópia da Lei 9.519, que autoriza alienação de áreas públicas pela Fundação Municipal de Ação Social-FUMAS, situadas no Conjunto Habitacional Parque dos Ingás, aos beneficiários do "auxílio-moradia".

7. Of. G.P.L. n.º 279/2020, do Prefeito Municipal, em resposta ao REQUERIMENTO AO PLENÁRIO n.º 333/2020, do Vereador RAFAEL ANTONUCCI, de INFORMAÇÕES do Executivo sobre as revitalizações da Praça José Ponzetto (Jardim Itália) e Praça Professor Eugênio de Santis (Parque da Colônia).

8. Of. G.P.L. n.º 280/2020, do Prefeito Municipal, em resposta ao REQUERIMENTO AO PLENÁRIO n.º 334/2020, do Vereador VALDECI VILAR MATHEUS, de INFORMAÇÕES do Executivo sobre obras na Rua Giovanni Morandini (Jardim Paulista).

9. Of. G.P.L. n.º 281/2020, do Prefeito Municipal, em resposta ao REQUERIMENTO AO PLENÁRIO n.º 335/2020, do Vereador ROBERTO CONDE ANDRADE, de INFORMAÇÕES do Executivo sobre mudanças de períodos na EMEB Profª Anna Rita Alves Ludke (Vila Alvorada).

10. Of. G.P.L. n.º 282/2020, do Prefeito Municipal, em resposta ao REQUERIMENTO AO PLENÁRIO n.º 336/2020, do Vereador ADRIANO SANTANA DOS SANTOS, de INFORMAÇÕES do Executivo sobre contrapartidas exigidas para liberação da obra para construção do Empreendimento denominado Harmonia, da Construtora F A Oliva que será construído na Rodovia Presidente Tancredo de Almeida Neves, no Jardim Santa Gertrudes.

11. Ofício G.P.L. n.º 283, do Prefeito Municipal, encaminhando cópia da Lei 9.520, que Denomina "Túnel EUNICE MARIA PEREIRA" a passagem que interliga as avenidas Armando Giassetti e Prefeito Luís Latorre, no Bairro Retiro.

12. Ofício G.P.L. n.º 284, do Prefeito Municipal, encaminhando cópia da Lei 9.521, que prevê análise e assepsia da areia contida nas áreas destinadas ao lazer e recreação infantil; e revoga a Lei 6.162/2003, correlata.

#### - Recebidos pelo Gabinete da Presidência

1. Ofício Circular n.º 10/2020, do Presidente da Câmara Municipal de Araraquara, encaminhando cópia do Requerimento n.º 1004/2020, do Vereador Rafael de Angeli, de apelo ao governo do Estado de São Paulo por chamada imediata dos aprovados no concurso de Supervisor de Ensino do quadro do magistério estadual.

### 3) ORDEM DO DIA

#### 3.a) Presença

Adriano Santana dos Santos, Cícero Camargo da Silva, Cristiano Vecchi Castro Lopes, Douglas do Nascimento Medeiros, Edicarlo Vieira, Faouaz Taha, Gustavo Martinelli, Leandro Palmarini, Marcelo Roberto Gastaldo, Márcio Petencostes de Sousa, Paulo Sergio Martins, Rafael Antonucci, Roberto Conde Andrade, Rogério Ricardo da Silva, Romildo Antonio da Silva e Valdeci Vilar Matheus.

Ausentes: Antonio Carlos Albino, Arnaldo Ferreira de Moraes e Wagner Tadeu Ligabó.

#### 3.b) Matérias Apiciadas

ITEM 1 - PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA No. 156/2020 - CÍCERO CAMARGO DA SILVA - Prevê competência e objetivos para a ordem econômica municipal. Aprovada em 2º turno.

ITEM 2 - PROJETO DE LEI No. 12.956/2019 - DOUGLAS DO NASCIMENTO MEDEIROS - Prevê afixação, em estabelecimentos públicos municipais, de cartaz acerca dos deveres da família, da sociedade e do Estado com relação às crianças, adolescentes e jovens. Aprovado com emenda.

ITEM 3 - PROJETO DE LEI No. 13.149/2020 - LEANDRO PALMARINI - Institui a Campanha de Incentivo à Esterilização de Cães e Gatos, destinada a animais cuidados por tutores comunitários. Aprovado.

ITEM 4 - PROJETO DE LEI No. 13.228/2020 - CRISTIANO VECCHI CASTRO LOPES - Altera a Lei 2.140/1975, que dispõe sobre serviços de limpeza pública, para prever prazo de remoção de animais mortos de pequeno porte. Aprovado.

ITEM 5 - PROJETO DE LEI No. 13.234/2020 - FAOUAZ TAHA, LEANDRO PALMARINI, PAULO SERGIO MARTINS, RAFAEL ANTONUCCI - Altera a Lei 7.341/2009, que veda distribuição e comércio de organofosforado carbamato ("chumbinho") pelos estabelecimentos que especifica, para exigir afixação de cartaz informativo da vedação. Aprovado.





## PODER LEGISLATIVO

ITEM 6 - PROJETO DE LEI No. 13.266/2020 - LEANDRO PALMARINI, VALDECI VILAR MATHEUS - Altera a Lei 8.351/2014, que institui Normas de Defesa e Bem-Estar Animal, para prever obrigatoriedade de comunicação, pelos profissionais e estabelecimentos que especifica, no caso de indícios de maus-tratos nos animais atendidos. Aprovado.

ITEM 7 - PROJETO DE LEI No. 12.800/2019 - PAULO SERGIO MARTINS - Denomina "Praça NILZA JOANNA DE ALMEIDA OTERO" área pública localizada na Rua Gentil Gonçalves, no loteamento Vivenda Centenário. Aprovado.

ITEM 8 - PROJETO DE LEI No. 13.095/2019 - LEANDRO PALMARINI - Denomina "Travessa FRANCISCO FERREIRA" a Travessa 2 do loteamento Cavetá, no bairro Jundiaí-Mirim. Aprovado.

ITEM 9 - PROJETO DE LEI No. 13.268/2020 - ROMILDO ANTONIO DA SILVA - Denomina "Rua ANTONIO PILON" a Rua 2 do loteamento Residencial Água Doce, no Bairro Água Doce. Aprovado.

ITEM 10 - MOÇÃO No. 350/2020 - VALDECI VILAR MATHEUS - APOIO ao Projeto de Lei 639/2020, de autoria do deputado Mauro Bragato, que institui a Política Estadual de Apoio à Agricultura Familiar. Aprovada.

### 4) GRANDE EXPEDIENTE

#### 4.a) Presença

Arnaldo Ferreira de Moraes, Cristiano Vecchi Castro Lopes, Edicarlo Vieira, Marcelo Roberto Gastaldo, Márcio Petencostes de Sousa, Rafael Antonucci, Romildo Antonio da Silva e Valdeci Vilar Matheus. Ausentes: Adriano Santana dos Santos, Antonio Carlos Albino, Cícero Camargo da Silva, Douglas do Nascimento Medeiros, Faouaz Taha, Gustavo Martinelli, Leandro Palmarini, Paulo Sergio Martins, Roberto Conde Andrade, Rogério Ricardo da Silva e Wagner Tadeu Ligabó.

#### 4.b) Oradores

### 5. ENCERRAMENTO

#### 5.a) Presença

Arnaldo Ferreira de Moraes, Cristiano Vecchi Castro Lopes, Edicarlo Vieira, Marcelo Roberto Gastaldo, Márcio Petencostes de Sousa, Rafael Antonucci, Romildo Antonio da Silva e Valdeci Vilar Matheus. Ausentes: Adriano Santana dos Santos, Antonio Carlos Albino, Cícero Camargo da Silva, Douglas do Nascimento Medeiros, Faouaz Taha, Gustavo Martinelli, Leandro Palmarini, Paulo Sergio Martins, Roberto Conde Andrade, Rogério Ricardo da Silva e Wagner Tadeu Ligabó.

Horário de Encerramento: 10:30 horas

**FAOUAZ TAHA**  
Presidente

### PROJETO DE LEI Nº. 13.279

Prorroga o mandato dos membros do Conselho Municipal de Política sobre Drogas-COMAD.

Art. 1º O art. 11 da Lei nº 9.457, de 10 de julho de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. Fica prorrogado o mandato dos atuais conselheiros até 28 de fevereiro de 2021."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**LUIZ FERNANDO MACHADO**  
Prefeito Municipal

### JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente:  
Senhores Vereadores:

Submetemos à apreciação dessa Colenda Casa de Lei, o presente Projeto de Lei que tem por finalidade a alteração do art. 11 da Lei nº 9.457, de 10 de julho de 2020, para prorrogar o mandato dos atuais Conselheiros do Conselho Municipal de Política sobre Drogas – COMAD, até 28 de fevereiro de 2021.

Um dos motivos da alteração da legislação acerca dos Conselheiros do Conselho Municipal de Política sobre Drogas – COMAD, ocorrida com a edição da Lei nº 9.457, de 2020, foi a de introduzir uma nova composição paritária englobando a indicação tanto pelo Poder Público como pela Sociedade Civil, na forma de seu art. 5º.

Entretanto, para que se pudesse levar a efeito a nova composição na forma retromencionada, foi necessária a prorrogação do mandato dos atuais Conselheiros seria prorrogado até 31 de julho de 2020.

Ocorre que, em razão da situação pandêmica que estamos vivendo, não foi possível a realização da nomeação e eleição dos novos Conselheiros, pois com a pandemia não foi possível a realização da plenária de forma presencial, e por meio digital ficou inviável pelo custo e pela dificuldade e participação das entidades.

Portanto, não há alternativa ao presente Projeto de Lei, uma vez que há necessidade de continuidade de atuação do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas até que se normalize a situação de Pandemia no município.

Vale ressaltar que o presente Projeto de Lei não causará aumento de despesas.

Desta forma, restando justificada a propositura, permanecemos convictos do apoio dos Nobres Vereadores para a sua integral aprovação.

**LUIZ FERNANDO MACHADO**  
Prefeito Municipal

### PROJETO DE LEI Nº. 13.280

(Márcio Petencostes de Sousa)

Prevê disponibilização de banheiros químicos, por empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, aos funcionários que trabalham em serviços externos.

Art. 1º. As empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos disponibilizarão banheiros químicos aos funcionários que executam serviços externos em logradouros públicos.

Parágrafo único. Entende-se por serviços externos as seguintes atividades:

I - varrição de ruas;

II - serviços de "tapa buraco" e recapeamento de vias;

III – serviços de roçagem e corte de mato;

IV – obras e outros serviços correlatos.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificativa

Este projeto vem atender a necessidade de todos os trabalhadores externos que prestam serviços ao Município, que, por seu tipo de trabalho, têm dificuldades de utilizar banheiros para suas necessidades fisiológicas, passando pelo constrangimento de pedir aos comerciantes ou casas vizinhas para utilizarem seus banheiros. As empresas que não oferecem os banheiros acabam infringindo a Norma Regulamentadora nº 24, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, que prevê Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho.

Sala das Sessões, 27/10/2020

**MÁRCIO PETENCOSTES DE SOUSA**  
'Márcio Cabeleireiro'



## PODER LEGISLATIVO

### VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 12.748

Ofício GPL nº 271/2020

Processo SEI nº 11.233/2020

Jundiaí, 19 de outubro de 2020.

**Excelentíssimo Senhor Presidente;  
Senhores Vereadores:**

Cumpre-nos comunicar a V. Ex<sup>a</sup>. e aos Nobres Vereadores que, com fundamento no artigos 72, inciso VII e 53, da Lei Orgânica do Município, estamos apondo VETO TOTAL ao Projeto de Lei nº 12.748, aprovado por essa E. Edilidade em Sessão Ordinária realizada no dia 29 de setembro de 2020, por considerá-lo ilegal e inconstitucional, consoante razões a seguir explicitadas:

A propositura objetiva instituir obrigação ao Poder Executivo de inserir publicidade de informações sobre vistorias periódicas em viadutos, pontes, túneis e passarelas e trata-se de matéria de competência municipal por se revestir de interesse local, em consonância com os preceitos constitucionais vigentes (art. 30, inciso I da Constituição Federal).

Denota-se que a iniciativa visa prestigiar o princípio da publicidade que norteia os atos da Administração Pública previstos no art. 37 "caput" da Constituição Federal vigente.

Todavia nada obstante a louvável iniciativa do Nobre Edil, resta evidenciado que redundará em elevação de despesa para o Município.

A esse respeito, muito embora a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ARE 878911 RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 29/09/2016, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-217 DIVULG 10-10-2016 PUBLIC 11-10-2016) afaste a pecha de inconstitucionalidade em iniciativas do Poder Legislativo, em casos em que há a criação de despesas sem a necessária indicação dos recursos para fazer frente a mesma, o que ocorre com a propositura é que encerra em si ampliação da ação governamental e elevação de despesa em período que há expressa vedação no artigo 42 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Em consonância com as disposições previstas na Lei Complementar nº 101, de 2000, ações dessa natureza devem estar acompanhada da análise de impacto orçamentário financeiro e subsumirem às leis de planejamento orçamentário, sob pena de nulidade, a teor das disposições contidas nos arts. 15 e 16 do citado diploma legal.

Registre-se mais que a obrigação a ser instituída pela propositura caracteriza-se como despesa de caráter continuado, consoante previsão contida no art. 17 da LC nº 101, de 2000, que assim estabelece:

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado. (g.n)

Na esteira do equilíbrio das contas públicas, o citado diploma legal, cuidou de estabelecer restrições de gastos para o último ano de mandato do Prefeito, em especial para os dois últimos quadrimestres. Dispõe a Lei Complementar nº 101, de 2000 em seu art. 42:

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

A toda evidência a propositura representa elevação de despesa a ser assumida pelo novo Mandatário a ser eleito, dessa forma, entendemos que sob esse aspecto a propositura se encontra eivada de inconstitucionalidade, se afigurando ilegal, por desatendimento às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dessa forma, por desatender aos preceitos contidos na Lei Complementar nº 101, de 2000 e a Lei Orgânica do Município, o presente Projeto de Lei afronta o princípio da legalidade, contido no artigo 111 da Constituição Estadual:

“Art. 111 – A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes do Estado, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, motivação e interesse público.”

Em face do exposto, ficam caracterizados os vícios que pesam sobre o Projeto de Lei ora vetado e que impedem a sua transformação em lei, e diante disso, restando assim demonstradas as razões que maculam a presente iniciativa, temos certeza que os Nobres Vereadores não hesitarão em manter o VETO TOTAL ora aposto.

Nesta oportunidade, renovamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

**LUIZ FERNANDO MACHADO  
Prefeito Municipal**

**Ao  
Exmo. Sr.  
Vereador FAOUAZ TAHA  
Presidente da Câmara Municipal  
NESTA**

### MOÇÃO Nº 351

APELO ao Presidente da Câmara dos Deputados, para inclusão na pauta do Projeto de Lei 4.754/2016, que tipifica crime de responsabilidade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a usurpação de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo.

O Projeto de Lei 4.754/2016, de autoria do Deputado Sóstenes Cavalcante (PSD/RJ) e outros, busca alterar a redação do art. 39 da Lei 1.079/1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, conhecida como Lei do Impeachment. Tal norma traz as regras para afastamento de Presidente da República, Ministros do STF, Procurador-Geral da República e Governadores, por crime de responsabilidade. O objetivo da proposta, é evitar que as decisões do STF esvaziem as atribuições do Congresso Nacional.

Pautas, por exemplo, como o aborto e ideologia de gênero não podem ser impostas à sociedade sem que haja ampla discussão no Congresso Nacional, através dos legítimos representantes do povo. A



## PODER LEGISLATIVO

população brasileira é totalmente contra o aborto e contra a imposição da teoria do gênero para as crianças nas escolas, temas estes que ferem diretamente a dignidade da pessoa humana.

Por isso,

Apresentamos à Mesa, na forma regimental, sob apreciação do Plenário, esta MOÇÃO DE APELO ao Presidente da Câmara dos Deputados, para inclusão na pauta do Projeto de Lei 4.754/2016, que tipifica crime de responsabilidade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a usurpação de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo.

Dê-se ciência desta deliberação a:

1. Presidente da República, Sr. Jair Bolsonaro;
2. Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Rodrigo Maia;
3. Presidente do Senado Federal, Sr. Davi Alcolumbre;
4. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Fux;
5. Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Sra. Damares Alves;
6. Secretária Nacional da Família, Dra. Ângela Vidal Gandra Martins;
7. Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Walmor Oliveira de Azevedo;
8. Bispo Diocesano de Jundiaí, Dom Vicente Costa;
9. Bispo Dom Eduardo Hoepers (Rio Grande / RS);
10. Bispo Dom Eduardo Malaspina (São Carlos / SP);
11. Padre Leandro Megeto;
12. Coordenador do CODEVIDA, Sr. Fábio Cuberos;
13. Coordenador da Pastoral Familiar, Sr. Osvaldo Amaral;
14. Presidente do Conselho Nacional da Renovação Carismática Cristã (RCC), Sr. Vinícius Simões;
15. Presidente Estadual da Renovação Carismática Cristã (RCC); Sr. Marcelo Marangon;
16. Deputado Estadual Reinaldo Alzug;
17. Líder do Bloco Parlamentar PL, PP, PSD, SOLIDARIEDADE, AVANTE, Deputado Arthur Lira;
18. Líder do Bloco Parlamentar PSL, PTB, PROS, Deputado Felipe Francischini;
19. Líder do AVANTE, Deputado Luis Tibé;
20. Líder do MDB, Deputado Baleia Rossi;
21. Líder do REPUBLICANOS, Deputado Jhonatan de Jesus;
22. Líder do PSDB, Deputado Carlos Sampaio;
23. Líder do PSB, Deputado Alessandro Molon;
24. Líder do PDT, Deputado Wolney Queiroz;
25. Líder do DEM, Deputado Efraim Filho;
26. Líder do PODE, Deputado Léo Moraes;
27. Líder do PSC, Deputado André Ferreira;
28. Líder do PCdoB, Deputada Perpétua Almeida;
29. Líder do CIDADANIA, Deputado Arnaldo Jardim;
30. Líder do NOVO, Deputado Paulo Ganime;
31. Líder do PATRIOTA, Deputado Fred Costa;
32. Líder do PV, Deputado Enrico Misasi;
33. Representante da REDE, Deputada Joenia Wapichana;
34. Líder do Governo, Deputado Ricardo Barros;
35. Líder da Maioria, Deputado Aguinaldo Ribeiro;
36. Líder da Oposição, Deputado André Figueiredo;
37. Líder da Minoria, Deputado José Guimarães;
38. Líder do PL, Deputado Wellington Roberto;
39. Líder do PSD, Deputado Diego Andrade;
40. Líder do SOLIDARIEDADE, Deputado Zé Silva;
41. Líder do PTB, Deputado Pedro Lucas Fernandes;
42. Líder do PROS, Deputado Acácio Favacho;
43. Deputado Silas Câmara;
44. Deputado Sóstenes Cavalcante;
45. Deputado Eros Biondini;
46. Deputado Pastor Eurico;
47. Deputado Gilberto Nascimento;
48. Deputado João Campos;
49. Deputado Diego Garcia;
50. Deputado Alan Rick; e
51. Deputado Ricardo Izar.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 2020.

DOUGLAS MEDEIROS

### TERMO DE RATIFICAÇÃO

(Processo nº 85.792)

(Art. 26, “caput”, da Lei Federal nº 8.666/93)

Em conformidade com os elementos do Processo nº 85.792, cujo objeto visa a renovação da assinatura da “Revista Síntese de Direito Administrativo”, tendo como contratada a empresa abaixo relacionada:

#### • IOB-INFORMACOES OBJETIVAS E PUBL. JURIDICAS LTDA.

Nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, RATIFICO o ato, nos termos acima descritos, e AUTORIZO a despesa.

Deverá a Diretoria Administrativa do Legislativo providenciar a publicação deste Termo de Ratificação e dos extratos das notas de empenho na Imprensa Oficial do Município, como condição de eficácia do ato.

#### CUMPRASE.

Jundiaí, 16 de outubro de 2020.

FAOUAZ TAHA

Presidente

#### EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Nota de Empenho nº 708/0-2020, emitida em 16/10/2020.

FAVORECIDO: **IOB-INFORMACOES OBJETIVAS E PUBL. JURIDICAS LTDA.**

OBJETO: RENOVAÇÃO DA REVISTA “SÍNTESE DE DIREITO ADMINISTRATIVO.”

FUNDAMENTO LEGAL: Artigos 25 e 26 da Lei Federal nº 8.666/93.

### TERMO DE RATIFICAÇÃO

(Processo nº 85.801)

(Art. 26, “caput”, da Lei Federal nº 8.666/93)

Em conformidade com os elementos do Processo nº 85.801, cujo objeto visa a renovação da assinatura e licença de uso online da “Revista Orientador Trabalhista”, tendo como contratada a empresa abaixo relacionada:

#### • IOB-INFORMACOES OBJETIVAS E PUBL. JURIDICAS LTDA.

Nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, RATIFICO o ato, nos termos acima descritos, e AUTORIZO a despesa.

Deverá a Diretoria Administrativa do Legislativo providenciar a publicação deste Termo de Ratificação e dos extratos das notas de empenho na Imprensa Oficial do Município, como condição de eficácia do ato.

#### CUMPRASE.

Jundiaí, 28 de outubro de 2020.

FAOUAZ TAHA

Presidente

#### EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Nota de Empenho nº 719/000-2020, emitida em 22/10/2020.

FAVORECIDO: **IOB-INFORMACOES OBJETIVAS E PUBL. JURIDICAS LTDA.**

OBJETO: RENOVAÇÃO DA ASSINATURA E LICENÇA DE USO ONLINE DA “REVISTA ORIENTADOR TRABALHISTA”.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigos 25 e 26 da Lei Federal nº 8.666/93.





**APP JUNDIAÍ**  
A PREFEITURA A  
UM TOQUE DE VOCÊ!



**TELEFONES  
ÚTEIS**



ACOMPANHE A PREFEITURA  
NAS REDES SOCIAIS.



SERVIÇOS AO  
**CIDADÃO**